

REVISTA INTRATEXTOS

Revista Discente - PPCIS - UERJ

V. 9, N. 1, 2018

MARIELLE PRESENTE

ELES NOS

MATIAM
JUSTIÇA

Aborto
seguir

MACHISTA

RACISTA



EDITORIAL

E mais uma edição da REVISTA INTRATEXTOS é publicada, porém, não sem desafios e, sobretudo, dificuldades. A primeira delas foi a saída de uma das editoras da publicação logo no início deste ano, fato que, de alguma forma, foi compensado pela chegada de três novos integrantes à equipe, todos do doutorado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da UERJ. Contudo, na fase de análise dos trabalhos recebidos – foram mais de 30 contribuições –, outra editora não pôde continuar conosco, o que nos deixou com a difícil missão de tentarmos dar conta de todos esses textos.

A situação se agravou um pouco mais na etapa de avaliação. A análise de alguns textos foi recusada seguidamente por diversos pareceristas; outros trabalhos foram avaliados, mas os pareceres chegaram muito após os prazos estabelecidos, mesmo com algumas extensões de datas. Por mais que nos esforcemos e tenhamos compromisso e cuidado máximos, a produção de uma revista acadêmica é um processo coletivo, que muitas vezes está além da vontade do corpo editorial. E, assim, tivemos de informar a alguns autores que seus trabalhos não seriam publicados, seja por falta de avaliação, seja porque os pareceres foram enviados fora do prazo e seu aceite implicaria grande atraso na publicação da revista, o que não seria justo com autores que tiveram artigos aprovados nas datas limites.

Diante desse quadro delicado, que em nenhum momento pensamos que poderia ocorrer, gostaríamos de nos desculpar com todos os autores que submeteram seus textos e não tiveram os mesmos analisados. Sabemos que a frustração é grande, mas, ainda que não tenhamos conseguido corresponder às suas expectativas, agradecemos por sua confiança.

E, apesar dos percalços, gostaríamos de agradecer também aos autores que estão nesta edição; aos novos editores, que precisaram aprender nosso processo editorial “na marra” e não desistiram e nem desanimaram quando parecia que tudo ia dar errado; e aos pareceristas que entregaram análises bem fundamentadas, cuidadosas e no prazo.

Essas dificuldades, apesar de nos causar alguma tristeza, também nos deixa um grande lema: que a INTRATEXTOS existe somente com a união de empenhos de autores, editores e pareceristas. E temos certeza de que sempre será possível contar com pessoas dispostas a contribuir com a divulgação da produção científica em nosso país, ainda mais em momentos como o atual, quando se tenta sabotar a atividade acadêmica de variadas formas. Mas, resistiremos! A UERJ resiste!

Os primeiros artigos desta edição da REVISTA INTRATEXTOS tratam dos fluxos de pessoas em nível internacional. Em *Conflitos sociais relacionados ao tour de Salar de Uyuni: relações de poder entre turistas e anfitriões*, apresenta-se a dinâmica entre turistas e moradores da região do Salar de Uyuni, na Bolívia, baseando-se na noção de conflito de Simmel; já *Encontro de duas rotas* aborda o fluxo de refugiados no Brasil, mais especificamente, no Rio de Janeiro.

A *"antiga fábrica da Bhering" e o projeto de "revitalização" da zona portuária do Rio de Janeiro* traz o processo de transformação da fábrica em um "polo cultural de arte contemporânea", a partir da iniciativa dos artistas e pequenos empresários que sublocam espaços no lugar. Já *A produção cultural de São Paulo de meados do século XX: metropolização, modernidade e música popular caipira/sertaneja* propõe que a diversidade artística da capital paulista a transforma em um celeiro de vasta produção cultural, influenciando decisivamente os fazeres artístico e acadêmico e com efeitos nos âmbitos político e social.

A análise da política externa da década de 1990, com ênfase na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), é o tema de *A política externa brasileira no conflito do Cenepa: atores e instrumentos*.

Em *Capitalismo e felicidade: apontamentos sobre a teoria social contemporânea e o pensamento de Marx*, discute-se a contradição da associação comumente estabelecida entre consumo e felicidade.

Provações no paraíso? Representações e discursos sobre criminalidade urbana em municípios do interior do rio de janeiro: o caso de Angra dos Reis apresenta o impacto da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro (UPPs) na criminalidade em Angra dos Reis, no sul do estado, a ideia da migração de traficantes de drogas da capital e as políticas de prevenção à violência na cidade. Já em *Uma etnografia da Guarda Civil Municipal de Niterói: formação, paradigmas e senso comum militarizado*, as atenções se voltam para a Guarda Civil Municipal de Niterói, com um olhar sobre uma metodologia de ensino que se utiliza de diversas teorias na construção da identidade de seus agentes.

O artigo *Entre a caridade, a diversão e o medo: o dia de Cosme e Damião em uma vila do subúrbio carioca* apresenta uma etnografia do dia 27 de setembro, considerado pela

igreja católica como o dia de São Cosme e São Damião, no Bairrinho, uma vila do subúrbio carioca onde vigoram fortes laços de parentesco e vizinhança e há grande preocupação com a segurança, entendida a partir das relações com o mundo externo.

O ensaio *Raça, identidade e pós-modernidade em Stuart Hall: contrapontos com o debate de Paul Gilroy* se propõe a discutir os conceitos de raça e identidade a partir de trabalhos específicos dos autores Stuart Hall e Paul Gilroy, tendo como pano de fundo concepções e revisões sobre a ideia de modernidade. Já no ensaio *Walter Benjamin e a experiência de Javé: memória e história em um contexto de progresso*, a obra de Walter Benjamin, em especial a sua reflexão sobre a problemática da narração, é o tema principal.

Na seção “Em Negativo”, apresentamos o ensaio intitulado *Disjunções dos processos de patrimonialização: identidades negras em territórios etnográficos*. Folias e Cavalhadas, os Reinados de Divinópolis, Carmo do Cajuru e São Gonçalo do Pará, e as Congadas e Moçambiques de São Sebastião do Paraíso, Pratápolis, Itáú de Minas e Passos tornam híbridas expressões de catolicismo popular e de religiosidades negras, que se agregam pela força da fé em performances rituais.

A capa desta edição da REVISTA INTRATEXTOS traz uma imagem registrada durante um protesto ocorrido no Centro do Rio de Janeiro em 15 de março de 2018, dia seguinte ao brutal assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. Com isso, além de prestarmos uma homenagem a Marielle e Anderson, queremos nos juntar às vozes que clamam pelo esclarecimento do covarde homicídio e pela devida punição de feitores e mandantes.

Marielle e Anderson presentes, hoje e sempre!

Boa leitura!

Corpo Editorial
REVISTA INTRATEXTOS

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

REITOR: Prof. Dr. Ruy Garcia Marques

VICE-REITOR: Prof^a. Dr^a. Maria Georgina Muniz Washington

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DIRETORA: Prof^a. Dr^a. Maria Claudia Coelho

VICE-DIRETOR: Prof. Dr. Ronaldo Oliveira de Castro

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

COORDENADORA: Prof^a. Dr^a. Helena Bomeny

VICE-COORDENADOR: Prof. Dr. Paulo D'Ávila

COORDENADORA DE ENSINO: Prof^a. Dr^a. Cecília Mariz

DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO

DIREÇÃO: Prof^a. Dr^a. Cátia Antônia da Silva

PORTAL DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS

Nathália da Silva Ávila

COORDENADORA

Prof^a. Dr^a. Cecília Mariz

CORPO EDITORIAL

Alexandre Gaspari, Doutorando PPCIS/UERJ

Cristina Pedroza de Faria, Doutoranda PPCIS/UERJ

Gabriel Valle Sayão, Mestrando PPCIS/UERJ

Isadora Sento-Sé, Doutoranda PPCIS/UERJ

Izabelle Fernanda Silveira Vieira, Doutoranda PPCIS/UERJ

Karina Adad de Miranda, Mestranda PPCIS/UERJ (Editora-chefe)

Raquel Glória Moreira, Mestranda PPCIS/UERJ

Thiago Pereira Rabelo, Mestrando PPCIS/UERJ

EDITORES

Alexandre Gaspari, Cristina Pedroza de Faria, Gabriel Valle Sayão, Isadora Sento-Sé, Isabelle Fernanda Silveira Vieira, Karinna Adad de Miranda, Raquel Glória Moreira, Thiago Pereira Rabelo

CAPA

Corpo Editorial, sobre foto de Alexandre Gaspari

ARTIGOS

Conflitos sociais relacionados ao tour de Salar de Uyuni: relações de poder entre turistas e anfitriões <i>Mariana Freitas Gomes de Oliveira</i>	1
Encontro de duas rotas: Uma breve análise sobre o fluxo de deslocamentos forçados congolese e a rede institucional da Cáritas Rio <i>Joanna Rocha Muniz</i>	23
A "antiga fábrica da Bhering" e o projeto de "revitalização" da Zona Portuária do Rio de Janeiro <i>Geisa Bordenave</i>	47
A produção cultural de São Paulo de meados do século XX: metropolização, modernidade e música popular caipira/sertaneja <i>Anderson Eslye Leite de Oliveira</i>	63
A política externa brasileira no conflito do CENEPa: atores e instrumentos <i>Cristian Daniel Valdivieso</i>	79
Capitalismo e felicidade: apontamentos sobre a teoria social contemporânea e o pensamento de Marx <i>Rodrigo José Fernandes de Barros e Kelvis Leandro do Nascimento</i>	100
Provações no paraíso? Representações e discursos sobre criminalidade urbana em municípios do interior do Rio de Janeiro: o caso de Angra dos Reis <i>Fabiano Dias Monteiro</i>	115
Uma etnografia da Guarda Civil Municipal de Niterói: formação, paradigmas e senso comum militarizado <i>Carlos Eduardo Pereira Viana</i>	136

Entre a caridade, a diversão e o medo: o dia de Cosme e Damião numa vila do subúrbio carioca	146
<i>Lucas Bártolo</i>	

ENSAIOS

Raça, identidade e pós-modernidade em Stuart Hall: contrapontos com o debate de Paul Gilroy	169
<i>Pedro de Castro Picelli</i>	

Walter Benjamin e a experiência de Javé: memória, história em um contexto de progresso	188
<i>Vitor Luiz Carvalho da Silva</i>	

EM NEGATIVO

Disjunções dos processos de patrimonialização: identidades negras em territórios etnográficos	196
<i>Luana Carla Martins Campos Akinruli e Samuel Ayobami Akinruli</i>	

CONFLITOS SOCIAIS RELACIONADOS AO TOUR DE SALAR DE UYUNI: relações de poder entre turistas e anfitriões

Social conflicts around the Salar de Uyuni tour: power relations between tourists and hosts

Mariana Freitas Gomes de Oliveira¹

Resumo:

Cerca de 300.000 turistas visitam o Salar de Uyuni todos os anos, a maioria, estrangeiros. A maior depressão incrustada de sal do mundo é também a atração turística mais importante da Bolívia e o tour dedicado à sua exploração é a principal fonte de renda dos habitantes da cidade. O grande número de visitantes que passam pela área, que é pouco povoada, não poderia deixar o lugar e as pessoas intactas, gerando também a dependência do dinheiro do turismo. Este artigo tem como objetivo analisar os conflitos sociais e culturais decorrentes dessas interações sociais, especialmente as relações de poder entre turistas e anfitriões. Como consumidores, os turistas tendem a exigir ajustes de mercado às suas expectativas, mesmo que se considerem mochileiros. Os anfitriões, por outro lado, apresentam um comportamento considerado por muitos como hostil aos forasteiros. Usando a teoria do conflito de Simmel e a teoria de conflitos culturais de Robinson, este estudo usa os dados coletados no trabalho de campo a partir de entrevistas, observações e participação, para analisar os conflitos entre turistas e anfitriões. Os resultados mostram um sentimento de desconfiança dos anfitriões em relação aos turistas e vice-versa.

Palavras-chave: Salar de Uyuni; mochileiros; sociologia do turismo; relações anfitrião-turista; conflitos sociais.

Abstract:

About 300,000 tourists visit Uyuni's salt flats every year, mostly foreigners. The world's largest salt-encrusted depression is also the most important tourist attraction in Bolivia, and the tour dedicated to its exploration is the main source of income for the local population. The amount of visitors passing by the area every day, which is sparsely populated, could not leave place and people untouched, generating dependence on tourism's profits. This article aims to analyze the social and cultural conflicts arising from these interactions, especially the power relations between tourists and hosts. As consumers, tourists tend to demand market adjustments to their expectations of what a visitor needs, even if tourists consider themselves backpackers. Hosts, on the other hand, display behavior deemed by many to be hostile to outsiders. Using Simmel's Conflict Theory and Robinson's Cultural Conflict Theory, this study uses data collected from the fieldwork, interviews, observations, and participation, to analyze conflicts between tourists and hosts. The results show a sense of distrust of the hosts towards tourists and vice versa.

¹ Doutoranda em Sociologia pela Leibniz Universität Hannover. O artigo é resultado de pesquisa de campo realizada em 2016 na Bolívia e no Chile, com financiamento do Deutscher Akademischer Austausch Dienst (DAAD). Email: marianafreitasgo@gmail.com

Keywords: Salar de Uyuni; backpackers; sociology of tourism; host-tourist relations; social conflicts.

Introdução

Chegar a Uyuni de ônibus significa enfrentar as perigosas estradas bolivianas. O que os viajantes encontram é uma cidade empoeirada no meio do deserto, cujo único propósito, ao longo dos anos, se transformou em servir ao turismo. Aninhada em um platô entre duas cordilheiras andinas centrais, a cidade fica às margens do Salar de Thunupa, ou Salar de Uyuni, o mais extenso do mundo com mais de 10.000 km² (ANDERSEN e VALDEZ, 2010, p. 2). E é exatamente isso o que os turistas querem ver.

Atraindo 300 mil (ACURISMO, 2016) mochileiros a cada ano, o Salar de Uyuni tornou-se a paisagem mais famosa da Bolívia por causa das fotos publicadas em mídias sociais mostrando jovens fazendo poses no gigantesco deserto branco. No entanto, a verdadeira magia do Salar acontece durante a estação chuvosa - entre janeiro e março, quando uma fina camada de água repousa sobre o sal no chão, criando um espelho e refletindo as nuvens. O chamado efeito *white out* cria a ilusão de que as pessoas estão andando no céu e, portanto, se tornou o Santo Graal do viajante. Com um pouco de sorte e ajuda do guia (que também é motorista e às vezes cozinheiro), os turistas podem fazer a foto perfeita.

O tour padrão ocorre principalmente no Altiplano Andino (o já mencionado platô), levando os mochileiros a lagoas coloridas, gêiseres, vulcões ativos e, claro, o próprio Salar. Tem duração de três dias e duas noites, em uma das quais se passa em hospedagem cujas paredes e camas são feitas inteiramente de sal. Apenas um veículo 4x4 é capaz de conduzir através dos quase 1.000 km que compreendem toda a viagem, uma vez que em algumas partes do caminho há rochas que podem ser tão grandes quanto os pneus do carro. Há também a areia no deserto que circunda o salar, cactos, corais fossilizados e a altitude de 5.000 metros que o veículo deve aguentar para chegar ao ponto mais alto do passeio. Todos esses elementos compõem o passeio do Salar de Uyuni e tornam-o uma aventura e a possibilidade de experimentar a sensação de estar no meio do nada, em um dos últimos cantos do mundo pouco alterados pela humanidade.

Os viajantes que se interessam por esse tour são em sua maioria jovens dos países vizinhos, como o Brasil, Argentina e Chile, e também da Europa, e possuem características que os definem como mochileiros (HANNAM e ATELJEVIC, 2008, p. 1). Além de hospedar-se em *hostels* e buscar a economia nas opções de transporte, os mochileiros geralmente seguem viagem rumo a outros pontos de interesse, formando uma rota que se repete e se modifica levemente entre os grupos de amigos e os viajantes solitários. Essa repetição e a rota por ela

criada forjou a chamada *Gringo Trail* sul-americana, que inclui também Machu Picchu e o deserto do Atacama. No contexto dessa ‘trilha gringa’, o Salar de Uyuni se tornou uma das atrações turísticas mais importantes da América do Sul e a “capital turística da Bolívia” (FERNÁNDEZ, 2014), sendo hoje a maior zona de concentrações de recursos governamentais em prol do turismo deste país. Tamanha atenção e o grande número de turistas que passam diariamente por Uyuni e região não poderia deixar de alterar o equilíbrio da paisagem, tanto natural quanto social.

Referencial teórico

No âmbito desta pesquisa, a categoria de conflitos sociais foi escolhida para representar os desentendimentos, controvérsias e disputas envolvendo os agentes que fazem parte do universo turístico em Salar de Uyuni. Mais especificamente, a teoria do conflito (*der Streit*) de Georg Simmel (1964, 2015) pareceu ser uma ferramenta apropriada para ajudar a entender quais são os conflitos sociais derivados da presença maciça de mochileiros em Uyuni e no deserto circundante. É preciso afirmar, todavia, que o conceito de conflito social, compreendido por meio da teoria de Simmel, não representa apenas confrontos físicos ou políticos, mas também quaisquer oposições ou lutas diárias que qualquer pessoa em qualquer sociedade pode ter com alguém, bem como grupos podem ter um com o outro. Pensando na interação como a matéria prima que compõe o tecido social, Simmel (1964b, p. 570) afirma que “não existe provavelmente nenhuma unidade social onde as correntes convergentes e divergentes entre os seus membros não estejam inseparavelmente entrelaçadas”. Portanto, o conflito:

(...) é um componente, um elemento da rotina, que se expressará sob a forma de um gradiente, indo das relações sociais – ásperas - até, às vezes, ao confronto físico. Desta maneira, produzirá uma multiplicidades de arranjos coletivos e sociais derivados desta substância social (JÚNIOR, 2009, p. 9).

É um conceito bastante amplo que foi criticado (JÚNIOR, 2005) por sua suposta falta de objetividade. Em defesa da teoria do conflito de Simmel, deve-se dizer que essa amplitude é útil para pesquisa, pois o cenário estudado é complexo, envolvendo diferentes atores sociais, grupos de interesse e etnias indígenas. Apesar de ser uma investigação sociológica, esta deve ser compreendida de forma interdisciplinar, considerando a cultura local, a geografia, a história e a política como fatores importantes para forjar o turismo em Uyuni. Todas essas camadas sociais são quase invisíveis, a menos que se opte por ver a sinergia entre elas. A amplitude do conceito de conflito em Simmel deve ser considerada, neste caso, não apenas como uma

ferramenta para organizar, categorizar e enumerar conflitos, mas, mais importante, para sinalizar que os conflitos são o processo em que as mudanças acontecem. O cerne da *Vergesellschaftung* - sociação na tradução brasileira - é a interação por meio de convergências e divergências, que fazem parte da construção e transformação naturais do tecido social.

No Brasil, o uso da sociologia de Simmel em análises contemporâneas tem se tornado cada vez mais raro. Waizbort (2007, p. 13) oferece três motivos para tanto: 1) não há sociólogos brasileiros que estudaram com Simmel; 2) não há no Brasil uma instituição como a americana Escola de Chicago, que serviria de base para a irradiação de seus conceitos; e 3) há poucos textos de Simmel traduzidos do alemão para o português. De acordo com pesquisa na revista *Sociologia*, pioneira no Brasil em relação ao tema, a época áurea da recepção dos ensinamentos de Simmel na sociologia brasileira aconteceu entre 1939 e 1955 (LUNA, 1998, p. 20 apud WAIZBORT, 2007, p. 21), onde o autor foi o sociólogo de língua alemã mais citado nos artigos publicados. Naquela época, Simmel era apresentado como um dos mais importantes fundadores da disciplina, sendo citado principalmente para defini-la, para conceber a sociologia formal e para apresentar a discussão dos grupos sociais (idem, p. 21-22 apud WAIZBORT, 2007, p. 22).

A partir de 1955, parece haver um decréscimo da leitura de Simmel, “particularmente no tocante à temática da sociologia geral, continuando a responder perguntas mais restritas como as do conflito e a da situação de estrangeiro” (idem, p. 24-25 apud WAIZBORT, 2007, p. 23). O uso da sociologia do conflito de Simmel na análise dos fenômenos turísticos comprova essa tendência não só no Brasil, mas no mundo. Exemplo é o trabalho de Yang, Ryan e Zhang (2013), onde Simmel aparece como protagonista, juntamente com seu sucessor Coser (1956), no uso do conceito de conflito para explicar a interação entre turistas e anfitriões no Noroeste da China.

Este é o mesmo caminho que este trabalho segue, sendo que no caso a literatura de Simmel soma-se a um trabalho específico à sociologia do turismo. Robinson e Boniface (2005) trazem o conceito de conflitos culturais em quatro dimensões diferentes: turistas-anfitriões, indústria turística-anfitriões, indústria-turistas e anfitriões-anfitriões. Tais dimensões foram aplicadas nesta pesquisa no momento de categorizar os conflitos encontrados durante a pesquisa de campo. No caso, um elemento foi adicionado, que são as instituições governamentais que fazem a regulamentação da atividade turística. Dentre estas várias dimensões em que os conflitos sociais podem ocorrer, este artigo trata especificamente do que Robinson chama de “encontros cara-a-cara”, os anfitriões e sua relação com os turistas.

Metodologia de pesquisa

Para compreender o encontro entre os dois grupos sociais foi realizada pesquisa de campo em Uyuni e nas cidades adjacentes, especialmente por onde passam o tour e/ou os turistas. Realizada entre Janeiro e Março de 2016, a investigação foi fundamentada na observação participante, metodologia qualitativa “utilizada em estudos ditos exploratórios, descritivos, etnográficos ou, ainda, estudos que visam a generalização de teorias interpretativas” (MÓNICO et al, 2017, p. 725).

A própria natureza adaptativa do método, somada à ideia simmeliana de que o *insight* é grande parte da análise sociológica, me permitiram experimentar os encontros cara-a-cara de forma imersiva, registrando comportamentos e tendo acesso a informações em primeira-mão. Indo além, durante a observação participante é possível perceber nuances de sentido não só no que é dito, mas também na idiossincrasia diária, “percepcionando emoções e comportamentos de indivíduos com uma determinada identidade grupal, de uma forma que não seria possível obter a partir de um mero questionário” (MÓNICO, 2010, 2011 apud MÓNICO et al, 2017, p. 727). O diário de campo e as fotografias que resultaram desta imersão serviram de importante base para o desenvolvimento desta pesquisa.

No entanto, a natureza do campo - um lugar de fluxo de pessoas, e não uma comunidade mais perene - me impedia de sustentar a investigação apenas com observação participante, sendo necessário complementar a coleta de dados com entrevistas. Tais interações mais focalizadas são descritas por Mónico (2017, p. 727), como “uma oportunidade para o investigador verificar o seu entendimento das coisas, em comparação com a interpretação daqueles que estiveram a ser observados, e para obter informação adicional e relevante para o estudo”. Estas foram realizadas a partir de quatro questionários semi-estruturados, cujos tópicos abordados variavam de acordo com o grupo social do qual o entrevistado fazia parte.

A escolha dos sujeitos da pesquisa, especialmente entre os turistas, se deu na imprevisibilidade do campo e dia-a-dia em hotéis e *hostels*, sendo feita por conveniência. Já os representantes de entidades governamentais, de classe e da indústria foram contatados primeiro por telefone a partir de indicações e intermediações de quem ia sendo encontrado no caminho. Dificuldade maior foi criar aproximação com os habitantes do local que não estavam envolvidos diretamente com o turismo. Os grupos sociais anteriores eram mais abertos ao fato de eu parecer tão forasteira quanto qualquer turista e, em segundo plano revelar-me pesquisadora, enquanto os locais fechavam-se contra qualquer aproximação minha. A solução encontrada para esta

difficuldade foi aprofundar-me nas entrevistas atores de outros grupos sociais, na literatura específica e na observação.

Um questionário semi-estruturado me permitiu adaptar meus questionamentos à posição social dos atores envolvidos e enveredar-me pela complicada trama histórico, político e econômica que compõe o turismo em Salar de Uyuni. Outras perguntas para além da relação turista-anfitrião estavam incluídas, já que esta pesquisa faz parte de um projeto maior que culmina em minha tese de doutorado, em que os quatro grupos sociais em questão (turistas, anfitriões, governo e indústria) interrelacionam-se organicamente. O que interessa para este artigo, no entanto, são estas duas faces do turismo de aventura em Salar de Uyuni e como se dá a interação social que gera inevitáveis conflitos sociais.

Os resultados destes questionamentos em específico serão apresentados durante o artigo da seguinte forma: na primeira seção são descritos mochileiros e indígenas, bem como conceitos e espaço social ocupado por ambos os grupos. Tal descrição é seguida pela explicação da metodologia de coleta e análise dos dados, amplamente modificados pelas próprias condições do cenário encontrado durante a pesquisa de campo. A segunda seção trata da apresentação dos conflitos sociais identificados entre turistas e anfitriões, suas raízes culturais e as tentativas do governo de minimizá-los. A seguir, são recontadas as experiências dos turistas em relação à hospitalidade dos bolivianos e, na seção seguinte, também o outro lado da moeda, sendo apresentadas as experiências dos anfitriões com os estrangeiros. Por fim, apresento minhas considerações finais e conclusões do trabalho.

O encontro dos mochileiros com os indígenas bolivianos

O “mochilão” (derivado do inglês *backpacking*) é uma das modalidades de viagem que vem ganhando adeptos nos últimos anos (HANNAM e ATELJEVIC, 2008, p. 1), caracterizada principalmente pela busca por economia. Esta é alcançada com a hospedagem em albergues/*hostels*, bem como com a procura de passeios turísticos mais baratos do que os coordenados por agências – quando isso é possível –, e também pelos longos períodos de viagem e a mochila nas costas (idem, p. 1). Outra característica interessante deste tipo de viajante é a ânsia por conhecer várias cidades e países em uma única viagem. Apesar da busca pelo mínimo de gasto, os mochileiros movimentam a economia de cidades inteiras e são hoje um público-alvo de inúmeros produtos. Para além do fator financeiro, os mochileiros formam

uma comunidade imaginada (APPADURAI, 1996), um grupo não institucionalizado, mas relativamente coeso em suas dinâmicas próprias.

Existem atributos comuns aos que integram esta comunidade, ritos de adesão ao grupo e formas particulares de lidar com o turismo. O rótulo “turista” pode inclusive ser um problema para alguns mochileiros (HANNAM e ATELJEVIC, 2008), que pretendem fugir das rotas tradicionais por considerarem-nas “artificiais”, advogando em prol de passeios em comunidade sem o intermédio de agências especializadas. Outro atributo desse grupo é a relativa flexibilidade do roteiro, o que permite a permanência por períodos de tempo maiores em determinadas cidades, provocando às vezes a busca por empregos temporários ou prestação de serviços em troca de estadia e alimentação (ALLON, ANDERSON e BUSHELL, 2008). Tudo isso torna os mochileiros um gênero de viajante próprio e distinto dos adeptos ao turismo “de massa”, termo que aparece em Krippendorf (1989), por exemplo, como atividade “passiva”. Essa modalidade, que cresce vertiginosamente ao longo dos anos, vem provocando impactos econômicos significativos em regiões como a Ásia (UNESCO Bangkok, 2004) e América Latina.

Na América do Sul, como já dito acima, uma das regiões que mais recebe mochileiros é o Altiplano Andino, que compreende desde o lago Titikaka até o deserto do Atacama. O Salar de Uyuni representa um ponto de confluência dos mochileiros vindos do norte, a partir de La Paz, e do sul, a partir do Chile e da Argentina. A passagem por Uyuni significa também o encontro com “o homem andino”, como me foi descrito durante a pesquisa de campo, que é caracterizado por ter a personalidade “fechada”. Os aimara, segundo a tese mais aceita, derivam da cultura Tiwanaku, cujos resquícios da capital ainda podem ser encontrados em um sítio arqueológico próximo a La Paz. Esta antiga civilização fez frente aos Incas e dominou o Altiplano Andino, que também é chamado em espanhol de *meseta del Collao*, significando “lugar dos collas”, nome dado até hoje aos bolivianos pertencentes a esta etnia. Os collas caracterizam-se por falar o idioma aimará e, as mulheres em especial, por usarem trajes típicos da era colonial, como saias rodadas e chapéus cocos que as distinguem do restante da população. A presença dos aimara se concentra no Altiplano Andino, um pouco do norte do Chile e sul do Peru.

Conflitos sociais e culturais

Ao contrário de outros destinos turísticos, no tour de Salar de Uyuni não há apresentação da cultura local por meio de danças ou representações teatrais de qualquer tipo. O foco é a paisagem e a natureza, e o único encontro com moradores locais se dá na cidade de Colchani, um povoado a 20 km de Uyuni nascido dos trabalhadores da extração do sal, mas que hoje vive também das tendas e lojas de vendas de souvenirs, muito dos quais são produzidos no Peru. Os turistas passam por Colchani no começo ou no fim do tour, a depender de onde o começaram, e ali tem contato com os bolivianos que estão a vender os artigos destinados aos viajantes. A única outra possibilidade de o encontro entre anfitriões e mochileiros acontecer é em uma das paradas para almoço feitas durante o tour, geralmente em vilarejos minúsculos no meio do deserto, habitados por trabalhadores das empresas que extraem minérios da região.

Devido a esta característica, os “encontros cara-a-cara” acontecem em Uyuni, onde os turistas se hospedam antes e depois de realizarem o tour. A cidade é apenas um ponto de entrada ou saída do tour de quatro dias, e não oferece muitas atrações que façam com que os estrangeiros fiquem mais tempo no local. Apesar disso, a impressão que Uyuni deixa nos turistas é marcante. Em minha pesquisa de campo, não encontrei um único estrangeiro que tivesse boas memórias da cidade, a descrevendo como hostil.

Uma jovem norueguesa, inclusive, me disse que “não via a hora de sair de lá” e que “detestou” tudo. Tais palavras podem parecer fortes, mas são compreensíveis por quem já foi a Uyuni e não se sentiu acolhido pelos locais. Uma lembrança que tenho de minha chegada à cidade, na ocasião para começar a pesquisa de campo, envolve o dono de um hotel na rua da rodoviária que, ao me receber, disse ao jovem recepcionista que ele poderia cobrar mais caro de mim por ser gringa. Sem trocar uma palavra comigo, ele não poderia saber que sou fluente em castelhano e que entendi tudo o que dizia.

A explicação da responsável pela secretaria de turismo da cidade de Uyuni para o tratamento dos anfitriões com os turistas seria a falta de campanhas de educação e conscientização dos moradores e trabalhadores da indústria turística da importância de receber bem os estrangeiros:

Recién hemos realizado aquí a la unidad de turismo lo que se trata de hacer la sensibilización turística con la población de Uyuni. Yo ingresé en Septiembre y eso es lo que estamos aprovechando en mes internacional de turismo para hacer, actividades conjuntamente con las asociaciones gastronómicas y también con operadores de turismo que también ahí hay asociaciones. Pero así, la gente todavía no está muy... **pasa que viven del turismo pero no tienen todavía un buen trato hacia el turista.** Pero, como te comento, nunca se ha tratado eso. Hay muchas cosas que en el turismo que todavía no se ha hecho aquí. Está, por ejemplo, en painel. No se ha tratado

nada, lo único que he visto que han realizado durante los anos es hacer así el material. Todo lo que es material, a mi forma de ver es material institucional, pero solo giran en torno aquí y la gente de aquí no se recibe el material. No se ha elaborado un material que sea por internet, o tal vez en otros idiomas (grifo meu, entrevista concedida a autora, 2016)²

Outro fator nomeado pela secretária de turismo seria a falta de opções de lazer e atrações ofertadas aos turistas, que se tornam reféns das agências na compra de pacotes para o tour padrão pelo salar e arredores. Por não haverem opções, a passagem do turista por Uyuni é curta³, e a solução para o problema seria fazer com que os habitantes das cidades da região promovessem atrativos turísticos.

También lamentablemente, lo único que trabajan es el Salar de Uyuni. Tampoco se ha realizado, se ha extendido la oferta. El turista también viene aquí y no hay otra cosa más que hacer que el Salar. También se está tratando de hacer unas jornadas para poder ir a los diferentes pueblos que tienen atractivos turísticos porque más que nada tal vez durante este medio año hacer que la gente se vea que el turismo es una actividad económica pero también es una actividad donde pueden donde se puede sacar muchos beneficios en relaciones humanas que se pueden intercambiar (entrevista concedida a autora, 2016)⁴

O turismo como atividade econômica perde, neste caso, a preferência dos habitantes do Altiplano por ser um “trabalho de ano inteiro”, ao contrário do cultivo de quinoa, por exemplo, que só acontece em temporadas específicas devido à estação chuvosa. Percebe-se, portanto, que não há intenção por parte dos moradores das cidades e povoados vizinhos de investir no turismo. A consequência desse comportamento é o número de pessoas originárias de La Paz que vivem hoje em Uyuni e são donos da maioria dos restaurantes, agências e hotéis na praça principal da cidade, a *Plaza Arce*.

² Acabamos de fazer aqui para a unidade de turismo a conscientização do turismo com a população de Uyuni. Comecei em Setembro e aproveitamos o mês internacional do turismo para fazermos atividades em conjunto com as associações gastronômicas e também com os operadores turísticos e suas associações. Mas desta forma, as pessoas ainda não são muito ... acontece que eles vivem do turismo, mas eles não têm um bom tratamento para os turistas ainda. Mas, como eu te disse, isso nunca foi discutido. Há muitas coisas no turismo que ainda não foram feitas aqui. É, por exemplo, no painel. Nada foi tratado, a única coisa que vi que fizeram ao longo dos anos é fazer o material. Tudo o que é material, ao meu modo de ver, é material institucional, mas eles só circulam por aqui e as pessoas daqui não recebem o material. Nenhum material foi desenvolvido online ou talvez em outros idiomas.

³ Em termos de hospedagem e alimentação, Uyuni é mais cara que as grandes cidades bolivianas com fortes atrativos turísticos, como La Paz e Potosí. O fato de a cidade ser isolada e não produzir alimentos deve também ser considerado, porém, a disparidade de preços afasta os mochileiros que preferem ficar mais tempo em cidades mais baratas e que tenham maior oferta de atrativos.

⁴ Também, infelizmente, a única coisa que funciona é o Salar de Uyuni. A oferta não foi aumentada. O turista também vem aqui e não há mais nada a fazer além do Salar. Estamos tentando fazer jornadas para ir para as diferentes povoados que têm atrações turísticas, porque mais do que qualquer coisa talvez durante estes seis meses fazer as pessoas verem que o turismo é uma atividade econômica, mas também é uma atividade de onde eles podem obter muitos benefícios em relacionamentos humanos que podem ser trocados

Esse traço da população local e sua influência no turismo não são novos e já foi mencionado anteriormente em um estudo sobre o turismo comunitário na Bolívia. Aranibar, professor de turismo em uma universidade em La Paz e ex-Ministro do Turismo boliviano, analisou em sua tese de doutorado o turismo indígena e comunitário em todo o país. Segundo ele,

Cada sociedade indígena organiza sua vida cotidiana dando prioridade à satisfação de necessidades materiais e espirituais básicas. "Cada dia um grupo decide a ocupação do tempo de cada membro da comunidade, seja pescando com anzol ou rede, coletando frutas, caçando, preparando a fazenda, fazendo uma coroa cerimonial, etc. Uma das características da vida indígena é a enorme liberdade que uma pessoa tem, dentro dos limites estabelecidos pelas estratégias de sobrevivência, para decidir como ocupar seu tempo. Em geral, as horas utilizadas para atividades materiais de subsistência são em média de 3 a 4 horas por dia. Cada pessoa adulta é a sua própria autoridade e decide como deve fazer para satisfazer as necessidades diárias do seu agregado familiar. Os ritmos produtivos respondem a razões sazonais e aos ciclos de maturação de frutos ou culturas silvestres, migrações de animais ou peixes, etc. O artesanato em tecelagem ou cerâmica é praticado especialmente na estação chuvosa, assim como a troca de mercadorias e presentes é feita na estação seca, quando as trilhas e os rios são transitáveis. Tendo em conta estes fatores de racionalidade indígena pode tornar a viabilidade e sustentabilidade das empresas de turismo indígenas e comunitárias. (2009, p. 90-91, tradução minha)

Para Aranibar (2009, p. 91), para resolver esse problema seria necessário respeitar a cultura indígena no que diz respeito às suas concepções de tempo e trabalho, utilizando a sua "*racionalidade organizativa*" para combinar o "individual e coletivo em um modelo misto que vem funcionando adequadamente há séculos e que pode muito bem se adaptar ao desenvolvimento do turismo comunitário" (idem, ibidem, p. 89, tradução minha). A tese de Aranibar afirma que é preciso adaptar o turismo ao modo de vida indígena e não o contrário, integrando as comunidades a essa indústria para que elas possam também usufruir de seus rendimentos sem que tenham que alterar suas características ancestrais.

Seu trabalho acadêmico e sua posição no setor governamental responsável por planejar, promover e regular o turismo influenciaram muito na forma com que o governo de Evo Morales encara a atividade turística. Após seu mandato, a Bolívia lançou seu primeiro *Plan Nacional de Turismo* 2012-2016, que trouxe um documento completo com metas e ações para aprimorar esta atividade econômica que vinha crescendo exponencialmente ao longo dos anos. Além de metas financeiras importantes, como "posicionar o Setor de Turismo como a primeira atividade geradora de moeda estrangeira no setor exportador não tradicional" (PLAN, 2012, p. 42, tradução minha), o Plano traz uma meta específica relacionada à hospitalidade: "bolivianas e bolivianos conscientes do turismo e orgulhosos de seu patrimônio cultural e natural" (Idem, ibidem, p. 42, tradução minha).

A ideia de tornar o povo orgulhoso de seu patrimônio e sensibilizá-lo quanto à atividade turística parece condizer com o retrato de uma nação que busca ser referência sul-americana em termos de turismo. Os instrumentos usados para alcançar essa meta seriam, de acordo com o Plano, seminários e workshops, além de material impresso distribuído à população. Apesar de bem intencionado, é possível ver por meio da primeira entrevista citada por mim, que as políticas não foram efetivadas e o material institucional acabou sendo estocado pelos órgãos locais de turismo, não chegando ao público-alvo. Em consequência disso, não é possível medir a efetividade dessa política.

Hospitalidade e autenticidade: como se recebe o turista em Uyuni

Um episódio que me marcou bastante durante a pesquisa de campo foi minha passagem por Colchani, o já mencionado vilarejo onde se vende artesanato e souvenirs aos turistas que fazem o tour de Salar de Uyuni. Caminhando pelas ruas, me lembrei do primeiro tour que fiz em 2012, quando “mochilei” pela Bolívia. Naquela época, Colchani era composta por duas fileiras de casas e uma rua comprida, onde todo o comércio acontecia. Em 2016, somente quatro anos depois, ao realizar a pesquisa de campo percebi que Colchani havia quintuplicado de tamanho, sem contar com as inúmeras casas em construção naquele momento. Tudo resultado do crescimento do número de turistas no Altiplano Andino.

No entanto, não é o crescimento acelerado do vilarejo que marcou, mas sim a hostilidade dos trabalhadores da indústria do sal, que continuam usando Colchani como base para a extração do mineral. Ao visualizar de longe um caminhão com sal ser descarregado por quatro homens usando pás como instrumento para isso. Achei a cena interessante e fui tirar uma foto. Não só eu, mas um grupo de turistas - presumo europeus pelas características - teve a mesma ideia. Chegando próximo ao caminhão, os homens ficaram incomodados com as fotos e tornaram-se um pouco agressivos, jogando pedras de sal em mim e no grupo de turistas. A mensagem era clara: saiam daqui e nos deixem em paz.

Não fiquei especialmente ofendida pela reação dos trabalhadores, até porque não foram os primeiros a gritar comigo e com a minha câmera fotográfica durante minha estadia na Bolívia. O que me chamou a atenção foi o incômodo causado pelos turistas aos habitantes de uma região, em especial para os que não estão diretamente envolvidos com o turismo, assunto amplamente debatido em estudos anteriores (JAMAL e ROBINSON, 2009). Tendo em mente

a interação descrita, eu não tentei entrevistar estes homens, mas me foi explicado o porquê de os habitantes de Colchani que trabalham com o sal verem os turistas como um empecilho.

A técnica usada para extrair o sal do salar é simples e manual até hoje, consistindo apenas três etapas: formar montes de sal com uma pá, esperar o sol evaporar a água e carregar o sal em um caminhão. Tanto que, em minha primeira visita a Colchani em 2012, pude ver os tais *montones de sal* próximos à cidade. Hoje em dia não é mais possível ver a extração do sal tão de perto, pois os trabalhadores, cansados de ver os turistas subindo nos montes de sal para fazer fotos e destruindo seu trabalho, começaram a realizar esse serviço em outra parte do salar. Isso explica o incômodo causado pelos turistas que, assumindo que todos ao seu redor estão a serviço de seu entretenimento, não pensam nas reais consequências de suas ações.

O episódio em Colchani traz a oportunidade de discutirmos não só a hospitalidade dos bolivianos com os turistas que visitam o Salar de Uyuni, mas também até que ponto podemos esperar que essa hospitalidade não seja encenada, mas sim autêntica. O tema da autenticidade nas pesquisas de turismo é antigo e já discutido (SANTANA, 2009; BARRETO, 2007), mas não deixa de ser relevante no processo em questão. Inclusive, os próprios turistas possuem suas inquietações a respeito disso. Um brasileiro, quando questionado a respeito de suas interações com os bolivianos, me disse:

(...) uma pessoa ou outra que acabei tendo uma relação mais próxima, mas acho que não é um traço do lugar ter esse tipo de comportamento. Eu acho muito difícil separar as coisas também. Até que ponto quando você começa a interagir com o local aquilo tem a ver com uma proximidade concreta ou só tem a ver com o fato daquela pessoa ter a consciência de que você é um turista e que se ela for agradável com você aquilo pode gerar uma impressão de aquele lugar é simpático ao turismo e você vai voltar para o seu lugar e falar "lá o pessoal é maneiro pra caralho". Então, sei lá, para mim é meio difícil ter essa clareza de interação com as pessoas (entrevista concedida a autora, 2016).

É possível perceber que os turistas entrevistados durante a pesquisa desejam ter, afinal, relações verdadeiras e autênticas com os lugares e pessoas que visitam, ao invés de tornarem-se expectadores de teatros montados para entretê-los. Naturalmente, nenhum turista deseja ser maltratado por seu anfitrião, onde quer que esteja, mas quando se visita um lugar como Uyuni, em que as pessoas e suas culturas não fazem parte do pacote, a hospitalidade cai para segundo plano.

A aventura e as paisagens naturais são o tema do turismo ali e o que eu encontrei, na verdade, são turistas com grande preocupação com o meio ambiente. Por se tratar de áreas protegidas e muito delicadas quando se trata de equilíbrio entre ser humano e natureza, o Altiplano Andino escancara aos visitantes o impacto ambiental da atividade turística. Como

dito antes, o tour é sempre feito em um carro 4x4, devido às condições do terreno, e como o volume de turistas é muito grande, é possível ver dezenas destes carros atravessando o salar e os desertos adjacentes, deixando suas marcas.

Durante o tour também são feitas várias paradas para fotos, sejam em lagoas, vulcões ou formações rochosas extraordinárias. O problema aqui é a falta de infra-estrutura para receber esses turistas, já que não há banheiros ou plataformas/caminhos por onde eles devam passar e onde devem se ater. Uma turista canadense resume:

I'd say one thing there that stood out was the lack of infrastructure on those places where every tour goes to and it's in these fragile environments, but there is no facility for people to use the toilet and, you know, you could always find behind the big rock a bunch of toilet paper and it stinks. For a place where so many people are visiting someone would invest on something to take care of that, but I guess it is a question of who (entrevista concedida a autora, 2016)⁵

Sua última frase resume a questão de quem seria o responsável por garantir essa estrutura e a resposta mais coerente seria o governo, seja em nível nacional ou departamental. Mas nem sempre é o que acontece e algumas comunidades às vezes resolvem realizar elas mesmas as melhorias necessárias. Algumas medidas interessantes que foram implementadas ao longo dos anos são a manutenção das termas e o fechamento do hotel de sal. As termas são piscinas naturais de água quente localizadas dentro da Reserva Nacional de Fauna Andina Eduardo Avaroa (REA) e já há muito tempo fazem parte do tour padrão. Nas proximidades das termas foram construídas estruturas para receber os turistas, com banheiros, áreas para refeições e locais de descanso. Os responsáveis não fazem parte do estado, mas sim são os moradores de Sur Lípez, uma província no extremo sul do país, da qual falarei mais a seguir.

Já o fechamento do hotel de sal partiu do governo boliviano. Este hotel em questão está localizado no meio do salar e desde 2010 já não recebe mais hóspedes. Seu fechamento se deu por conta da preocupação com a contaminação do salar com detritos dos banheiros do hotel, segundo relato do meu guia em 2012. É interessante notar que, apesar de fechado para hóspedes, o hotel continua aberto para visitação e possui banheiros funcionando. Ele ainda faz parte do tour padrão e faz parte de uma das imagens mais conhecidas, que é a plataforma com bandeiras de diversos países deixadas por turistas em suas passagens por lá.

⁵ Eu diria que uma das coisas que se destacou foi a falta de infraestrutura nestes lugares onde todos os tours v o e nestes meio ambientes frágeis, onde não há lugar para as pessoas irem ao banheiro e, você sabe, você sempre encontra um monte de papel higi nico atrás de uma rocha grande e fede. Para um lugar que recebe tanta gente alg m deveria investir em alguma coisa e cuidar disso, mas eu acho que seja uma questão de quem.

O cuidado com o meio ambiente me parece uma preocupação válida dos turistas da área e cria conflitos entre estes e seus anfitriões, mas não o faz de forma direta, pois não são os anfitriões os responsáveis por promover as mudanças necessárias nesse quesito. E os turistas, por outro lado, não podem exigir tamanha regulamentação devido ao caráter temporal de sua estadia. O que afeta os turistas de verdade e é causa de diversos conflitos é a infraestrutura dos hotéis em que se hospedam. O hotel de sal mencionado anteriormente foi apenas o primeiro dos muitos que existem hoje ao redor do salar. Estes seguem em funcionamento e fazem parte do tour, mas, por estarem localizados em áreas com difícil acesso à água, banheiros e duchas podem simplesmente não estar disponíveis, o que causa conflitos.

Outro problema enfrentado pelo turista é a falta de preços tabelados e de um maior rigor na regulamentação dos serviços ofertados pelas agências que fazem o tour. A barganha faz parte da cultura boliviana e está presente em praticamente todas as transações comerciais, e o turismo não está fora desta. Por isso, o turista precisa geralmente pesquisar preços, indo de agência em agência e pedindo desconto. Como todas oferecem o mesmo pacote, passando pelos mesmos lugares, é normal o turista acabar por fechar negócio com a agência que cobra menos. No entanto, isso traz dois problemas. O primeiro é encontrar pelo caminho alguém viajando com outra agência que oferece o mesmo pacote por muito menos. Em casos extremos em que o turista decide reclamar com a *Policía Turística*, a secretaria departamental de turismo entra em cena. Em entrevista concedida a autora (2016), o representante do governo departamental de Potosí para o turismo em Uyuni exemplifica:

El paquete se vende a 700 bolivianos, compra a todo el paquete y esta listo e encuentran una operadora que lo vende a 500 bolivianos. Hasta la semana pasada hemos tenido un problema igualito a esto. Habían comprado un paquete de dos días de 500 bolivianos. Se fueran a dar una vuelta y encontrarán el mismo paquete por 200 bolivianos. Las operadoras se encontraron en el Salar. Los dos amigos eran de Uruguay, empujados a conversar y trocar experiencias y vieron que era el mismo tour, el mismo servicio, pero una operadora cobraba más y otra menos. Entonces hubo un problema aquí y tuvimos que hacer devolver un tanto el dinero de la otra operadora porque no era un servicio más. Y yo creo que es de esta manera. Hay turistas que son muy educados, pero hay muchos turistas que son mal entretenidos que se portan mal. De los chicos que te dije, los dos ellos igual, fueron en la otra operadora y empezaron a chutar su puerta, y me enoje y fui con la policía y les hice subir a su bus y irse.⁶

⁶ O pacote é vendido por 700 bolivianos, um turista compra todo o pacote e está pronto e encontra um operador que o vende por 500 bolivianos. A semana passada nós tivemos um problema como esse. Eles haviam comprado um pacote de dois dias de 500 bolivianos. Eles deram uma volta e encontraram o mesmo pacote por 200 bolivianos. Os tours já estavam no Salar. Os dois amigos eram do Uruguai, ansiosos para conversar e trocar experiências e viram que era o mesmo tour, o mesmo serviço, mas um operador cobrava mais e outro menos. Então houve um problema aqui e nós tivemos que fazer um reembolso do dinheiro do outro operador porque não era um serviço a mais. E eu acho que é assim. Há turistas que são muito educados, mas há muitos turistas mal educados que se comportam mal. Dos caras que eu lhe contei, os dois eram os mesmos, eles foram até a outra operadora e começaram a chutar a porta, e eu fiquei com raiva e fui até a polícia e fiz com que eles pegassem o ônibus e partissem.

Nesse caso, dois turistas uruguaiois levaram ao extremo sua insatisfação com a diferença de preços e partiram para a violência, sendo convidados a se retirar da cidade. O caso é raro e normalmente o máximo que os turistas fazem é reclamar da agência em fóruns na internet, onde muitos pedem recomendações. Outra consequência da dinâmica das agências em Uyuni é a imprevisibilidade. Quando se fecha o pacote com uma agência e esta não consegue completar um grupo de seis pessoas para viajar, as agências tendem a se juntar para fechar um ou mais carros e evitar mandar um tour com menor capacidade do que o possível. Nesse caso, um turista brasileiro reclama:

E outro lance que eu também acho que não foi muito legal que é esse lance de você contratar em uma agência e ter esse serviço terceirizado em que você nunca sabe muito bem o que você está contratando, sabe? Por exemplo, aconteceu comigo. Bota a lista aqui e esse é o teu grupo, você vai lá e bota o seu nome. Aí você vê e tem um brasileiro e um francês. No outro dia já eram outras pessoas que estavam [na lista] (entrevista concedida a autora, 2016).

Apesar de todos os conflitos entre turistas e anfitriões listados acima, existe um que afeta muitos turistas: a própria dinâmica do tour. O tour de Salar de Uyuni me foi descrito por um entrevistado como “tour de japonês”, pois se viaja de carro por muitos quilômetros com diversas rápidas paradas no caminho para tirar fotos. Isso causa dois incômodos aos turistas. Um deles é a falta de tempo para apreciar o local e o outro é encontrar em cada parada dezenas de carros também lotados de turistas, destruindo a sensação de estar só em um local isolado. O guia da minha viagem descreve esse ponto da seguinte forma:

lo que ha experimentado es que los turistas siempre quieren caminar solos en el desierto. La mayoría dice “queremos andar solitos, no queremos mucha gente”. Antes si era mucha la posibilidad de caminar solo pero ahora no tanto. Tentamos caminar solos pero siempre aparecen un coche por tras, otro coche adelante (entrevista concedida a autora, 2016)⁷

Muitos outros relatos me confirmaram o mesmo, o que mostra que, ao fim do dia, o que realmente incomoda os turistas são os outros turistas.

Convivendo com os mochileiros

Como descrito acima na passagem sobre Colchani, os turistas causam incômodo principalmente aos moradores de Uyuni e região que não estão diretamente envolvidos com o

⁷ Minha experiência mostra que os turistas sempre querem andar sozinhos no deserto. A maioria diz "queremos andar sozinhos, não queremos muitas pessoas". Antes sim havia muita possibilidade de andar sozinho, mas agora não tanto. Nós tentamos estar mais isolados, mas sempre aparece um carro por trás, outro carro pela frente.

turismo. Em minha entrevista com o guia de meu tour sobre essa relação turista-boliviano, recebi como resposta:

A principios, cuando nosotros habíamos hecho ingresar a los turistas, [los bolivianos] tenían un concepto muy malo acerca de los turistas. Especialmente los que en Bolivia han aplastado mucho, digamos la capitalización, vean a un, disculpe la palabra, quizás no es la palabra más correcta para identificar a las personas, siempre los identificamos como gringos. Y muchos nativos decían “no dejen a venir los gringos porque ellos van a ver nuestros minerales, vienen a observar nuestras riquezas naturales y un día van a invertir un capital y ustedes que son los guías de estos gringos, ustedes son como traicioneros, nos están queriendo nos traicionar”. Este concepto tenía la gente de los pueblitos pequeños. No querían que ingresen los gringos, pero con el futuro nosotros hemos ido explicando, los guías, que nos es tanto así. Ellos no tienen mucho interés en los recursos naturales. Solamente vienen ellos a despejar su mente, a pasar un momento de vacación (...). Vienen, en otras palabras, a despejar su estrés como salir a la libertad. Y comprendiendo ese concepto ya el turista es aceptable en Bolivia. Pero a principios era complicado aceptar eso, en los pueblitos era complicado (entrevista concedida a autora, 2016)⁸

Os *pueblitos* em questão não são necessariamente Uyuni, apesar desta não ser uma grande cidade, mas sim os vilarejos de quatro a dez casas localizadas no meio do deserto, espalhados mais ao sul. São residências dos indígenas que cultivam quinoa, criam llamas ou trabalham nas mineradoras que exploram a região. Estes servem apenas de passagem dos turistas em paradas para o almoço e nestas ocasiões, mais parecem cidades fantasmas com casas de terracota e telhados de palha. Por isso, quase não há “encontro cara-a-cara” entre turistas e os moradores destes lugares, tornando essa população quase invisível aos olhos dos viajantes.

Uma exceção é a já mencionada província de Sur Lípez, onde se encontram as vilas de Quetena Grande e Quetena Chico, lugares um pouco maiores localizados na fronteira com a Reserva Eduardo Avaroa. Ali os carros e seus passageiros pernoitam e, para isso, precisam pagar uma taxa na entrada. Essa taxa é diferente da cobrada pelo governo nacional na entrada da Reserva, administrada pelo exército. Em Sur Lípez, o que é cobrado vai para os cofres da comunidade e servem para administrar os locais por onde passam os turistas. Uma das melhorias trazidas por esse capital foi a construção na região das termas, como eu disse anteriormente.

⁸ No início, quando fizemos os turistas entrarem, os bolivianos tinham um conceito muito ruim sobre os turistas. Especialmente aqueles que na Bolívia têm sofrido muito, dizem em voz alta, veja, desculpe a palavra, talvez não seja a palavra mais correta para identificar pessoas, nós sempre as identificamos como gringos. E muitos nativos disseram: "não deixem os gringos virem porque vão ver nossos minerais, eles vêm observar nossas riquezas naturais e um dia eles vão investir uma capital e vocês que são os guias desses gringos, vocês são tão traiçoeiros, estão querendo nos trair ". Esta ideia tinham as pessoas de pequenas cidades. Eles não queriam que os gringos entrassem, mas com o tempo temos explicado, os guías, que somos muito parecidos com eles. Eles não têm muito interesse em recursos naturais. Só eles vêm limpar suas mentes, passar um momento de férias (...). Eles vêm, em outras palavras, para limpar o estresse quando saem para a liberdade. E entender esse conceito e o turista é aceitável na Bolívia. Mas no começo era complicado aceitar que, nas pequenas cidades, era complicado

O processo de estabelecimento de Sur Lípez como uma província independente na cobrança de taxas aos turistas veio de uma mobilização realizada em 2012, presenciada por mim em minha primeira viagem à Bolívia que muito contribuiu para o nascimento dessa pesquisa. Na época, os moradores da província protestavam contra as agências que centralizavam os lucros do turismo e reivindicavam que estes fossem repartidos pelas comunidades afetadas pela presença dos turistas. O resultado dessa mobilização é a cobrança desta taxa nas principais rotas de entradas dos turistas. Outra benesse trazida por esta cobrança se encontra na região onde está localizada a árvore de pedra, um outro atrativo importante no tour. A ação do vento ao longo dos milhares de anos fez essa rocha assumir a forma de uma árvore, perfeita para as câmeras interessadas dos mochileiros. Também nesse local foi construída uma estrutura com banheiros para atender as centenas de pessoas que passam ali diariamente.

A árvore de pedra também sofreu com conflitos de outra natureza. De acordo com o oficial departamental de turismo em Uyuni, um grupo de israelenses viajou à cidade carregando explosivos com o objetivo de fazer o tour e explodir a rocha. Não encontrei outras fontes sobre o assunto, mas o oficial me relata que a solução foi simples: “*los hicimos hablar con policia y los despachamos*”. Mesmo a polícia turística de Uyuni não me confirmou o fato e, em entrevista não gravada, uma moça me relatou que os conflitos encontrados por ela entre turistas e anfitriões se resumem a relatos de roubo. De acordo com a policial, o que os turistas apresentam são roubos de bagagem ou equipamento fotográfico dentro dos próprios hotéis. Durante a entrevista, contudo, avaliei que sua fala estava carregada de cinismo e, com isso entrega uma opinião. “Eles na verdade querem o seguro e precisam do papel”, admitindo incredulidade nos estrangeiros e acrescentando que Uyuni é uma cidade pacata com pouca ou nenhuma violência.

Esse sentimento de desconfiança para com o estrangeiro explica a timidez dos anfitriões e até mesmo a ocasional hostilidade sentida pelos turistas. De novo lanço mão da entrevista com o guia do tour realizado durante a pesquisa de campo:

Hay mucha gente, los nativos de los pueblitos, tienen un concepto - no sé si vale la pena aclarar esto, quizá va parecer como si fuera algo ridículo - donde dicen: “los gringos vienen a reírse de nosotros, vienen a burlarse de nuestra raza, ellos son personar decentes, nosotros somos personar muy diferentes, ellos utilizar perfume, nosotros somos naturales”. Se hice fuerte la discriminación y previene la relación íntima entre visitantes y entre nativos. Eso lo que he comprendido yo. (entrevista concedida a autora, 2016)⁹

⁹ Há muitas pessoas, os nativos das pequenas cidades, têm uma ideia - não sei se vale a pena esclarecer isso, talvez pareça algo ridículo - onde dizem: "os gringos vêm rir de nós, vêm tirar sarro da nossa raça, são pessoas decentes e nós somos pessoas muito diferentes, usam perfume, somos naturais". A discriminação tornou-se forte e impede a relação íntima entre visitantes e entre nativos. Isso é o que eu entendi.

Essa descrição corrobora com a ideia que me foi apresentada pela oficial municipal de turismo em Uyuni, a de que o povo andino seria “fechado”, impossibilitando uma relação melhor com os estrangeiros. Outros me apresentaram também essa ideia, mas houve também muitos os que defenderam a presença dos turistas para mim. Relacionando o turismo com progresso econômico e carregado de orgulho das paisagens naturais de sua terra, um senhor me disse crer que é preciso “receber bem o turista”. Até porque, como me foi dito, *“la mayoría de los turistas son tranquilos. Hasta porque se quedan en Uyuni muy poco”*.

Considerações finais

Os “encontros cara-a-cara” entre os mochileiros estrangeiros e os indígenas no Altiplano Andino geram uma série de conflitos sociais e culturais que permeiam todas as relações e têm consequências práticas, políticas e econômicas para a região. Como Simmel (1999, 2015) descreveu, esses conflitos cotidianos são responsáveis por mudanças estruturais e de comportamento. Olhando o panorama completo, podemos afirmar com segurança que as causas por trás desses conflitos são o modo de vida indígena e a mentalidade de consumo, muitas vezes inconciliáveis.

Por um lado, o modo de vida indígena indica uma cosmogonia centrada no tempo da natureza e nas estações do ano. Aranibar (2009, p. 91, tradução minha), confirma que “o problema surge quando os projetos promovem atividades incompatíveis com a satisfação das necessidades da vida cotidiana, eles podem preferir ir caçar ou cultivar a fazenda em vez de trabalhar oito horas na produção de artesanato ou outra atividade comercial” e explica que a rotina de trabalho industrial, centrada no relógio e no excedente da produção não se adequa àquela “racionalidade organizativa”. Para ele (ibidem, p. 91, tradução minha), “A transformação dos povos indígenas em trabalhadores com uma outra rotina é tão difícil e conflituosa quanto qualquer transformação cultural”.

Mesmo a ideia do governo de instituir o turismo boliviano de forma indígena e comunitária não solucionou os conflitos desta vertente, principalmente porque as metas estabelecidas no planejamento não foram concluídas. Esse fato impede uma maior integração das comunidades que não estão diretamente ligadas ao turismo com os viajantes, mas também a própria cultura do povo andino.

Algumas ações infelizes e até mesmo criminosas de alguns turistas contribuíram com essa desconfiança, tornando parte da população de Uyuni cética quanto a idoneidade dos estrangeiros que, por sua vez, sentem a hostilidade do povo boliviano para com eles. Apesar de não ser um problema generalizado, é estrutural no que tange o tratamento dos anfitriões para com os turistas, mesmo aqueles diretamente ligados à indústria turística. Tal hostilidade não afasta os viajantes de Uyuni, cujos números oficiais de turismo receptivo só crescem. No entanto, a imagem que a cidade e as pessoas deixam nos estrangeiros tende a ser negativa.

Os turistas geralmente ficam apenas um dia em Uyuni e logo seguem viagem com as agências que os levarão às atrações mais importantes do Altiplano Andino. Por esse motivo, o contato com a população local é escasso e pontual. Sendo a natureza a protagonista na viagem e como a cultura local é pouco explorada na região, mesmo com estes conflitos, o turismo cresce e Uyuni se tornou a capital do turismo na Bolívia. Como consequência, os habitantes das cidades da região têm que aguentar muitas vezes a falta de educação de turistas mal orientados, sofrendo com este comportamento.

No geral, pouco se vê daquele que seria o mau comportamento relacionado ao turismo de massas, cuja mentalidade de cliente faz crer que todos trabalham em prol de suas férias e, por sustentar parte considerável daquela população, devem ser gratos por sua presença. Na verdade, os turistas em geral estão mais preocupados com o meio ambiente e com sua experiência durante o tour, desfrutando de um encontro único com a natureza.

Referências Bibliográficas

ACURISMO. Más de 300 mil turistas visitaron Uyuni el 2016, **Uyuniweb**. Disponível em <<http://uyuniweb.com/especiales/pagina.php?sip=67>>. Acessado em 29.04.2018.

ANDERSEN, Lykke E.; VALDEZ, Laura. **Turismo en el Salar de Uyuni**: Restricciones y Potencialidades. Instituto de Estudios Avanzados en Desarrollo - Serie de Documentos de Trabajo sobre Desarrollo. No. 18/2009, 2010.

APPADURAI, J. **Dimensões culturais da globalização**. A modernidade sem peias. Editorial Toremia Ltda: Lisboa, Portugal, 1996.

ARANIBAR, Ricardo Cox. **Turismo indígena y comunitario en Bolivia** - Un instrumento para el desarrollo socio-económico e intercultural. La Paz: Plural editores, 2009.

BARRETO, M. **Cultura e Turismo** - discussões contemporâneas. Campinas, SP: Papirus Editora, 2007.

COSER, L. A. **The functions of social conflict**. London, England: Routledge & Kegan Paul, 1956.

FERNÁNDEZ, Damir Galaz-Mandakovic. **Uyuni, capital turística de Bolivia** Aproximaciones antropológicas a un fenómeno visual posmoderno desbordante. Teoría y Praxis 16 (147-173), 2014.

GUIMARÃES, V. M. **A Sociologia e os Estudos do Turismo**: algumas divagações. Trabalho apresentado no GT “Abordagem Histórico-Crítica do Turismo” do V Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul – Caxias do Sul, 27 e 28 de junho de 2008.

HANNAM, K., e ATELJEVIC, I. **Backpacker Tourism: Concepts and Profiles**. Toronto: Channel View Publications, 2008.

JAMAL, T. e ROBINSON, M. (orgs.). **The Sage Handbook of Tourism Studies**, Los Angeles e Londres, Sage, 2009.

JÚNIOR, José O. Alcântara. **Georg Simmel e o Conflito Social**. Caderno Pós Ciências Sociais - São Luís, v. 2, n. 3, jan./jun. 2005.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

MÓNICO, Lisete S.; ALFERES, Valentim R.; CASTRO, Paulo A. e PARREIRA, Pedro M. **A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa**. Atas CIAIQ 2017, pp. 724-733.

ROBINSON, M.; BONIFACE, P. **Tourism and Cultural Conflicts**. Wallingford: CABI Publishing, 1999. Santana, A. Antropologia do Turismo - antologias, encontros e relações. São Paulo: Aleph, 2009.

SANTANA, Augustín. **Antropologia do Turismo** - Analogias, encontros e relações. São Paulo: Aleph, 2009.

SIMMEL, G. **Conflict and the web of group affiliations**. New York: The Free Press, 1964a.

_____. **O conflito como sociação**. (Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury). RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 10, n. 30, pp. 568-573. ISSN 1676-8965, 1964b. <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>

_____. **Soziologie** - Untersuchung über die Formen der Vergesellschaftung. Villingen-Schwenningen: Nexx Verlag, 2015.

UNESCO Bangkok. **IMPACT: The Effects of Tourism on Culture and the Environment in Asia and the Pacific: Tourism and Heritage Site Management in Luang Prabang, Lao PDR**, 2004.

UNWTO, World Tourism Organization. **Why Tourism?** Tourism – an Economic and Social Phenomenon. Acesso dia 6 de outubro de 2013. Disponível em <http://www2.unwto.org/en/content/why-tourism>.

WAIZBORT, Leopoldo. **Simmel no Brasil**. DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 50, n° 1, 2007, pp. 11 a 48.

WORLD BANK REPORT, 2012. **International Tourism**; number of arrivals in Bolivia. *In* Trading Economics. Acesso dia 10 de outubro de 2013. Disponível em <http://www.tradingeconomics.com/bolivia/international-tourism-number-of-arrivals-wb-data.html>

YANG, Jingjing, RYAN, Chris and ZHANG, Lingyun, 2012. **Social conflict in communities impacted by tourism**. Tourism Management number 35 - pgs 82-93.

Recebido em: Maio de 2018
Aprovado em: Julho de 2018

ENCONTRO DE DUAS ROTAS: Uma breve análise sobre o fluxo de deslocamentos forçados congolese e a rede institucional da Cáritas Rio

MEETING OF TWO ROUTES: A brief analysis of the flow of Congolese displacement and the institutional network of Caritas Rio

Joanna Rocha Muniz¹

RESUMO

Este artigo descreve o encontro de dois fluxos transnacionais distintos: a chegada de congolese que solicitam refúgio ao Brasil e os mecanismos da ajuda humanitária que incidem sobre instituições que trabalham voltadas para esta população. O ponto de encontro ao qual esta análise descreve é a rede que se tece através da Cáritas Rio para o atendimento à refugiados, buscando esboçar as diferentes pautas que a atravessam e o modo como elas se efetivam na prática. Além disso, este artigo faz uma breve retrospectiva histórica da República Democrática do Congo, com o intuito de compreender o contexto que permeia os deslocamentos.

Palavras-chave: refugiados; Cáritas Rio; ajuda humanitária; deslocamentos.

ABSTRACT

The present article intends to describe the meeting of two distinct transnational flows: the arrival of Congolese refugees in Brazil and the mechanisms of humanitarian aid on institutions working for this population. The meeting point of this analysis describes the network that is formed through Caritas Rio to assist refugees, trying to show the different patterns that cross it and how they are implemented in practice. Among other questions, this article gives a brief historical retrospective of the Democratic Republic of Congo, to understand the context that permeates the displacements.

Key-words: refugees; Cáritas Rio; humanitarian aid; displacements.

¹ Mestra em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: joanna.muniz@hotmail.com

Introdução

Atualmente, grandes fluxos migratórios estão sendo noticiados e agrupados no perímetro do refúgio pela mídia, Estados-nações, agências multilaterais e pessoas. Os números que se propõem relatar esta realidade são realmente alarmantes. Em 2013, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) anunciou que os deslocamentos forçados afetavam 51,2 milhões² de pessoas, número mais alto desde a Segunda Guerra Mundial. De acordo com o relatório anual Global Trends do ACNUR – formado com base em dados de governos, agências parceiras e do próprio ACNUR –, em 2015 há um total de 65,3 milhões³ de pessoas deslocadas por guerras e conflitos – um aumento de quase 10% se comparado com o total de 2014. Definitivamente, estes dados são alarmantes por anunciar a possibilidade de novas concepções de povos, etnias e nacionalidades, e trazem consigo reflexões acerca de fronteiras, distancias, globalização e modelos de desenvolvimento.

O Brasil tem se tornado rota de fuga para aqueles que buscam fugir de guerras, conflitos e são vítimas de perseguição. Sua legislação de refúgio é considerada moderna (Lei 9.474/97) por adotar um conceito ampliado para reconhecimento de refugiados, além das situações previstas nas convenções internacionais. O Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) é um órgão multiministerial fruto desta lei, no qual participam o governo, a sociedade civil e a ONU. De acordo com o relatório produzido em 2016 (com recorte até abril), as solicitações de refúgio cresceram 2.868% nos últimos cinco anos no Brasil, passando de 966, em 2010, para 28.670, em 2015. Grande parte dos refugiados vivem em cidades e a maioria está concentrada em grandes centros urbanos, podendo obter documentos, trabalhar, estudar e exercer os mesmos direitos civis que qualquer cidadão estrangeiro em situação regular no Brasil. Os sírios formam a maior comunidade de refugiados reconhecidos, seguidos por angolanos, colombianos, congoleses e palestinos.

Sobre a realidade exposta, este artigo procura compreender o emaranhado institucional que se estabelece para o acolhimento de refugiados congoleses no país. O ponto de análise se estabelece na Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, instituição que é parte da Cáritas Internationalis, parceira do ACNUR e membro do CONARE, representando a sociedade civil com direito a voz e voto nas decisões do comitê. No Rio de Janeiro, a nacionalidade mais

² UNHCR, Global Trends 2013: Forced Displacement in 2013.

³ UNHCR, Global Trends 2015: Forced Displacement in 2015.

expressiva de refugiados é de origem da República Democrática do Congo (RDC), perfazendo cerca de 40% dos refugiados que chegaram a entidade em 2015. Para realizar o acolhimento a estes refugiados, a instituição se associa e conta com o apoio de diversas outras entidades, públicas e privadas, com o intuito de ampliar seus esforços. Nem sempre a visibilidade deste emaranhado é possível e documentos não estão em total igualdade com a prática, fato este que dificulta o desmembramento institucional e a ligação entre pontos de interesse.

Para este trabalho, busco realizar um esforço inicial em sistematizar dois pontos de circularidade. Primeiro, pretendo compreender o fluxo de congoleses que se deslocam forçosamente de seu país para o Brasil, através de pesquisa bibliográfica e retrospectiva histórica, além dos relatos que obtive ao longo de minha pesquisa de campo. Posteriormente, me debruço sobre a análise dos canais institucionais que até então se tornaram visíveis no apoio a esta causa no país. Se no primeiro ponto a análise terá como enfoque a circularidade de pessoas, no segundo momento os esforços recairão sobre a circularidade institucional de valor, conhecimento e gramática. Ao fim, pretendo realizar um breve ensaio sobre o encontro destas duas circularidades que possuem recortes diferentes, mas incidem sobre uma mesma realidade. Acredito que estes dois pontos não podem ser enxergados de forma separada e a análise de seu encontro pode auxiliar na compreensão de como vem sendo realizados os esforços globais para atuar sobre esta realidade crescente.

Dois pontos

A largada destes dois pontos se dá, de um lado, pelo fluxo de migração forçada de congoleses para o Brasil, em que estes saem da sua terra natal, fugindo de guerras, perseguições e violação dos direitos humanos, com o intuito de se fixarem no Brasil; e, por outro lado, a movimentação de instituições e agências multilaterais que se mobilizam por esta causa, formando emaranhados institucionais⁴ e estabelecendo conexões. Com isso em mente, acredito que estes são dois pontos de partida que se encontram em um terceiro ponto específico: o acolhimento da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro aos refugiados congoleses. É através deste encontro que busco desmembrar os dois fluxos que colidem, no qual estes rompem barreiras temporais e espaciais.

⁴ VIANNA, Anna Catarina Morawska. 2010. "Os Enleios da Tarrafa: etnografia de uma parceria transnacional entre ONGs através de emaranhados institucionais de combate à pobreza". Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP.

É perceptível que estes dois objetos são distintos: por um lado se fala de instituições e por outro lado de pessoas. Isto sem citar a assimetria de facilidade de deslocamento, em que de um lado as fronteiras se abrem para os canais institucionais e, de outro lado, é preciso violá-la, romper com as cercas pré-estabelecidas. Entretanto, esta disparidade compõe o cenário mundial e faz parte dos diversos fluxos que se estabelecem atualmente, conectando diferentes entidades, pessoas e objetos. A antropóloga Anna Catarina Morawska Vianna (2010) lança luz sobre a possibilidade de compreender estas conexões através de um tipo de prática etnográfica explicada por George Marcus que toma como preocupação conexões cada vez mais evidentes dentro daquilo que é concebido como “sistema mundial”, em que este não deve ser tratado apenas como um pano de fundo, mero contexto de realidade (VIANNA, 2010, p. 70), mas como primordial a compreensão do todo.

Como mostra o autor Ulf Hannerz a abordagem sobre “fluxos” é ampla e diversas disciplinas se debruçam sobre ela, o que torna este termo transdisciplinar fazendo referência a coisas que “não permanecem no seu lugar, mobilidades e expansões variadas, à globalização em muitas dimensões” (HANNERZ, 1997, p. 16). Em sua teoria, ele define “fluxo” como palavra-chave que aponta para uma macroantropologia, “um ponto de vista bastante abrangente da coerência (relativa) e da dinâmica de entidades sociais e territoriais maiores do que aquelas convencionalmente abordadas pela disciplina” (HANNERZ, 1997, p. 17).

Deslocamentos forçados: República Democrática do Congo – Brasil

Em “A invenção da migração” Alfredo Wagner Berno de Almeida e Moacir Palmeira apontam que o êxodo é enxergado como um processo natural, inscrito na ordem de fatos naturais e um fenômeno sempre perfilado com outros, como calamidades, mudanças climáticas, doenças, catástrofe ou crise. Essa naturalidade apresenta tais eventos como transformações bruscas que alteram o curso da vida social, se repetindo com certa frequência no desenvolvimento das sociedades, o que as tornam observáveis como cíclicas. “É justamente esta característica que ameniza sobremaneira as rupturas mencionadas, destituindo-as de qualquer sentido qualitativo pela força de uma rotinização diacrônica” (ALMEIDA e PALMEIRA, 1997, p. 37), em que estas irregularidades, por serem periódicas, são passíveis de serem reguladas, se tornando objeto de planejamentos, políticas e outras medidas de controle.

As migrações não se apresentam de forma temporal, elas se apresentam em momentos pontuais e estão associadas a outros fatores que a constituem e provocam. Desta forma, “ser datado, ser localizado diacronicamente, é uma condição que acompanha êxodo conferindo-lhe um tempo próprio, particular” (ALMEIDA e PALMEIRA, p. 40), assinalando momentos de descontinuidade e rupturas em processos históricos contínuos e lineares. Estes eventos aludem a acontecimentos relevantes a história mundial, nacional ou local que acompanham os contornos do próprio deslocamento, não possuindo “fronteiras absolutas entre o tempo e o espaço” (ALMEIDA e PALMEIRA, p. 41). Assim, os marcadores dizem respeito ao início das condições de origem das migrações e o seu tempo é fundamentalmente representado como o tempo das rupturas em que as irregularidades se manifestam.

Ao longo de sua história, a atual República Democrática do Congo recebeu uma série de nomes. Brevemente, pode-se apontar: de 1885 a 1908 foi chamada de Estado Independente do Congo e entre 1908 e 1960 chamava-se Congo Belga. Ao conquistar a independência em 30 junho de 1960 da colonização belga, o nome novamente foi mudado e passou a se chamar República do Congo e, com o intuito de se distinguir da ex-colônia francesa também chamada de República do Congo (Congo-Brazzaville), também foi chamada de Congo-Léopoldville. Em 1964, se torna conhecida como a República Democrática do Congo, mesmo seu regime não tendo nada de democrático, e em 1971 o ditador Mobutu Sese Seeko rebatiza o país, dando-lhe o nome de República do Zaire. Este nome vigora até 1997, quando Laurent Désiré Kabila, outro ditador, retorna ao antigo nome de República Democrática do Congo. O que fica evidente, é que cada um desses nomes traz consigo um pedaço da história política do país, deixando claro momentos temporais de rupturas e descontinuidades.⁵

Para alguns a República Democrática do Congo é um pesadelo no paraíso, isto porque em seu território há extrema abundância de recursos naturais. Diz-se que cerca da quinta parte das reservas hídricas da terra se encontra nas terras congolezas (ZIÉGLER, 1964), metade do território é coberto de floresta e seu subsolo é extremamente rico em diversos minérios. Diante de tanta riqueza natural, o Congo tem sido visado por diversos povos com o intuito de extrair recursos e riquezas. Atualmente, as reservas de coltán tem produzido violentas invasões e guerras, permeadas ainda por embates étnicos e interesses de multinacionais. Sua

⁵ Esta síntese tem como referência o trabalho de Kabengele Munanga: MUNANGA, Kabengele. A República Democrática do Congo. Universidade Federal de São Paulo, pág. 73 - 103.

história é marcada por essas disputas e sua população vive um dos principais deslocamentos forçados do mundo.

Como exposto na teoria de Almeida e Palmeira, os deslocamentos não possuem fronteira no tempo e no espaço, no entanto, os mesmos fazem questão de complementar que há um dualismo geográfico expresso pela relação “local de saída” e “local de destino”, ou seja, ela é representada como “não estando num polo nem no outro, mas como em transição de um para o outro” (ALMEIDA E PALMEIRA, 1997. p. 43). Os autores se debruçam mais especificamente a compreensão do êxodo rural, entretanto, suas reflexões também são extremamente proveitosas para uma leitura sobre a questão do refúgio. Ao “local de origem” é associada a ideia de tragédia ou calamidade, algo que provoque inevitavelmente o deslocamento. Aos aspectos geográficos, portanto, se acrescentam as realidades políticas que tornam o local de partida insustentável a determinados grupos. Os congolese, ao chegarem ao país, apresentam inúmeros argumentos que justifiquem seu êxodo, apontando principalmente a violação de direitos humanos e perseguição. Ao “local de destino” um grande leque se abre, trazendo a imprevisibilidade de que as justificativas dos atores nem sempre são reconhecidas por instituições que representam o país, esbarrando em fronteiras que não se constituem como geográficas, mas sim políticas. Os refugiados, ao chegarem ao Brasil, precisam que seus argumentos se tornem legítimos sob a ótica das leis da nação, no qual seu discurso é testado para que eles sejam reconhecidos sob a abrangência desta categoria e tenham acesso aos direitos a eles resguardados.

Breve retrospectiva histórica

Após anos de colonização belga⁶, em 1960 o país se torna independente, sem nenhum processo de transição de sistemas, no qual além da incapacidade administrativa gerada pela insuficiência do sistema educacional, as divisões étnico-regionais fomentadas pelos belgas e o interesse internacional nos minérios da região resultaram em graves conflitos políticos internos. Entremeio ao caos, diversos grupos rebeldes eclodiram buscando alcançar o governo do país e resultaram em duas ditaduras: primeiro, em 1965, com o golpe militar de

⁶ A Conferência de Berlim oficializou as terras congoleseas como pertencentes ao rei da Bélgica, Leopoldo II, em 1885. Este foi um período de grande extração da região, massacrando a população local e provocando deslocamentos (que já se davam a posteriori). Em 1908, a região da atual República Democrática do Congo, tornou-se uma colônia da Bélgica.

Mobutu Sese Seko, eliminando qualquer resquício de democracia; e depois, em 1996, Laurent Désiré Kabila se autoproclama presidente da república com a fuga de Mobutu.

O governo de Mobutu foi marcado por uma busca de retornar as origens africanas, extinguindo qualquer traço que remetesse a um passado colonial europeu. Em um contexto extremamente radical, em 1970 todos os partidos políticos existentes foram eliminados, criando um partido único chamado Movimento Popular da Revolução (MPR), do qual todos os cidadãos congolese se tornaram automaticamente membros; o país foi rebatizado, assim como a moeda nacional e o rio Congo, no qual todos passaram a se chamar Zaire; cidadãos congolese foram obrigados a abandonar os nomes ocidentais recebidos e substituí-los por nomes autenticamente africanos. Com todas essas ações, o ocidente se alinhou a esta figura para salvar seus interesses capitalistas no coração do continente africano, fato ainda mais evidenciado pelo cenário de Guerra Fria e do avanço dos movimentos socialistas nos países vizinhos.

Com a cristalização do poder em nas mãos de Mobutu, reações internas surgiram e exilados que estavam em Angola após o fim da secessão de Katanga invadem o país se rebelando contra as forças locais, contudo rapidamente são sufocados com a ajuda de tropas internacionais. Nesse contexto, os líderes opositoristas que tentam se manifestar são presos ou mortos. Justificado pela acusação de tentativa de golpe militar, o presidente prendeu diversos generais, coronéis e oficiais. Os receios de um poder concorrente fizeram com que Mobutu progressivamente destruísse o exército que ele mesmo construiu, evento relacionado ao favorecimento étnico.

Entre 1991 e 1993, pressionado por aliados ocidentais, Mobutu iniciou um processo de abertura com uma nova legislação autorizando a volta da pluralidade partidária. Mobilizado pelo aprofundamento da crise econômica, o presidente convocou uma Conferência Nacional com a missão de solucionar o panorama econômico e preparar o país para um novo governo. Todavia, este cenário não modificou as ações autoritárias do presidente, em que nomeações e demissões sucessivas ocorreram com o intuito de opor e dividir líderes do país.

Entre 1996 – 1997, Mobutu foi diagnosticado com câncer avançado e precisou se retirar do país para tratamento. Neste contexto, a Aliance des Forces Democratiques pour La Libération Du Congo (AFDL), conduzida por Laurent Désiré Kabila, entrou pelo leste do país na fronteira com Uganda, Ruanda e Burundi, com o objetivo de libertar o Zaire da ditadura

vigente. Sem resistência e com ínfimas manobras, as tropas de Mobutu deixaram a AFLD ocupar as cidades de Goma⁷ e Bukavu, marchando em direção à capital, Kinshasa. Um encontro entre os dois líderes, Mobutu e Kabila, foi mediado por Nelson Mandela na busca pelo estabelecimento de paz.

Este período ficou conhecido como a Primeira Guerra do Congo e resultou em milhares de morte no país. Trata-se de uma guerra interestatal com formato de guerra civil entre os governos de Ruanda, Burundi, Uganda e Angola. As decisões de estabelecer a invasão ocorrem pelo colapso do regime de Mobutu e com o fim das ameaças comunistas ao continente africano, acabavam as justificativas de suporte ocidental a regimes autocráticos. De acordo com Igor Castellano da Silva, os apoiadores desse projeto faziam parte de uma nova geração de líderes africanos⁸ e uma geração de antigos esquerdistas⁹. Essa percepção está alinhada à noção de que Laurent Kabila foi apenas uma peça escolhida para realizar o trabalho sujo da guerra.

A guerra foi um conflito relâmpago e em seis meses as tropas de Laurent Kabila já haviam ocupado Kinshasa. Isto se deu principalmente pela incapacidade de militar congolese, ao amparo externo das tropas de Ruanda e Angola aos insurgentes e aos contratos de exploração de recursos naturais firmados entre Kabila e empresas ocidentais, mesmo antes de vencer a conflagração. A participação das forças externas na Primeira Guerra do Congo possibilitou que tropas dos países vizinhos já iniciassem uma prática que seria muito comum na segunda guerra do país: a expropriação de recursos naturais congolese por tropas estrangeiras, visando o enriquecimento pessoal e nacional e o financiamento e compensações para os esforços de guerra. Quando assumiu o governo, Kabila possuía uma administração autocrática com viés autoritário, mudou o nome do país para República democrática do Congo e tomou o controle do executivo, legislativo e das forças militares

Seu governo possuía pouco apoio interno, devido a distância da população local e por se preocupar com as alianças que havia formado para conquistar o poder. Neste contexto, buscou uma abertura política projetando eleições para 1999 e instituiu reformas que podem

⁷ Goma é uma cidade no leste da RDC, próxima a Ruanda. O Genocídio de Ruanda em 1994 se desencadeou pelo governo provisório de Ruanda controlado por elementos da etnia Hutu sobre a população Tutsi. Em resposta, movimentos rebeldes composto por refugiados Tutsi na Uganda, invadiu Ruanda, provocando um deslocamento que chegou até Goma. Esta região não só foi o abrigo de refugiados dos países vizinhos, como é uma das áreas de maior embate étnico até os dias atuais, provocando inúmeros deslocamentos forçados.

⁸ Issayas Afeworki da Eritreia; Meles Zenawi da Etiópia; Museveni de Uganda; e Kagame de Ruanda.

⁹ Mugabe do Zimbábue; Agostinho Neto e José Eduardo dos Santos de Angola.

ser vistas como autofortalecedoras do estado reduzindo a presença estrangeira. Rompeu aliança com os Tutsis congolese aliados a Ruanda, rescindiu o contrato de exclusividade de vendas de diamantes para empresas internacionais e, finalmente, ordenou a retirada dos oficiais burocratas ruandeses e ugandeses do país. A Segunda Guerra do Congo (também conhecida como Guerra Mundial Africana) foi o conflito decorrente da quebra da aliança vencedora da Primeira Guerra do Congo. A união Ruanda-Uganda-Burundi se refez, agora com a intenção de depor o governo que tinha ajudado a construir. A multiplicidade de países participantes na conflagração, tanto pelo lado dos agressores supracitados, quanto pelo lado do bloqueio (Congo, Zimbábue, Angola, Namíbia, Sudão, Chad e Líbia), trouxe à tona o real peso estratégico do país.

A Guerra Mundial Africana foi de 1998 a 2003. Em termos gerais Ruanda, Uganda e Burundi acusavam o governo de Kabila de não prevenir incursões de grupos rebeldes em seu território. O financiamento da guerra pelo Estado foi feito por meio de grandes concessões de exploração de recursos naturais, pois independente dos interesses iniciais dos governos estrangeiros, o custo de suas campanhas resultou na busca explícita para compensar as despesas militares. Os altos custos do conflito para ambos os lados e as pressões internacionais para o estabelecimento de cessar-fogo levaram a assinatura do Acordo de Lusaka¹⁰ de 1999, o que proporcionou uma enorme diferença na configuração do país por não haver intervenção militar. O acordo previa a retirada das tropas estrangeiras, o estabelecimento de uma missão de paz da ONU (MONUC¹¹) e a abertura política mediante um diálogo intercongolês. No entanto, Kabila bloqueou todos os três processos, o que irritou inimigos e aliados, resultando em seu assassinato em 2001.

Com sua morte, sobe ao governo seu filho, Joseph Kabila, com uma postura mais colaborativa, cedendo a pontos fundamentais para o cessar-fogo. Acordos entre países e grupos beligerantes, resultaram no Acordo Todo-Inclusivo de Paz¹², assinado na África do Sul em 2002. O pacto consolidou a saída das tropas de Uganda e Ruanda, recuperando

¹⁰ Assinado em julho de 1999, o acordo de Lusaka é ao mesmo tempo um acordo interno, internacional, político e de cessar-fogo.

¹¹ Após a assinatura do Acordo de Cessar-Fogo de Lusaka o Conselho de Segurança da ONU criou o MONUC com o objetivo de planejar a observação de cessar-fogo, retirada das forças armadas e manter contato entre todas as partes do acordo.

¹² Assinado em 17 de dezembro de 2002, o Acordo Todo-Inclusivo de Paz em Predatória, no qual estabelecia a decisão final sobre a criação de um governo de transição, para existir durante dois anos, arregimentando membros de todos os grupos rebeldes.

simbolicamente a integridade do Congo. No entanto, a presença de grupos beligerantes internacionais se mantém no país em busca de recursos minerais, ocupando instituições de transição e continuidade. Desta forma, a exploração ilegal se mantém e a luta entre grupos persiste, com o respaldo de grupos multinacionais.

Em 2010 o presidente anunciou o banimento da mineração e estabeleceu fiscais de comércio de exportação de mineração na região. Demais iniciativas em curso são as ações de diversas empresas internacionais do setor eletrônico, frente a pressões de ONG internacionais, em direção a maior transparência em seus canais de fornecimento. Com este novo panorama, houve uma “sensibilização” da economia internacional, tendo em vista os “bons” esforços do novo presidente em integrar o país a política internacional. Isto resultou na colaboração do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial para com o perdão da dívida externa.

Somado a todos os intermitentes relatados sobre a história da República Democrática do Congo, acionados por conflitos étnicos internos e intervenções políticas e de segurança externas, há a busca incansável pelos recursos minerais da região, em especial, o coltán. O cruzamento destas realidades tem causado uma grave situação humanitária, que é impulsionado pelo mercado de empresas multinacionais através da exploração ilegal do minério, fornecendo fundos para grupos a margem da lei, continuando a guerra e empobrecendo o Estado, privando-o de oportunidades econômicas para suprir as necessidades básicas da população. A luta pelo controle das zonas mineiras ainda se dá entre grupos de Ruanda, Uganda e RDC, que o comercializam nos mercados internacionais de forma ilegal, implicando em trabalho forçado, extorsão e violência.

A importância do coltán reside em seu material ser extremamente resistente e refratário, suportando temperaturas excepcionalmente altas, tornando-o uma excelente matéria prima para o desenvolvimento de tecnologias modernas. Na RDC a exploração do coltán está totalmente ligada não apenas a guerra e conflitos de grupos armados, mas concomitantemente a situações de semiescravidão, exploração infantil, desastres ambientais gravíssimos e problemas de saúde que assolam de forma generalizada a população local. Os grandes riscos que a população corre pela extração deste mineral é pago de forma proporcionalmente inversa, no qual o preço do coltán chega a ser irrisório.

Deslocamentos congolese

Esta seção tem como base três pontos de reflexão. Dois constituem-se em referências bibliográficas que perpassaram narrativas e relatos de refugiados, com o intuito de compreender os motivos de deslocamento, as formas como são feitas e os mecanismo que creditam a sua condição de refugiado. Compõe esta análise, minha experiência de campo em que, ao dar aula de português para refugiados congolese, pude ouvir breve relatos, ler textos e ouvir histórias. A esta ferramenta não pude dispor de grande aprofundamento, tendo em vista que ao me tornar voluntária da Cáritas Rio e ACNUR me comprometi a não realizar perguntas pessoais, mas sim encaminhar imediatamente a agentes da instituição quando algo particular chegasse ao meu alcance. Este esforço ajuda a compor um quadro que justifique o investimento que uma rede instituições vem fazendo para ajudar pessoas em situações de deslocamento forçado, onde diversos campos do desenvolvimento constroem canais para atuar sobre este fenômeno.

Em fevereiro de 2009, autoridades nacionais e internacionais anunciavam o fim da guerra no leste da RDC, através da aliança realizada com líderes de Ruanda. No entanto, notícias recentes relatam que os civis continuam a sofrer com conflitos no país nas regiões de Kivu Norte e Kivu Sul e há pontos controversos sobre a aliança formada entre os dois países para a captura de Laurent Nkunda¹³, com fatores obscuros a respeito dos resultados dessa operação. O movimento crescente nas solicitações de refúgio no Brasil reflete o conturbado contexto das eleições presidenciais de 2006, a contestação dos resultados pelos opositores de Joseph Kabila, os embates e conflitos ocorridos logo após as eleições entre os partidários de J. Kabila e de Jean Pierre Bemba, além do aumento das perseguições e pressões de

¹³ “Nkunda é o líder de um grupo de rebeldes que vem lutando contra o exército congolês e outras milícias desde 1998. Ele é nativo de Norte Kivu, no Congo oriental. Nkunda professa ser um protetor e libertador dos Tutsis, sua etnia, perseguida por Hutus ruandeses que cruzaram a fronteira no Congo depois do genocídio da segunda metade dos anos 90. Em 2003, o governo congolês esboçou um acordo com os rebeldes, onde milícias se uniriam ao exército nacional. Foi oferecido a Nkunda o posto de general, mas ele preferiu fugir e tem lutado desde então para o desarmamento dos Hutus ruandeses e milícias no Congo oriental. Apesar de várias tentativas de cessar fogo, acordos de paz e negociações entre o grupo dele e o governo de Joseph Kabila, Nkunda recusou todos: não se rendeu desde que formou sua facção rebelde em 2004. Foram deslocadas de um a dois milhões de pessoas desde 2007 na região oriental de Congo RDC. Em outubro de 2008, o CNPD, liderado por Nkunda, intensificou sua ação no Kivu Norte e algo entre 100.000 a 200.000 pessoas foram expulsas de suas casas. Agências de ajuda humanitária e outros críticos classificam Nkunda como um poderoso “senhor da guerra” cujas tropas aterrorizaram e violentaram civis em uma tentativa de controlar uma parte do Congo, onde a terra é rica e depósito de minerais valiosos. A organização Human Rights Watch pediu reforços ao governo congolês para capturar Nkunda e processá-lo por crimes de guerra”. Fonte: Tannuri, Maria Regina Petrus. Refugiados congolese no Rio de Janeiro e dinâmicas de “integração local” :2010.

colaboradores do candidato derrotado. De acordo com os estudos de Maria Regina Petrus Tannuri, em que esta recolhe informações a partir do ACNUR, Cáritas Rio, depoimentos de refugiados e matérias de jornais, a província-capital Kinshasa, a região dos Kivu Norte e Sul e a província do Bas-Congo são apontadas como as áreas de origem da maior parte dos congoleses que chegam ao Rio de Janeiro.

Na tese de Tannuri há a exposição de relatos que mapeiam os deslocamentos dos refugiados congoleses, expondo o percurso que estes realizam para chegar ao Brasil e os motivos pelos quais saíram de seu país de origem. Na análise dos relatos, fica claro que o primeiro movimento ocorre através do cruzamento de fronteiras com países vizinhos, buscando fuga imediata de situações de perseguição devido ao contexto político-religioso da RDC. Essas fugas ocorrem com o auxílio financeiro e estratégico de grupos políticos aos quais os atores fazem parte, em que a África do Sul se apresenta como um território seguro até que deslocamentos mais distantes possam ser feitos. O Congo-Brazzaville também se apresenta como uma possibilidade de deslocamento inicial, mas não possui a mesma segurança. As fugas parecem ser realizadas primeiro pelo indivíduo que está sofrendo perseguições e depois, quando possível, sua família, se estabelecendo no Brasil, buscando ser reconhecido enquanto refugiado e à procura de conseguir documentos para que possam trabalhar.

Durante minhas aulas de português para refugiadas na Cáritas Rio, o tema “trabalho” foi o de maior demanda pelos alunos. Após a conquista dos documentos, há uma ansiedade em conseguir um emprego que pode ser justificada pelo contexto social que estamos inseridos, mas também por representar uma “nova” vida para os refugiados, onde após a ruptura há o estabelecimento: a “pessoa que chega hoje e fica amanhã” (SIMMEL, 1908. p. 182). Ficar é algo de extrema importância para os refugiados e em muitas conversas antes do início das aulas eles pediam ajuda com currículo, anúncios e cartas de apresentação. Como retrata Simmel (1908, p. 188), o estrangeiro não está organicamente anexado ao grupo, mas é um membro orgânico do mesmo na medida em que sua vida inclui condições comuns da sociedade, como a busca por emprego, moradia, educação, saúde, etc.

Os motivos de deslocamento forçado estão totalmente atrelados ao contexto histórico do país, aos fluxos econômicos e políticas globais. É evidenciado as guerras entre etnias que são financiadas por interesses externos na busca por minérios, em especial o coltán. É

alardeado pela mídia os conflitos entre os hutus e tutsis, mas muitos refugiados expõem que mais do que questões étnicas, os enfrentamentos se dão pela busca por domínio de territórios e questões políticas. Grupos opositores ao governo vigente são perseguidos e acusam o mesmo de realizar torturas, o que produz a necessidade de buscar amparo em outro local. Finalmente, outro motivo apontado são as divergências religiosas também pautadas em política, em especial na região de Bas-Congo.

O deslocamento da RDC até o Brasil percorre diferentes pontos do continente africano. Os primeiros deslocamentos se dão por vias terrestres entre um país e outro – mesmo que eles não façam fronteira, como a África do Sul – ou entre uma região e outra. No continente africano este percurso pode ser realizado de duas formas, avião ou navio. Quase não ouvi ou li – nos trabalhos feitos em sala – histórias que retratassem as formas de deslocamentos dos congoleses para o Brasil e fui aconselhada pelos agentes da Cáritas Rio a não perguntar sobre isso, pois são histórias fortes que podem trazer desconforto aos refugiados. Quando eles contavam sua história, falavam de como era a vida na RDC, onde viviam, o que comiam e o que faziam profissionalmente; quase nunca falavam de seu envolvimento com política ou questões étnicas – e estas também não pareciam existir em sala de aula – e muito menos do percurso que realizaram para chegar ao país. Em sua retrospectiva havia o momento que estavam lá e, finalmente, o que estavam aqui, a interconexão entre estes dois pontos não era relatada.

Canais institucionais de apoio ao refúgio no Brasil – Rio de Janeiro

São muitos os canais que se formam para atuar sobre a causa dos refugiados no mundo e diversas instituições¹⁴ se relacionam em busca de remediar os impactos desse fenômeno na vida dos sujeitos. Ao mesmo tempo, são essas instituições que estabelecem classificações e procedimentos para enquadrá-los nesta categoria. Esta esfera se coloca no campo do desenvolvimento por envolver múltiplas frações de populações locais, empresas privadas, corporações nacionais, internacionais e transnacionais. A teoria do “campo”, de acordo com Bourdieu (1983), é construída a partir de generalizações que vão sendo pouco a pouco efetuadas, em que ao empreender o estudo de um campo particular descobre-se características

¹⁴ Dentre elas compreende-se organizações governamentais, organizações não-governamentais, igrejas, sindicatos, agências multilaterais, entidades industriais e corporações financeiras.

que lhe são específicas, mas que podem, ao mesmo tempo, auxiliar na análise de outros campos. Estes resultam de processos de diferenciação social e o que lhes dá suporte são as relações de força entre os agentes e as instituições que lutam pela hegemonia, ou seja, o monopólio da autoridade, que concede o poder de ditar as regras e de repartir o capital específico de cada campo (BOURDIEU, 1983). Cada campo de desenvolvimento possui estruturas e dinâmicas próprias, ligadas as suas capacidades de poder e interesse articuladas através de processos históricos e de estruturação de redes.

De acordo com Ribeiro (2008) “‘desenvolvimento’ abarca diferentes visões e posições políticas variando do interesse em acumulação de poder econômico e político a uma ênfase em redistribuição e igualdade”. O campo do desenvolvimento é constituído por lutas entre atores e instituições, no qual pontos diferenciados de poder resultam numa rede de relações que expressam a estratificação desta esfera, no qual emergem desde grandes instituições financiadoras – que pautam determinadas ações – e pequenas ONGs – que em muitos momentos realizam ações na microesfera. O autor ressalta que os atores e instituições mais poderosas deste domínio se empenham na reprodução do campo como um todo, já que seus interesses estão intimamente ligados a tal existência.

Pertencente ao campo do desenvolvimento, uma das áreas de atuação da ajuda humanitária se estabelece sob o respaldo aos refugiados. Em minhas investigações, busquei traçar as veias deste organismo a partir da atuação da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, que se apresenta como principal entidade representante da sociedade civil neste setor. Ressalto que nesse momento apresentarei os canais institucionais burocraticamente estabelecidos pela instituição em documentos, mas friso que na prática estes canais se tornam emaranhados de difícil visibilidade por não se apresentarem da forma como é descrita e se estenderem a outras entidades parceiras não mencionadas. Somente através do campo pude perceber as sutilezas que se estabelecem em parcerias e correspondências, quando nem sempre aquilo que se apresenta como óbvio é factível. Este fenômeno não ocorre por um interesse em obliterar determinadas informações, mas pelas relações se constituírem de forma orgânica de difícil correspondência com as hierarquias burocraticamente impostas.

Para compreender a atuação da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, é preciso entender que esta é uma pequena vertente que compõe um quadro muito maior da instituição. A rede Cáritas é extremamente grande e atua em mais de 200 territórios do globo de

diferentes formas. Sua central é a Cáritas Internationalis e é tida como o braço social da Igreja Católica, onde desta matriz descende seus derivados que atuam de forma plural dentro da ajuda humanitária. No Brasil, a entidade central é a Cáritas Brasileira, fundada em 1956, e possui 183 entidades-membros em todo o território nacional, atuando de formas variadas. A capilaridade desta rede é imensa e abrange diversas iniciativas, como fomento a economia solidária, segurança alimentar e nutricional, trabalho com jovens, mulheres, catadores de materiais recicláveis, pequenos agricultores, acampados e assentados da reforma agrária, populações tradicionais e movimentos sociais. Com amplo leque de atuação, a rede Cáritas propõe certa autonomia as entidades-membros criando subdivisões de correspondências¹⁵, liberdade para busca de recursos, associação com entidades parceiras e métodos de atuação.

A “independência” das entidades-membros possibilita a formação de muitos outros canais, pois cada uma delas se relaciona com diferentes instituições, de acordo com sua temática e territorialidade. A rede Cáritas está inserida em diversos campos da filantropia, suas nuances perpassam o combate à pobreza, fome, auxílio ao campo, entre outros, onde cada temática desta envolve diferentes atores e agências e cada uma se relaciona com as vertentes que se aproximam do seu campo de possibilidades. A Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro trabalha com refugiados e as instituições que se juntam a ela tem interesse nesta abordagem, diferente de instituições que se associam com a Cáritas Arquidiocesana de Montes Claros, por exemplo, que trabalha com agricultores do semiárido e tem grande proximidade com movimentos sociais da região. Desta forma, cada uma cria sua própria rede, se articulando com instituições que se aproximem do seu tema e interajam localmente.

Ao perceber estes dois níveis de intercâmbio entre as diversas entidades que compõem a rede Cáritas, global e local, é possível fazer uma sensível aproximação ao estudo de Arjun Appadurai (1986) “A vida social das coisas”. Embora seu empreendimento esteja voltado para objetos, sua reflexão também se debruça sobre as relações que se tecem a partir do valor que as trocas constituem. Quando sua reflexão recai sobre os estudos do *kula* de Malinowski, é possível fazer uma aproximação de como os trânsitos de dádivas e reciprocidades se aproximam das redes de desenvolvimento e filantropia. Segundo o autor, o termo *keda* é usado para descrever o percurso que os objetos fazem de uma ilha a outra e agrega a isto

¹⁵ A instituição se articula nacionalmente em três níveis: Cáritas Diocesanas, Secretariado Regional e Secretariado Nacional.

significados de vínculo social, político e reciprocidade entre os homens que fazem parte desta rota, relacionando-se à riqueza, ao poder e à reputação dos homens que negociam entre si.

A rede Cáritas é composta por diversas rotas e intercâmbios que produzem valor e estabelecem vínculos institucionais e pessoais. A autonomia prevista nesta esfera requer um comprometimento das entidades em estabelecerem mecanismos que a mantenham conectadas, onde mesmo estando espacialmente distantes e com abordagens diferentes possam apresentar uma unidade em si. É o compromisso em produzir rotas – fluxos de informação, decisão e parceria – que produz mecanismos de funcionalidade e permitem a amplitude desta instituição, transacionando valores, conhecimentos e métodos que podem ser compreendidos sob a ótica do valor.

Como supracitado, a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro atende a refugiados e sua rede de articulação institucional gira em torno desta temática. Seguindo as informações disponíveis em documentos da instituição, são duas as principais instituições que constituem esta rede: o Alto Comissário das Nações Unidas (ACNUR) e o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). O ACNUR foi criado em 1950 com o objetivo de reassentar refugiados europeus após a Segunda Guerra Mundial; atualmente, sua função é dirigir e coordenar a ação internacional para proteger e ajudar as pessoas deslocadas em todo o mundo e encontrar soluções duradouras para elas. Esta agência possui forte relação hierárquica com a Cáritas Rio, de forma que é a ela quem a instituição se reporta e de onde provem parte de sua receita, além de utilizar os termos e condições da ONU. Com o objetivo de reconhecer e tomar decisões sobre a condição de refugiado no Brasil, o CONARE é um órgão multiministerial do qual participam o governo, a sociedade civil e a ONU, via ACNUR. É ele responsável por definir quem pode ser reconhecido como refugiado ou não e concede documentos. A Cáritas Rio busca auxiliar os refugiados no processo de elegibilidade do CONARE, assessorando com advocacia, reconhecimento de fatos e contexto histórico do país, oferecendo respaldo e acompanhamento.

Ainda em mente as análises de Appadurai sobre o *kula*, o autor evidencia que as trocas não se dão apenas nas fronteiras entre as comunidades, mas também se realizam trocas mais próximas. O autor expõe o termo *kitoum* para designar a articulação entre o *kula* e outras modalidades de troca, em que há “cruciais vínculos conceituais e instrumentais entre as rotas mais curtas e mais longas que formam a totalidade do mundo das trocas em Massim”

(APPADURAI, 1986. p. 35). O mesmo acontece com as redes institucionais da Cáritas Rio, que se relacionam de diferentes formas e intensidades com outras instituições, conectando-se as mais distantes, como o ACNUR e a Cáritas Internationalis, àquelas que são localizadas nacionalmente, como a Cáritas Brasileira e o CONARE, e as instituições locais, entidades que se propõem auxiliar o atendimento a refugiados. Essa diversidade compõe um quadro com fluxos de diferentes rotas por compor diferentes relações, no qual algumas pautam-se em hierarquias e burocracias, outras estão conjecturadas no âmbito da parceria.

É este fluxograma que busco compreender, de forma a dar sentido ao quadro de dádivas que evoca a ajuda humanitária a refugiados, abrangendo trocas voluntárias e obrigatórias, interessadas e desinteressadas, úteis e simbólicas (MAUSS, 1974. p. 14) entre os atores envolvidos. Sob o amplo espectro da atuação da Cáritas no Brasil, reflito as redes que se formam para atuar com determinada temática e região e como isto contrasta com outras dioceses que produzem redes totalmente diferentes. Por estar inserido no campo do desenvolvimento, estas relações precisam ser aprofundadas, saindo da superficialidade que pode evocar o termo “ajuda” e adentrar nos interesses inseridos em suas ações. Nestas relações há uma gramática instituída, que é produzida e reproduzida por diversos agentes da filantropia e regulariza burocraticamente os mecanismos e formas de atuação.

O encontro dos dois pontos: chegada ao Brasil e desdobramentos

Neste momento, após expor os motivos de migração forçada dos refugiados congoleses para o Brasil e os aparatos institucionais que se encarregam de auxiliá-los, busco expor situações de confluência destes dois pontos e os desdobramentos práticos que ocorrem deste encontro. Para chegar a este momento, dois tipos de fluxos puderam ser observados: primeiro, a circulação de pessoas que atravessam fronteiras em quantidade cada vez mais crescente; e, a circulação de informação, conhecimento e valor, através da conexão de diversas instituições bilaterais. Ainda que possuam rotas diferentes, sejam movidos por diferentes atores e se estabeleçam de formas variadas, o encontro destes dois é produzido na realidade e sobre um determinado fenômeno, seus desdobramentos criam novas informações, dados e metodologias para lidar com situações de refúgio e acolhimento.

Embora os números cada vez mais indiquem um movimento de massa entre os congoleses, há outros movimentos que ressaltam o significado individual de fugas. Seja por

motivações humanitárias, reencontro de familiares, ordem de segurança nacional, entre outros, o Estado brasileiro se preocupa em classificar cada história a fim de enquadrá-la na categoria de migrante ou refugiado. Segundo Aryadne Bittencourt, é por temer a entrada de grandes grupos de migrantes que o governo brasileiro tem justificado a necessidade de avaliar individualmente cada pedido de refúgio. O processo de elegibilidade¹⁶ entende que apenas será concedida documentação formal de permanência no Brasil àquele indivíduo que for realmente refugiado, categoria esta que não se enquadra nos processos de autodefinição, pois não basta os indivíduos declararem terem fundadas razões para não quererem ou não poderem voltar para seu país de naturalidade. “A condição de refúgio é construída pelo próprio Estado e validada por ele. Isto quer dizer que o CONARE seleciona individualmente as histórias de vidas narradas, classificando-as de acordo com indícios de verdade” (BITTENCOURT, 2016. p. 78). As narrativas sobre os refugiados são moralizadas e os colocam na condição de vítimas, os solicitantes de refúgio precisam se apresentar fora das zonas de dúvidas para serem aceitos, em que para se adequarem a este regime os refugiados precisam “se desfazer dessas ambiguidades, contradições, dúvidas e esquecimentos que costumam caracterizar as experiências vitais das pessoas” (VIANNA e FACUNDO, 2015). De acordo com os critérios de elegibilidades, o reconhecimento do indivíduo como refugiado traz hierarquias políticas e morais entre os refugiados e os eventuais outros grupos de migrantes.

Para se enquadrar como solicitante de refúgio, as pessoas em situação de deslocamento passam pelos procedimentos da Polícia Federal em que é emitido um protocolo que os enquadre formalmente nesta categoria. Após este procedimento, é resguardado o direito de estada regular no país até decisão definitiva do processo e o acesso a documentos, como CPF e carteira de trabalho. Com este protocolo, os solicitantes de refúgio chegam a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro e são inseridos na dinâmica de atendimento da instituição, realizando entrevistas, encaminhados para programas de acolhimento – como curso de português – e respaldo jurídico para seu processo.

É neste ponto que ambos os fluxos colidem, cada um carregado de imensas redes, relações e histórias, perpassando diferentes pontos do mapa para enfim convergir em um processo de elegibilidade. Duas entrevistas são realizadas quando os sujeitos chegam a

¹⁶ Conjunto de procedimentos para que um solicitante de refúgio seja reconhecido institucionalmente por um Estado na categoria jurídica de refugiado.

instituição: uma de teor social, junto às assistentes sociais, e outra de elegibilidade, feita por advogados, para compor os processos de refúgio do caso e conhecer mais a fundo história do solicitante, vislumbrando potenciais oportunidades de proteção legal. Como a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro possui representação no CONARE, um conhecimento mais consistente dos casos permite melhor atuação nas discussões e disputas sobre deferimento e indeferimento dos pedidos. As perguntas da entrevista são basicamente sobre a história de vida antes da fuga, as razões da fuga e o trajeto percorrido na fuga até chegar ao Brasil.

As entrevistas levam tempo para ocorrer e não adotam um sentido cronológico (por ordem de pedidos), vigorando sob postulados internos do CONARE. Este órgão é responsável por analisar o pedido e decidir sobre o reconhecimento da condição do refugiado, em que a decisão é colegiada. De acordo com Bittencourt (2016) a construção do posicionamento oficial geralmente não se dá por votos dos membros, mas por discussões e acordos, de forma que a decisão seja consensual e que os membros que não possuem direito a voto – ACNUR, DPU¹⁷, e IMDH¹⁸ – tenham a oportunidade de participar ativamente do processo.

O funcionamento do CONARE e as ações do ACNUR no Brasil frente aos solicitantes de refúgio e refugiados, traz a necessidade de normatização destas populações com o intuito de perfilá-las a nação. Com o estudo “Anthropology in the Margins of the State” (2004) de Veena Das e Deborah Poole é possível refletir como políticas públicas em áreas específicas moldam práticas políticas, regulatórias e disciplinatórias. A ideia central das autoras é repensar a fronteira entre o centro e a periferia, público e privado, legal e ilegal, questionando a ideia difundida de que as margens espaciais e sociais de um Estado são lugares de desordem.

Ao aproximar o caso de refugiados das análises de margens das autoras e da compreensão do Estado como um órgão imbuído de capacidade de ordenação, é possível perceber o engajamento do mesmo nas ações do CONARE e o esforço em “pacificar” exceções, em analisar caso a caso aqueles passíveis de elegibilidade e aqueles que estão fora deste escopo. A exceção fortalece a regra, no sentido de que localiza aquele que possui o poder de dar veracidade e normatizar sujeitos, inserindo-os na sociedade em que chegam. A população de refugiados, em muitos momentos, é tratada de forma homogênea, em especial

¹⁷ Defensoria Pública da União

¹⁸ Instituto de Migrações e Direitos Humanos

quando os recortes recaem sobre Estados-nações e dados estatísticos que buscar fotografar fluxos contínuos. O processo comparativo dos relatos individuais com os contextos históricos nacionais e fluxos migratórios, observa estas populações como entidades homogêneas que carecem de regulamentação para serem inseridas ao contexto brasileiro – distanciando-se dos fatores individuais inerentes aos seres humanos que podem motivar o deslocamento.

Apontamentos

A reflexão sobre este exercício remonta questões a respeito do campo do desenvolvimento e aos derivados que este tema abarca ou, no mínimo, contorna. A ajuda humanitária recai, principalmente, sobre a sensibilização da dor do “outro”, evocando o engajamento de pessoas e instituições na melhoria da vida humana. Esta perspectiva, inevitavelmente, perpassa por concepções globalizadas de direitos humanos que clamam por estados de respeito e igualdade. A situação dos refugiados se conecta a esta rede de conceitos e conhecimentos, onde uma série de entidades pautadas no que é reconhecido como direitos humanos universais rompem fronteiras com o intuito de atuar sobre esta realidade, mobilizando inúmeros atores local e globalmente. Neste sentido, por vezes, se torna difícil compreender onde se enraízam determinadas gramáticas e metodologias e quais são as justificativas que pulsam nestes empreendimentos.

Em busca de apontar a aplicabilidade de leis em espectro planetário e lançar luz sobre a abrangência dos direitos humanos e suas origens, Bryant Garth (2008) mostra como cada vez mais esta temática vem ganhando espaço nas relações transnacionais, em especial nas interações entre Estados-nações. Este cenário se constitui ao longo da Guerra Fria, em que Estados Unidos e União Soviética disputavam pelos parâmetros de ideologia e aplicabilidade de políticas voltadas para a sociedade, utilizando destes argumentos para conquistar entrada em outros países e territórios, com o auxílio de agências multilaterais – o exemplo utilizado pelo autor é a entrada dos Estados Unidos no Chile com a queda de Allende e ascensão de Pinochet. Como ele aponta,

The growing legitimacy of this approach helped put Amnesty and others who had increased their investment in human rights ideals into a position take advantage of a series of events and crises that occurred in the late 1960s and early 1970s. These events related to a relative decline in cold war pressures as well. (GARTH, 2008. p. 259)

Uma série de empresas, grupos e ONGs passaram a se pautar nestes ideais, em especial com países em desenvolvimento, difundindo este conhecimento e exercitando aquilo que Foucault reconhece como governamentalidade, no qual ele define como:

“o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, ainda que complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por forma maior de saber a economia política, por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Segundo, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não cessou de conduzir, e desde muito tempo, à preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros: soberania, disciplina, e que, por uma parte, levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, de outra parte], ao desenvolvimento de toda uma série de saberes. (FOUCAULT, 2008, p. 143 – 144)

Esta reflexão é bastante proveitosa quando recai sobre o panorama atual de deslocamentos forçados e grandes fluxos que vem se estabelecendo para atuar sobre esta realidade. Os postulados de conhecimento transnacional a respeito de violações aos direitos humanos é pauta decisiva para reconhecer a um indivíduo a condição de refugiado, inferindo uma legislação global que atua de diversas formas em diferentes países, através de redes de instituições, agências internacionais ou leis, como a rede Cáritas e o ACNUR. A presença e relação destas entidades no Brasil infringe mecanismos de interpretação e atuação para pessoas em situação de refúgio que se baseiam em códigos universais e estabelecem formas de governamentalidade no país.

Deslocar o poder do aparato estatal e observar que outras instâncias também possuem a faculdade de classificar e nomear, estratificando populações, territórios e saberes, possibilita compreender práticas e conceitos que fundamentam noções de como uma sociedade deve ser e aquilo a que ela deve aspirar, construindo uma visão de mundo. Ao consolidar esse espectro de governamentalidade, elas se tornam cada vez mais naturais e absorvidas pela sociedade, o que possibilita compreender a nomeação de fenômenos e eventos que recebem interpretações específicas quando estão sob o pilar mais amplo da cooperação internacional, como o caso do refúgio. A produção do conceito de refugiado tem sido um “processo dinâmico marcado pelo pragmatismo, na tentativa de responder, em geral a posteriori, as crises humanitárias já instaladas e fluxos de refugiados já em marcha” (SILVA, 2012. p, 15), ou seja, a circulação de

pessoas é algo que se dá antes mesmo destes eventos terem nome. Com isto em mente, compreende-se que a mobilização de instituições tem como objetivo responder a processos anteriores, ampliados em determinados momentos (como atualmente) e estabelecer normas e procedimentos para atender esta demanda. No entanto, estes próprios mecanismos se tornam ferramentas para a construção do fenômeno, que se antes não tinha nome, agora possui também dados, estatísticas, órgãos responsáveis e leis.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner e PALMEIRA, Moacir G.S.. **A invenção da migração**. In: Relatório Final do Projeto Emprego e Mudança Sócio-econômica no Nordeste: vol. 1. Rio de Janeiro: PPGAS-MN/UFRJ. (Manuscrito), 1977.

APPADURAI, Arjun. **Introduction: Commodities and the Politics of Value**. In: *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press. Pp. 3-63, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática**. In: ORTIZ, Renato (org). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo, Ática, pp.39 - 81, 1983.

_____. **O espaço social e suas transformações**. In: *A distinção – crítica social do julgamento*. Porto Alegre, Zouk, pp. 95 - 160, 2007.

DAS, Veena e POOLE, Deborah. **Anthropology in the Margins of the State**. Santa Fé, Oxford: School of American Research Press/ James Currey, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Governmentality**. In: SHARMA, Aradhana e GUPTA, Akhil (eds.). *The anthropology of the state: a reader*. Oxford: Balckwell Publishing, p. 131-143, 2006.

GARTH, Bryant G.. **The Globalization of the Law**. In: WHITTINGTON, Keith E., KELEMEN, R. Daniel & CALDEIRA, Gregory A. (eds). *The Oxford Handbook of Law and Politics*. Oxford: Oxford University Press. Pp. 245-264, 2008.

HANNERZ, Ulf. **Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional**. In: *Mana*, 3(1): pp. 7-39, 1997.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. In: *Sociologia e Antropologia*. v. II. São Paulo: Edusp, 1974.

MUNANGA, Kabengele. **A República Democrática do Congo**. In: Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – II CNPEPI: o Brasil no mundo que vem aí. Seminário: África — Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

_____. **Conflitos, Traumas e Memórias**. Texto da conferência para alunos de história da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) – 04 de outubro de 2013. Revista da ABPN • v. 5, n. 11 • jul.– out. 2013 • p. 220-234

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento**. In: *Novos estudos - CEBRAP* [online], n.80, pp.109-125, 2008.

SILVA, César Augusto S. da. **Direitos Humanos e Refugiados**. Ed. UFGD, 2012.

SIMMEL, Georg. **O estrangeiro**. In *RBSE* 4(12): 265-271, 2005.

TANNURI, Maria Regina Petrus. **Refugiados congolese no Rio de Janeiro e dinâmicas de “integração local”: das ações institucionais e políticas públicas aos recursos relacionais das redes sociais**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2010.

VIANNA, Anna Catarina Morawska. **Os Enleios da Tarrafa: etnografia de uma parceria transnacional entre ONGs através de emaranhados institucionais de combate à pobreza**. Tese de Doutorado. São Paulo: Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (USP), 2011.

WALDELY, Aryadne Bittencourt. **Narrativas da “vida em fuga”: a construção político-jurídica da condição de refugiado no Brasil**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2016.

Recebido em: Maio de 2018
Aprovado em: Julho de 2018

A "ANTIGA FÁBRICA DA BHERING" E O PROJETO DE "REVITALIZAÇÃO" DA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Geisa Bordenave¹

Resumo

Nos últimos anos a área portuária da cidade do Rio de Janeiro tem sido alvo de inúmeras intervenções do poder público em função do projeto de "revitalização" desta região. Em meio a esse contexto, temos um caso emblemático que conjuga as ideias de "revitalização" e "culturalização" através da transformação da antiga fábrica da Bhering em um "polo cultural de arte contemporânea". Após a desativação da fábrica, o prédio passa a ser sublocado pelos proprietários para artistas e pequenos empresários. Busco analisar os conflitos e instabilidades geradas a partir do momento em que os locatários recebem uma ordem de despejo, no ano de 2012, e que modifica profundamente as relações e formas de organização do grupo. O prédio teria sido leiloadado e arrematado por uma empresa que exige a saída dos que ali estão. Surge uma aliança com a Prefeitura a partir da possibilidade de que os artistas, até então locatários do prédio, tornem-se os gestores do imóvel, após uma possível desapropriação da antiga fábrica por conta de dívidas que os proprietários possuem com a União.

Palavras-chave: "Culturalização", "revitalização da zona portuária", "Porto Maravilha", "antiga fábrica da Bhering".

Abstract

In recent years the port area of the city of Rio de Janeiro has been the subject of numerous intervention by public authorities according to the project of "revitalization" of this region. Amid this context, we have an emblematic case that combines the ideas of "revitalization" and "culturalization" through the transformation of the old factory Bhering in a "cultural center of contemporary art". After the shutdown of the factory, the building happens to be sublet by the owners for artists and small business owners. I try to analyze the conflicts and instabilities generated from the time the renters receive an eviction order, in 2012, and that profoundly alters the relationships and forms of group organization. The building would have been auctioned and sold for a company that requires the output of which there are. Comes an alliance with the City from the possibility that the artists until then the building tenants, become the property managers, after a possible expropriation of the old factory because of debts that the owners have with the Union.

Keywords: "Culturalization", "revitalization in the port region", "the former bhering factory"

¹ Doutoranda em Ciências Sociais no PPCIS/UERJ. Bolsista Faperj, E-mail: geisabordenave@gmail.com

Porto Maravilha e a "antiga fábrica da Bhering"

Os acontecimentos relativos à "antiga fábrica da Bhering"² devem ser, antes de mais nada, compreendidos à luz do contexto de "revitalização" vivido pela zona portuária do Rio de Janeiro nos últimos anos. O projeto "Porto Maravilha" foi apresentado pela prefeitura da cidade no ano de 2009 como o "novo" plano urbanístico para esta região. No entanto, não se pode dizer que a "revitalização" era uma novidade. Esta questão já havia sido discutida anteriormente, e a "revitalização" dos bairros Saúde, Gamboa, e Santo Cristo, bairro onde se localiza a antiga fábrica da Bhering, era prevista desde meados de 2007. No entanto, o "Porto Maravilha" foi trazido novamente como um plano de "revitalização" de maiores proporções – incluindo o bairro portuário do Caju e parte dos bairros do Centro, Cidade Nova e São Cristóvão – e com um aumento significativo dos investimentos do Governo Federal, em virtude da aprovação do Rio de Janeiro como a cidade sede dos Jogos Olímpicos de 2016.

“Naquele momento, a Zona Portuária estava em processo de resignificação perante a *geografia moral* da cidade, como conceituada pela antropóloga Gary McDonogh (2003): nos imaginários construídos por diferentes mídias, não estava mais sendo associada apenas à prostituição, ao tráfico de drogas e às “favelas”, despontando notícias que positivavam alguns de seus espaços e habitantes. Essa transformação da percepção da mídia se relacionava diretamente com a instalação de alguns bares e casas de *show* voltadas para um público de classe média na Rua Sacadura Cabral e também com a reforma do terminal de passageiros do porto, que havia incentivado o desembarque de turistas de cruzeiros marítimos internacionais e nacionais na cidade.” (SAMPAIO, 2011, p. 25).

O Porto Maravilha prevê a realização de uma série de obras públicas nesta região da cidade. O objetivo divulgado pela Prefeitura do Rio de Janeiro é o de transformar o entorno do porto numa área de negócios, entretenimento e turismo internacional. Além disso, o projeto prevê ainda uma ampliação do caráter residencial da região. Segundo dados da prefeitura, atualmente residem na Zona Portuária aproximadamente 28 mil pessoas – de classes populares em sua grande maioria -, e o objetivo do projeto seria transformar a população residente num universo de 100 mil habitantes.

"Trata-se de uma operação mista, realizada por meio da maior parceria público-privada do país. A partir de 2010, importantes obras públicas, viárias e de saneamento, começaram a ser feitas na região portuária. Na segunda

² Este artigo é fruto de pesquisa de campo realizada nos anos de 2012 e 2013, e que deu origem à minha dissertação de mestrado defendida no PPCIS/UERJ (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro), sob orientação de Patricia Birman.

fase dessas reformas urbanísticas, o capital privado está sendo massivamente investido na construção imobiliária. Graças a uma legislação favorável aos interesses privados, a Prefeitura tenta atrair capitais e investidores nacionais ou estrangeiros para a região. Nessa operação urbana, os poderes públicos, proprietários de grande maioria dos terrenos, aparecem mais como agentes do que como reguladores do mercado" (SOUTY, 2013, p. 2).

Um argumento bastante utilizado pelo poder público para justificar a utilização de determinados moldes no projeto de "revitalização" da região portuária é a comparação com as regiões portuárias de cidades estrangeiras, que servem como exemplo de sucesso a ser seguido. A degradação desta região da cidade, segundo o secretário de patrimônio da Prefeitura, seria consequência de uma perda de função "ou digamos de uma nova lógica da própria economia e da atividade industrial que passa a ser muito mais eficiente, demandar menos metro quadrado, menos território". Esta seria uma característica comum entre cidades "pós-industriais" do mundo inteiro: as áreas portuárias perdem em parte sua função e passam a ser apropriadas de outras formas, que o secretário aponta como "atividades ligadas a uma atividade econômica baseada em bens culturais". Cidades como Buenos Aires, Cidade do Cabo (Cape Town), Rotterdam e Barcelona servem como exemplo e inspiração para a elaboração do Porto Maravilha. Na maioria das cidades onde as áreas portuárias passaram por processo semelhante ao do Rio de Janeiro as regiões haviam perdido suas clássicas funções industriais e econômicas (importação e exportação de bens de consumo), mas permaneceram com as atividades de transporte de passageiros. Isso acarretou na criação de novos portos "culturais" – como o destacado exemplo de "sucesso" Port Vell, em Barcelona (SOUTY, 2013)

Estamos assistindo a transformação do porto do Rio de Janeiro no que poderia ser chamado de "porto cultural" (SOUTY, 2013) – processo que tende a se acentuar nos próximos anos em que a cidade será sede de "megaeventos" como a Copa do Mundo e Olimpíadas. Desta maneira, a zona portuária da cidade passa por um processo de "patrimonialização" e "culturalização" progressivos na atualidade.

"De uma certa maneira a política pro porto, é uma política baseada em fazer essa transição desse território de caráter industrial pra um território mais ligado a uma economia baseada em bens culturais, criativa, do conhecimento." (Washington Fajardo, Secretário de patrimônio da Prefeitura do Rio de Janeiro)

O Rio de Janeiro, neste processo de "revitalização", passa, assim como muitas outras cidades já citadas anteriormente, por um processo de "enobrecimento", também

chamado de "gentrificação" tradução do termo em inglês – *gentrification*. O processo de *gentrification*, com base em Smith (1996), Zukin (1995), Featherstone (1995) e Harvey (1992) faz referência às intervenções urbanas voltadas ao *city marketing* ou à transformação de regiões históricas degradadas em áreas voltadas para o entretenimento urbano e consumo cultural.

"Objetivando modernizar recursos potenciais para uma melhor inserção na 'concorrência inter-cidades', através do uso estratégico do patrimônio, a mais recorrente característica dessas intervenções urbanas tem sido uma relocação estética do passado, cujo padrão alterado de práticas que mimetizam o espaço público torna o patrimônio uma mercadoria cultural, passível de ser reapropriada pela população e pelo capital" (LEITE, 2008, p. 36).

Para Rogério Proença Leite, uma das características centrais nos processos de enobrecimento (ou gentrificação) é a "espetacularização da cultura". Esta característica é perceptível na "revitalização" da área portuária do Rio de Janeiro, que passa por todo um processo de revalorização – frequentemente chamado de "resgate" - da cultura africana e das manifestações artístico-culturais desta região. Pode-se falar, inclusive, a meu ver, num "enobrecimento de visitação" (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006), considerando que as modificações realizadas na área do porto dentro deste processo "revitalizador", possuem um forte apelo turístico e intenção de transformação da área num "polo de cultura e entretenimento", voltado principalmente para os visitantes – sejam de outras áreas da cidade ou turistas, e por outro lado, nenhuma intervenção que esteja voltada à recuperação de moradias da população de baixa renda residente da área.

"A monumentalidade arquitetônica e urbanística não é a única forma de espetacularização da cultura. No Brasil, o forte apelo da suposta e discutível autenticidade da cultura popular tem sido um dos mais poderosos recursos para a retraditionalização desses espaços enobrecidos, em uma perspectiva espetacular e mercadológica da cultura" (LEITE, 2010, p. 78).

A Prefeitura do Rio de Janeiro apresentou no interior do Porto Maravilha um programa que busca atender à lógica aqui mencionada - de "espetacularização da cultura"-, o chamado “Porto Maravilha Cultural”, que visa, segundo o discurso divulgado, a “valorização e resgate do patrimônio da Região Portuária”.

O programa “Porto Maravilha Cultural” se baseia na ideia de preservação do “patrimônio material e imaterial”. Como exemplo de “patrimônio imaterial” o Porto

Maravilha assinala o samba na Pedra do Sal – embora a Pedra do Sal propriamente dita já tivesse sido tombada também como patrimônio material há alguns anos atrás -, que “na segunda metade do século XIX, reunia sambistas estivadores para rodas de samba nas casas das tias baianas. Lá, africanos escravizados que trabalhavam no cais e nos trapiches descarregavam a mercadoria. A tradição segue forte nos dias de hoje, com o apoio do Porto Maravilha Cultural.” No ano de 2007, inclusive, o “samba carioca” foi considerado patrimônio cultural, sendo tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). A Pedra do Sal faz parte do chamado “Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana”, que tem como objetivo valorizar um conjunto de lugares que seriam considerados marcantes para a memória da cultura afro-brasileira, como o Cais do Valongo, Largo do Depósito e o Instituto Pretos Novos. Os “artistas da Bhering” tem sido frequentemente citados na mídia como parte desse circuito cultural da Zona Portuária, embora não tenham necessariamente associado a eles uma valorização ligada à herança africana. O “valor artístico-cultural” tem sido utilizado como argumento para posicionar os “artistas da Bhering” nesse contexto, embora essa conexão não apareça no discurso “oficial” veiculado pela Prefeitura do Rio através do site do projeto Porto Maravilha.

O projeto Porto Maravilha sustenta o discurso de valorização da região portuária através da arte e da cultura, buscando não apenas a “valorização da tradição”, mas também a implantação de “projetos de grande impacto” na região como o Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR), na Praça Mauá, que já foi inaugurado no ano de 2013, e o Museu do Amanhã, no Píer Mauá, inaugurado em 2015. Ambos têm apoio da Fundação Roberto Marinho e pretendem dar “nova cara à entrada do porto”, trazendo à tona a “monumentalidade arquitetônica e urbanística” como forma de espetacularização da cultura típica dos processos de enobrecimento – *gentrification*. Um outro aspecto central nos processos de “enobrecimento” é a ideia de uma “reativação” do que os urbanistas costumam chamar de “espaço público” (LEITE, 2010). No Rio de Janeiro não foi diferente. A decisão de implodir o elevado da Perimetral – e que gerou muitas controvérsias entre especialistas e também entre a população – trouxe como uma de suas justificativas a “reativação do espaço público” da região, que ficara completamente comprometido pelo posicionamento do viaduto.

Para realizar a coordenação do processo de implantação do Porto Maravilha, foi criada a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP),

empresa de economia mista, controlada pela Prefeitura.³ A inauguração do MAR representa, segundo a Prefeitura do Rio, um dos marcos do projeto Porto Maravilha.

Breve histórico da Bhering e sua transformação em um "polo cultural"

A fábrica Bhering esteve em funcionamento a partir de 1906, na cidade do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, de onde, segundo relato de um dos proprietários da fábrica, foi desapropriada após determinação do então prefeito Pereira Passos, devido à abertura da Avenida Rio Branco. A fábrica foi então transferida para outra rua do centro da cidade, Rua Treze de Maio, de onde novamente foi retirada após a construção do Theatro Municipal.

A fábrica Bhering foi instalada no bairro de Santo Cristo, zona portuária do Rio de Janeiro, na década de 30, onde esteve a pleno vapor, produzindo chocolates, doces e café, até meados da década de 90. Segundo relato de um dos proprietários da fábrica esta região da cidade parecia uma boa opção pois era uma região que parecia "ter futuro", no entanto, acabou se tornando "decadente" e abandonada pelo "setor público".

Em meados da década de 90 a fábrica Bhering foi desativada. Após este acontecimento os proprietários passaram a alugar espaços do interior do prédio, que é de proporções gigantescas – aproximadamente 20 mil metros quadrados, ocupando um quarteirão inteiro no bairro de Santo Cristo. Inicialmente os espaços alugados quase todos destinados a depósitos dos mais diferentes tipos de materiais. Até que, no ano de 2005, uma empresa que produz e comercializa móveis em madeira alugou um grande espaço no terceiro andar da "antiga fábrica da Bhering". Pouco tempo depois, o irmão do dono desta empresa, artista plástico, alugou outro espaço no interior do prédio para instalar seu ateliê.

Entre os anos de 2005 e 2012 diversos artistas passaram a se interessar por espaços no interior da fábrica desativada. É possível dividir a chegada desses novos atores em dois momentos: entre 2005 e 2009, numa entrada tímida e lenta, trazida por um "boca a boca" entre os locatários; e entre 2009 e 2012 numa entrada acelerada e volumosa, provavelmente estimulada pelo projeto de "revitalização" da zona portuária da cidade que vem à tona neste momento. É também a partir do ano de 2009 que a exposição da "ocupação de artistas" no prédio da Bhering aumenta consideravelmente, certamente associada também ao projeto de

³ “A CDURP tem como principais funções implementar e gerir a concessão de obras e serviços públicos na região, além da administrar os recursos patrimoniais e financeiros referentes ao projeto.” (Site do Museu de Arte do Rio).

"revitalização" que atrai os olhares e os investimentos de setores públicos e privados para esta região da cidade, imbuído ainda de uma ideia de "porto cultural" que privilegia a inserção do caso da Bhering em tal contexto.

No ano de 2012 a "antiga fábrica da Bhering" havia se consolidado como um "polo cultural" da cidade, com veiculação em mídias de massa, e sobretudo na mídia especializada, surge frequentemente citada como um "novo reduto de arte contemporânea", sendo visitada constantemente por artistas plásticos e pessoas que se interessam por arte. O grupo de locatários era composto por 88 artistas plásticos e pequenos empresários. A entrada de novos artistas no prédio foi completamente cessada em meados de 2012, apesar de uma grande fila de espera, devido ao desencadeamento da "crise da Bhering".

O tombamento da antiga fábrica da Bhering

Como parte do projeto de “preservação do patrimônio” da área portuária da cidade uma série de tombamentos de imóveis foram realizados. Embora o tombamento da antiga fábrica da Bhering (que já era “preservada”, portanto, o tombamento, segundo técnicos da Prefeitura do Rio, teve valor puramente "simbólico") tenha ocorrido em julho do ano de 2012, o imóvel não aparece no “mapa de tombamentos” divulgado no site do projeto Porto Maravilha. Vale ressaltar que o tombamento do prédio não mudou a situação que os artistas e empresários que estão alugando espaços na Bhering enfrentam, pois não interfere nas questões práticas que têm sido problemáticas para os artistas: não garante judicialmente a permanência no prédio e não redefine nas mãos de quem fica o imóvel. Sendo assim, os “artistas da Bhering” aguardam o andamento do processo de desapropriação do prédio.

O discurso adotado pela Prefeitura, em relação à revitalização da área, traz a noção de “valorização e resgate do patrimônio da Zona Portuária”, trazendo a ideia do patrimônio cultural como passível de “apropriação e perda”. Nesta abordagem “a História aparece como 'um processo inexorável de destruição, em que valores, instituições e objetos associados a uma 'cultura', 'tradição', 'identidade' ou 'memória' nacional tendem a se perder” (GONÇALVES, 1996, p. 22) O papel dos tombamentos seria o de impedir essa destruição e “proteger o patrimônio”. A ideia de "preservação da memória e do passado" é recorrente e atravessa o discurso apresentado pelo poder público, baseando-se numa contemporânea "obsessão pela memória" (Santos, 2013), que vem legitimando muitos projetos calcados na intenção de "proteger" a memória. O caso específico do tombamento do prédio da Bhering foi

analisado por alguns críticos como "oportunista" por ter ocorrido justamente quando o conflito entre os artistas da Bhering e os proprietários do prédio culminou após o imóvel ser leilado.

Após o recebimento da ordem de despejo e a explícita declaração de apoio da Prefeitura ao grupo de artistas, o prédio foi imediatamente tombado sob o argumento por parte do secretário de patrimônio de que se tratava de um prédio com "reconhecido valor histórico" e que, por isso, "merecia ser tombado". No entanto, o prédio onde funcionava a fábrica da Bhering, situado na rua Orestes, número 28, já era um bem considerado "preservado" desde meados da década de 1980, quando foi instituída a APAC (Área de Proteção do Ambiente Cultural) intitulada SAGAS – sigla elaborada a partir dos nomes dos bairros que a abrangem: Saúde, Gamboa e Santo Cristo, que "preservou" cerca de 1.100 edificações da região. Uma primeira lei, instituiu em 1987 uma APA – Área de Proteção Ambiental – para os bairros de Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro. Logo em seguida, o decreto 7.351 de 01 de janeiro de 1988 veio regulamentar a lei anterior, aperfeiçoando a APA do Sagas, e constituindo o chamado "Escritório Técnico do Projeto SAGAS". "Esse decreto, mais completo, delimita a área e suas subáreas, possuindo relação de imóveis preservados, além de outras normas urbanísticas".⁴ A ênfase recai sobre o aspecto arquitetônico dos imóveis. O desencadeamento da crise da Bhering foi amplamente divulgado nas mídias de massa, o posicionamento da Prefeitura também o foi, e dessa forma, o tombamento foi bastante enfatizado nas notícias que foram veiculadas nos grandes jornais. Provavelmente este ato pode ter sido realizado com o intuito de trazer uma legitimação deste espaço enquanto um lugar propício para a criação de um "polo cultural" – "um prédio com valor histórico reconhecido" - assim como outros centros culturais e museus da cidade, onde o afluxo a estes locais muitas vezes é justificado pelo "valor histórico dos prédios" (DABUL, 2008).

De um lado, a rapidez na resposta da Prefeitura ao conflito existente após o leilão gerou desconfiança – dentro e fora da Bhering -, por outro, esperança e ânimo. Muitos artistas demonstraram satisfação com essa "parceria", além de aliviados por não terem sido, de fato, despejados. Outros se disseram desconfiados de que por trás dessa eficiência em trazer uma

⁴Este texto foi retirado de material institucional disponibilizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Há uma série de doze livretos intitulada "Guia das APACs". O primeiro desta série contém informações sobre a APAC SAGAS (Saúde, Gaboa e Santo Cristo) e o Entorno do Mosteiro de São Bento. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6433361/4172403/guia01.compressed.pdf>. Acessado em 27 de junho de 2018.

resposta de forma imediata ao conflito, poderia haver algum "interesse" não declarado. A lógica de transformar a antiga fábrica da Bhering num bem público que abrigue um "polo cultural" parece estar de acordo com a política de "revitalização" da zona portuária, que busca, sobretudo, incentivar uma "indústria cultural" e trazer novos visitantes para esta região da cidade, principalmente turistas. Os eventos de artistas da Bhering, já há alguns anos, atraem os olhares de turistas estrangeiros que visitam a cidade.

De locatários a futuros gestores

O recebimento da ordem de despejo em julho de 2012 torna-se um episódio determinante na consolidação do grupo de "artistas da Bhering". Antes dessa ocasião, os membros do grupo relatam que pouco conversavam uns com os outros. Com exceção daqueles que já cultivavam uma amizade anterior à chegada na Bhering, as pessoas que ali dividiam o espaço no prédio apenas se cumprimentavam quando se encontravam nas áreas comuns, mas nada além disso. Ainda assim, os encontros em áreas comuns não aconteciam sempre. Muitos espaços alugados encontram-se localizados em pontos relativamente isolados no interior do prédio, que é de proporções gigantescas, além disso, os "artistas" possuem horários de trabalho muito diversificados. Foi após o desencadeamento da "crise da Bhering" que o grupo passou a interagir e realizar encontros e reuniões com regularidade. Uma das artistas, me disse em uma de nossas conversas a seguinte frase "foi a precariedade que nos uniu". Precariedade essa trazida pelo leilão sucedido pela ordem de despejo que os colocou numa situação de extrema incerteza, trazendo a sensação de vulnerabilidade.

Os "artistas" relatam o momento "pós-ordem de despejo" como sendo de extrema apreensão. Muitos haviam acabado de instalar seus ateliês na Bhering e realizado obras custosas para reformar seus espaços. A ordem de despejo representava não só o prejuízo financeiro, mas também a insegurança quanto à falta de local para continuar trabalhando e o sentimento de que haviam sido enganados, considerando que os proprietários do imóvel acumulavam dívidas com a União durante muitos anos e os locatários não haviam sido comunicados do risco eminente: o prédio poderia ser leilado a qualquer momento.

No entanto, rapidamente após o ocorrido ter sido noticiado pela mídia, a Prefeitura do Rio manifestou seu apoio aos artistas e afirmou que gostaria que eles ali permanecessem, pois naquele espaço ocorreu o que a Prefeitura "pretendia fazer em outros prédios degradados daquela área e não havia conseguido". Ali havia acontecido uma "geração espontânea de arte,

de vida". Nesta ocasião, o prédio, que já era preservado, foi tombado e iniciou-se um processo de desapropriação que se encontra em curso até o momento, meados de 2015.

A Prefeitura do Rio, a partir deste momento, se posiciona a favor dos artistas da Bhering e em geral aparece no discurso dos "artistas da Bhering" como um importante parceiro, não só garantindo a permanência dos locatários que estavam prestes a ser despejados, como também trazendo para o cenário um elemento nunca antes cogitado pelos artistas: a possibilidade de se tornarem os gestores do prédio, transformando o espaço num "centro cultural". Este ponto é controverso entre os próprios membros do grupo: alguns valorizam extremamente a ideia de que o grupo se torne gestor do imóvel e enxergam na Prefeitura uma figura parceira, outros se posicionam de maneira desconfiada em relação ao apoio por parte do poder público e consideram a ideia de se tornarem gestores do prédio problemática, alegando que não desejam ser "donos de centro cultural", apenas garantir o seu espaço de trabalho. É muito frequente no discurso dos "artistas" uma valorização das relações ali existentes em detrimento do prédio em si. Muitos afirmam que o que há de mais valioso ali não seria o imóvel, mas sim as relações estabelecidas entre as pessoas que atualmente ocupam aquele espaço e eventualmente ressaltam o lado negativo de se tornarem os gestores do prédio que seria a dificuldade de administrar um imóvel daquela dimensão e que se encontra em péssimo estado de conservação. Há ainda por parte de alguns o questionamento quanto à legitimidade do curso de ocuparem permanentemente um imóvel público. Um dos artistas, durante uma conversa que tivemos, afirmou que não achava justo que os artistas ali presentes utilizassem o prédio "para sempre" caso a desapropriação fosse realizada. Em sua opinião, sendo um bem público, deveria haver uma espécie de "rodízio" para que outros artistas também pudessem ser beneficiados.

“Você acha que eu quero estresse, cara? Não quero, eu quero relaxar aqui, entendeu? Também não quero ser dono de centro cultural. Também acho que nego viaja nessa. Por que depois que isso aqui virar um centro cultural, e aí como é que vai ser?”

Desde julho de 2012 os "artistas da Bhering" vem recebendo apoio da Prefeitura para permanecerem no prédio. Desta forma, com a promessa de que após a desapropriação, eles receberiam o direito de uso do prédio, transformando-se então nos gestores do imóvel público em questão, os "artistas da Bhering" começaram a se organizar e se reunir formando uma associação: a Associação Criativa Orestes 28 (ACO28). A formação desta associação fez com

que o grupo começasse a se reunir com frequência em reuniões, assembléias e mesmo eventos mais descontraídos.

A justificativa da Prefeitura para o caso da Bhering passa pela comparação com situações semelhantes em cidades da Europa e dos Estados Unidos, embora seja destacada a peculiaridade no caso da antiga fábrica da Bhering:

Após ter sido desencadeada a “crise da bhering” – modo como os artistas costumam se referir ao momento pós-leilão em que todos os locatários recebem a ordem de despejo -, os artistas, que antes trabalhavam individualmente, “cada um no seu espaço”, e sequer se conheciam (com exceção dos grupos de amigos que já haviam se formado antes da ida para a Bhering), começam a se reunir e discutir a formação de uma associação. A ideia de que eles deveriam fazer isso foi proposta pela Prefeitura do Rio durante uma reunião com o próprio prefeito e o secretário de patrimônio que ocorreu no prédio da Bhering logo após o episódio em que os locatários receberam a ordem de despejo. Nesta reunião, o prefeito e o secretário presentes afirmaram que quando ocorresse a desapropriação eles deveriam estar preparados para se tornarem os gestores do prédio. Segundo uma das artistas, o próprio prefeito disse a eles numa visita após o tombamento do prédio, que “eles fizeram ali o que ele gostaria que fosse feito, por isso gostaria que eles permanecessem no espaço”.

“Eu estava aqui, bate um oficial de justiça, falando que eu tenho que sair daqui em trinta dias porque o prédio tinha sido leiloado. Eu falei 'Como eu vou tirar isso daqui em trinta dias? Ferrou.' E aí como o pessoal aqui é super bem relacionado, a gente sai no jornal no dia seguinte, o prefeito intervém, toma nossas dores, diz que não quer perder essas pessoas, e quer manter um polo artístico aqui. [...] Então a gente faz uma associação em função disso.”

A ACO28 busca, segundo o discurso adotado pelos que a compõem, uma “integração efetiva com o entorno”. Os atuais proprietários do prédio não aprovam eventos que envolvam a população local. Segundo uma das representantes da ACO28 quando os artistas decidiram realizar o evento que se chamou “Fábrica aberta”, onde os ateliês ficaram abertos para visita durante três dias em setembro de 2012, a família proprietária foi contra e eles só conseguiram tornar o evento realidade após assinarem um documento “se responsabilizando totalmente por qualquer coisa que ocorresse durante esse período”.

A ACO28 afirma que faz parte de seu projeto realizar “a recuperação das instalações do prédio e a promoção de ações culturais, artísticas e de fomento à economia criativa” e ainda “colaborar ainda mais com o fortalecimento do corredor artístico-cultural que vem se

constituindo ao longo da região portuária” (Página no *Facebook* intitulada “Antiga Fábrica da Bhering”).

A Associação Criativa Orestes 28 conta no momento com 88 associados. Nem todos os artistas/empresários instalados no prédio fazem parte da associação. Alguns não se associaram e outros acabaram deixando de fazer parte da associação ao longo do processo de elaboração do projeto que deveria ser enviado para a Prefeitura.

Para atender à demanda colocada pela Prefeitura de que o grupo de “artistas da Bhering” apresentassem um projeto de autogestão, foi elaborado o “Plano estratégico de autogestão”. Houve primeiro a formação da associação, definição das diretorias e após isso foram realizadas diversas reuniões com o intuito de elaborar o plano em questão. O grupo optou pela contratação de uma empresa que trabalha com “gestão cultural” para que esta realizasse a elaboração do projeto em conjunto com a ACO28.

O “Plano Estratégico de Autogestão” dos artistas da Bhering foi elaborado, sobretudo, com a finalidade de demonstrar para a Prefeitura a capacidade do grupo de gerir aquele espaço administrativa e financeiramente, considerando que, o acordo com a Prefeitura não incluía auxílio financeiro para reformas ou para manter o espaço. A Prefeitura, após a possível desapropriação, apenas cederia o direito de uso do espaço para o grupo de artistas e eles seriam os responsáveis por todo o gerenciamento. Sendo assim, o plano busca demonstrar essa capacidade de “sustentabilidade” ou “autossuficiência” - termos usados pela Prefeitura para abordar o assunto – do grupo em relação ao prédio. Por isso mesmo, boa parte do plano trata puramente do caráter financeiro do prédio: quanto se gastaria para mantê-lo e utilizá-lo e quais seriam as estratégias adotadas pelos artistas para fazer do espaço algo rentável e “sustentável”, apresentando com esta finalidade uma série de tabelas e cronogramas. Outro ponto abordado no plano é a utilização do prédio pela população, considerando que uma das prerrogativas colocadas pela Prefeitura para que a cessão do prédio ocorra é a “contrapartida social” sob forma de “abrir o espaço para a população”. Os artistas incluem esta “abertura do espaço” para a população do entorno através de oficinas e *workshops* que seriam ministrados pelos próprios artistas da Bhering e indicam a possibilidade de uma parte do espaço da fábrica ser transformado numa praça pública.

O “plano estratégico de autogestão” foi concluído em julho de 2013 e entregue diretamente ao secretário de patrimônio Washington Fajardo, na presença do prefeito Eduardo Paes por representantes da diretoria da Associação Criativa Orestes 28 num evento do Sebrae

no Rio de Janeiro neste mesmo mês. Esta entrega acabou ocorrendo com algum tempo de atraso ao previsto anteriormente devido a desentendimentos entre os membros da associação durante o processo, e além disso, no momento em que o plano já estava concluído houve outro atraso devido à série de manifestações que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro. Nesta ocasião, houve um “impasse” e alguns artistas da Bhering chegaram a questionar se deveriam continuar levando adiante uma parceria com a Prefeitura nesse momento. Alguns chegaram a afirmar que não deveriam dar continuidade e que não fazia sentido receber o prefeito ali como se “estivesse tudo bem”. No entanto, o grupo decidiu por continuar buscando a parceria e enviaram o plano de autogestão haviam acordado anteriormente com a Prefeitura.

Considerações finais

Os "artistas da Bhering" surgem enquanto grupo a partir do conflito instaurado no lugar quando ocorre o evento da ordem de despejo. De um lado, a justificativa baseada no processo de "revitalização" / "culturalização" da região da cidade em que eles estavam localizados, e de outro, características que tornavam este um grupo socialmente privilegiado – formado por artistas plásticos, representantes da arte contemporânea oriunda da Zona Sul do Rio de Janeiro, tornam possível a permanência dos locatários mesmo após o leilão e o recebimento da ordem de despejo.

A valorização de um polo de arte contemporânea - historicamente ligada a uma camada elitizada da nossa sociedade – situado numa área habitada principalmente por classes populares e considerada “degradada” da cidade, pode ser compreendida, em parte, através da noção de “gentrificação” mencionada anteriormente. Assim como no caso do bairro da Luz, em São Paulo, etnografado por Frugoli Jr. e Sklair (2009), não existiram alterações em termos residenciais, o que nos remete a uma gentrificação não exatamente como a citada por diversos autores, mas em outros moldes. Digo isto porque até o presente momento, o bairro do Santo Cristo não passou por um processo nítido de expulsão de classes populares e entrada de moradores de classes médias e altas. No entanto, há a tentativa constante, através da instalação de um circuito de arte e cultura voltados para as camadas mais altas da sociedade, de introduzir nesta região portuária um determinado estilo de vida e de consumo, produzindo mudanças na composição social deste lugar. Durante a pesquisa de campo, uma de minhas interlocutoras, que faz parte do grupo de “artistas da Bhering” afirmou que não gostaria que o

prédio se tornasse “uma ilha da zona sul na zona portuária”. No entanto, muitos indícios nos levam a crer que a antiga fábrica se tornou quase exatamente isso. Ocupada e frequentada quase que exclusivamente por pessoas oriundas desta região da cidade, a impressão de que há ali uma “ilha da zona sul” não pode deixar de ser notada. Assim como no bairro da Luz, mencionado acima, fica nítido que os frequentadores e os próprios ocupantes da antiga fábrica da Bhering não circulam pelo restante do bairro do Santo Cristo. Chegam em táxis que os deixam na porta, ou em seus carros que são estacionados no interior do próprio prédio, não configurando, a princípio, uma mudança na vida pública do bairro em questão.

É inevitável pensar que se fossem ali outros atores, oriundos de camadas populares, o tratamento e o interesse dispensados pela Prefeitura não seriam os mesmos. O grupo intitulado “de artistas” – apesar de não composto apenas por artistas – constitui o grupo de “desejáveis” levando em consideração os planos do poder público para a área portuária, e considerando a “arte” como “revitalizadora em si”. Diversas foram as propostas por parte dos “artistas da Bhering” de implantação de oficinas, workshops e cursos que permitissem uma aproximação com a população residente no entorno do prédio. Tímidas e pontuais, as iniciativas não conseguiram realizar de fato uma “integração” com o bairro. É importante observar que diversas manifestações culturais estão presentes no bairro do Santo Cristo, mas a valorização da arte que é trazida pela antiga fábrica da Bhering, em detrimento das demais, traz uma hierarquização moral de “civilizados versus marginalizados”. Sendo os “civilizados”, “revitalizadores”, detentores de um saber que poderá ser compartilhado com os “marginalizados” que habitam esta região “degradada” da cidade (LEITE, 1995; PACHECO DE OLIVEIRA, 2014; SAMPAIO, 2016).

Ainda assim, dúvidas a respeito da legitimidade do apoio do poder público têm sido levantadas devido à demora do andamento do processo de desapropriação – que entre julho de 2012 e outubro de 2015 ainda não foi concluído. Recentemente, artistas da Bhering têm acusado a Prefeitura de ter assumido, na época do desencadeamento da crise, uma postura “eleitoreira”, promovendo uma falsa sensação de apoio para promover a Prefeitura diante da ordem de despejo amplamente divulgada nas mídias de massa.

No decorrer da formação do grupo e da associação (ACO28), subgrupos foram se formando por diversos motivos. O grupo, ao mesmo tempo em que se formou, se fragmentou em grupos menores, onde provavelmente havia maior facilidade de se encontrar interesses em comum. Ainda que o objetivo maior fosse comum a todos – garantir a permanência no prédio

– o grupo, numeroso e heterogêneo, encontrava muitas dificuldades em funcionar como um coletivo. Alguns artistas, que não se sentiam contemplados pelos objetivos da associação, atualmente procuram outros espaços para montarem seus ateliês, afirmando que haveria "politicagem" determinando a realização dos eventos no prédio da Bhering. Ao longo do processo de formação do grupo de "artistas da Bhering" certas formas de conexão com o entorno foram elaboradas, ainda que "pelo alto". A aproximação com o entorno parece se dar baseada na premissa de que os "artistas" tinham algo a oferecer de positivo para esta região da cidade, considerada "degradada" e passível de "revitalização" via cultura.

O grupo de artistas, embora permaneça à espera da conclusão do processo de desapropriação, e tenha se fragmentado em subgrupos, como foi mencionado anteriormente, tem se consolidado como um "espaço cultural" reconhecido, vinculado ao ArtRio⁵, sendo citado no "Mapa Cultural" como parte do circuito cultural do estado do Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de 'revitalização' dos centros urbanos**. São Paulo: Anablume, 2006.

DABUL, Ligia. Museu de grandes novidades: centros culturais e seu público. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, vol. 14, n. 29, jan /jun, 2008.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FRÚGOLI JR, Heitor; SKLAIR, Jéssica. O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da *gentrification*. In: **Cuadernos de Antropología Social**, n. 30, pp. 119–136, 2009.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992

LEITE, Rogerio Proença. A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 25, n. 72, fev. 2010.

LEITE, Rogério Proença. Localizando o espaço público: Gentrification e cultura urbana. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 83, p. 35-54, dez. 2008.

⁵ArtRio é uma conhecida feira de arte contemporânea realizada anualmente no Piére Mauá, Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro. O evento "Fábrica Aberta" promovido pelos artistas da Bhering tem sido realizado simultaneamente ao ArtRio há três anos.

LEITE, Márcia Pereira. Da metáfora da guerra à mobilização pela paz: temas e imagens do Reage Rio. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, Rio de Janeiro, vol. 4, 1995.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. **Mana**, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, 2014.

SAMPAIO, Roberta. A Utopia da Pequena África. Os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca, Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGSA, 2011.

_____. O patrimônio cultural na gestão dos espaços do Rio de Janeiro. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 57, p. 149-168, jan/abr, 2016.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e identidade nacional**. São Paulo: Annablume, 2013.

SMITH, Neil. **The new urban frontier: gentrification and revanchist city**. London: Routledge, 1996.

SOUTY, Jérôme. Dinâmicas de patrimonialização em contexto de revitalização e de globalização urbana. Notas sobre a região portuária do Rio de Janeiro. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.3, n.9, jul/dez. 2013.

ZUKIN, Sharon. **The cultures of cities**. Cambridge: Blackweell, 1995.

Referências de Sites e textos eletrônicos

Página "Antiga fábrica da Bhering", Facebook. Disponível em <http://www.facebook.com/pages/Antiga-fábrica-da-Bhering>, acessado em 07/08/2013.

Site do projeto Porto Maravilha da Prefeitura do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em http://www.portomaravilha.com.br/web/sup/porto_maravilha_cultural.aspx, acessado em 05/08/2013.

Site do Museu de Arte do Rio (MAR), 2013. Disponível em <http://www.museudeartedorio.org.br/pt-br/o-mar/porto-maravilha>, Acessado em 06/08/2013.

Site "Respostas Sustentáveis", 2014. Disponível em <http://www.respostassustentaveis.com.br/tag/squats>, acessado em 17/01/2014.

Site da Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/>, acessado em 27/06/2018.

Recebido em: Maio de 2018
Aprovado em: Julho de 2018

A PRODUÇÃO CULTURAL DE SÃO PAULO DE MEADOS DO SÉCULO XX: metropolização, modernidade e música popular caipira/sertaneja

Anderson de Oliveira¹

Resumo

Traçar os caminhos pelos quais transformaram a cidade de São Paulo numa das maiores metrópoles urbanas do América Latina. Berço do movimento modernista brasileiro, do começo dos anos 20, logo se tornou celeiro de vasta produção cultural, influenciando decisivamente, o fazer artístico, acadêmico e com rebatimentos em âmbito político e social. Como arena cultural, que experienciou movimentos de vanguarda e influenciou gerações, cabe-nos discutir aqui a contribuição da música popular paulista(na) para a conformação da cidade no imaginário da população, principalmente a música caipira/sertaneja, para quem essa música dialogava, e as características com as quais essa música tornava-se singular, em relação a outros movimentos artísticos e literários que compunham a produção cultural de meados do século passado na cidade paulista.

Palavras-Chave: São Paulo – Metropolização – Produção Cultural – Música Caipira/Sertaneja.

Abstract

To trace the paths by which they transformed the city of São Paulo into one of the largest urban metropolis in Latin America. The birthplace of the Brazilian modernist movement of the early 1920s, it soon became a barn of vast cultural production, decisively influencing artistic, academic and political repercussions. As a cultural arena, which has experienced avant-garde movements and influenced generations, it is up to us to discuss here the contribution of the popular music of São Paulo to the conformation of the city in the imaginary of the population, especially the country music (caipira/sertaneja), and the characteristics with which this music became singular, in relation to other artistic and literary movements that composed the cultural production of the middle of the last century in the city of São Paulo.

Keywords: São Paulo – Metropolization – Cultural Production – Country Music (caipira/sertaneja).

¹ Mestre em Ciências Sociais (2012) – UFBA. Doutorando em Ciências Sociais – Unicamp. Email: anderson.eslie@gmail.com

Introdução

Nesse breve artigo, iremos expor questões importantes na análise da produção cultural da São Paulo de meados do século XX. São Paulo que, em fins do século XIX, ainda era uma cidade que mantinha aspectos coloniais fortes, voltada para cultura do café, se transforma numa das maiores metrópoles latino-americanas, seguida por Buenos Aires, México, entre outras.

Num primeiro momento, iremos discutir as contribuições de Simmel e Richard Morse sobre a formação das metrópoles e, em especial, a formação histórica de São Paulo, que nos parece interessante para confrontar elementos que serão expostos nos momentos seguintes da análise. Num segundo momento, discutiremos com Richard Morse e Maria Arminda Arruda as contribuições, no plano da cultura, do movimento modernista e novo modernismo, que conformaria a cidade como a principal capital do país.

Já num terceiro momento, discutiremos a importância da música caipira/sertaneja, tanto para os intelectuais – preocupados em formatar uma identidade nacional que dialogasse com a “brasilidade”, expressão máxima daquilo que acreditavam ser o homem do mundo rural, e o seu folclore –, quanto para os artistas, criando uma estética singular e, junto ao rádio, difundindo o “sentimento saudosista” comum nas canções, ressaltando o mundo rural em contraposição à vida citadina. Assim, ao ritmo das transformações pelo qual passava a cidade de São Paulo, o estudo da música caipira nos parece interessantíssimo na discussão da “arena” cultural paulistana, e sua inclusão como um dos elementos mais influentes na nova “tradição” modernista, principalmente musical, que se constituía.

São Paulo: Da colônia a metrópole

Um dos fundamentos psicológicos na qual se eleva o tipo das individualidades da cidade grande é, sem dúvida, a intensificação da vida nervosa, resultante da mudança rápida e ininterrupta de impressões que são interiores e exteriores. Ao criar estas condições psicológicas, a cidade grande propicia uma oposição profunda em relação à cidade pequena e à vida no campo. É com essa introdução que Simmel nos alerta para as mudanças decisivas nas cidades em processo de metropolização. Mudanças essas que não se fixam somente na sua expansão

geográfica, nem no fluxo cada vez mais crescente de migrantes e/ou imigrantes, mas também numa postura diferenciada em relação às pessoas, coisas e costumes. Preocupado com a constituição das cidades grandes como espaço privilegiado de sociabilidade e convivência, no final do século XIX e começo do século XX, Simmel se interessa por entender o homem citadino, seu espírito, sentimentos, sua maneira de agir nesse novo ambiente, até então, pouco explorado nas análises sócio-históricas: as metrópoles.

O papel das cidades no surgimento dessas mudanças socioculturais, decisivas na vida do homem moderno, não pode ser entendido somente como cenário, passivo às transformações que figuram nas metrópoles. Elas funcionam como produtoras de formas de sociabilidade e interação social, ativa na constituição da vida urbana, devido, sobretudo, ao papel desempenhado pelo capitalismo nas mudanças que ocorreram em todas as esferas sociais pós Revolução Industrial. Diferente das cidades menores, onde os seus habitantes se baseiam no ânimo e nas relações pautadas no sentimento, o habitante da cidade grande possui uma atitude mais intelectualista sobre as coisas. Mais que isso, o citadino cria um órgão protetor contra o desenraizamento com a qual as correntes e discrepâncias do meio externo o ameaçam. Essa intelectualização das reações dos indivíduos, numa tentativa de se defender das “coações” da metrópole, evitando submeter-se às emoções e afetos inconstantes, é o que Simmel chama de entendimento. Como o princípio monetário, as relações e reações que se originam do individual não se esgotam com o entendimento lógico, ao contrário, as relações de ânimo entre as pessoas se fundamentam nas suas individualidades, enquanto que as relações de entendimento contam os homens como números, indiferentes entre si. O dinheiro, cita, indaga o que é comum a todos, ou seja, o valor de troca. Essa monetarização da vida moderna, decorrente da necessidade de substituição dos vínculos de sangue e de parentesco por algo impessoal, prático e universal – como o dinheiro –, dá a tônica das relações na sociedade moderna, criando o chamado *caráter blasé*, fenômeno anímico reservado de modo incondicional à cidade grande.

O *caráter blasé* é a consequência dos estímulos nervosos, que se alteram rapidamente e se transformam em seus antagonismos. Sua essência é o embotamento frente à distinção de coisas. Em suma, é a incapacidade de reagir a novos estímulos, uma atitude de total indiferença com as coisas, anulando-as.

“Essa disposição anímica é o reflexo subjetivo fiel da economia monetária completamente difusa. Na medida em que o dinheiro compensa de modo igual toda a pluralidade das coisas; exprime todas as distinções qualitativas entre elas mediante distinções do quanto; na medida em que o dinheiro, com sua ausência de cor e indiferença, se alça a denominador comum de todos os valores, ele se torna o mais terrível nivelador, ele corrói irremediavelmente o núcleo das coisas, sua peculiaridade, seu valor específico, sua incomparabilidade” (SIMMEL, 2005, p. 581-582).

Essa total indiferença com as coisas deriva, segundo Simmel, de uma defesa fisiológica frente aos vários estímulos que atingem o habitante das grandes cidades modernas, resultado da compressão de homens e coisas, estimulando o indivíduo ao máximo da atuação nervosa. Nesse sentido, como garantia de uma espécie e medida de liberdade pessoal, é que Simmel vai nos falar da reserva como atitude espiritual dos cidadãos uns com os outros. Essa liberdade pessoal garantida pela reserva não é, contudo, acompanhada por um “sentir-se bem”. Simmel aponta para os efeitos indesejáveis da liberdade. Mais do que uma mera aventura individual, a liberdade nas grandes cidades implica na negação de tudo que não afirme o indivíduo como aquele que pode gozar da vida na urbe.

“Pois a reserva e indiferença mútuas, as condições espirituais de vida dos círculos maiores, nunca foram sentidas tão fortemente, no que diz respeito ao seu resultado para a independência do indivíduo, do que na densa multidão da cidade grande, porque a estreiteza e proximidade corporal tornam verdadeiramente explícita a distância espiritual. Decerto é apenas o reverso dessa liberdade se, sob certas circunstâncias, em nenhum lugar alguém se sente tão solitário e abandonado como precisamente na multidão da cidade grande; pois aqui, como sempre, não é de modo algum necessário que a liberdade do ser humano se reflita em sua vida sentimental como um sentir-se bem” (SIMMEL, 2005, p. 585).

As mudanças nos modos de vida e de produção, fruto da urbanização, estão associadas ao desenvolvimento do sistema capitalista. Simmel, diferente de outros teóricos que se prestaram a elogiar as benesses do progresso, é profundamente tocado pelos efeitos que esse novo modo de viver, agir e de pensar modernos produz para os habitantes das novas metrópoles. Para ele, a função da cidade é fornecer o lugar para o conflito e para tentativas de unificação da liberdade pessoal e individualização espiritual.

Mas, como pensar a cidade de São Paulo dentro desse prisma? Ainda que com importantes peculiaridades em relação a outras capitais latino-americanas, São Paulo

cresceu ao patamar de metrópole negando o passado pré-moderno, objetivando o presente, e apontando para um futuro promissor. Richard Morse (1970), ao estudar a formação histórica da capital paulista, pretende tecer o fio que liga a vila sem importância na empresa colonial portuguesa à potência dos anos de metropolização. Essa mesma metropolização também atraía seu olhar para a história da cidade, partindo de um ponto comum na análise histórica, mas construindo um olhar particular sobre a mesma, expressa no par comunidade-metrópole e na história cultural da nova cidade que emergia a passos largos para a modernidade.

No final do século XIX deparamo-nos com uma cidade em intenso fluxo, cujo passado não é mais sentido e cujo presente e futuro imediato requerem urgência. A industrialização crescente, movida pelo advento das ferrovias, e o contingente populacional que se descolava para a capital, geraram o que Morse chamou de “sociedades urbanas híbridas ou heterogêneas” (1970, p. 274). Para ele, este fato levou os cientistas sociais a questionarem a validade das dicotomias simplistas entre comunidades isoladas e integradas, e a vida secularizada e individualizadora da cidade. Nesse ponto, Morse dialoga com a perspectiva de Simmel sobre os efeitos da produção de um novo modo de vivência e de pensamento modernos. Mais que isso, ele aponta já na São Paulo da década de 1890 a intensa transformação por qual passa a cidade, fortemente apoiado nos pressupostos simmelianos.

“Entretanto, se em nossa história de São Paulo nos detivermos face à metrópole que brotava em 1890 e a compararmos com a cidade agrária de 1820, encontraremos confirmada uma progressão linear no sentido da “desintegração” social. Ainda mais, mesmo um olhar apressado na cidade do século XX sugere que a tendência não se reverteu nem se enfraqueceu, que a vida está permeada, mais que nunca, por relações transitórias, parciais, individualizadas; pela urgência neurótica do poder, prestígio e riqueza” (MORSE, 1970, p. 274).

É certo dizer que São Paulo ainda não é uma metrópole nos anos de 1890, mas estão contidas, já naquele período, os elementos que a tornarão nos anos posteriores – “espírito positivista, uma economia em franca expansão que se baseará numa nova mão-de-obra livre imigrante - que em poucos anos se constituirá na classe operária do início da industrialização e também num novo mercado consumidor -, a expansão da mancha urbana, decorrente desse novo afluxo populacional mas, também, os limites dessas transformações” (CASTRO, 2010, p. 15). Ainda que nas décadas posteriores,

principalmente nas décadas de 40 e 50, São Paulo já tenha se tornado um dos grandes centros latino-americanos, a discussão entre comunidade e metrópole persiste.

Para Morse, São Paulo ainda mantinha relações comuns à comunidade (no sentido de cidade provinciana), pois convivia com aspectos típicos do tradicionalismo de tempos de colônia, embora estivesse em processo crescente de metropolização. Essa influência é sentida no modernismo de Mário de Andrade, num momento de promoção e fixação do ideário de identidade nacional e nacionalismo, e mesmo em Villa-Lobos, que exaltam o homem do campo, ingênuo, e sem a corrupção daqueles que habitam a cidade grande, ou ainda na própria relação dos habitantes com a cidade, e o sentimento de saudosismo de um lugar que não existe mais.

Partindo de várias fontes: "Jornais, relatos, diários, canções, cartas e pregões se combinavam com estudos científicos e estatísticas, literatura, arquitetura, urbanismo e sociologia" (CASTRO, 2012, p. 11), Morse concebia a cidade como uma entidade cultural. Assim, o estudo sobre São Paulo pode ser visto como uma história cultural, compreendendo a cidade por diversos e distintos materiais, aliado ao criterioso estudo acadêmico e intelectual. Mais tarde, o autor discorrerá sobre o papel dessas "metrópoles periféricas", identificando as peculiaridades de cada uma em seus processos de metropolização e modernização (nas mais diferentes esferas) que as distinguem dos grandes centros europeus, tais como Paris e Londres.

Modernidade e modernismo: A arena cultural paulistana de meados do século XX

O modernismo pelo qual experimentou São Paulo não pode ser entendido como uma erupção repentina de fevereiro de 1922. Como Morse indica, a Semana de Arte Moderna “envolveu de uma grande quantidade de reações à vida do século XX, reações estas fragmentárias, espontâneas e não formais, e que por 25 anos mais ou menos vinham impregnando as atitudes e a retórica oficiais herdadas do século anterior” (MORSE, 1970, p. 340). Além disso, outras capitais latino-americanas estavam mergulhadas em contexto semelhante de modernização. Ao propor estudar as cidades como “arenas culturais”, Morse afirmava que pretendia vislumbrá-las como palco de expressões e manifestações do ambiente urbano para além dos estudos, descrições e análises acerca do ambiente citadino. Tomando a cidade de São Paulo como ponto de partida, “uma florescente capital financeira e tecnológica que fora catapultada de séculos de vida exígua e espartana para se tornar o centro industrial mais atualizado do

continente” (MORSE, 1995, p. 217), o autor pretende, através da comparação de poucas arenas urbanas, particularizar e aprofundar a compreensão sobre a “tomada de consciência” [*prise de conscience*] modernista das décadas de 1920, bem como seus desdobramentos no plano da cultura que estavam sendo gestadas nas metrópoles em expansão.

São Paulo, a pauliceia desvairada dos poemas da maturidade de Mário de Andrade, para Morse, precisaria não de um ato de decifração, mas sim de um ato de cognição, diferente, por exemplo, de Buenos Aires. O próprio Mário era a personificação do Modernismo: “Poesia e prosa criadoras, musicologia, pesquisas sobre temas folclóricos ou eruditos, sociologia, crítica de todas as artes, tudo isso estava nos seus domínios” (MORSE, 1970, p. 351). Em um contexto na qual a jovem república recrutava dos seus intelectuais a construção de um ideal nacionalista e de identidade nacional, que caracterizasse o “povo brasileiro” no imaginário social, as ações dos modernistas ganharam fôlego. Mais que isso, foram patrocinados, seja pela burguesia industrial que crescia, seja pelo próprio Estado, exercendo grande influência no plano cultural, sendo Mário de Andrade um dos grandes porta-vozes do movimento. Assim, a cidade de São Paulo toma a dianteira do discurso modernista, através de seus intelectuais e gestores, se transformando, então, num dos maiores centros latino-americanos na primeira metade do século XX.

Embora tendo Paris como inspiração, não se pode dizer, nas palavras de Morse, que esse novo centro (periférico) reflita o centro na qual se inspira. A cidade periférica, dirá Morse, “não é mimética, mas responde a uma lógica interna” (1995, p. 217). A imaginação livre é desafiada a ver e não a entender, não a explicar, mas sim a apreender. Na esteira do legado deixado por Morse, Maria Arminda do Nascimento Arruda oferece uma compreensão reformulada sobre o pluralismo cultural de São Paulo e do entrelaçamento entre modernismo, modernidade e modernização. Ao traçar o panorama da cultura em meados do século passado, enfatizando o caráter singular das linguagens no período, Maria Arminda dá mostras da particularidade, no qual os próprios intelectuais e artistas viam-se como introdutores e interlocutores de profundas cisões em relação ao legado deixado pelo modernismo dos anos 20. Germinava em São Paulo, o que ela chamou de “novo modernismo”, respaldado numa cultura plural

heterogênea e múltipla, “atrelado a uma realidade interligada ao movimento exterior” (ARRUDA, 1997, p. 39).

Segundo Maria Arminda Arruda, a ênfase no presente, dada por São Paulo, resulta na crença de um futuro promissor identificado “com a realidade de uma sociedade de classes aberta e com um regime de participação democrática” (ARRUDA, 1997, p. 40). Desse modo:

“A afirmação do progresso, reconhecido na interpenetração da ciência e da tecnologia, já revelava os princípios da cultura que se gestava na cidade. Ao mesmo tempo em que o passado era abjurado, impondo a construção de novos princípios identitários a grupos sociais inteiros, a perspectiva do futuro estava ancorada na concepção do progresso recém iniciado. (...). São Paulo, naquele momento, vivenciava a descrença plena em relação ao legado histórico anterior e essa atitude se exprimia na emergência de um tecido cultural renovado, produzido na esteira da modernização abrupta e evidente na transformação da linguagem em vários campos: nas ciências sociais, nas artes plásticas, na poesia, na arquitetura, no teatro, no cinema, na mídia” (ARRUDA, 1997, p. 40).

A ciência e a técnica (expressas no método científico de Florestan Fernandes e no movimento concretista na poesia e nas artes), para ela, seriam um dos baluartes do novo modernismo, rechaçando, assim, o primeiro momento. Os modernistas de 22 estariam na base da cultura urbana, por reorientarem o olhar para a captação de novos ângulos da realidade paulistana. Se eles construíram uma nova ordem de percepção, as gerações seguintes concretizaram uma consciência moderna que lhe fora decisiva. A cidade-metrópole torna-se, então, objeto de remodelações, onde a concepção urbana deixa de ser um problema de população, mas um dado da cultura. Desse modo, resume Maria Arminda Arruda, a cultura de São Paulo absorve a noção de moderno, identificado com o progresso e a ideia de um futuro civilizado e articulado internacionalmente, nos mais diferentes campos de expressão.

“No processo, esse tecido cultural firmou-se em oposição a qualquer tradição, inclinando-se na vertente da rejeição ao passado. Nesse sentido preciso, suspendeu a história, estilizando-a em múltiplas linguagens, ainda que produzidas numa experiência social comum, que implicaram na perda de contato com as raízes do próprio movimento modernista paulista” (ARRUDA, 1997, p. 49).

Se Morse busca a cidade não somente como “descrito e analisado”, mas também como “experimentado e expresso”, Maria Arminda Arruda busca transformações na

cidade através das linguagens e das instituições presentes. Ao estudar São Paulo, e na esteira da conclusão de Heloisa Pontes de “analisar os intérpretes dessas novas linguagens” (2013, p. 6), focando-se no teatro, este texto tenta analisar a música criada na metrópole paulista, sua contribuição para a conformação da cidade no imaginário da sua população, para quem essa música dialogava, e as características com as quais a música popular paulista(na) tornava-se singular, em relação a outros movimentos artísticos e literários que compunham a produção cultural de meados do século passado na cidade paulista.

Música popular paulista(na): A música caipira/sertaneja em destaque

A cidade de São Paulo apresentava um cenário musical bastante fragmentado já no início do século XX. Fruto da simbiose de várias tradições e culturas presentes na cidade (festas religiosas/profanas dos meios rurais, cultura negra africana, e dos imigrantes, sobretudo dos italianos), a música popular em São Paulo começou a ser produzida e divulgada por uma “extensa e crescente estrutura de difusão, que revelava e apontava para um certo cosmopolitismo” (MORAES, 2000, p. 1).

Com a acentuada mudança pelo qual passava a cidade, as atividades ligadas à música popular acompanharam essas mudanças, e com ela colaboraram. A antiga cidade, colonial, vinculada à cultura do café, foi-se dilacerando, dando lugar a metropolização, industrialização, expansão territorial, etc., transformando-se na “cidade que não para”, sem tempo para conservar suas tradições, vivendo intensamente o presente, enquanto olha fixamente para o futuro. O impacto dessa cidade que não para e as mudanças provocadas pelo novo cenário cultural, diz José Vinci de Moraes, “tiveram um caráter bem peculiar, principalmente no processo de diversificação e de circulação das novas culturas populares urbanas e nos meios de produção e difusão de massa” (2000, p. 2). Essas alterações da realidade histórica e cultural da cidade provocaram ambiguidades, na música popular, sobretudo. Vinci de Moraes dirá:

“De um lado, a imposição de modelos e modas, restrições e orientações, massificação e fragmentação gradativamente se tornava regra e apontava para a mercantilização e para o consumo rápido e uniformizado da nova cultura popular urbana. De outro lado, a formulação de novas temáticas e sensibilidades musicais, a profissionalização dos artistas populares, a possibilidade de realização artística nos diversos campos e meios de difusão, a expansão da difusão cultural favoreciam a diversificação e a multiplicação de uma

rica cultura popular urbana, ainda em construção” (MORAES, 2000, p. 2).

Esse processo foi captado pelo rádio. Difundindo uma trilha ampla e cheia de ritmos distintos, ajudou a expandir a música popular paulista(na) no meado do século XX. Dentre esses ritmos estavam a música rural sertaneja, o choro e o samba. Nas primeiras décadas do século XX, principalmente entre os modernistas, a relevância e o papel da música rural na construção de uma cultura nacional tomaram grande parte do tempo e pensamento desses intelectuais e artistas. A discussão se dava em torno da autenticidade e das tradições folclóricas advindas de uma cultura rural, que manteriam o aspecto nacional, tornando-a singular e expressão da brasilidade.

É sabida a ligação entre os compositores nacionalistas e o popular. É sabido também o vasto material que eles compuseram com o tema “folclórico”. Mas, como ressalta Wisnik: “o que pouco se fala é que o povo homenageado e imaginado por esses músicos, o povo bom-rústico-ingênuo do folclore, difere drasticamente de um outro que desponta como anti-modelo” (1982, p. 131). Esse povo era a massa urbana que crescia vertiginosamente e que causava estranheza e desconforto com sua presença na cidade. A oposição entre a música rural e urbana (principalmente do samba) fica clara na crítica de Luis Heitor, citado por Wisnik:

“Refiro-me, aqui, justamente à aptidão do brasileiro, como criador e como apreciador da música dita “artística”. E acho perigosa a confusão que às vezes se faz, no Brasil, englobando sob o rótulo de música popular não o fundo musical anônimo, de que a música artística se utiliza, para tonificar-se, mas a música sem classificação, baixa e comercial, que prolifera em todos os países do mundo, sem que por isso tenha direito a ocupar um lugar na história da arte” (HEITOR, 1950 apud WISNIK 1982, p. 132).

Por longos anos, o discurso nacionalista modernista tentou renegar as contribuições da cultura popular que emergia nas cidades, em outras palavras, da contribuição negra na cultura brasileira. Em nome da estilização da cultura popular rural, renegava-se tudo que pudesse tensionar e mostrar as contradições sociais existentes no espaço urbano. O cerne do problema está no fato de que “o nacionalismo musical modernista toma a autenticidade dessas manifestações como base de sua representação em detrimento da vida popular urbana porque não pode suportar a incorporação desta última” (WISNIK, 1982, p. 133), ou seja, a cultura popular só poderia ser inserida dentro do contexto nacional-populista se fosse “domesticada”, se

não oferecesse qualquer tipo de “ameaça” à construção do ideário nacional, que estava sendo pensado e aplicado pelos intelectuais e artistas vinculados ao Estado Novo.

Assim, dado ao caráter paternalista e conservador do tecido musical brasileiro àquela época, o elemento popular somente poderia ser admitido em sua vertente mais tradicional e estável, na qual é possível a documentação e classificação, qual seja; o folclore. À medida em que o país se industrializava e se modernizava, a discussão do Brasil como “um país do futuro” se acentuava. Mais que isso, o que se via em centros como São Paulo, por exemplo, era a ideia de uma descrença plena em relação ao seu legado histórico anterior, seu passado colonial. Esse tipo de interpretação nos revela o caráter ambíguo do pensamento modernista de então, na qual, ao mesmo tempo em que se discutia e vivenciava o modernismo, a “redescoberta” do país se dava dentro de uma tradição “passadista” da qual esses intelectuais e artistas combatiam.

Mario de Andrade, como dito anteriormente, foi o grande entusiasta dessa perspectiva da autenticidade do homem rural, ainda que por um viés conservador, que era o seu projeto de nação. Na música, Villa Lobos talvez fosse a melhor expressão da busca de uma “brasilidade modernista”, criando uma intertextualidade entre as correntes contemporâneas da música erudita europeia com elementos “tradicionais” brasileiros. Dessa forma, o tradicional foi ocupando espaço dentro da modernidade, seja pelos músicos, seja pelos modernistas, que a adotou como um dos pontos do seu programa, ainda que o aproveitamento do folclore como matéria-prima não significasse dar espaço à produção regionalista, como vai nos dizer Geni Duarte, “mas utilizar essa fonte e beber nela a própria essência da nacionalidade” (2006, p. 108).

Embora o choro e o samba tivessem também destaque na propagação da música popular em São Paulo, a música sertaneja teve papel significativo, pois estabeleceu tensões e convergências entre as culturas populares rurais e urbanas, criando uma nova combinação social e cultural. Combinação essa bastante aceita pelas camadas mais pobres da cidade e pelo rádio, que soube muito bem como captar essa tendência. Nomes como Marcelo Tupinambá, Cornélio Pires, Mandi e Sorocabinha, Paraguassu, tiveram influência na difusão da música caipira na cidade, através dos programas voltados para esse público, que variava de esquetes humorísticos a música sertaneja, tais como *Nhô Totico*, *Arraial da Curva Torta* e *Serra da Mantiqueira* faziam sucesso nas rádios paulistanas. Vinci de Moraes nos mostra que o sucesso dos programas de rádio com a

temática caipira advém do crescimento da população migrante de outras regiões do país, vinda principalmente das regiões rurais:

“Alguns programas, apesar de carregarem a identificação de “caipira”, ultrapassavam esses limites, revelando parte do amplo espectro sociocultural da cidade, ao misturar personagens estrangeiros com caipiras e, por isso, alcançando bastante sucesso entre as camadas populares. Um dos fatores determinantes para a expansão e o sucesso dos discos, dos programas e dos artistas caipiras foi o crescimento da população migrante, vinda principalmente do interior do país (SP, MG, NE, NO etc.), em busca de vida melhor na maior metrópole industrial da nação. Originários da zona rural, o fluxo de migrantes já era maior que o de imigrantes nos anos 30. Esses novos desenraizados foram decisivos na formação e na ampliação do público e do mercado consumidor de música sertaneja na capital paulista da década de 1930, pois, muito provavelmente, identificavam-se com essa cultura/música que tratava do universo rural” (MORAES, 2000, p. 6).

Duplas caipiras, programas de rádio, cantores solo, que eram muito difíceis de encontrar no começo do século, já no início dos anos 30, multiplicavam-se de maneira espantosa. Desse modo, e de maneira significativa, a música sertaneja deixa marcas na memória cultural e musical da cidade. Mais que isso, começou a estabelecer novas intersecções com outros segmentos culturais da cidade, sobretudo entre os imigrantes, na qual a música caipira encontrou a disposição necessária para a sua propagação, fazendo de São Paulo o palco de cruzamentos e simbioses de culturas populares que ultrapassavam as fronteiras nacionais. Como aponta Vilela (2013), as gravações das músicas caipiras, vinculadas nas rádios representavam a terceira maior fatia do mercado de discos do país, e “contribuíram para que o migrante dos bolsões rurais se fixasse na cidade sem perder totalmente os valores culturais de origem” (2013, p. 85).

Cornélio Pires foi um grande entusiasta da música caipira/sertaneja, e o desenvolvimento de suas atividades se tornaram marcantes no cenário da música popular paulistana, a exemplo da “Turma Caipira Cornélio Pires”, composta por vários cantores e duplas caipiras, realizando apresentações musicais na capital e no interior. No fim da década de 20, início dos 30, ainda no período de solidificação e maturação do rádio no Brasil, Cornélio surpreendeu a todos do cenário fonográfico brasileiro: Por razões de ordem comercial, as empresas fonográficas resistiam a gravar as músicas caipiras, e seus artistas. Cornélio, então, financiou o estúdio e a prensagem, pela Colúmbia, de cinco discos, cada um com tiragem de cinco mil unidades, totalizando vinte mil unidades, vendidas de mão em mão, nas apresentações da Turma Caipira

Cornélio Pires na capital e interior do estado. Os discos “independentes” tiveram considerável sucesso, abrindo espaço para outras gravadoras, como a RCA Victor, que criou sua própria caravana, a “Turma Caipira Victor”, convidando os artistas que mais se destacaram com o sucesso dos discos independentes: Mandi (Manuel Rodrigues Lourenço) e Sorocabinha (Olegário José Godoy).

Além do espaço nas gravadoras e na rádio, os caipiras também tiveram certo destaque no cinema. Aproveitando a hype da formação de uma cena caipira/sertaneja na cidade de São Paulo, filmes de forte apelo popular foram lançados ao longo dos anos 30, tendo a temática caipira como tema principal, como *Acabaram-se os Otários*, com Genésio Arruda (1929), por exemplo, além de um documentário filmado e produzido por Cornélio Pires, chamado *Vamos Passear* (1934), com o objetivo de registrar os sambas rurais, modas de viola, entre outros, do qual muitos participaram de sua Turma Caipira.

Na esteira dessa “agitação” caipira, um ponto importante a se destacar, diz respeito à sensação de “saudades” sentida por esses migrantes e imigrantes. Numa cidade que se reconstruía ininterruptamente, e que se pretendia negar o passado, esse sentimento se refletia na cultura paulistana, de modo a dificultar o enraizamento dessas populações. A vida no campo e nas cidades menores, a visão idílica do mundo rural perdido entre o passado e o presente, das relações mais próximas, enfim, tinham na música sertaneja a válvula de escape perfeito para extravasar essas sensações.

“Saudade de uma cidade que já não existia mais e que, ao modernizar-se, dificultava o enraizamento de seus habitantes. Saudade das pequenas cidades do interior e da vida do campo, mais natural e saudável, percepções fortemente enraizadas na cultura caipira. Saudades de um tempo idílico, perdido em algum lugar do passado recente ou remoto” (MORAES, 2000, p. 8).

Essa oposição também se refletia no campo dos valores, opondo a ingenuidade e pureza do mundo rural ao artificialismo do mundo urbano, como ressalta Geni Duarte: “Nas letras dessas canções não se buscava a posituação do caipira enquanto trabalhador, mas a idealização de uma vivência campestre definida em oposição à vida na cidade” (2006, p. 113). Num eterno “vir a ser”, como São Paulo era entendida, é correto afirmar que a música caipira/sertaneja se configurava enquanto uma ode à nostalgia e ao saudosismo, seja real, seja imaginário.

Nesse sentido, a análise de Simmel se faz presente, quando nos diz sobre o impacto da metropolização nas subjetividades dos seus habitantes, caracterizadas pela atitude blasé e pela reserva, fruto de um constante processo de desenraizamento das relações dos habitantes da e na cidade. Esse vai ser o preço a se pagar por se erguer uma outra cidade, grande, moderna, em cima da anterior, o que evidenciaria, mais cedo ou mais tarde, as mais profundas contradições. Porém, em relação ao sentimento saudosista, essas contradições foram fontes de inspiração, e a música sertaneja parece ter sido um dos grandes veículos que deram vazão a essas referências, sobretudo, “para realizar as transições e as intersecções entre os universos rural e urbano” (MORAES, 2000, p. 9).

Considerações finais

Procuramos mostrar nesse breve artigo a importância que teve a música caipira/sertaneja para a cidade de São Paulo, bem como os esforços de intelectuais, modernistas principalmente, num primeiro momento, de conformá-la no imaginário social como a expressão da brasilidade, ainda que sob um viés conservador. Entretanto, foram os artistas que a demarcaram no plano da cultura, difundindo principalmente através do rádio, suas composições, dialogando fortemente com as camadas mais pobres da nova metrópole (migrantes das zonas rurais de outras regiões, imigrantes de outras nacionalidades, ex-escravos, etc.), estabelecendo-se, junto com o choro e o samba, como estilo musical predominante de meados do século XX.

Partindo da afirmação de Richard Morse, na qual diz que não se pode dizer que a periferia reflita completamente o centro, vimos que a cidade de São Paulo teve que conviver com importantes ambiguidades, peculiaridades, fruto de uma constante simbiose cultural dadas pelo seu cosmopolitismo. Ainda que, como expresso na análise de Maria Arminda Arruda, a nova metrópole tentasse objetivar o presente, mirando um futuro tido como promissor, em detrimento do seu passado colonial, os traços tradicionais mantiveram diálogo – conflituoso – com as novas tendências modernas, tendo na música caipira seu suporte e ferramenta principal de propagação.

Essa cidade grande, que demanda um olhar diferenciado, expresso nas análises de Simmel, vai ser confrontada, na música caipira, com o olhar daquele que vivenciou a realidade do mundo rural. Esse choque de realidades distintas criará a inspiração

necessária para os cantos saudosistas dos músicos caipiras/sertanejos, de um tempo idílico e de um mundo dos quais não voltarão, mas que serve ainda de abrigo para sobreviver nesse novo mundo da metrópole moderna. Essa característica singular conformará a música caipira no imaginário das populações trabalhadoras das indústrias da capital paulistana.

Inserida numa onda global de reformulação urbana, que efetivamente influenciaria no plano histórico-político-cultural-social das cidades, São Paulo – que poderíamos traduzir na afirmação de Adrian Gorelik de que “as cidades e suas representações se produzem mutuamente” (2011, p. 138) –, se apresenta como um objeto de estudos interessantíssimo, dado a vastidão de elementos que podem ser analisados, e que nos desvelariam momentos ainda desconhecidos, ou pouco estudados por outros analistas até então.

Referências bibliográficas:

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Metrópole e cultura: o novo modernismo em meados do século. **Tempo Social**; Ver. Sociol. USP, S. Paulo, 9(2): 39-52, outubro, 1997.

CASTRO, Ana Claudia Veiga de. **São Paulo comunidade, São Paulo metrópole: a cidade de Richard Morse**. I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. RJ, 2010.

_____: Dois Autores em Busca de um Passado: Richard Morse e Sergio Buarque na Construção da Especificidade Paulista. **Revista Anpur**. 2012.

DUARTE, Geni Rosa. Música popular brasileira e tradição: As apropriações do regional (São Paulo/Rio de Janeiro, 1900-1940). **Saeculum** – Revista de História [14]; João Pessoa, jan./ jun. 2006.

GORELİK, Adrián. 2011. **Correspondencias: arquitectura, ciudad, cultura**. Buenos Aires: Nabuko.

HEITOR, Luis. Música e músicos do Brasil. Rio de Janeiro. Casa do estudante do Brasil, 1950. Apud WISNIK, José Miguel; SQUEFF, Ênio. **Nacionalismo musical**. In: **Getúlio da Paixão Cearense**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1982.

MORAES, José Geraldo Vinci de. **Polifonia na metrópole: história e música popular em São Paulo**. Tempo, Rio de Janeiro, no 10, pp. 39-62. 2000.

MORSE, Richard. As cidades 'periféricas' como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina. **Estudos Históricos**, vol.8, no.16, pp.205-225, 1995. (originalmente publicado no Journal of Urban History, vol. 10, n. 4, 1984).

_____. **Formação histórica de São Paulo (da comunidade à metrópole)**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

PONTES, Heloisa. **Espaço, produção cultural e cidade**. 37º Encontro Anual da ANPOCS. ST 06: Espaço e território no pensamento brasileiro. 2013.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito. In: **Mana** – Estudos de Antropologia Social. V. 11 nº 2, out., pp. 577-591, 2005/1903.

VILELA, Ivan. **Cantando a própria história**. Música caipira e enraizamento. São Paulo: Edusp, 2013.

WISNIK, José Miguel; SQUEFF, Ênio. Nacionalismo musical. In: **Getúlio da Paixão Cearense**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1982.

Recebido em: Abril de 2018
Aprovado em: Junho de 2018

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO CONFLITO DO CENEP: atores e instrumentos

Cristian Daniel Valdivieso¹

Resumo

O presente artigo busca refletir sobre como os delineamentos da política externa brasileira foram instrumentalizados no problema das fronteiras entre Equador e Peru, também conhecido como Conflito do Cenepa. O foco analítico concentra-se na política externa da década de 1990, com ênfase na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) 1995-2003, que foi quem acompanhou o processo de resolução do embate armado e liderou o caminho para a negociação e consolidação de uma paz duradoura entre as partes envolvidas. O trabalho se desenvolve através de uma abordagem qualitativa. Como instrumentos metodológicos, emprega-se a análise documental de fontes primárias e análise bibliográfica, como recurso para as fontes secundárias. Percebe-se que o apoio da diplomacia brasileira para a resolução do conflito passa pelo interesse em reinventar suas abordagens com relação à região sul-americana, priorizando os temas da agenda internacional do fim da Guerra Fria com preocupações sobre paz, defesa, direitos humanos, integração e resolução de conflitos.

Palavras chave: política externa brasileira; FHC; Equador; Peru.

Abstract

This article seeks to reflect on how the outlines of Brazilian foreign policy were instrumentalized in the border problem between Ecuador and Peru, also known as Cenepa Conflict. For this purpose, the analytical focus concentrates on the foreign policy of the 1990s, with emphasis on the management of former President Fernando Henrique Cardoso (FHC) 1995-2003, who accompanied the process of resolving the armed conflict and led the path for the negotiation and consolidation of a durable peace between the parties involved. The work is developed through a qualitative approach and, as methodological instruments, the documentary analysis of primary sources and bibliographic analysis is used as a resource for secondary sources. It is perceived that the Brazilian diplomacy support for the resolution of the armed conflict involves the interest in reinventing its approaches in relation to the South American region, prioritizing the topics of the international agenda of the end of the Cold War with concerns about: peace, defense, human rights, integration and conflict resolution.

¹ Mestrando do programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC SÃO PAULO) e graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Membro colaborador do Núcleo de Estudos para a Paz (NEP) e membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES).

Keywords: Brazilian foreign policy; FHC; Ecuador; Peru.

Introdução

A década de 1990 é considerada um marco histórico nas diversas esferas que conformam a arena internacional. Em termos políticos, económicos, sociais, de regionalização, o final do século XX trouxe notáveis mudanças e criou uma série de adaptações para muitos Estados, especialmente os subdesenvolvidos. Um dos âmbitos relevantes, até o momento atual (2018), tem sido o da cooperação para a paz, forjado através da Organização das Nações Unidas (ONU), em cujo Art. 1, da carta² fundadora da instituição, consta como principal objetivo manter a paz e a segurança internacionais (NAÇÕES UNIDAS, 1945). Portanto, considera-se a ONU como uma das principais plataformas para a inserção internacional.

Um fenômeno marcante, como decorrência do fim do conflito bipolar entre os Estados Unidos e a União Soviética, é a globalização, que tem se constituído como o marco de convergência entre práticas políticas e valores inspirados pelos Estados Unidos, como país dominante do cenário global. Dessa junção emergem cuidados com a democracia, direitos humanos, liberalização econômica, integração financeira global e preocupação com fenômenos transnacionais (destacam-se as “novas ameaças”³) (LAMPREIA, 1998, p. 6; ROJAS-ARAVENA, 1993, p. 2).

Em decorrência de um mundo profundamente interconectado, manifestou-se também a divisão espacial por regiões, com o surgimento de blocos regionais de caráter político-econômico como o Mercosul⁴, ALCA⁵, NAFTA⁶, e inquietações paralelas com relação à ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), em busca de uma maior participação por parte de países em desenvolvimento naquele espaço político que concentra um poder datado desde 1945 (ARRAES, 2005, p. 2).

Nesse contexto, o Brasil da década de 1990, da gestão de Fernando Collor de Mello 1990-1992, experimentou um breve retorno à política externa de alinhamento⁷ aos Estados Unidos. E foi nesse íterim que as práticas de política externa brasileira se

² Carta de São Francisco, também conhecida como Carta da ONU.

³ Algumas das consideradas novas ameaças são: terrorismo internacional; narco-atividades; tráfico ilegal de armas; degradação do meio ambiente; crime organizado internacional; fundamentalismo religioso (LOPEZ, 2003, p. 83-84).

⁴ Mercado Comum do Sul.

⁵ Área de Livre Comércio das Américas.

⁶ Associação de Livre Comércio da América do Norte.

⁷ Maria Regina Soares de Lima interpreta esta dinâmica de alinhamento como “o paradigma da aliança com Estados Unidos” (LIMA, 1994, p. 40).

materializaram no aproveitamento de acontecimentos conjunturais, como foi o conflito entre Equador e Peru.

O presente trabalho reflete sobre os delineamentos de política externa, estabelecidos no governo do Fernando Henrique Cardoso, como um instrumento que acionou de forma efetiva a diplomacia para apoiar uma resolução da disputa por fronteiras entre os países andinos, em 1995.

Com a finalidade de atingir os objetivos do trabalho, formularam-se duas questões: quais foram os principais atores da diplomacia brasileira que acompanharam a superação do conflito? Que mecanismos foram pensados e empregados pela política externa brasileira para a resolução do embate? A abordagem é qualitativa e alia análise documental, para fontes primárias, à análise bibliográfica, para as secundárias.

Finalmente, o artigo se divide em três partes. A primeira aborda o contexto no qual foi pensada e formulada a política externa brasileira, desde o final do governo José Sarney até Fernando Henrique Cardoso. A segunda parte versa sobre as origens dos diversos conflitos entre Equador e Peru, ao longo da história, para chegar ao ano de 1995, com o conflito armado interestatal. Por fim, analisa-se o processo de resolução do embate, identificando a ação diplomática brasileira no período 1995-1998.

Política externa brasileira na década de 1990: existe um novo paradigma?

A análise da política externa através de paradigmas é um caminho recorrente na identificação de práticas e dinâmicas que permitem caracterizar as ações do Estado em um período específico de tempo. Existem dois paradigmas amplamente invocados no Brasil quando se fala da política externa no século XX. Esses dois são: o americanista e o globalista (LACERDA, NÓBREGA, 2015, p. 127).

No marco do americanismo, também conhecido como alinhamento ou aliança especial, existiram três momentos em que os Estados Unidos foram vistos como aliados preferenciais: 1945-1964-1990. De acordo com Lima (1994, p. 40), em 1945, o alinhamento ocorreu quando, no governo de Getúlio Vargas, os grupos internos liberais e nacionalistas optaram pela aproximação dos Estados Unidos. Com a aliança em favor de ideais nacional-desenvolvimentistas, criou-se a Usina Volta Redonda, no Rio de Janeiro, com financiamento estadunidense e brasileiro (LIMA, 2006, p. 41). Também foi

estruturada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos que visava abrir caminhos para o desenvolvimento econômico do país, a via da industrialização (FGV, 2018).

Por sua vez, o paradigma globalista emergiu na década de 1950, tendo como objetivo confrontar o americanismo, entendendo que “a diversificação das relações internacionais do Brasil aumentaria o poder de barganha político e econômico do país junto aos demais Estados, inclusive os Estados Unidos” (SARAIVA, VALENÇA, 2012, p. 10). Lima (1994, p. 35) argumenta que o paradigma se alimentou de visões cepalinas⁸, da relação centro-periferia, o que também contribuiu para a consolidação de uma identidade latino-americana.

O segundo momento do alinhamento ocorreu em 1964, com o golpe militar. Na época, o poder político se concentrou em grupos de interesse ortodoxos, em termos econômicos. O alinhamento com os Estados Unidos legitimava a postura ideológica com relação à disputa Leste-Oeste e restabelecia a confiança para o ingresso de capital estadunidense no país, assim como dos organismos financeiros internacionais (LIMA, 1994, p. 41).

Já a partir do governo Costa e Silva 1967-1969, os delineamentos da política externa começaram a tomar outros rumos devido ao controle e a autonomia do Itamaraty. Com Geisel 1974-1979, a situação industrial do país, no seu estágio final da substituição de importações e uma forte promoção das exportações, fizeram com que o paradigma globalista se estabelecesse como hegemônico nas relações internacionais do país. Assim, entre a diversidade de parceiros encontraram-se países europeus, asiáticos, terceiro mundistas, africanos e do Oriente Médio (LIMA, 1994, p. 37).

A transição para o governo civil com Sarney, em 1985, permitiu a junção de interesses latino-americanos. Entre as ações relevantes desse governo, destaca-se o restabelecimento de relações com Cuba, a intensificação do comércio com a China e a manutenção do apoio ao Grupo de Contadora⁹ na América Central. Isso evidencia que “quanto mais se estreitavam as possibilidades de atuação do Brasil no plano global, mais

⁸ Refere-se à Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), que teve como pilar o pensamento de Raúl Prebisch.

⁹ Grupo formado em janeiro de 1983 por Colômbia, México, Panamá e Venezuela para negociar a crise no istmo centro-americano, que era cenário de uma luta no marco geopolítico bipolar. Ver (PÁEZ, 2013).

a América do Sul foi valorizada como alternativa estratégica, tendo seu eixo centrado na cooperação e integração com a Argentina” (VIZENTINI, 1999, p. 150-151).

Em 1985, o presidente Sarney, junto com o mandatário da Argentina, Raúl Alfonsín, assinaram a Declaração do Iguaçu com a finalidade de desenvolver políticas comuns para introduzir a América do Sul como um ator global. Produto desse interesse regional, em 1988, foi assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento Brasil-Argentina que, finalmente, em 1991, desembocou no Tratado de Assunção dando origem ao Mercosul (VIZENTINI, 1999, p. 151). Através dessa plataforma, já no período Collor, o Brasil se projetou internacionalmente com a etiqueta de *global trader*, atuando em diversas frentes e procurando se constituir como um *global player* (MELLO, 2002, p. 38-39).

Como se evidencia, o período da democratização foi chave para a promoção de processos de cooperação no eixo regional. Tudo isso indica que, na década de 1990, presenciou-se uma nova dinâmica, uma atuação com base no “universalismo” das relações brasileiras, que ia além de diversificar as dinâmicas externas e priorizava a ideia de incorporar um enfoque regionalista (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003, p. 35). Embora o triunfo da democracia-liberal norte-americana abrisse caminho para retomar estratégias do passado, “a convergência de valores e as razões pragmáticas do Poder Executivo para retomar o paradigma da aliança especial, não tinham contrapartida no plano dos valores e dos interesses das forças políticas e sociais internas relevantes” (LIMA, 1994, p. 42).

Com Fernando Collor (1990-1992) acontece o terceiro momento do alinhamento. A política externa considerou uma reaproximação ao paradigma tutelar dos Estados Unidos através da implementação de medidas neoliberais. O desconforto interno incrementou, por motivo da incorporação das exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), o que levou à implementação de reformas ministeriais, especialmente, do Itamaraty. Sob o mando de Celso Lafer, a instituição readquiriu sua autoridade em temas de política externa e, através de uma “adaptação criativa”, diminuiu a centralidade com relação à cartilha dos Estados Unidos (FONSECA, 2011, p. 36).

Para Lima (1994, p. 42), no breve período de Fernando Collor e o posterior governo do Itamar, o paradigma globalista tinha-se enfraquecido, o que indicava uma

postura de carácter “universalista”. Por seu lado, Vizentini (2005, p. 383) mantém uma postura, diferente de Lima (1994), argumentando que, mesmo indefinida, “a política externa brasileira indicava uma orientação globalista e uma melhora contínua no relacionamento com os EUA”. Seguidamente, assinala que as medidas tomadas ao longo da década de 1990 representaram a “aceitação das demandas das grandes potências”, ou seja, o Brasil estava aceitando as regras (VIZENTINI, 2005, p. 384; MELLO, 2010, p. 78).

Já na administração de FHC (1995-2003), Luiz Amado Cervo (2002) confirma a tese postulada por Vigevani, Oliveira e Cintra (2003, p. 32) de que a gestão de Cardoso foi nutrida com ideias advindas do governo Collor. Quer seja pela atuação do FHC como ministro das Relações Exteriores no período de outubro de 1992 a maio de 1993 (VIZENTINI, 2005, p. 383) ou pela concordância com as políticas de Itamar Franco, quem lançou a proposta para criar a Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA) (CERVO, 2002, p. 27). Foi, também, a partir dessa proposta – atuando de forma discreta, mas incisiva contra os interesses estadunidenses de agregar países sul-americanos ao NAFTA – que passou a se pensar a região como América do Sul e não mais como América Latina (CERVO, 2002, p. 27; MELLO, 2002, p. 39; VIZENTINI, 2005, p. 383). Pois, o Brasil fez sacrifícios de autonomia a favor da integração ao aderir tratados como: Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (1995); Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (1997); Tratado de Não Proliferação Nuclear (1998), o que significou que o país “renunciou ao direito de fazer a bomba atômica” (LAMPREIA, 1998, p. 12-13).

Entre outros temas que merecem destaque para a região sul-americana, em 1986, foi estabelecida a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) para tratar assuntos correspondentes à segurança do Atlântico Sul (MINISTERIO RELAÇÕES EXTERIORES, 2018). Nesse ínterim, aconteceram situações importantes como a Comissão de Segurança Hemisférica da Organização de Estados Americanos (OEA) e os encontros de ministros da Defesa a partir de 1995, que serviram como marco para a definição da ação contra fenômenos transnacionais (MIYAMOTO, 2008, p. 370).

No âmbito global, promoveu-se a participação do Brasil na ONU. Sua atuação, na década de 1990, girou em torno ao objetivo de mostrar uma inserção competitiva no sistema internacional através da busca de um assento permanente no CSNU (MARTINS,

2006, p. 36). Desse modo, as operações de paz se constituíram em um instrumento prioritário. A inserção estratégica do Brasil deu a oportunidade de engajamentos profundos em compromissos como a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM), que iniciou no ano de 1988, já tendo o Brasil como um dos primeiros colaboradores (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2018). Arranjos dessa magnitude mostraram a imagem do país como um líder na região e permitiram que atuasse em função da paz regional, como foi no caso do conflito entre Equador e Peru, em 1995.

Perspectiva histórica das relações conflituosas entre Equador e Peru

A história da vizinhança sul-americana se encontra permeada por conflitos interestatais. Foi através do recurso da guerra que se estabeleceram as fronteiras e foram se definindo as identidades na região (MOREIRA, QUINTEROS, SILVA, 2010, p. 8). Entre os conflitos de maior envergadura se destacam a Guerra da Tríplice Aliança 1864-1870, a Guerra do Golfo 1879-1883, Guerra do Chaco 1932-1935 e o conflito entre Equador e Peru 1941, 1981, 1995.

O último conflito entre os países andinos, anteriormente mencionados, data de uma longa história de indefinições territoriais, produto do período colonial, que passou pela existência de fronteiras não delimitadas (MONCAYO, 2011, p. 18). Como resultado dessa carência de localização territorial, reivindicações pelo domínio do espaço nacional emergiram com o surgimento das repúblicas independentes. O Peru conquistou sua independência em 1821, e o Equador, um ano depois. Não obstante, o ideário bolivariano de união americana fez com que o Equador independente aderisse ao Estado denominado Grã-Colômbia¹⁰.

No ano de 1829, a nação grã-colombiana entrou em guerra com o vizinho peruano, pois o Peru reivindicava territórios amazônicos. O embate teve como resultado a vitória grã-colombiana. Assinou-se o Tratado de Guayaquil e, posteriormente, o Protocolo Pedemonte-Mosquera, que definia os territórios correspondentes a cada um dos Estados. Contudo, em 1830, a Grã Colômbia se dissolveu, e o Equador foi o herdeiro dos territórios que tinham sido disputados com o Peru (VALENCIA, 1993, p. 12).

¹⁰ Formada pela constituição de 1821 contemplou a dimensão geográfica territorial dos atuais Estados: Colômbia, Equador, Venezuela e Panamá (BLANCO, 2007, p. 72).

A reação imediata do Peru foi a rejeição e até mesmo a negação da existência do Protocolo (KRIEG, 1986, p. 25). A partir desse momento, começaram a manifestar-se hostilidades entre as partes. Em 1941, o Peru invadiu o território equatoriano (CARRIÓN, 2008, p. 30; GALASTRI, 2005, p. 19; IZURIETA, 2011, p. 11), gerando preocupações regionais e levando aos adversários a assinar um documento que pretendia constituir uma paz duradoura (BIATO, 1999, p. 241). O Protocolo de Rio de Janeiro, de 1942, foi o documento que estabeleceu a paz, mesmo que frágil, entre as partes, favorecendo o Peru na posse dos territórios amazônicos que o país reivindicava desde o confronto com a Grã Colômbia (PÉREZ, 1992, p. 19).

Durante a demarcação territorial, em 1947, o Serviço Aero-fotométrico dos Estados Unidos constatou a existência de um rio, denominado Cenepa, que alterava o desenho da delimitação especificada no Protocolo de Rio de Janeiro e gerava discrepâncias entre a realidade geográfica e o texto (BIATO, 1999, p. 241; PÉREZ, 1992, p. 20). Essa evidencia catapultou a rejeição equatoriana do documento, considerando-o inexecutável. Anteriormente, o Equador já avaliava aquele tratado como inválido, pois, mesmo reconhecendo que o Peru tinha invadido a jurisdição equatoriana, o Protocolo concedia o território ao invasor. A evidencia que sustentava o argumento equatoriano era que no Art. II do documento consta que “o Governo do Peru retirará dentro do prazo de 15 dias, a contar desde essa data, suas forças militares até a linha descrita no art. VIII deste Protocolo” (PROTOCOLO DE RIO DE JANEIRO, 1942). Com base nesse artigo, o Equador considerava inválido o protocolo por legitimar a invasão peruana.

O problema em torno ao protocolo deixou um espaço perigoso de “78 km” sem demarcação (BATISTA, 2005, p. 129; MARCELLA, 2000; MARES; PALMER, 2012, p. 59; ORTEGA, 2011, p. 101). Como consequência da falta de acordo entre as partes, um novo conflito emergiu no ano de 1981, na região de Paquisha. Nessa ocasião, o Peru atuou em função de uma suposta infiltração equatoriana no seu território (NOVAK; NAMINHAS, 2010, p. 12). A resposta equatoriana foi a solicitação de uma reunião urgente do Conselho Permanente da OEA, encaminhada pelo embaixador equatoriano, Raúl Falconí, denunciando os ataques (MONCAYO, 2011, p. 54). Em vista da ameaça

de uma guerra generalizada, o grupo dos *Países Garantes*¹¹ se declarou em sessão permanente conseguindo dar fim aos confrontos armados, mas sem instaurar diálogos produtivos para a consolidação da paz (MONCAYO, 2011, p. 56-57).

Na década de 1990, o ex-presidente equatoriano Rodrigo Borja (1988-1992) tentou renovar as relações entre as partes em conflito, solicitando uma arbitragem papal, no marco da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1991. A resposta peruana foi uma carta do ex-presidente Alberto Fujimori, sugerindo a aceitação de quatro pontos para terminar com o conflito (PRADO, 1993, p. 70): (1) concluir a demarcação paralisada em 1947, fechando os 78 km restantes; (2) cumprir com o Art. IV do protocolo sobre a subscrição de um tratado de comércio e navegação¹² que outorgaria ao Equador livre acesso portuário; (3) criação de um acordo de integração fronteiriça; (4) acordo de medidas de fomento e confiança mútua e segurança entre Equador e Peru (PRADO, 1993, p. 70).

A proposta do ex-presidente peruano contrariou diretamente os interesses equatorianos porque representava, implicitamente, a aceitação do Protocolo de Rio de Janeiro, que o Equador por anos denunciava como inválido e inexecutável. Foi assim que os avanços na consolidação da paz permaneceram congelados pela falta de entendimento. O revanchismo fez com que as partes rejeitassem qualquer proposta e alternativa de solução. Essas atitudes guiaram a ambos Estados ao aprofundamento das hostilidades, desembocando no conflito do Cenepa, em 1995.

O conflito do Cenepa: a atuação brasileira pela paz regional

O embate de 1995 é também conhecido com o nome da localidade onde aconteceu o confronto armado, a região do Cenepa. A disputa sobreveio entre os dias 26 de janeiro e 28 de março, mas o estabelecimento da paz ocorreu só no ano de 1998, com a assinatura da Ata Presidencial de Brasília. A culminação do processo bélico entre Equador e Peru esteve atrelada a uma série de fatores, entre os quais podemos encontrar: a participação

¹¹ O grupo dos Países Garantes foi conformado por Argentina, Brasil, Chile e os Estados Unidos que atuaram como formuladores do Protocolo do Rio de Janeiro de 1942 e acompanharam o cumprimento dos artigos especificados nesse tratado (PROTOCOLO DE RIO DE JANEIRO, 1942).

¹² Essa proposta tinha como objetivo que o Equador se conformasse com a livre navegação e assim fechar a porta às reivindicações territoriais. Pois, durante o conflito de Paquisha, o ex-presidente equatoriano Jaime Roldós Aguilera alimentava a ideia de Equador como país amazônico (ROLDÓS, 1981).

dos *Países Garantes*; a implementação de uma operação de manutenção da paz; e a promoção do diálogo por meio das negociações.

Inicialmente, foram colocadas duas perguntas com a finalidade de guiar o trabalho para o objetivo de refletir sobre as medidas propostas pela política externa brasileira ao longo do conflito até sua resolução. As questões são: quais foram os principais atores da diplomacia brasileira que acompanharam a superação do conflito? Que mecanismos foram pensados e empregados pela política externa brasileira para a resolução do problema?

Para responder à primeira pergunta é pertinente voltar à assinatura do Protocolo do Rio de Janeiro, de 1942. No Art. V do documento consta que “a gestão dos Estados Unidos, Argentina, Brasil e Chile continuará até a demarcação definitiva das fronteiras entre o Peru e o Equador, ficando este Protocolo e sua execução sob a garantia dos quatro países citados” (PROTOCOLO DE RIO DE JANEIRO, 1942). A participação dos Estados Unidos era limitada devido a seu envolvimento na Segunda Guerra Mundial. Como foi analisado na primeira seção do artigo, na década de 1940, com Getúlio Vargas, predominou o paradigma da aliança especial ou alinhamento. Essa condição de aliados e a conjuntura internacional da guerra permitiram que o Brasil liderasse o processo de paz entre Equador e Peru, como articulador principal na região.

Oswaldo Aranha foi o diplomata brasileiro nomeado pelos *Países Garantes* para dar continuidade e agilizar a demarcação da fronteira. Para isso, foi solicitada a participação do Capitão de Mar e Guerra Braz Dias de Aguiar, pela sua experiência em demarcação de fronteiras, tendo atuado na presidência da Comissão Demarcadora da Fronteira entre Peru e Bolívia. Não obstante, o laudo emitido pelo capitão discordava da realidade geográfica (GALASTRI, 2005, p. 21). Foi assim que, como se argumentou anteriormente, o Equador se negou a continuar a demarcação com base no Protocolo. (BIATO, 1999, p. 243).

A participação brasileira foi proeminente, desde 1942, mesmo que o laudo do capitão não tenha concordado com a situação territorial real. Já em 1995, essa participação foi mais proativa no sentido de emitir propostas para a consolidação da paz. Contudo, entre 1941 e 1995, existe um lapso temporal de 51 anos nos quais o conflito se manteve inativo, mas latente. Pode-se inferir que esses anos são produto, em alguma medida, da carência de incentivos para a negociação da paz e da falta de compromisso dos *Países*

Garantes com relação ao Art. V, anteriormente citado. O mesmo poderia ser argumentado com relação à OEA, cujas ações foram limitadas. Carrión (2008, p. 117) analisa a participação da organização considerando que o ex-presidente colombiano César Gaviria, secretário geral no período 1994-2004, trabalhou a labor de bons ofícios, mas que na realidade resultaram em “só bons desejos”.

No plano efetivo, em 1995, a ação dos *Países Garantes* se destacou devido à criativa proposta formulada a partir da Declaração de Paz do Itamaraty. No tratado, assinado pelas partes no dia 17 de fevereiro, consta, como primeiro ponto, o envio de uma missão de observadores militares para separar as tropas equatorianas e peruanas; criar uma zona desmilitarizada; mobilizar os contingentes para seus respectivos países; e criar o ambiente adequado para o início das conversações relativas à paz (DECLARAÇÃO DE ITAMARATY, 1995). Essa operação de carácter multilateral teve como nome Missão de Observadores Militares Equador-Peru (MOMEPE)¹³.

O processo de diálogos de paz durou aproximadamente três anos e resultou na assinatura de diversos acordos complementares, a saber: Declaração de Montevideu, de 28 de fevereiro de 1995 (agradecimento à participação dos *Países Garantes* e compromisso das partes em manter a paz); Acordo de Quito, de 23 de fevereiro de 1996 (chanceler brasileiro Luiz Felipe Lampreia entrega a lista dos impasses¹⁴ para iniciar as negociações); Comunicado de Buenos Aires, de 19 de junho de 1996 (define-se a cidade de Brasília como a sede das negociações); e Acordo de Santiago, de 29 de outubro de 1996 (articulam-se os procedimentos para garantir a busca de uma solução global dos impasses territoriais) (PRADO, 2003, p. 117).

A atuação brasileira, tanto na liderança militar da MOMEPE como nas negociações, foi imprescindível, mas a estratégia tomou direções diversas conforme os diálogos diplomáticos foram bloqueados pelos desentendimentos entre Equador e Peru. Evidência disso é que, em 1998, como consequência da paralização das negociações, as partes em conflito decidiram dirigir uma carta ao então presidente do Brasil, Fernando Henrique

¹³ A colaboração brasileira total na operação articulou a participação de 191 militares (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2018). Já no final da operação destacasse a atuação de 134 indivíduos entre civis e militares: 14 militares da Argentina; 1 civil e 53 militares brasileiros; 5 civis e 19 militares dos Estados Unidos; 11 militares do Chile; 13 civis e 9 militares equatorianos; e 9 militares do Peru (RECASENS, 2000, p. 6).

¹⁴ Foram um total de seis impasses: (1) linhas geodésicas-río Napo; (2) setor Lagartococha-Guepi; (3) Zarumilla; (4) Cusumaza-Bumbuisa/Santiago; (5) hitos Conhuime Sur-20 de Noviembre; (6) inexecutabilidade/acesso ao Amazonas. Para saber mais ver (ACUERDO DE SANTIAGO, 1996).

Cardoso, também coordenador dos *Países Garantes* (LAMPREIA, 1998, p. 14). O comunicado invocava o Art. VII do Protocolo de Rio de Janeiro, de 1942, e o ponto quatro do Acordo de Santiago, de 1996, que sugerem que frente a qualquer desacordo os *Garantes* têm a capacidade de propor procedimentos adequados para a resolução das diferenças e dar continuidade ao processo de paz (PROTOCOLO DE RIO DE JANEIRO, 1942; ACUERDO DE SANTIAGO, 1996).

Neste ponto, cabe desenvolver uma análise do raciocínio dos presidentes das partes em disputa e do presidente do Brasil como líder dos *Garantes*. A mediação do conflito, ao longo das negociações¹⁵, teve como resultado a criação de um documento denominado *Reflexiones*, subscrito no dia 26 de novembro de 1997. O documento coincidia com a proposta feita por Fujimori no ano de 1991, como contra-argumento à arbitragem papal solicitada pelo ex-presidente equatoriano, Rodrigo Borja (MONCAYO, 2011, p. 398-399). Em vista das similitudes dos documentos, os negociadores equatorianos não aceitaram os juízos emitidos pelas comissões sobre os impasses, já que consideravam a existência de benefícios maiores para o Peru.

Os constantes desentendimentos no processo de paz guiaram os presidentes, equatoriano e peruano, a tomar a via da diplomacia presidencial. Fujimori, que tinha acompanhado o processo por quase dez anos, dialogou com seu homólogo equatoriano Jamil Mahuad, recém-eleito¹⁶, em 1998. O resultado do exercício da diplomacia presidencial desembocou na carta enviada ao presidente do Brasil, argumentando:

“Embora os esforços feitos pelas Comissões Binacionais, as Chancelarias e pessoalmente por nós [os presidentes do Equador e Peru] [...], não tem sido possível encontrar uma fórmula mutuamente aceitável para culminar a fixação no território da fronteira” (CARTA DE LOS PRESIDENTES, 1998).

¹⁵ Estabeleceram-se um total de sete rondas de negociação e criaram-se comissões, conformadas pelas partes em disputa e representantes dos países garantes, para o tratamento dos impasses fronteiriços (MONCAYO, 2011, p. 402).

¹⁶ Na década de 1990 o Peru teve um único presidente, Alberto Fujimori. Pela sua parte, o Equador, teve diversos presidentes que acompanharam o conflito: Sixto Duran Ballén (1992-1996), Abdalá Bucaram (1996-1997), Fabián Alarcón (1997-1998), Jamil Mahuad (1998-2000).

Na gestão FHC, a diplomacia presidencial¹⁷ foi um recurso amplamente utilizado para reconstruir a imagem brasileira externamente. A atuação, vinculada ao sucesso do Plano Real¹⁸, permitiu uma participação firme em foros e diálogos multilaterais e tendo o presidente como autoridade máxima no âmbito internacional (CERVO, 2002, p. 10; LAMPREIA, 1998, p. 16; VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003, p. 40; VIZENTINI, 2005, p. 389). O desempenho de FHC instrumentalizou de forma profunda a diplomacia presidencial com a finalidade de ganhar espaços nos processos de integração regional (MARTINS, 2006, p. 13). Desse modo, o Brasil ganhou protagonismo tanto no Mercosul como nas negociações da ALCA e NAFTA, no Tratado de Cooperação Amazônica, e com o apoio ao conflito do Cenepa, consolidou-se como um aliado pacífico na região, preocupado com a paz sul-americana, a cooperação militar e o combate às ameaças transnacionais (BIATO, 1999, p. 246).

A resolução do conflito do Cenepa teve como marco a solicitação de uma arbitragem¹⁹ por parte dos países em confronto para os *Países Garantes*, que emitiram uma resolução obrigatória no marco do Protocolo de Rio de Janeiro. Isto é, seguiu-se o documento *Reflexiones*, modificando alguns pontos que beneficiariam ao Equador, como a doação de um km² na região de Tiwintza por parte do Peru ao Equador (ACTA PRESIDENCIAL DE BRASILIA, 1998).

Em termos de segurança internacional é importante destacar que o principal instrumento para o destaque da participação do Brasil foi o acionamento da MOMEF como uma operação de manutenção da paz. Mesmo não se desenvolvendo nas margens internas da ONU, esse tipo de operação é reconhecido como uma tarefa com características onusiana (PÉNDOLA, 2005, p. 74; VALDIVIESO, 2015, p. 222).

Na administração de FHC, a preocupação com política internacional, como foi argumentando anteriormente, debruçou-se com relação a uma atuação moderada no âmbito global. A ONU foi a plataforma que permitiu a inserção brasileira através das

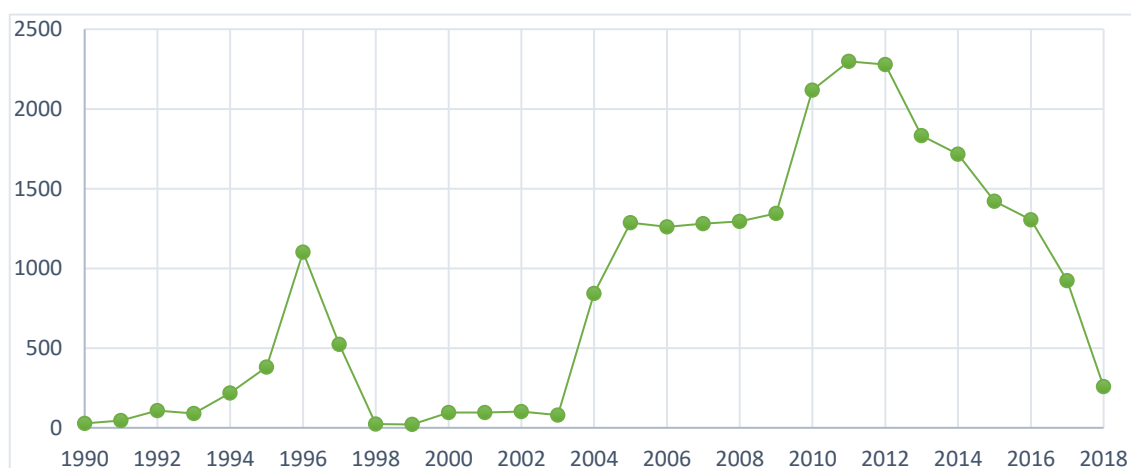
¹⁷ O jornal Folha de São Paulo recupera algumas intervenções de FHC como principal ator da política externa, mostrando que sua marca foi manter uma diplomacia ativa na América Latina (FOLHA DE SÃO PAULO, 1998a; 1998b).

¹⁸ O Plano Real foi um método de estabilização econômica que substituiu a moeda cruzeiro pelo Real e conteve a superinflação. Para saber mais ver (OLIVEIRA; TUROLLA, 2003).

¹⁹ A diferença entre mediação e arbitragem radica em que aquele instrumento favorece ao diálogo sugerindo alternativas. A arbitragem, por seu lado, emite ações vinculantes que as partes devem respeitar sem questionar. Para saber mais ver (MANZUR, 2014).

operações de paz. Como pode ser evidenciado no Gráfico 1, o Brasil teve um impulso de participação nas missões de paz entre 1994 e 1998. A colaboração máxima, na década de 1990, é registrada no ano de 1996, quando o país participou na UNAVEM III²⁰ em Angola.

Gráfico 1. Médias anuais de participação brasileira em OP (1990-2018*)



Fuente: elaboração própria com base em DPKO (2018). *Dados coletados até março de 2018.

Para Paulo Roberto de Almeida, diplomata brasileiro, as medidas estabelecidas por FHC na política externa se concentraram no estabelecimento de uma liderança limitada para a região (ALMEIDA, 2004, p. 13). Portanto, uma atuação localizada em problemas específicos da vizinhança, como o ocorrido entre Equador e Peru, formou parte da estratégia de política externa brasileira pertinente para as circunstâncias. Pois, foi a atuação das tropas brasileiras a que “fiscalizaram a região do conflito, evitando a possível retomada às armas” (FARIAS, 2011, p. 260). O país líder participou com 191 militares e colaborou com “viaturas, motoristas e equipes de manutenção para deslocamento diário nas estradas [...] equipamento de geração de energia elétrica para as sedes da missão [...] contava ainda com voos mensais de aeronaves Hércules e Bandeirantes da FAB” (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018; GALASTRI, 2005, p. 53). Por tanto, o Brasil depositou grandes recursos na superação do confronto territorial entre Equador e Peru, o que favoreceu a sua imagem de gerenciador efetivo de problemas da região.

²⁰ La contribución brasileña en Angola llevó al país a tener la cuarta posición entre los 10 mayores colaboradores (NACIONES UNIDAS, 2018).

Considerações finais

O artigo teve a finalidade de refletir sobre as medidas adotadas pela política externa brasileira, no exercício diplomático, com relação ao conflito entre Equador e Peru. Foram formuladas duas perguntas que guiaram o raciocínio e a análise do trabalho, sendo estas: quais foram os principais atores da diplomacia brasileira que acompanharam a superação do conflito? Que mecanismos foram pensados e empregados pela política externa brasileira para a resolução do problema de fronteiras?

No marco da primeira questão, considera-se importante destacar a presença brasileira, desde o tratado de 1942, já que a elaboração desse protocolo permitiu que o país assumisse uma responsabilidade de caráter regional e futuramente, em 1995, liderasse a primeira operação de manutenção da paz na América do Sul: a MOMEPE. Destaca-se também a atuação diplomática de figuras como Oswaldo Aranha, na década de 1940, e de Luiz Felipe Lampreia e Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990.

Com relação ao segundo questionamento, o instrumento de política externa denominada “diplomacia presidencial” foi a base de apoio tanto em temas relativos ao conflito, como fora dele. Mas, com relação à disputa territorial, a diplomacia presidencial favoreceu a uma postura brasileira de imparcialidade e busca de benefício comum. A implementação da MOMEPE foi uma iniciativa bem acolhida pela sociedade internacional por ser um recurso fundamental na consolidação da paz e por abrir caminhos para a negociação entre as partes.

Resta indicar que a política externa brasileira operacionalizou de modo adequado o recurso da negociação inserindo aos *Países Garantes*, liderados pelo Brasil, nessa fundamental tarefa de abrir caminhos apropriados para os diálogos de paz. Não obstante, para obter o resultado esperado teve que derivar em um outro processo conhecido como arbitragem, que foi acionado pela carta dos presidentes.

Referências bibliográficas

ACTA PRESIDENCIAL DE BRASILIA. Brasília, 1998

ACUERDO DE SANTIAGO, Santiago de Chile, 1996.

ALMEIDA, Paulo. Um exercício comparativo de política externa: FHC e Lula em perspectiva. **Meridiano 47- Journal of Global Studies**, v. 5, n. 42-43, p. 11-15, 2004.

Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4258/3568>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

ARRAES, Virgílio. O Brasil e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas: dos anos 90 a 2002. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 2, p. 152-168. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n2/a08v48n2.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BATISTA, Nilton José. A participação do Brasil no processo de paz Equador-Peru. 2005.

BIATO, Marcel. “O processo de paz Peru-Ecuador”. **Parcerias Estratégicas**, n. 6, p. 241-247. 1999. Disponível em: <http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/62/54>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BLANCO, Jaqueline. “De la Gran Colombia a la nueva Granada, contexto histórico-político de la transición constitucional”. **Revista Prolegómenos Derechos y Valores**, v. 10, n. 20, p. 71-87. 2007. Disponível em: <<http://www.unimilitar.edu.co/documents/63968/72398/04.GranColANvaGranada.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

CARRIÓN, Francisco. **La Paz por Dentro**: Ecuador-Perú: testimonio de una negociación. Quito: Dinediciones, 2008. Disponível em: <<http://www.flacsoandes.edu.ec/libros/110278-opac>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

CARTA DE LOS PRESIDENTES. Carta que dirigen los Presidentes Jamil Mahuad y Alberto Fujimori al Presidente Fernando Henrique Cardoso. Brasília, 1998.

CERVO, Amado Luiz. “Relações Internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso”. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 45, n. 1, p. 5-35. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000100001>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CRUZ, Sergio (Coord.) **Brasil em Missões de Paz**. São Paulo: 2005.

DECLARACIÓN DE PAZ DE ITAMARATY ENTRE ECUADOR Y PERÚ. Brasília, 1995.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Exército em ação**: MOMEPE. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/momep>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

FARIAS, Tamara. A sul-americanidade da política externa brasileira no Governo de Fernando Henrique Cardoso. **Universitas Relações Internacionais**, v. 9, n. 7, p. 247-272, 2011. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/1379>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. **E ele voltou... o Brasil no segundo governo Vargas**. 2018. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/ComissaoMista>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Brasil intensifica diplomacia**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft02069803.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

_____. **Peru e Equador selam acordo de paz**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft27109808.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

FONSECA, Carmen. A política externa brasileira da democracia: o paradoxo da mudança na continuidade? **Relações Internacionais**, n. 29, p. 33-43, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n29/n29a03.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

GALASTRI, Leandro. La Misión de Observadores Militares Ecuador-Perú – MOMEPE (1995-1999) y la Participación del Ejército Brasileño. 2005. 141 páginas. Dissertação (**Maestría en Ciencia Política**) – Universidad Estadual de Campinas – Campinas.

IZURIETA, Galo. Un Protocolo Inejecutable. In: ANDRADE, David. **Victoria en el Cenepa**. Quito: Instituto Geográfico Militar, 2011.

KRIEG, Willian, **Ecuadoran-Peruvian Rivalry in the Upper Amazon**, 2d ed. Washington D.C.: Department of State, 1986.

LACERDA, Jan; NÓBREGA, Mariana. A política externa brasileira e o paradigma institucionalista pragmático: o âmbito político-institucional dos BRICS. **Revista de Estudos Internacionais**. V. 6 (n. 1), p. 126-147, 2015. Disponível em: <<http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/view/166>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

LAMPREIA, Luiz Felipe. “A política externa do governo FHC: continuidade e renovação”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 42, n. 2, p. 5-17. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0034-73291998000200001&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 10 jan. 2018.

LIMA, Marcos Felipe. **Do americanismo ao universalismo**. As transformações nas Relações Internacionais do Brasil, de 1902 a 1964. 2006. 122 páginas. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília – Brasília. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2227/1/2006_Marcos%20Felipe%20Pinheiro%20Lima.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

LIMA, Maria Regina. Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior brasileña. **América Latina/Internacional-FLACSO/Argentina**, v. 1, n. 2, p. 26-46, 1994.

LOPEZ, Ernesto. Nova problemática de segurança e “novas ameaças”. In: **Novas Ameaças: Dimensões e Perspectivas**. Desafios para a cooperação em defesa entre Brasil e Argentina. São Paulo: Sicurezza, 2003.

MANZUR, Tânia. **Negociações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2014.

MARCELLA, Gabriel. Guerra y Paz en el Amazonas: Implicancias políticas del conflicto Ecuador-Perú para los Estados Unidos y América Latina. In: CHÁVEZ, Armando. **El Perú y sus fronteras geopolíticas, tensiones territoriales y guerra con Ecuador**. Lima, 2000. Disponible en: <<http://fr.calameo.com/read/00011609309c0d5de6350>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

MARES, David; PALMER, Scott. **Poder, instituciones y liderazgo en la paz y la guerra**. Aprendizajes de Perú y Ecuador (1995-1998). Quito: FLACSO, 2012.

MARTINS, Fernanda. **Política Externa no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso: a articulação regional e a integração Sul-Americana (1995-2002)**. 2006. 214 páginas. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS – Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/10-dissertacoes/747-a-politica-externa-no-governo-do-presidente-fernando-henrique-cardoso-a-articulacao-regional-e-a-integracao-sul-americana-1995-2002>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MELLO, Eduardo. **Democracia, Democratização e Política externa: Um estudo sobre a formulação da política de segurança no Brasil (1985-2002)**. 2010. 188 páginas. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – PUC/Rio de Janeiro – Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18314/18314_1.PDF>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MELLO, Flavia de Campos. “Política Externa Brasileira e os Blocos Internacionais”. **São Paulo em Perspectiva**, v. 16, n. 1, p. 37-43. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000100005>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MINISTÉRIO da Defesa. **Exército em Ação**. 2018. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/unavem>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MINISTÉRIO Relações Exteriores. **Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul**. 2018. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/151-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MIYAMOTO, Shiguenoli. A Política Externa Brasileira e as Operações de Paz. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 98, p. 361-394. 2008. Disponível em: <<http://www.pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/79>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MONCAYO, Paco. **Cenepa: Antecedentes, el conflicto y la paz**. Quito: Editora Nacional, 2011.

MOREIRA; QUINTEROS; SILVA. **As relações internacionais da América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2010.

NACIONES UNIDAS. **Troop and police contributors**. 2018. Disponible en: <<https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/jun-1996.pdf>>. Acceso en: 11 mayo 2018.

NOVAK, F.; NAMIHAS, S. **Perú-Ecuador: una experiencia exitosa de paz y buena vecindad**. Lima: Konrad Adenauer Stiftung-Instituto de Estudios Internacionales (IDEI), 2010. Disponível em: < <http://idei.pucp.edu.pe/libros/2010-serie-pexp-peru-ecuador.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

OLIVEIRA, Genser; TUROLLA, Frederico. “Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas”. **Tempo Social**, v. 15, n. 2, p. 195-217. 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n2/a08v15n2>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

ORTEGA, Deila. O “Protocolo do Rio de Janeiro”: Sua hermenêutica jurídica face ao Direito de Integração. **Revista Ética e Filosofia Política**, v. 1, n. 13, p. 96-121. 2011. Disponível em: <http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2011/01/13_1_deila.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2018.

PÁEZ, Rodrigo. “El proceso de negociación del Grupo de Contadora”. **SRE-Revista Mexicana de Política Exterior**. (N. especial), p. 63-74. 2013. Disponível em: <<https://revistadigital.sre.gob.mx/index.php/numeros-antiores/155-rmpe-ne2013>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PÉNDOLA, Marcelo. Chile y las operaciones de paz: de la participación individual a Haití. **Revista Fuerzas Armadas y Sociedad**, v. 19, n. 1, p. 73-84, 2005. Disponible en: <http://www.fes-seguridadregional.org/images/stories/docs/0359-001_g.pdf>. Acceso em: 17 mayo 2018.

PÉREZ, Jorge. Tesis de Nulidad e Inejecutabilidad- el Arbitraje Papal. In: JIMÉNEZ, Gloria. **Ecuador y Perú: ¿Futuro de paz?** Quito: La Bunga, 1992.

PRADO, Julio. La propuesta arbitral. In: JIMÉNEZ, Gloria. **Ecuador y Perú: ¿Futuro de paz?** Quito: La Bunga, 1993.

PROTOCOLO DE PAZ, AMISTAD Y LÍMITES ENRE EL ECUADOR Y PERÚ. Rio de Janeiro, 1942.

RECASENS, Rafael. “Misión de Observadores Militares Ecuador-Perú (MOMEPE). Experiencia de la participación de Chile”. **Revista de Marina.**, v. 5, p. 01-12, 2000.

Disponível em: <<http://revistamarina.cl/revistas/2000/5/recasens.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

ROLDÓS, Jaime. **Discurso de Jaime Roldós Aguilera 24 de mayo de 1981**. Quito, 1981. Disponível em: <[https://es.wikisource.org/wiki/Discurso_de_Jaime_Rold%C3%B3s_Aguilera_en_el_Estadio_Ol%C3%ADmpico_Atahualpa_\(24_de_mayo_de_1981\)](https://es.wikisource.org/wiki/Discurso_de_Jaime_Rold%C3%B3s_Aguilera_en_el_Estadio_Ol%C3%ADmpico_Atahualpa_(24_de_mayo_de_1981))>. Acesso em: 22 jan. 2018

ROJAS-ARAVENA, Francisco. América Latina. El difícil cambio de la concertación y la integración. **Nueva Sociedad**, v. 125, p. 1-12. 1993. Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/america-latina-el-dificil-cambio-de-la-concertacion-y-la-integracion/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SARAIVA, Miriam; VALENÇA, Marcelo. A Política Externa Brasileira e sua Projeção Internacional: um projeto caracterizado pela continuidade. **CEBRI**, v. 1, p. 1-32. 2012. Disponível em: <http://midias.cebri.org/arquivo/pol_ext_br_proj_int.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

VALDIVIESO, Cristian. El Conflicto Del Cenepa: Su Camino Hacia La Paz. **Conjuntura Global**, v. 4, n. 2, p. 221-235, 2015. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/conjunturaglobal/files/2016/02/9-El-Conflicto-Del-Cenepa-Su-Camino-Hacia-La-Paz.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

VALENCIA, Luis. Antecedentes históricos del problema limítrofe. In: JIMÉNEZ, Gloria. **Ecuador y Perú: ¿Futuro de paz?** Quito: La Bunga, 1993.

VIGEVANI; OLIVERIA; CINTRA. Política externa no período FHC: a busca da autonomia pela integração. **Tempo Social**, v. 15, n. 2, p. 31-61. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200003>. Acesso em: 10 jan. 2018.

VIZENTINI, Paulo. “O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases”. **Ensaio FEE**, v. 20, n. 1, p. 134-154. 1999. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1941>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. De FHC a Lula. Uma década de política externa (1995-2005). **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 2, p. 381-397. 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9/1602>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

Recebido em: Abril de 2018
Aprovado em: Julho de 2018

CAPITALISMO E FELICIDADE: apontamentos sobre a teoria social contemporânea e o pensamento de Marx

Rodrigo José Fernandes de Barros¹

Kelvis Leandro do Nascimento²

Resumo

Este trabalho procura realizar apontamentos entre as críticas ao modo de produção hegemônico elaboradas por Marx com a atual teoria social, que vê no consumo como porta de acesso à felicidade uma das maiores contradições dos nossos tempos. Primeiramente salientamos como esses pensadores contemporâneos (Zygmunt Bauman, Jean Baudrillard, Gilles Lipovetsky, Slavoj Žižek) interpretam a nossa sociedade, suas concepções de felicidade e suas contradições para, em seguida, mostrar que o pensamento de Marx ainda é capaz de contribuir com importantes chaves analíticas para reforçar tais interpretações.

Palavras-chave: Capitalismo; Felicidade; Teoria Social; Marx.

Abstract

This work aims to taking notes between the criticism towards the hegemonic means of production established by Marx with the current social theory, which sees in consumption as an access door to happiness as one of the biggest contradictions of our time. First we will emphasize how these contemporary thinkers (Zygmunt Bauman, Jean Baudrillard, Gilles Lipovetsky, Slavoj Žižek) interpret our society, its concepts of happiness and its contradictions in order to show that the thoughts of Marx are still able to contribute with important analytical keys in order to reinforce such interpretations.

Keywords: Capitalism; Happiness; Social Theory; Marx.

¹ Graduado em Ciências Sociais pela UERN (2016). Mestrando em Ciências Sociais pela UFRN.

² Graduado em Ciências Sociais pela UFRN. Mestrando em Ciência Sociais pela UFRN.

Introdução

A modernidade líquida tem criado mercadorias cada vez mais instantâneas e descartáveis no intuito de se atingir o lucro, acabando por gerar multidões de seres humanos coisificados, guiados por objetos que tomam forma de seres vivos, dotados de vontade e desejos.

Zygmunt Bauman, sociólogo polonês e autor do conceito de modernidade líquida, construiu uma vasta obra denunciando as constantes transformações provocadas pelo consumo desenfreado em todo o planeta. Das relações afetivas e felicidade individual, passando pela situação dos refugiados internacionais, Bauman seguiu alertando para os perigos eminentes de uma sociedade bestializada pelo fetichismo em torno da busca da plenitude através do consumo. Essa busca frenética tem causado, segundo ele, uma consciência de vida instantânea, planos curtos e insegurança diária, frutos de uma sociedade onde nada é feito para durar e tudo é passageiro (BAUMAN, 2011).

Gilles Lipovetsky, filósofo e teórico social francês, segue um caminho muito próximo ao analisar a sociedade atual como era do hiperconsumo. Seus escritos afirmam que houve uma revolução dentro do consumo e ocasionou uma fase caracterizada pelo extremo consumo, o chamado hiperconsumo. Essa “convulsão” que pôs fim a antiga fase do consumo fez com que atingíssemos uma fase nunca antes vista, proporcionada pelo neoliberalismo econômico. (LIPOVETSKY, 2007).

Ressuscitando os ideais do utilitarismo teorizado por economistas de inspiração burguesa como John Stuart Mill, o neoliberalismo priorizou a máxima de que podemos, através da distribuição igualitária de bens para o máximo de pessoas possível, atingir a felicidade. Há, portanto, uma ressignificação do conceito de felicidade antes considerado um ideal praticamente inatingível, mas que hoje pode ser encontrada nas prateleiras de qualquer loja ao alcance dos dedos.

Nesse contexto, ser feliz é possuir bem-estar através da aquisição de bens, possível por meio de uma frutífera condição econômica. Entretanto, faz-se necessário uma problematização em torno dessa ideia, tendo em vista que não há como padronizar a utilidade e o bem-estar, uma vez que mesmo com o estímulo ao consumo de bens e a intensificação da produção, as necessidades individuais são muito distintas e nem sempre há consenso entre o objeto produzido, ou mesmo a respeito da sua utilidade individual produzida por ele. Bent

Greve afirma que:

“Na teoria econômica, portanto, são fundamentais o conceito de utilidade e o modo de maximizar a utilidade total pelos indivíduos e pela sociedade. A utilidade que uma pessoa atribui a um produto ou serviço não necessariamente é a mesma que as outras lhe atribuem. Dessa forma, é difícil quantificar utilidade em relação a uma comunidade” (BENT GREVE, 2013, p. 69).

Sendo assim, a sociedade de consumo estimulou a aquisição de bens em prol de uma “igualdade” que nunca se alcançará, visto que não há padronização de utilidade dos objetos, nem de resposta as necessidades individuais ou coletivas. Os bens essenciais para a felicidade humana não podem ser comprados, justamente por serem demasiadamente subjetivos. Isso mostra que medir felicidade pelo grau de riqueza das sociedades pode não ser o melhor caminho para tirar qualquer conclusão. Para Baudrillard, essa sociedade de consumo em que vivemos:

“(…) resulta do compromisso entre princípios democráticos igualitários, que conseguem aguentar-se com o mito da abundância e do bem-estar, e o imperativo fundamental de manutenção de uma ordem de privilégio e de domínio. Não é o progresso tecnológico que a funda: semelhante visão mecanista alimenta até a visão ingênua de abundância futura. Essa dupla determinação contraditória é que cimenta a possibilidade de progresso tecnológico. Aciona igualmente, nas sociedades contemporâneas, a emergência de determinados processos igualitários, democráticos e progressistas” (BAUDRILLARD, 2008, p. 56).

A lógica que pregava a quantificação da felicidade através da aquisição de objetos e dispositivos visíveis falhou em seu ideal de produzir felicidade. Criou indivíduos incapazes de acompanhar a lógica do consumo e a rapidez da produção somada com a voraz exploração do trabalho, dificultando o acesso a bens materiais. O resultado são indivíduos atônitos, indiferentes e até depressivos em potencial. Michael Rustin diz:

“Sociedades como a nossa movida por milhões de homens e mulheres em busca pela felicidade estão se tornando mais ricas, mas não está claro se estão se tornando mais felizes. Parece que a busca dos seres humanos pela felicidade pode muito bem se mostrar responsável pelo seu próprio fracasso. Essas sociedades, na medida em que enricavam ao invés criarem indivíduos felizes, declinavam, ainda mais, o bem-estar subjetivo” (RUSTIN, 2007, p. 67-84).

Em nossa sociedade a felicidade é subjetiva, como bem afirma Lipovetsky (2007), mas também é visível e materializada nos diversos objetos produzidos pelos processos de

produção das fábricas, sendo também uma criação ideológica naturalizada pela publicidade. Contudo, essa felicidade confunde-se com o gozo momentâneo, o que causa insegurança pela sua presença passageira.

A busca frenética pela superação da angústia – sendo aqui entendida em seu sentido psicanalítico como forma de uma autoproteção diante do desconhecido, inevitável ou inesperado – torna os indivíduos suscetíveis a essa ilusão da felicidade promovida pela aquisição de bens. Para Bauman(2001), a infelicidade dos consumidores deriva do excesso e não de uma falta de opções. Esse consumo que é movido pela angústia incessante torna a felicidade em mais um objeto a ser consumido e buscado, torna a felicidade o maior objeto de desejo a ser adquirido. Todas as tentativas de atingir a felicidade pela distribuição e aquisição de bens materiais se mostraram falhas e insuficientes, sem o efeito desejado teorizado pelos utilitaristas. Segundo o autor, há uma complementação entre o *homo economicus* e o *homo consumens*; enquanto o primeiro precisa manter a economia em movimento constante, o segundo precisa continuar consumindo para aplacar a sua insatisfação. Juntos, são os representantes perfeitos da economia de mercado liberal, pois são desprovidos de vínculos sociais (BAUMAN, 2004).

Os pensadores do passado teriam algo a contribuir para a compreensão do presente? Karl Marx, acompanhado de seu amigo e companheiro de escrita Friedrich Engels, é responsável por uma ampla e vasta gama de obras construídas como meio de analisar o surgimento e a expansão da sociedade capitalista moderna. Nascido em 05 de Maio de 1818, Marx acompanhou de perto o crescimento do modo de produção capitalista. Considerado um expoente clássico das Ciências Sociais, é visto como um dos principais responsáveis pelos pressupostos da Sociologia. Filósofo, economista e revolucionário socialista, suas obras se destacam como vias de interpretação para a sociedade.

Em O Capital, sua mais importante obra, Marx estabelece uma análise rica e complexa do que é a mercadoria e do que podemos chamar de visão metafísica da mercadoria, pois acreditava Marx que a mercadoria possui valores e características que não são explicadas unicamente pela objetividade; a mercadoria também seria dotada de elementos simbólicos e subjetivos – herança dos seus criadores. O fenômeno do fetichismo da mercadoria, exposto especificamente no primeiro capítulo do volume I d'O Capital, apresenta a mercadoria como um elemento exterior, fantasmagórico, capaz de transcender seu valor unicamente de uso e

escondendo sua natureza de fruto do trabalho humano, adquirindo assim uma forma social de existência onde o trabalho humano é esquecido, sendo então vista praticamente como um produto por ela mesma, como ente natural das nossas vivências (MARX, 1975).

Esse trabalho, num primeiro momento, busca apresentar alguns dos impasses para o bem-estar e para a felicidade na nossa sociedade capitalista, mediada pelo consumo de mercadorias. Esses impasses foram bem delineados por alguns autores como Zygmunt Bauman (2001), Jean Baudrillard (2007), Michael Rustin (2007) Bent Greve (2013) e Slavoj Žižek (2015). Posteriormente, procuramos mostrar como muitas dessas críticas têm vínculo com o pensamento de Karl Marx, a fim de demonstrar como a felicidade dentro do sistema capitalista é improvável de se concretizar.

É importante frisar que Marx não se debruçou a escrever sobre o conceito de felicidade, nem tampouco sua concepção na sociedade capitalista de seu tempo; podemos induzir apenas em algumas passagens onde ele diz que a verdadeira felicidade só pode ser atingida com a extinção da exploração da mão de obra, ou seja, com o fim do sistema que vem regendo a humanidade até hoje. Apesar disso, os apontamentos que Marx realizou a respeito da forma mercadoria e de como sua lógica de multiplica para além do objeto produzido podem servir como grandes ferramentas analíticas.

Felicidade na contemporaneidade

A partir de meados do século XX, percebe-se uma mudança na estrutura de sociedade, que sai de um modelo econômico baseado na produção e embarca na sociedade focada no consumo (HARVEY, 2001). Marcado por uma intensa produção de mercadorias e bens, o século XX não conseguiu sustentar seus padrões e, na medida em que avançava econômica, política e socialmente, produziu uma ruptura nesses padrões e uma brusca mudança nas ideologias e nos paradigmas existentes. Nesse contexto, todas essas esferas ganham novas roupagens e assumem uma postura mais fluida, líquida (BAUMAN, 2001). Entende-se por líquido tudo aquilo que não se sustenta por muito tempo, que se modifica e não se estabilizam, tal como escreveram Marx e Engels no Manifesto Comunista: “Tudo que era sólido e estável se desmancha no ar [...]” (MARX; ENGELS, 1998 p.43).

Sobre o tópico da liquidez, Bauman afirma:

“O ‘derretimento dos sólidos’, traço permanente da modernidade, adquiriu,

portanto, um novo sentido, e, mais que tudo, foi redirecionado a um novo alvo, e um dos principais efeitos desse redirecionamento foi à dissolução das forças que poderiam ter mantido a questão da ordem e do sistema na agenda política. Os sólidos que estão para ser lançados no cadinho e os que estão derretendo neste momento, o momento da modernidade fluida, são os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas – os padrões de comunicação e coordenação entre as políticas de vida conduzidas individualmente, de um lado, e as ações políticas de coletividade humanas, de outro” (BAUMAN, 2001, p. 12).

O modelo de sociedade que aparece é caracterizado pela dissolução das forças ordenadoras que organizavam a vida social até então. Surge daí uma fase de sociedade aguda, privatizada e individualizada, na qual o indivíduo se vê perdido em meio a tantas modificações, transformações e escolhas.

Em sua análise do conceito de “identidade”, Bauman nos alerta para a necessidade do indivíduo construir seus processos identitários, ao ponto de repensá-los constantemente e modificá-los de acordo com a necessidade. Sendo, portanto, para ele, impossível ser estável numa sociedade cada vez mais instável (BAUMAN, 2001).

No tocante a sua teoria de modernidade líquida, Bauman (2005) aponta: “A primeira passagem é de uma vida segura em condições de incerteza constante” (BAUMAN, 2005, p.8), ou seja, a modernidade oferecia uma série de ideologias fortes, que davam certa estabilidade e segurança aos sujeitos; já o mundo líquido desfaz essas certezas. A dissolução não ficou apenas no campo ideológico, mas também no estilo de vida das pessoas:

“As preocupações mais intensas e obstinadas que assombram este tipo de vida são os temores de ser pego tirando uma soneca, não conseguir acompanhar a rapidez dos eventos, ficar para trás, deixar passar as datas de vencimento, ficar sobrecarregado de bens agora indesejáveis, perder o momento que pede mudança e mudar de rumo antes de tomar o caminho de volta” (BAUMAN, 2005, p. 09).

Em uma segunda característica que permeia a obra de Bauman, saímos de uma sociedade que acredita na eternidade e passamos a viver a finitude: “O dia de hoje pode-se esticar para além de qualquer limite e acomodar tudo aquilo que um dia se almejou vivenciar apenas na plenitude do tempo” (BAUMAN, 2005, p. 15). Esse mundo líquido, onde todos os parâmetros foram reorganizados, não desmonta apenas as ideologias dominantes e sólidas, mas também a estrutura dos indivíduos. A sociedade não consegue mais dar as garantias que ele necessita, gerando frustração, medo e medidas defensivas para se evitar o sofrimento.

Como sobreviver em meio a tanta desfragmentação? Como superar o estado precário e inseguro de viver nos tempos atuais? Como existir na incerteza, na precarização, na mudança dos padrões de comportamento, numa sociedade solúvel e em constante movimento? Todas essas aflições exigem uma mudança na maneira como lidamos com o mundo, tornando os indivíduos apáticos, melancólicos e muitas vezes depressivos, como aponta a psicanalista brasileira Maria Rita Kehl:

“Analisar o aumento significativo das depressões como sintoma social do mal-estar social no século XXI significa dizer que o sofrimento dos depressivos funciona como sinal de alarme contra aquilo que faz água na grande nau da sociedade maníaca em que vivemos. Que muitas vezes as simples manifestações de tristeza sejam entendidas (e medicadas) como depressões graves só faz confirmar essa ideia. A tristeza, os desânimos, as simples manifestações da dor de viver parecem intoleráveis em uma sociedade que aposta na euforia como valor agregado a todos os pequenos bens em oferta no mercado” (KEHL, 2009, p. 31).

Como solução para todo esse abismo existencial dessa modernidade líquida, os mercados agora materializaram a ideia de felicidade, destruindo o pensamento de felicidade subjetiva e transformando-a em algo palpável, real e fixo. Algo que está ao alcance das mãos nas prateleiras, sem as contingências e idiosincrasias.

A felicidade, no consumo, pode ser adquirida em leves prestações ou à vista em qualquer supermercado ou shopping mais próximo. Nesse contexto, há toda uma produção midiático-publicitária dos desejos. Propagandas que prometem uma vida leve e feliz caso se adquira um determinado veículo, ou caso adquira um celular com uma função diferente, já que o modelo que se tem em breve ficará obsoleto. É preciso ter o que o mercado oferece de melhor para poder se sentir parte de um grupo.

Há uma mudança no conceito de felicidade, comentada por Jean Baudrillard, em seu livro *A sociedade de consumo* (2008):

“A força ideológica da noção de felicidade não deriva da inclinação natural de cada indivíduo para realizá-la por si mesmo. Advém-lhe, sócio historicamente, do fato de que o mito da felicidade é aquele que recolhe e encarna, nas sociedades modernas o mito da igualdade” (BAUDRILLARD, 2008, p.49).

Para que a felicidade fosse um alvo passível de se comercializar, fez-se necessário que ela saísse do campo das subjetividades e se tornasse algo visível aos olhos de todos. Daí surge uma ideia de felicidade mensurável por objetos e signos. Ainda em Baudrillard:

“A felicidade como fruição total e interior, felicidade independente de signos que poderiam manifestá-las aos olhos dos outros e de nós mesmos, sem necessidade de provas, encontra-se desde já excluída do ideal, de consumo, em que a felicidade surge primeiramente como exigência de igualdade” (BAUDRILLARD, 2008, p. 48).

Dessa ressignificação de felicidade, do campo subjetivo para o palpável, nasce o impulso pela aquisição de objetos e mercadorias. Nesse sentido, há uma nova mudança, dentro da própria estrutura da sociedade do consumo. O filósofo francês Gilles Lipovetsky denomina essa mudança de “hiperconsumo”:

“Apoiando-se na nova religião da melhoria continua das condições de vida, o melhor-viver tornou-se uma paixão das massas, o objetivo supremo das sociedades democráticas, um ideal exaltado em cada esquina. [...] Aparentemente nada ou quase nada mudou: continuamos a evoluir na sociedade do supermercado e da publicidade, do automóvel e da televisão. No entanto, nas duas últimas décadas, surgiu uma nova ‘convulsão’ que pôs fim à boa velha sociedade de consumo, transformando tanto a organização da oferta como as práticas quotidianas e o universo mental do consumismo moderno: a revolução do consumo sofreu ela própria uma revolução. Uma nova fase do capitalismo de consumo teve início: trata-se precisamente da sociedade de hiperconsumo” (LIPOVETSKY, 2007, p. 07-08).

Nesse contexto, ser feliz é possuir bem-estar e confortos proporcionados pelo acúmulo de bens materiais. Entretanto, faz-se necessário uma problematização acerca dessa ideia, tendo em vista que não há como padronizar o bem-estar. Mesmo com o estímulo ao consumo de bens e a intensificação da produção, as necessidades individuais são distintas, sem consenso entre o objeto produzido, sua utilidade individual e o bem-estar produzido por ele.

Contudo, parte da crítica aos excessos do consumo foi absorvida pela sociedade capitalista, forçando os indivíduos a repensar os impactos de suas ações, como a saúde pessoal, os malefícios ao meio-ambiente etc. Ou seja, ao mesmo tempo em que se há um mantra para ser feliz e gozar através do consumo, há também um peso em saber que tal ação gera resultados negativos. Como lidar com essa contradição?

O filósofo esloveno Slavoj Žižek propõe que o mercado encontrou uma saída desse labirinto através da criação de mercadorias desprovidas de suas essências negativas (ŽIŽEK, 2015). Nossos mercados desenvolveram cerveja sem álcool, café sem cafeína e chocolate sem açúcar, com embalagens recicláveis ou de origem orgânica, o que significa que o consumidor pode, em tese, usufruir desses produtos sem correr os riscos proporcionados pelo excesso inerente. Obtém-se assim uma sensação de segurança e alívio da culpa pelo consumo

desenfreado e irracional, mesmo que seja passageiro – equivalente ao bem-estar alcançado no ato de consumir.

Temos um paradoxo no qual o imperativo de desfrutar totalmente é impossível de se realizar, já que a própria autorização que nos é imposta (seja feliz, aproveite o máximo que a vida lhe dá, consuma o máximo que puder) é seguida por uma série de proibições que devem ser respeitadas para que o objetivo maior se concretize: se mantenha em forma, não coma demais, não use drogas, faça sexo com segurança. O hedonismo contemporâneo é eficaz em combinar prazer com constrangimento, fazendo com que pensemos viver na sociedade da realização, quando na verdade vivemos na sociedade dos semblantes. Nossa suposta felicidade é amplamente controlada e regulada (ŽIŽEK, 2012)

Marx, capitalismo e emancipação humana

Tendo visto alguns apontamentos contemporâneos sobre nossa sociedade de consumo, podemos encontrar uma linha de raciocínio semelhante no pensamento clássico de Karl Marx. O capitalismo tem entre suas propriedades principais a potencialidade de transformar qualquer coisa em mercadoria. Todas as coisas devem ter um valor qualquer que possam ser transformados em mercadorias; Marx comenta sobre o valor das mercadorias numa passagem de *salário, preço e lucro*,

“Como os valores de troca das mercadorias não passam de funções sociais delas, e nada tem a ver com suas propriedades naturais, devemos antes de qualquer coisa perguntar: Qual a substância social comum a todas as mercadorias? É o trabalho. Para produzir uma mercadoria tem-se que inverter nela, ou a ela incorporar uma determinada quantidade de trabalho. E não simplesmente trabalho, mas trabalho social. Aquele que produz um objeto para seu uso pessoal e direto, para consumi-lo, cria um produto, mas não uma mercadoria. Como produtor que se mantém a si mesmo, nada tem com a sociedade. Mas, para produzir uma mercadoria, não só tem de criar um artigo que satisfaça a uma necessidade social qualquer, como também o trabalho nele incorporado deverá representar uma parte integrante da soma global de trabalho invertido pela sociedade. Tem que ser subordinado à divisão do trabalho dentro da sociedade. Não é nada sem os demais setores do trabalho, e, por sua vez, é chamado a integrá-los. Quando consideramos as mercadorias como valores, vemos-as somente sob o aspecto de trabalho social realizado, plasmado ou, se assim quiserdes, cristalizado” (MARX, 1978, p 74-75).

Segundo Marx (2011), as condições que o trabalho atinge na sociedade capitalista são,

de fato, uma imensa deturpação, visto que ele deixa de ser força vital humana, essência humana, para adquirir um caráter alienado e privatizado. Dessa forma, Marx é bastante claro quando diz:

“A força de trabalho em ação, o trabalho, é a própria atividade vital do operário, a própria manifestação da sua vida. E é atividade vital que ele vende a um terceiro para assegurar os meios de vida necessários. A sua atividade vital é para ele, portanto, apenas um meio para poder existir” (MARX, 2006, p.36).

Quando a atividade vital é transformada em atividade privada, sem a antecipação dos resultados ou o exercício da liberdade, temos o estabelecimento da dominação. Dessa forma, o trabalho adquire a forma de mercadoria no capitalismo e pode, como qualquer mercadoria, ser negociado com terceiros.

Assumindo esse caráter de mercadoria, o trabalho se converte em verdadeiro instrumento de degradação da condição humana, pois ao perder a liberdade das suas atividades no trabalho, o homem deixa de ser homem para se tornar uma coisa. Além disso, a coisificação do homem produz a “desrealização do trabalhador”, na medida em quem o produto do seu trabalho aparece como um objeto estranho a ele próprio.

Ao falar do trabalho alienado do homem, Marx vai compará-lo à situação dos animais, dizendo que:

“O animal identifica-se imediatamente com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É a sua própria atividade. Mas o homem faz da atividade vital o objeto da vontade e da consciência. Possui uma atividade vital consciente. Ela não é uma determinação com a qual ele imediatamente coincide. A atividade vital consciente distingue o homem da atividade vital dos animais. Só por essa razão é que ele é um ser genérico. Ou melhor, só é um ser consciente, quer dizer, a sua vida constitui para ele um objeto, porque é um ser genérico. Unicamente por isso, é que a sua atividade surge como atividade livre. O trabalho alienado inverte a relação, uma vez que o homem, enquanto ser consciente transforma a sua atividade vital, o seu ser, em simples meio da sua existência” (MARX, 1993, p.164-165).

Além da análise sobre o trabalho alienado, Marx desenvolve também o conceito que chamou de fetichismo da mercadoria. Quando a sociedade capitalista naturaliza as condições de exploração e as relações de dominação sociais, há nisso um processo de fantasmagoria da mercadoria que seria o modo com que as mercadorias ocultam as relações sociais que as produzem. A mercadoria, segundo ele, tem um caráter perceptível, mas também impalpável,

que provém da forma social adquirida pelo trabalho. Sobre fetichismo, ele diz:

“A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. [...] Chamo a isto de fetichismo, que será sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias” (MARX, 1975, p. 81).

Esse processo de fetichismo da mercadoria, que torna o objeto produzido pela ação humana em algo estranho ao trabalhador é, no capitalismo, o que produz a alienação. Essa força hostil ao trabalhador torna o homem um prisioneiro de sua própria criação. A neutralidade do modelo de produção capitalista é o que torna todos os problemas sociais em algo naturalizado, normal. Sendo o produto da ação humana transformado em coisa estranha a ele, a alienação se perpetua.

“A alienação não se revela apenas no fato de que meus meios de vida pertencem a outro, de que meus desejos são a posse inatingível de outro, mas de tudo é algo diferente de si mesmo, de que a minha atividade é qualquer outra coisa e que, por fim – e também o caso para o capitalista –, um poder inumano que impera sobre tudo” (MARX, 2006, p. 157).

O trabalho deixa de ser algo natural do trabalhador, passa a ser privado, mercadoria de consumo no mercado. Quando ele assume essa característica, o trabalho passa a ser algo penoso, causador de desgosto e sofrimento. Marx reflete sobre a busca pela essência e, dentre outros assuntos, trata a religião como via de fuga do sofrimento causado pela exploração do trabalho. Esse desgosto pela vida, provocada pela exploração do mercado, abre espaço para as ilusões e daí a religião ganha um terreno cada vez mais forte.

“A religião é o suspiro do ser oprimido, o íntimo de um mundo sem coração e a alma de situação sem alma [...] o banimento da religião como felicidade ilusória dos homens é a exigência da felicidade real. O apelo para que abandonem as ilusões a respeito da sua condição é o apelo para abandonarem uma condição que precisa de ilusões. A crítica da religião é, pois, a crítica do vale de lágrimas de que a religião é o esplendor” (MARX, 2006, p. 45-46).

Outro fator do modelo de produção capitalista, denunciado por Marx é o conceito de

mais-valia. O autor denuncia que a lógica pautada na igualdade de valores e que se torna também viável à mercadoria “trabalho”, nada mais é do que uma grande ilusão. Há uma diferença entre o salário recebido pelo trabalhador e o que ele consegue produzir. Marx diz:

“Ao comprar a força de trabalho e ao pagá-la pelo seu valor, o capitalista adquire, como qualquer outro comprador, o direito de consumir ou usar a mercadoria comprada. A força de trabalho do homem é consumida, usada, fazendo-o trabalhar, assim como se consome ou se usa uma máquina fazendo-o funcionar. Portanto, o capitalista, ao comprar o valor diário, ou semanal, da força de trabalho o operário, adquire o direito de servir-se dela ou fazê-la funcionar durante o dia ou toda a semana[...] Mas o capitalista, ao pagar o valor diário ou semanal da força de trabalho do fiandeiro, por exemplo, adquire o direito de usá-la durante todo o dia ou toda a semana. Falo-a trabalhar, portanto, digamos, 12 horas diárias, quer dizer, além das 6 horas necessárias para recompor o seu salário, ou valor de sua força de trabalho, terá de trabalhar outras 6 horas, a que chamarei de sobretrabalho, e este sobretrabalho irá traduzir-se em mais-valia e em um sobreproduto.[...] A mais-valia, ou seja, àquela parte do valor total da mercadoria em que se incorpora o sobretrabalho, ou trabalho não remunerado, eu chamo de lucro” (MARX, 1978. p. 82-85).

Todos esses pontos expostos por Marx, na grandiosa quantidade de obras produzidas, demonstram a grande ilusão produzida e cristalizada pelo mercado capitalista. Essas amarras ideológicas criam uma falsa liberdade e igualdade, impedindo a realização do que chamamos de felicidade. Não há condições morais de felicidade total numa sociedade de classes, caracterizada pela exploração de uma classe detentora dos meios de produção material, intelectual, cultural e artística. Essa impõe seus modelos de vida e cria um modelo de felicidade pautada pela aquisição de bens, paixão pelo dinheiro e pela propriedade privada.

Se pudéssemos inferir a uma passagem de sua obra, contribuição chave para o que poderia ser uma análise da felicidade real proposta por Marx, podemos citar o trecho abaixo:

“De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. [...] A liberdade nesse domínio só pode consistir nisso: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas, esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. Além dele começa o desenvolvimento das forças

humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho” (MARX, 1975, p. 942)

Baseando-se neste parágrafo, podemos encontrar uma contribuição para o debate que fazemos aqui. Ou seja, o homem deve reconhecer o seu limite no reino da necessidade e não ultrapassar o domínio da produção material. Hoje, acontece justamente o contrário, a sociedade do hiperconsumo extrapola todos os limites da produção sem visar à necessidade, mas sim a quantidade de opções que almejam deixar o indivíduo desnorteado (afinal, este é incapaz de a tudo consumir).

Além disso, Marx demonstra que a ilusão da liberdade que o modo de produção capitalista prega é uma falsa liberdade, liberdade aparente, pois essa liberdade só se faz no âmbito do não-trabalho, ou trabalho alienado. Dessa forma, podemos concluir que as várias situações de que somos expostos na sociedade capitalista impossibilita nossa emancipação, ocasionando na impossibilidade da felicidade.

Considerações finais

O consumo de mercadorias foi transformado em ideal de felicidade pela sociedade líquida moderna. A lógica que quantifica a felicidade pela quantidade de bem-estar produzido pela aquisição de mercadorias se mostrou ineficaz e potencializou os problemas causados pela exploração do trabalho no mercado.

Os indivíduos, envoltos pela película fina da ideologia burguesa da felicidade desconhecem ou simplesmente preferem fazer vista grossa (ŽIŽEK, 1989) às condições de exploração a que são submetidos e buscam refúgio dos problemas no ato de consumir. A mercadoria, no seu caráter fetichista esconde as desigualdades de sua fabricação e toma vida própria sendo oferecida como bálsamo para diversos problemas. Consumir para ser feliz, essa é a lógica do capitalismo na atualidade.

Nesse sentido, através de vários momentos da extensa obra de Marx, encontramos suporte para analisar as influências do hiperconsumo. Vários autores criticam a “coisificação” das relações sociais e a sacralização das mercadorias como portas da esperança, mas é Marx quem nos lembra que não podemos esquecer do forte aspecto econômico subjacente dessas relações, buscando também evitar qualquer tipo de ortodoxia determinista ou essencialista.

Através dos conceitos de trabalho alienado, fetichismo da mercadoria, alienação, dominação e mais-valia, é possível salientar a estrutura sutil que o capitalismo utiliza para controlar a população e para assegurar a hegemonia e os privilégios de uma elite.

O ser humano é obrigado a comercializar seu único bem, o trabalho. Privatizado, esse trabalho submete-o a regimes de exploração, além de subjugá-lo, transformando-o em máquina, escondendo os traços de sua própria produção pela fetichização e obrigando-o a produzir mais-valia para o capitalista que visa sempre o lucro.

Sendo assim, podemos inferir que não há até o momento, na sociedade capitalista, condições de emancipação e liberdade para os seres humanos. Através da revisão do pensamento dos contemporâneos, juntamente com uma leitura do próprio pensamento de Marx, vimos que a felicidade no capitalismo é ilusória e fugaz. A perspectiva capitalista comercializa um tipo de felicidade, mas uma de caráter transitório e pouco durável, para que dessa forma o mercado possa garantir seu fluxo contínuo.

Marx e seu arcabouço teórico continuam sendo fortes alicerces para sustentar a crítica social e para fundamentar as análises que demonstram as contradições para além do campo da cultura, sendo o campo do trabalho ainda de suma importância para se compreender a sociedade e se recuperar o potencial insurgente das demandas agora incorporadas ao leque de produtos do sistema.

Portanto, não nos bastam modificações culturais ou pautas somente “identitárias”, localizadas em pequenas demandas liberais; somadas a essas, é necessária a modificação radical das estruturas até então intocáveis do sistema para que se possa visar uma realidade onde a felicidade não é vista como mero artefato de luxo, ao alcance de tão poucos.

Referências bibliográficas

BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Arte e Comunicação, 2007.

BAUMAN, Z. **Amor Líquido**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2004.

_____. **A arte da vida**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

GREVE, B. **Felicidade**. 1ª Ed. Tradução de Pedro Barros. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Editora Loyola, 2001.

KEHL, M. R. **O tempo e o cão**. São Paulo: Boitempo editorial, 2009.

LIPOVETSKY, G. **A felicidade paradoxal**. Lisboa: Edições 70, 2007.

MARX, K. **Trabalho assalariado e capital**. São Paulo: Expressão Popular. 2006.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: edições 70, 1993.

_____. **Salário, preço e lucro**. 2. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores)

_____. **O Capital: o processo de produção do Capital**. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Livro 1.v.1.

_____. **O Capital: o processo de produção do Capital**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Livro 1 v.2.

_____. **O Capital: o processo da produção do Capital**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Livro 3. V.6.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. [1857-8]. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

_____. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

ŽIŽEK, S. **Problema no Paraíso: do fim da história ao fim do capitalismo**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2015.

_____. **The sublime object of ideology**. Londres: Verso Books, 1989.

_____. **Vivendo no fim dos tempos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

Recebido em: Abril de 2018
Aprovado em: Julho de 2018

PROVAÇÕES NO PARAÍSO? REPRESENTAÇÕES E DISCURSOS SOBRE CRIMINALIDADE URBANA EM MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO RIO DE JANEIRO: o caso de Angra dos Reis

Fabiano Dias Monteiro¹

Resumo

O presente artigo tem por objetivo investigar o impacto da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro (UPPs) sobre as dinâmicas criminais da cidade de Angra dos Reis, no litoral sul. Por outro turno, pretendo compreender como a crença na migração de traficantes de drogas da capital pode afetar a institucionalização de políticas de prevenção à violência no município.

Palavras-chave: Unidade de Polícia Pacificadora; Prevenção da Violência; Rede de Proteção Social

Abstract

The article aims to investigate the impact of the installation of the Rio de Janeiro Pacifying Police Units (UPPs) on the criminal dynamics of the city of Angra dos Reis, on the south coast. On the other hand, I intend to understand how the belief in the migration of drug traffickers in the capital can affect the institutionalization of violence prevention policies in the municipality.

Keywords: Pacifying Police Units; Violence Prevention; Social Protection Network

¹ Doutorado em Antropologia Cultural (PPGSA/UFRJ). Mestre em Sociologia pelo (PPGSA/UFRJ) e Bacharel em Ciências Sociais (ICHF/UFF). Foi Bolsista PDR da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro entre os anos de 2011-2014 e atualmente Professor Adjunto do Departamento de Geografia e Políticas Públicas do IEAR da Universidade Federal Fluminense.

Introdução

Diante dos desafios impostos por duas frentes de pesquisa – uma relacionada a um projeto de Inovação Científica (PIBINOVA) e a outra a um Projeto de Extensão (Conjuntura Costa Verde), ambas desenvolvidas no âmbito da Universidade Federal Fluminense, busquei perscrutar, entre os anos de 2016 e 2017, recursos institucionais e soluções inovadoras capazes de dirimir os níveis de violência e criminalidade no município de Angra dos Reis, no sul fluminense.

Do alto de um vasto “desconhecimento” sobre a vida social da região, contei com o apoio de outros pesquisadores para delinear um cronograma inicial, que passava por um levantamento dos indicadores de criminalidade violenta na região, bem como por uma abordagem de caráter qualitativo, envolvendo atores estratégicos (governamentais ou não) inseridos em rotinas e ações com detectável potencial de contribuição para políticas de prevenção da violência.

Logo nos primeiros contatos com os entrevistados, o discurso da escalada da violência no município fez-se perceptível. Assim como sua associação às investidas do Governo do Estado do Rio de Janeiro contra a ação de traficantes nas favelas da capital, através da sua ocupação permanente pela Polícia Militar. A suposta escalada da violência angrense, era, destarte, tomada como efeito colateral das tentativas de contenção da violência nas favelas cariocas.

Diz o adágio que uma fantasia, quando repetida por diversas vezes, tende a tornar-se realidade. Essa sabedoria popular parecia se impor diante de mim e dos meus colaboradores de pesquisa no início dessa jornada.

No ano de 2008, surge um novo quadro referencial nos debates e estudos sobre a violência no estado do Rio de Janeiro: a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em favelas da capital. Assumindo o status de “problemática obrigatória” (Bourdieu, 2015) nos assuntos de segurança, a instalação das UPPs levantou esperanças e críticas ao longo de sua implementação.

Longe de poder ser definida uma “política pública de segurança”, no estrito senso do termo, as UPPs apresentaram-se como uma ação de ocupação permanente, pela Polícia Militar, de áreas conflagradas da cidade, afetadas pelas atividades do tráfico de drogas ou das milícias².

² Há de se frisar que o projeto das UPP teve suas ações mais concentradas em áreas impactadas pelo tráfico do que nas chamadas “áreas de milícias”.

Sem definir – ou, pelo menos, sem esclarecer para o grande público– os parâmetros das ocupações/intervenções, as dotações/impactos orçamentários, os mecanismos de avaliação do projeto e as projeções futuras, a partir dos resultados estimados (e que resultados seriam esses), não tardou para que setores da academia e da sociedade civil organizada levantassem dúvidas sobre os propósitos e sobre a sustentabilidade (ou mesmo viabilidade) do projeto, apesar da visibilidade cedida pela mídia e pelo empenho dos governantes em divulgar seus aspectos positivos (MACHADO, 2010).

Inquestionavelmente, houve aspectos positivos, nas primeiras intervenções. As ações, que começaram a ser desenvolvidas nas favelas da Zona Sul (a primeira ocupação se deu no Morro de Santa Marta, em Botafogo), espalhando-se por comunidades do Centro, Maciço Tijuca, Zona Oeste e Zona Norte, conseguiram reduzir os níveis de violência letal nestas áreas, mormente por diminuir o número de confrontos armados entre traficantes (CANO, et. al., 2012).

Por outro turno, estima-se que tenha crescido o nível de conflito entre policiais e moradores, principalmente em função das abordagens feitas pelos agentes, não raro, tomadas como abuso de poder ou violação de direitos. A Secretaria de Segurança Pública, reportando-se diretamente ao gabinete do então Governador Sérgio Cabral, teve dificuldades em criar e fortalecer canais de diálogo entre a polícia e a população residente nas favelas. Tornou-se evidente a necessidade de intervenções governamentais no atendimento de serviços básicos, nas áreas de habitação, urbanização, saúde e educação e a Polícia Militar se viu impelida a iniciar uma série de ações pontuais e desencontradas (ainda que “bem-intencionadas”) no atendimento de demandas que deveriam ser competência dos órgãos da rede de proteção social, como: distribuição de cestas básicas; implementação de projetos esportivos; mediação de cunho patrimonial; etc., dando origem a um campo de atuação que tinha como ator central um personagem que o pesquisador César Teixeira (2015) nomeou de “policia social”³.

Além das fragilidades já apontadas, havia outras, ainda mais decisivas, que se impunham ao “programa” das UPPs. O crescimento do projeto, que chegou a contar com 38 unidades na região metropolitana do Rio, exigia um ritmo acelerado na contratação e formação de novos policiais, o que fragilizava, progressivamente, a qualidade de capacitação dos agentes para o desempenho da

³ Dados os propósitos e limites do presente artigo não aprofundarei a discussão sobre a relação entre a pacificação e a disponibilização de serviços básicos pelo poder público nas favelas do Rio. Há de mencionar o papel desempenhado, parcialmente, pela chamada UPP Social, a saber, iniciativa desenvolvida e elaborada pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, entre os anos de 2010 e 2011 que visava o desenvolvimento de ações transversais nas comunidades, facilitando o diálogo entre entidades locais – sociedade civil organizada – e o poder público. Após mudanças no staff da Secretaria de Assistência, decorrente do processo eleitoral do período, o projeto foi transferido para o Instituto Pereira Passos, da Prefeitura do Rio de Janeiro.

nova função e, principalmente, comprometia o orçamento destinado à Segurança Pública a gastos quase exclusivos com recursos humanos.

E plausível supor que tal comprometimento do orçamento tenha fragilizado a logística por trás da instalação e funcionamento das novas unidades. Já em 2012, com o episódio da morte da soldado Fabiana Aparecida de Souza⁴, de 30 anos, num ataque conduzido por traficantes, no Morro do Alemão, vicejavam, na imprensa, críticas e denúncias a respeito das condições de trabalho vivenciadas pelos policiais nessas unidades. Questionava-se desde as condições físicas das instalações – algumas delas muito precárias, resumidas a um agrupamento de caráter provisório em contêineres – até a qualidade dos equipamentos de trabalho (coletes de proteção, armamentos, viaturas, etc.).

Por fim, crescia a insatisfação de setores da sociedade com a diminuição do volume de prisões e apreensões de armas e drogas durante os processos de ocupação. A incapacidade das polícias militar e civil em desarticular as facções criminosas e prender seus líderes – e certamente a imagem mais presente e dramática que sintetiza esse discurso é a da “fuga em massa” de traficantes pela mata na ocupação do Complexo do Alemão, em 2010 – traduzir-se-ia num suposto “êxodo” de criminosos para municípios da Baixada Fluminense e do interior do estado.

Embora a Secretaria de Segurança tenha sido ágil, ainda no ano de 2010, em tentar desmistificar essa percepção⁵, não tardou para que ela ganhasse contornos de “verdade”, constituindo-se, assim, em vetor explicativo para o suposto crescimento da criminalidade violenta em municípios distantes da capital.

Neste artigo, será tratado do caso do município de Angra dos Reis, a partir de uma análise dos principais indicadores de criminalidade violenta e dos discursos emitidos pela imprensa local e por operadores do poder público atuantes em áreas da administração afeitas à prevenção da violência.

“Paraíso perdido” ou as vicissitudes do progresso? Dinâmicas sociais e econômicas de Angra dos Reis

Dotada de beleza natural exuberante, fincada entre a Mata Atlântica e o mar, Angra dos Reis é uma das cidades mais antigas do Brasil, tendo sido fundada em 1502. Inserida no ciclo canavieiro, durante o período colonial, desponta como ponto estratégico para a escoação da produção de café

⁴ Ver matéria do Portal G1: “Corpo de PM morta em ataque à UPP é enterrado nesta quarta em Valença”, de 25/07/2012.

⁵ Ver matéria do Portal G1: “Traficantes expulsos do Rio migram para outras cidades”, de 29/01/2010.

vinda do Vale do Paraíba, já no período do Império, tendo, outrossim, a pesca como uma de suas principais atividades até o século XX (ABREU, 1994).

Sendo, nos dias de hoje, um ponto de referência no roteiro turístico internacional, – atraindo tanto adeptos do turismo comercial, que ali chegam em busca do conforto de requintados *resorts*, como entusiastas do chamado “ecoturismo de base comunitária” - Angra dos Reis divide sua imagem de “refúgio tropical” com a de uma cidade amplamente impactada pela modernização.

Situada geograficamente entre as duas forças econômicas do país (São Paulo e Rio de Janeiro), compondo a chamada “Região Costa Verde”, ao lado de Mangaratiba e Paraty, no sul fluminense, a cidade foi estratégica para empreendimentos de caráter desenvolvimentista na segunda metade do século XX, sobretudo no que diz respeito à produção de energia e ao desenvolvimento da indústria naval. Dentre eles: a instalação do Estaleiro Verolme, nos anos 1960 e do terminal marítimo da Petrobrás (1977); a abertura da Rodovia Rio-Santos (1972) e a construção das usinas nucleares de Angra I (1972) e Angra II (1985) (TCE/FIRJAN, 2015).

Tais incrementos econômicos deixaram marcas indeléveis na vida do município. Na transição de região voltada para a agricultura de subsistência e pesca artesanal para polo industrial, Angra dos Reis teve sua população aumentada em quase 10 vezes entre os anos 1940 e os dias atuais. Apenas entre os anos de 2000 e 2010 a população da cidade aumentou em 50.264 habitantes. Neste mesmo ano, a população urbana era da ordem de 163.290 habitantes contra 6.221 pessoas vivendo no meio rural (IBGE, 2010).

Em um processo de rápido crescimento populacional e urbanização é compreensível a emergência de novos e grandes desafios para a administração pública. No caso de Angra dos Reis, a favelização foi um deles. Ainda segundo o censo de 2010, de uma população residente de 169.247 habitantes, 60.009 encontravam-se situados em aglomerados subnormais⁶.

A variação de postos de emprego, sobretudo nos setores da indústria e da construção civil, revela-se também preocupante. Na indústria, após um amento de cerca de 3.500 postos, entre os anos de 2005 e 2015, observa-se a retração na ordem de 4.000 postos entre os anos de 2015 e 2017. Na construção civil observamos movimento análogo. Após um incremento de cerca de 3.000 postos entre os anos de 2005 e 2015, tem-se uma retração de igual magnitude somente no período 2015/2017. Em contrapartida, aumenta a oferta de empregos nos setores de serviços e comércio, o

⁶ Vale frisar que o termo é tomado enquanto conceito científico, referendado por órgãos governamentais e atinentes a espaços considerados indignos para o desenvolvimento social e econômico. Para melhor compreensão ver Relatório IPEA 2012, Distribuição dos aglomerados Subnormais na Rede Urbana e Grandes Regiões Brasileiras.

que poderia sugerir, entretanto, uma espécie de distorção em relação à vocação econômica recente do município.

Ao lado dos desafios já citados, há outro, que ocupa lugar cada vez mais central na vida dos brasileiros: a violência (SOARES, 2006). Vista, durante muito tempo, como um fenômeno típico das metrópoles, é observável que a violência (em suas mais diversas variantes e condicionantes) venha se impondo como realidade para cidades que, até duas décadas, a tinham como um evento episódico.

Segundo o Mapa da Violência (2015), entre os dez municípios brasileiros, com as maiores taxas médias de óbitos e homicídios por arma de fogo (AF), encontramos apenas uma capital: Maceió, ocupando a nona posição. O surgimento dos novos polos da violência no Brasil teria, segundo Beato (1999) e Soares (2006), causas variadas. Uma delas, talvez a mais ajustada ao caso de Angra dos Reis, atine ao florescimento de novos polos de desenvolvimento econômico que terminam atraindo grandes contingentes de trabalhadores migrantes, em intervalos de tempo, relativamente, curtos. A fragilidade dos municípios de pequeno porte – face as dificuldades de transformar a arrecadação em benefícios diretos e indiretos aos contribuintes – em atender as demandas impostas por esse novo contingente, terminariam por produzir aumento do número de pessoas em situação de vulnerabilidade e, por conseguinte, mais suscetíveis ao assédio do crime, em especial o tráfico de drogas, dado suas feições de “crime-negócio” (ZALUAR, 2007). Tal como resume o Mapa da Violência (2015, p.55):

“[Consolida-se], durante a década de 1990, um processo de desconcentração econômica que origina a emergência de novos polos, que atraem investimentos, trabalho e migrações. Somado a esse processo, as deficiências e insuficiências do aparelho do Estado e da Segurança Pública contribuem para a atração da criminalidade e da violência nesses novos polos”.

A emergência de novos polos produtivos, uma vez relacionada à migração de mão de obra suscitaria o desenvolvimento de uma gama de políticas sociais, voltadas, principalmente, para as camadas mais sensíveis ao impacto do desemprego. Trata-se de uma equação simples. No caso angrense, partindo da premissa que as características socioeconômicas do município o coloquem na condição de “susceptível ao crescimento da violência”, a situação seria ainda mais delicada, diante das oscilações do setor da construção naval, observadas entre os anos 1980/2000. Conforme indicam as especialistas em políticas tecnológicas Claudiana Jesus e Leda Gitahy (2010, p. 3903):

“A instalação do estaleiro holandês Verolme (anos 1960) modificou totalmente a dinâmica econômica de Angra dos Reis. Com a crise da indústria naval chegou a se tornar um espaço-fantasma. Em 1999, impulsionado pela retomada do setor, o consórcio Fels Setal (controlado pelos grupos Keppel Fels, de Cingapura, e Pem Setal, do Brasil) reativou o Verolme, rebatizado como Brasfels em março de 2000”.

Apesar do possível alinhamento da dinâmica criminal da cidade de Angra dos Reis com condicionantes causais como crescimento populacional não planejado, associado às oscilações e debilidades de setores específicos da atividade produtiva (como a indústria naval), observa-se o recrudescimento de um discurso, em particular: a associação do aumento da violência no município à migração de marginais (traficantes) das favelas ocupadas pelas UPPs, na capital.

Antes de avançarmos, é preciso, porém, observar alguns pontos. Primeiramente, há de ressaltar, que a denúncia da migração de traficantes do Rio para comunidades do interior do estado não se restringe ao caso angrense. Já em 2012, o Secretário de Turismo de Búzios (Região dos Lagos), por exemplo, vinha a público denunciar que a atividade turística da cidade estaria sendo afetada por criminosos evadidos das favelas ocupadas pela polícia⁷

Em segundo lugar, faz-se mister questionar a plausibilidade do argumento. Angra viveria uma crise de segurança pública provocada pela migração de traficantes vindos de favelas cariocas ocupadas pelas UPPs. Mas o que diriam os números da segurança municipal a respeito?

Por fim, cabe perscrutar quais as implicações da produção e reprodução dessa “verdade” sobre a administração municipal e, em particular, sobre a gestão das políticas públicas de caráter preventivo no campo da segurança. O presente artigo propõe-se a oferecer respostas às duas últimas perguntas.

Desmistificando o “efeito UPP” ou As ilusões do Éden: notícias do avanço da criminalidade na imprensa angrense

“Violência explode em Angra e chega à Ilha Grande”. Essa foi a chamada de uma matéria noticiada pelo Jornal “Maré”, em 23 de setembro de 2016. Um casal de turistas de São Paulo, numa suposta tentativa de assalto, foi agredido a golpes de facão numa trilha na Ilha Grande. A jovem Raquel Araújo, de 27 anos, morreu no local. Seu acompanhante, Ítalo Almeida, encontrava-se hospitalizado, após ser atendido pelo serviço de médico de urgência.

A matéria era enfática ao determinar as causas do crescimento da violência na região: as UPPs da capital! Tomemos uma passagem *ipsis litteris*: “É triste a constatação do que Angra dos

⁷ Ver O Globo, 16 de março de 2012.

Reis se tornou nos últimos anos, principalmente após a instalação das UPPs nas favelas carioca (sic) o que fez com que bandidos da capital, procurassem refúgio nas cidades do interior” (Maré, 23/09/2016).

O fim dos “tempos de paz” é reproduzido em outra matéria, onde é noticiada uma onda de assaltos, ocorrida no início do mês de dezembro do mesmo ano. Na primeira página, em letras garrafais lê-se: “Angra dos ladrões”. Segue o texto: “Que Angra dos Reis não é mais aquela cidade pacífica de outros tempos todo mundo já percebeu, mas a ousadia dos bandidos em três assaltos realizados nos últimos dias, ainda surpreendeu e apavorou muita gente” (Maré, 9/12/2016).

O caderno “Maré Opinião”, na sua coluna “Papo de Esquina”, traz o jornalista João Carlos Rabello, em artigo intitulado “O Alemão é aqui”. Sua análise sobre a expansão da violência em Angra segue as pistas das notícias anteriores. Uma mecânica simples: a pacificação da capital teria por tributo o fim da tranquilidade das cidades do interior. Nas suas palavras:

“(…) Quando o tráfico começou a agir em Angra, tomando as rédeas do bairro Belém, a maioria das pessoas nem se preocupou. Quando se espalhou para a Japuiba, ainda se tolerou, apesar da tragédia para os moradores do bairro. Depois, homens armados viraram rotina na Sapinhatuba e ainda assim acharam que estavam confinados a um gueto.

Agora cada morro do Centro de Angra, em cada bairro em todos os distritos, há uma boca do tráfico dando ordens através das armas. No Morro do Peres queriam cobrar pedágio para político fazer campanha.

Culminando com os tumultos no Morro da Caixa D'água e no Frade, no dia 1. de novembro, **Angra agora imita o Complexo do Alemão e [a] Rocinha, de onde boa parte dos traficantes fugiu para o interior com a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP).**

Só que agora o estado está falido. Sem dinheiro para grandes mobilizações policiais, negocia-se uma ação permanente de policiais da Força Nacional para auxiliar o combate ao crime no Rio de Janeiro. Seria uma boa hora de pedir intervenção federal. Também aqui em Angra com os agentes sediados no colégio Naval⁸”. (Maré, 4/9/2016).

Ao longo da pesquisa, o registro das ocorrências criminais publicadas na imprensa contou com a catalogação de exemplares dos dois jornais locais de maior circulação: *Jornal Maré* e *Jornal A Cidade*. Tal como ilustra o Quadro 01, os registros do Jornal A Cidade são mais numerosos, o que não nos impede de notar que ambas as publicações seguem uma linha editorial calcada no jornalismo policial de apelo sensacionalista e mórbido. Não raro, são fotos de cadáveres crivados de

⁸ Grifos meus.

tiros e corpos mutilados que adornam a narrativa textual. A morte violenta é denunciada e espetacularizada, simultaneamente.

As 213 matérias foram divididas em seis categorias: “Crimes passionais, violência sexual e rixas”; “Crimes de motivação indeterminada”; “Atividade policial”; “Crimes contra o patrimônio”; “Ações do tráfico” e “Perturbação da ordem”.

Quadro 01

	A CIDADE	MARÉ	Total	
CRIMES PASSIONAIS, SEXUAIS, RIXAS	10	4	14	
CRIMES DE MOTIVAÇÃO INDETERMINADA	22	14	36	
ATIVIDADE POLICIAL	42	47	89	
CRIMES CONTRA O PATRIMONIO	30	18	48	
AÇÕES DO TRAFICO	20	5	25	
PERTURBAÇÃO DA ORDEM	1	0	1	
			213	

O levantamento feito entre os meses de setembro e dezembro de 2016, tinha como objetivo inicial, apenas, orientar os pesquisadores no universo da dinâmica criminal angrense, todavia, revelou-se um tanto mais promissor. Coincidentemente, o período casava com dois eventos que viriam a aquecer o debate público sobre segurança. Em setembro, estabelecera-se uma disputa pelos pontos de venda de drogas nos morros de Santo Antônio e Caixa D'Água, situados na região central da cidade. O conflito tinha como pivô o traficante “Coroa”, supostamente evadido do subúrbio do Lins dos Vasconcelos na capital, onde fora instalada uma UPP no ano de 2013. Em novembro, por sua vez, o bairro do Frade foi atacado por criminosos oriundos da Favela de Antares (Zona Oeste do Rio) numa disputa entre facções rivais pela hegemonia do tráfico de entorpecentes na região.

Notícias da invasão do Morro da Caixa d'Água e de Santo Antônio

Segundo matéria publicada pelo Jornal A Cidade (16/9/2016), sob o título de “Xeque-mate do chefe”, a morte de uma jovem conhecida como Ariela encobriria uma disputa interna de uma facção criminosa pelo controle do tráfico nos morros da Caixa D'Água e de Santo Antônio. Tem-se:

“De acordo com informações, o que parece com uma vingança ou “justiça” pela morte da jovem é nada mais nada menos que uma disputa por território. No último dia 9, aproximadamente 15 marginais do Complexo do Lins, Zona Norte do Rio, subiram o Morro do Santo Antônio para executar Seco, Dikombi e Marlon. Eles teriam se juntado “as crias” (sic) da comunidade, Tatinha, “GT” e Douguinha para fazer o “serviço” a mando do chefe Coroa, que quer comandar as bocas de fumo dos nove morros do Centro.

Os bandidos teriam chegado bem armados e trazendo carregamento de drogas para vender na comunidade. O chefe Coroa, que teria mandado matar Leandro de Souza Soares, de 34 anos, vulgo LD, ex-chefe do tráfico no Morro da Caixa D'Água e Vitor Nejo Ferreira, 35 anos, gerente do tráfico no Santo Antônio, em julho, teria visto o lucro alto das bocas de fumo. Mas no seu caminho estava Seco, Dikombi e Marlon, que trabalhava para o bandido Dr. Bola, e justificando as execuções, aplicando uma lei da facção ele pode tomar os pontos de venda. Dando assim um xeque-mate dentro da própria organização criminosa (...).

Depois do triplo homicídio, os marginais se esconderam na mata, onde ficaram até a saída da força policial do Santo Antônio. Mais tarde voltaram para seus postos de costume (...). Traficantes do Lins permanecem no morro”.⁹

O Jornal Maré (16/9/2016) também noticiou o fato, salientando que:

“(…) O Morro de Santo Antônio vem sofrendo com o tráfico de drogas, e **bandidos que fugiram de áreas ocupadas no Rio**¹⁰ têm tido facilidade de se adaptarem no local, uma vez que a topografia da comunidade permite rápida fuga pela mata”.

Menos de um mês depois, novos eventos ocorrem no Morro da Caixa D'Água, reavivando o drama da migração dos criminosos do Rio. A chamada gritante faz *jus* à gravidade dos fatos: “Meninas podem ter sofrido estupro coletivo no Morro da Caixa D'Água”. Desenvolve-se a matéria do dia 7/12/2016:

“Uma menina de 12 anos e uma adolescente de 15 anos teriam sido espancadas e abusadas sexualmente durante a noite do dia 29 e parte da madrugada do dia 30, no Morro da Caixa D'Água. De acordo com uma fonte do Jornal A Cidade, cerca de 12 traficantes teriam estuprado as jovens por horas, como forma de castigo.

As jovens teriam sido torturadas e muito espancadas. Depois do ocorrido, ambas não foram mais vistas e permanecem trancadas dentro de casa com medo. No entanto, os traficantes ainda estariam decidindo o que fazer com as jovens (...). Apesar do caso ser de conhecimento dos moradores da parte alta, não houve registros do fato na delegacia.

Há meses a comunidade sofre com uma infestação de traficantes de drogas do Complexo do Lins, na Zona Norte do Rio de Janeiro que viram nos Morros da Caixa D'Água e do Santo Antônio uma fonte lucrativa. O abuso e a certeza de impunidade são tão grandes que na Rua Salomão Reseck, os traficantes montaram uma boca de fumo em frente a uma padaria. No local eles dispõem de luz, comida, um sofá, cadeiras e mesa. A noite o funk proibidão rola a solta, tiros são disparados sem motivo e a venda de drogas é 24 horas”.

Ainda no mês de outubro, a série de eventos ganha novo episódio. O Jornal A Cidade, do dia 28 de outubro de 2016, anuncia: “Chefe do Morro da Caixa D'Água é preso no Lins”.

⁹ Grifos meus.

¹⁰ Grifos meus.

“Vanderlei Gilberto Lopes, vulgo Paizão ou Coroa, como é conhecido em Angra, foi preso pela Polícia Militar na tarde do dia 23, no Complexo do Lins, Zona Norte do Rio de Janeiro. De acordo com os policiais, é comum traficantes possuírem vulgos diferentes em cada comunidade que atuam. Paizão ou Coroa ainda era conhecido como Vandão. Ele é apontado como chefe do tráfico de Drogas no Morro do Amor, no Lins e chefe do tráfico no Morro da Caixa D'Água (...). A Polícia Civil do Rio investiga a participação de Paizão em um assalto a uma joalheria de um shopping na Zona Oeste. O marginal seria um sócio dos assaltantes, cedendo armas e veículos. Em troca, os traficantes recebiam metade dos lucros dos assaltos. O crime aconteceu em agosto e os bandidos levaram mais de R\$ 3 milhões em joias.

(...) Ainda de acordo com informações, traficantes do Complexo do Lins permanecem nos Morros da Caixa D'Água e Santo Antônio, comercializando drogas livremente na Rua Salomão Reseck. Anunciando os diferentes tipos de drogas como se vendessem frutas numa feira livre. No alto do morro, entre as duas comunidades, os traficantes teriam criado uma espécie de acampamento. Fortemente armados, andam pelos morros e não escondem de ninguém o que fazem, vários menores são recrutados e aqueles que sabem atirar viram “soldados” da facção criminosa que atua em ambas as comunidades. Informações também dão conta de que o bando de Coroa teria expulsado várias pessoas de bem das comunidades que não concordavam com o tráfico. Também comentam que toda a parte alta do Santo Antônio, onde várias casas foram interditadas depois da tragédia das chuvas de 2010 foram transformadas em quartel general do tráfico (...). Com a prisão de Coroa, ninguém sabe até agora quem vai continuar mandando na região”.

Notícias da invasão do Frade

No início de novembro, foi a vez do bairro do Frade sofrer com as investidas de criminosos vindos do Rio de Janeiro. Além da ocupação em si, aparentemente, o ataque ao bairro do Frade constituir-se-ia uma ação estratégica empreendida pelos traficantes de uma mesma facção visando o fortalecimento regional e a consolidação futura, em âmbito nacional. O título da matéria é sugestivo: “Sob o domínio do mal”.

“Na semana passada, uma das facções criminosas que mais cresce no país teria conseguido tomar de vez o tráfico de drogas no Frade. Uma intensa troca de tiros entre traficantes na tarde do dia primeiro assustou moradores e provocou sensação de insegurança por toda a cidade.

Traficantes da favela de Antares, no Rio, teriam invadido o Morro da Constância para tomar o comando das bocas de fumo da facção rival, que ainda comanda o tráfico no Areal, Monsuaba, Lambicada, Belém e Sapinhatuba 1 e 2.

Os traficantes cariocas teriam tido o apoio “**dos crias**” do Areal, Camorim Grande, Morro da Glória e até do Parque Mambucaba (comunidades dominadas pela mesma facção).

A facção que tomou Frade possui uma conhecida caixinha de fuzil. As comunidades que tem a caixinha têm acesso aos armamentos e a ajuda da “família”

para confrontos como o da semana passada. O conflito deixou dois mortos, que seriam soldados da facção rival, e dois feridos, entre eles um policial militar.

Segundo informações a facção, que teve formação na prisão Cândido Mendes, na Ilha Grande em 1979, estaria se fortalecendo e fechando bairro que ficam nas divisas da cidade, vistos como estratégicos para a entrada de drogas e armas na região (...)" (Jornal A Cidade, 11/11/2016).

As narrativas dos jornais locais não poderiam ser mais diretas em evidenciar a dramaticidade da dinâmica do tráfico de drogas sobre a vida da população, em particular dos moradores das favelas. Percebe-se, porém, que há uma imbricada trama de atos violentos que passa pelas disputas internas de poder dos criminosos, dentro de suas facções, até estratégias mais amplas, que objetivam facilitar a entrada de armas e drogas nos domínios deste ou aquele grupo.

Fica igualmente claro que o exercício do poder do tráfico altera, radicalmente, o cotidiano e o senso de normalidade. A ditadura do medo transforma em rotina delitos de diferentes naturezas, da invasão de propriedade até o estupro, passando pela perturbação da ordem e pelo homicídio.

O que não fica claro em tais narrativas é a relação de causalidade entre as ocorrências e a instalação das UPPs no Rio. Como sugere a série de notícias sobre a invasão do Morro da Caixa D'Água e Santo Antônio, o fator decisivo para a migração dos traficantes de Antares é o lucro estimado diante da possibilidade do monopólio das bocas de fumo da região do Centro da cidade e não a fuga desesperada da capital em função do recrudescimento das ações policiais das UPPs.

O mesmo se aplicaria ao caso da ocupação do Frade. As motivações seriam de ordem estratégica. O objetivo da invasão passaria pelo controle das artérias rodoviárias, por onde circulam armas e drogas. O fim último seria o fortalecimento de um sistema de alianças (a caixinha do fuzil), que tanto inibiria as fissuras internas como fortaleceria o bando diante das facções inimigas, incluindo as de outros estados.

A verificação da instalação das UPPs na capital como “variável independente” (ou não) do crescimento da violência em Angra dos Reis, pode ser realizada, contudo, com maior acuidade se investigarmos alguns números da criminalidade violenta no município, em cenários antes e pós pacificação.

Criminalidade violenta em Angra dos Reis: alguns números

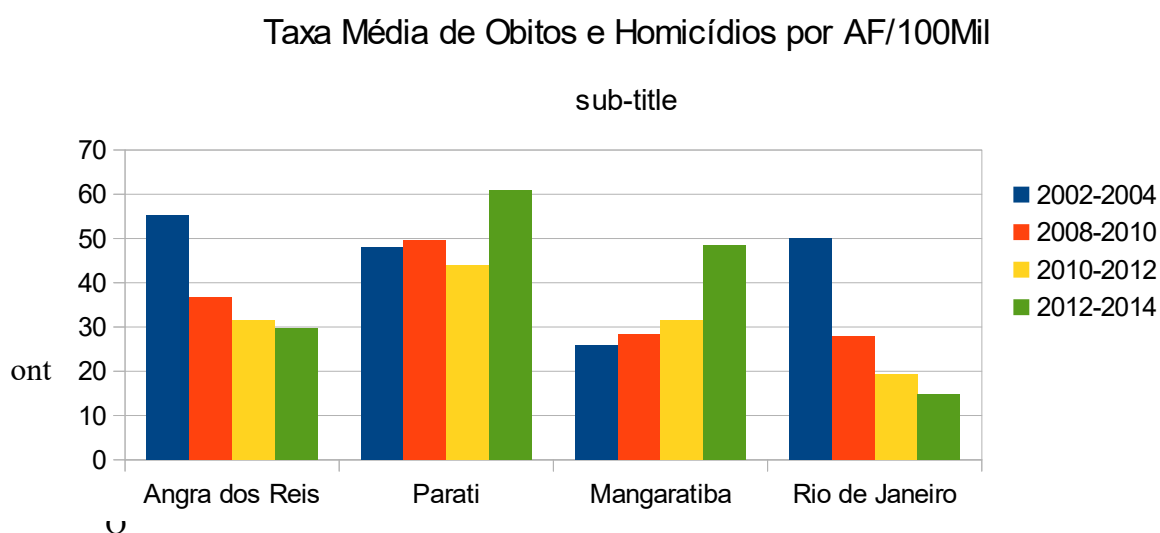
Antes de prosseguirmos é crucial esclarecer alguns aspectos de ordem metodológica. Por tratar-se de uma pesquisa ainda em andamento, trataremos de comparações do tipo pré/pós instalação das UPPs na capital apenas para números absolutos e taxas relacionados à criminalidade violenta.

Nesse sentido, não partimos da premissa (embora ela não seja descartável) que uma suposta migração de criminosos evadidos das favelas onde foram instaladas as UPPs, no sentido Rio-Angra, viesse a produzir aumento das modalidades de criminalidade não diretamente relacionáveis ao tráfico de drogas. Logo, os crimes contra o patrimônio, por exemplo, são desconsiderados nesse trabalho.

Para os propósitos deste artigo, trataremos, especificamente, de homicídios e óbitos por Arma de Fogo (AF) (taxas médias por 100.000 habitantes) e da série histórica do número absoluto de homicídios e apreensões de drogas no período (2006 [pré-UPP]-2009/2016 [pós-UPP]). Os dados referentes aos óbitos e homicídios estão condensados no formato de taxa média com intuito de minimizar as variações ano a ano, observadas, principalmente, no caso de municípios menos populosos.

As análises das taxas médias de homicídios e óbitos por AF (por 100.000 hab.) talvez seja o dado mais surpreendente aos adeptos do discurso da “crise de segurança” de Angra dos Reis. Como registra o Gráfico 01, as taxas em Angra, assim como na capital, vêm caindo progressivamente, sendo observado movimento inverso nos outros municípios da Região Costa Verde.

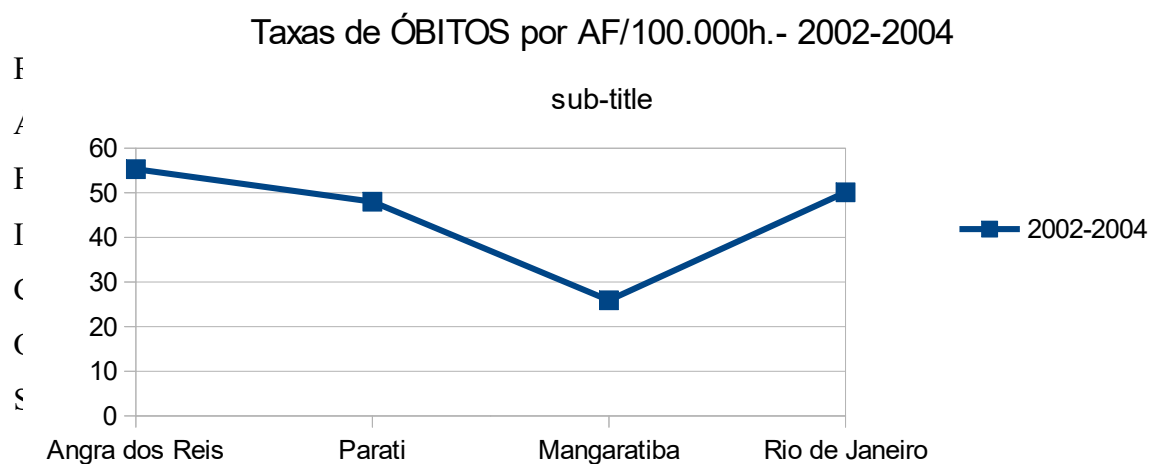
Gráfico 01



Fonte: Mapa da violência/ FLACSO

Gráfico 02 é ilustrativo em destacar que no início do século, reconhecidamente um momento crítico nas políticas de segurança do estado do Rio de Janeiro, as taxas de óbitos por AF, nos municípios de Angra, Parati e Rio de Janeiro (capital) eram aproximadas. O Quadro 02, que

trata do posicionamento no *ranking* nacional das mortes por AF, confirma a tendência já apresentada. Enquanto Parati e Mangaratiba se aproximam, na série histórica das posições iniciais, Angra e a capital se distanciam.



Fonte: Mapa da Violência/FLACSO

Quadro 02

Posições no ranking nacional de mortes por AF		
Região/Ano	2002-2004	2012-2014
Angra	45°	402°
Parati	81°	48°
Mangaratiba	387°	111°
Rio de Janeiro (Capital)	70°	969°

Fonte: Mapa da Violência/FLACSO

Ao analisar os números absolutos dos homicídios e das apreensões de drogas, encontramos algumas tendências similares. No caso dos homicídios, ao longo do intervalo 2006-2016, temos um aumento percentual da ordem de 39,1%. O volume de apreensões de drogas é elevado, entretanto, a patamares bem mais expressivos: 162%. Há de se registrar que, no intervalo 2005-2015, a população angrense cresce em 34,1%. Em ambos os casos é observável que o ritmo de crescimento se acelera, significativamente, entre os anos de 2012 e 2015.

Gráfico 03

Evolução do n. de Homicídios Dolosos (2006-2016)

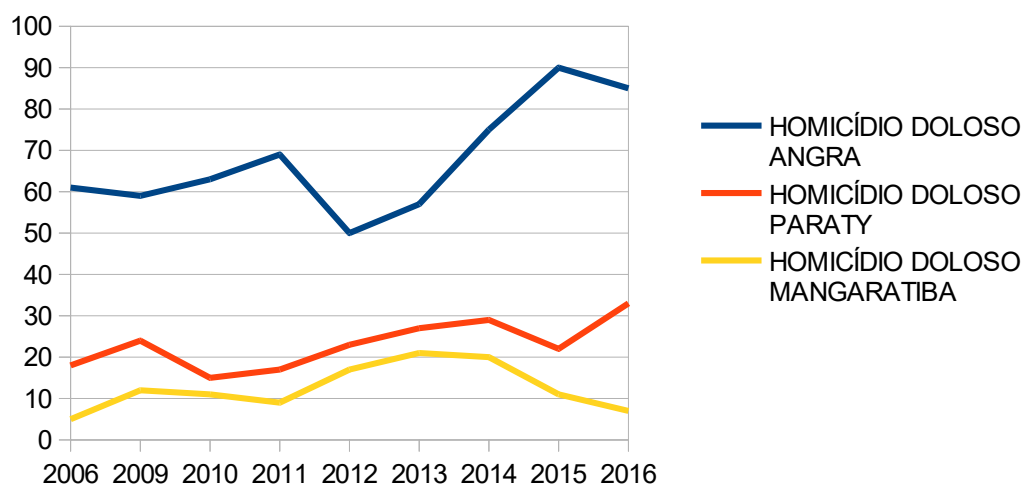
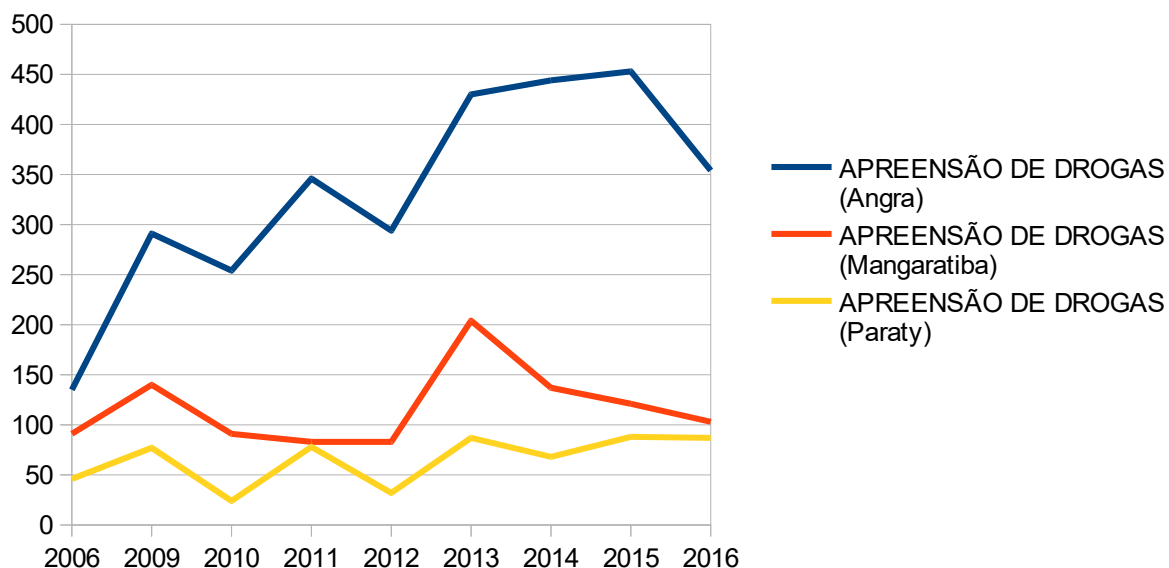


Gráfico 04

Evolução do n. de apreensões de drogas (2006-2016)



É certo que o crescimento do número absoluto de ocorrências de homicídios e de apreensão de drogas pode alterar a percepção da população sobre a magnitude da violência local. O papel da imprensa é decisivo neste aspecto. O reconhecimento de que “violência vende jornal”, não esgota as problemáticas subjacentes ao tema: a construção heroica de personagens violentos, sejam eles

policiais ou criminosos; a estigmatização da população favelada (cenário recorrente das mortes mais bárbaras e mais impactantes) e a disseminação de um medo, que, conforme nos alerta o antropólogo Pedro Bodê (mimeo), pode assumir contornos de irracionalidade.

Esse último ponto é particularmente caro, aos propósitos do artigo presente. Imaginar que a fonte de “todo o perigo” reside em uma única causa, já é algo bastante temerário. Quando identificamos essa fonte de forma equivocada ou distorcida, as consequências podem ser ainda mais graves!

Apontar a instalação das UPPs como a explicação padrão para o crescimento da violência é um exercício equivocado e perigoso. Errôneo porque os números apontam que a violência letal, quando tomada a partir de homicídios e mortes por AF, vem retroagindo nos últimos quinze anos. Claro que poderíamos tomar outros parâmetros. Claro que os números, apesar da queda são extremamente altos, quando tomamos por base, por exemplo, o Relatório *UNODC Intentional Homicides, counts and rates per 100.000*, ou nos damos conta das cifras dos países europeus. Porém, adotar o discurso de que o problema da segurança pública em Angra dos Reis, ou em outras cidades do interior fluminense, é um epifenômeno da instalação das UPPs é uma forma de eclipsar as responsabilidades que as municipalidades devem assumir, no novo contexto das políticas de segurança pública, preconizadas desde a Constituição de 1988.

Ordálio ou o desafio da construção de uma agenda de ações preventivas em segurança pública no âmbito municipal (Considerações Finais)

Nos últimos trinta anos, a sociedade brasileira vem acompanhando um crescimento vertiginoso dos níveis de criminalidade violenta. Fenômeno que a princípio se restringia às grandes metrópoles e que agora parece se disseminar, com vigor, por cidades do interior.

Ao longo desse processo, temos convivido com dois paradigmas de ação. Um deles se orientava pela crença de que só a solução dos problemas macroestruturais (redução da pobreza, distribuição mais equânime da riqueza, melhor qualidade do ensino, etc.) poderia se apresentar como saída eficaz ao problema.

O segundo, orientado pela lógica da redução das responsabilidades sociais do Estado e pela emergência de um sistema de controle e de repressão mais eficiente, inclinava-se ao uso dos recursos punitivos como solução (WACQUANT, 1999; GARLAND, 1999). Elege-se o sistema de justiça criminal e suas instituições como os recursos, eminentemente adequados, para a lide com os assuntos da violência e do crime. Clama-se por leis mais duras, mais policiais nas ruas e mais

prisões. O protagonismo recai sobre as Polícias Militares, responsáveis pela manutenção da ordem urbana, cuja presença no espaço público é mais marcante.

Paralelamente à difusão destes dois paradigmas, a Constituição Federal (CF) de 1988 amplia o raio de competência dos municípios no desenvolvimento de diversas políticas públicas no campo da saúde, educação, cultura e assistência que terminam por apresentar grande potencial no campo da prevenção (MESQUITA NETO, 2004).

É bem verdade que as ações de caráter preventivo, ao passo que precisam ser valorizadas em toda sua amplitude (profissionalização e qualificação das polícias, programas de atenção a juventude em áreas de risco, gestão da informação sobre ocorrências criminais, etc.), necessitam, urgentemente, de sistematização e acompanhamento do seu impacto em nível local. Donde temos:

“Muitos programas de prevenção do crime e da violência desenvolvidos na América do Norte e na Europa Ocidental começam a ser adotados no Brasil, conforme mostra o levantamento de programas em desenvolvimento no Brasil apresentado na seção 7 deste relatório. Entretanto, no Brasil, estes programas ainda têm alcance limitado e são desenvolvidos sem o esforço de monitoramento e avaliação existente nos Estados Unidos e, em menor escala, na Inglaterra. Como não é possível ter certeza de que programas eficazes na América do Norte e na Europa Ocidental são também eficazes no Brasil, é importante monitorar e avaliar os programas desenvolvidos neste país, e promover a pesquisa e desenvolvimento de programas de prevenção do crime e da violência adequados às necessidades e especificidades do Brasil”. (MESQUITA NETO, 2004, p. 231).

Destarte, ganha espaço o papel e a responsabilidade das administrações municipais nos assuntos de segurança e, talvez, recentemente, a aposta institucional (que ainda não apresentou resultados concretos em todas as regiões do país) em ações intersetoriais, envolvendo a Polícia Militar; polícia judiciária, guardas municipais e órgãos do executivo municipal (no contexto dos chamados Gabinetes de Gestão Integrada) seja expressão dessa tendência.

Voltando aos casos noticiados pela imprensa angrense, observamos que, no lugar de uma “invasão de criminosos evadidos de UPPs”, o que parece, de fato, ocorrer é uma combinação entre traficantes locais e outros vindos de fora, no intuito de atender necessidades estratégicas, definidas pelos comandos das facções criminosas. Tende-se a concluir que, os traficantes de fora não poderiam lograr êxito sem o apoio dos chamados “crias da comunidade”. É o que dá a entender uma leitura mais exaustiva das páginas policiais de *a Maré* e *A Cidade*. O registro correto a ser apontado não é que os “criminosos do Rio estariam invadindo Angra”, mas sim que, os jovens naturais de Angra estariam se envolvendo, mais frequentemente com o mundo do crime.

Estudos relativamente recentes, desenvolvidos em outras cidades do interior do estado do Rio de Janeiro, supostamente, também impactadas pelo crescimento de algumas modalidades

criminais, revelam que o sistema penitenciário, dada suas feições, contribuiria, fartamente, para que jovens que haviam praticados delitos pontuais e de menor gravidade (pequenos furtos, presos com quantidades irrisórias de drogas, etc.) terminem, durante o cárcere, se socializando com componentes das facções do tráfico. Uma vez em liberdade, o vínculo permanece e uma rede de reciprocidades entra em ação, capilarizando, no futuro, as ações dos traficantes da capital no interior. Corrêa et. al. (2012) nos ajuda(m) a compreender o processo:

“(...) essa divisão simbólica teria raízes na passagem dos criminosos locais (condenados por roubo e furto, principalmente) pelo sistema prisional da capital, onde é comum a “afiliação” a uma facção criminosa durante o período de cárcere, [j]ustificando a necessidade de construção de um presídio regional” (CORREA et al., 2012, p.42).

A antropóloga Alba Zaluar (2007) nos alerta que, em um contexto histórico de radicalização do consumo e de fragilização das instituições e das moralidades, os segmentos menos abastados – particularmente, os jovens pobres – estariam mais sujeitos à sedução de atividades criminosas, principalmente daquelas pautadas pela lógica do “crime-negócio”, tal como o tráfico de drogas, onde o dinheiro circula com facilidade e em grandes quantidades – ou, pelo menos em quantidades que atendem às expectativas dos “operadores da ponta”.

Diante do caso das cidades com rápido crescimento populacional combinado a fluxos migratórios motivados pelas oportunidades de emprego (onde o caso de Angra dos Reis se encaixaria, formidavelmente), a autora destaca a situação particular das gerações mais novas: os filhos e filhas desses migrantes que, encontrar-se-iam, (a) desapegados aos laços morais e tradicionais que motivaram seus pais e (b) expostos a desejos e expectativas produzidas no mundo globalizado e que não necessariamente podem ser saciadas com os recursos materiais disponíveis. Em certo sentido, os argumentos de Zaluar remontam cenários já descritos por outros autores da sociologia urbana como Foote Whyte (2005) (em sua análise sobre os jovens de *Little Italy*) e Richard Sennett (2012) com “Rico” (personagem pedal de *A Corrosão do Caráter*). Resume a autora:

“Tampouco a urbanização muito rápida, além de não garantir emprego para todos os migrantes e, depois, para os seus filhos, não permite que as práticas sociais urbanas da tolerância e civilidade sejam assimiladas entre os novos habitantes das cidades. Entretanto, por conta dos processos já mencionados de crise da autoridade e de difusão das novas identidades e estilos juvenis globais, rapidamente corrói os valores morais tradicionais, já não mais interiorizados pelas novas gerações da cidade” (ZALUAR, 2007, p. 535).

Seguindo as pistas dos estudos urbanos, Gilberto Velho (2004) propõe a noção de *projeto* para investigar não apenas o estilo de vida dos setores médios urbanos, mas para compreender como o individualismo e autonomia – inclusive a autonomia em relação às famílias de origem e a velhos preceitos morais – são elementos constitutivos do “estar no mundo” dos jovens desse estrato social.

Os resultados até o momento encontrados pela pesquisa, porém, não são animadores, no sentido de encontrarmos, recursos institucionais capazes, de forma, ampla e qualificada, a dar suporte social e emocional aos jovens angrenses vulneráveis, que por ventura se encontrem nessa espécie de “encruzilhada da contemporaneidade”: entre um mundo que fabrica desejos e necessidades, mas que, ao mesmo tempo, restringe, ferozmente, os recursos para satisfazê-los.

As conversas com operadores da rede de proteção social, fossem informais, fossem registradas como entrevistas, remetem a um conjunto de técnicos pressionados por uma demanda excessiva e recursos escassos. Não há projetos sociais claramente direcionados para os jovens criminalmente implicados e a rede (compreendida como malha cooperativa formada por órgãos governamentais da assistência social e entidades da sociedade civil, como ONGs, Igrejas e afins) apresenta-se bastante limitada. Para uma população de mais de 160.000 habitantes, conseguimos mapear apenas 12 instituições reconhecidas como parceiras da rede de proteção social, sendo três delas autarquias municipais.

A rotatividade dos operadores da rede de proteção é também um problema, tendo em vista que muitas famílias, principalmente aquelas em situação de vulnerabilidade extrema ou vítima de algum tipo de violência, demoram mais para estabelecer laços de confiança com os profissionais que trabalham no atendimento direto. Muitas vezes quando o laço é finalmente estabelecido, o profissional é remanejado ou trocado, por ser contratado em regime temporário.

As tentativas de inserção dos jovens vulneráveis no mercado de trabalho também não se apresentam muito promissoras. Quando são estabelecidas parcerias com empresas privadas, incluindo as do ramo *off-shore*, surge o problema da escolaridade mínima, pois é sabido que os jovens em situação de vulnerabilidade, não raro, não conseguem concluir seus estudos ou encontram-se defasados em relação à série escolar correta.

Por fim, a própria violência torna-se um empecilho às ações de atenção aos jovens em situação de risco (que sofrem violências, negligência ou têm seus direitos violados). É recorrente que, em função dos confrontos armados, o serviço de visitas domiciliares da assistência social precise ser suspenso ou remanejado.

São muitos elementos que evidenciam que há muito ser feito pela administração municipal no sentido de ampliar os recursos de atenção às comunidades que se encontram sob o jugo da violência armada.

Proponho, neste artigo, que uma das faces mais perversas da disseminação do que chamei anteriormente de “mito do efeito UPP” é a inércia do poder público em se empenhar em ações que terão que ser desenvolvidas e acompanhadas, localmente, uma vez que o dito “problema da violência”, longe de ser uma mazela “importada” da capital, faz parte, e pelo que tudo indica, há bastante tempo, da vida outrora tida como “edênica” da população angrense.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Antônio Izaías da Costa. Municípios e Topônimos Fluminenses: Histórico e Memória. Niterói. **Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, 1994.

BEATO, C. Políticas Públicas de Segurança e a Questão Policial. **São Paulo em Perspectiva**, 13(4), pp. 13-27, 1999.

BOURDIEU, P. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo (Coleção Estudos/20): **Perspectiva**, 2015.

CANO, I. ‘Os donos do morro’: Uma avaliação exploratório do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. 2012. Texto na Internet. Disponível em: <http://www.lav.uerj.br/docs/rel/2012/RelatUPP.pdf>

CORREA, R. et al. Diagnóstico de Segurança Pública de Itatiaia. Rio de Janeiro, **Imagem e Texto**, 2012.

GARLAND, David. As contradições da ‘sociedade punitiva: o caso britânico. **Revista de Sociologia Política**. n.13, pp.59-80. Curitiba, 1999.

GITAHY, L.; JESUS, C. Transformações na Indústria de Construção Naval Brasileira e seus Impactos no Mercado de Trabalho (1997-2007). Apresentação no Segundo Congresso Lusófono de Desenvolvimento Regional. Cabo Verde, 2010.

MACHADO, L. A. Afinal, qual é das UPPs? **Observatório das Favelas**. Disponível em: http://www.observatoriodasmotropoles.ufrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf

MAPA DA VIOLÊNCIA, 2015. São Paulo/Flasco, 2015.

MESQUITA NETO, P. Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil. In: **Arquitetura Institucional do Sistema Unico de Segurança Pública**. SENASP, 2004. RIO DE JANEIRO: TCE/FIRJAN, **Estudos Socioeconomicos dos Municípios Fluminenses**, 2015.

SENNETT, R. **A Corrosão do Caráter**. Rio de Janeiro, Best Bolso, 2012.

SOARES, Luiz E. Segurança Pública: presente e futuro. **Estudo Avançados** 20(56), pp. 91-105, 2006.

VELHO, G. **Individualismo e Cultura**. Rio de Janeiro, Zahar, 2004.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

WHYTE, W.F. **A Sociedade de Esquina**. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.

ZALUAR, A. Polícia e Juventude na Era da Globalização. In: BLANCO, C. e CARUSO, H. (Orgs). **Polícia e Sociedade**. Rio de Janeiro. Imagem e Texto, 2007.

Recebido em: Maio de 2018
Aprovado em: Julho de 2018

UMA ETNOGRAFIA DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE NITERÓI: formação, paradigmas e senso comum militarizado

Carlos Eduardo Pereira Viana¹

Resumo

O presente artigo versa sobre o processo de formação profissional da Guarda Civil Municipal de Niterói, no Rio de Janeiro, e lança um olhar sobre uma metodologia de ensino que se utiliza de diversas teorias na construção da identidade de seus agentes, a partir de abordagens que em determinados momentos se contrapõem totalmente, sendo identificadas representações militares provenientes do método de ensino e formação das academias militares do exército e da Polícia Militar. Desta forma, há o destaque de duas ideias de Guarda Civil Municipal. Uma formada a partir de conceitos institucionais civis, e outra ligada ao *modus operandis* de forças militares, transformando assim os agentes, ao fim de suas formações, em personagens que flutuam entre duas identidades que são manipuladas e ativadas a partir de suas moralidades e códigos de “bom senso” particulares.

Palavras-chave: Segurança Pública, Guarda Civil Municipal, Formação, Militarização

Abstract

This article aims to study the process of professional training of the Municipal Civil Guard of Niterói, Rio de Janeiro, and a look at a teaching methodology that uses several theories in the construction of the identity of its agents, based on approaches that in certain moments are completely opposed, and military representations from the method of teaching and training of the military academies of the army and the Military Police are identified. In this way, there are two ideas of Municipal Civil Guard. One formed from civil institutional concepts, and another linked to the *modus operandis* of military forces, thus transforming the agents, at the end of their formations, into characters that float between two identities that are manipulated and activated from their morals and codes of "good sense".

Keywords: Public Security, Municipal Civil Guard, Training, Militarization

¹ Mestrando em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia na Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF). Email: caduviana@live.com

Introdução

Nascido e criado no Rio de Janeiro até a adolescência, comecei a descobrir Niterói ao caminhar pelas suas ruas com os amigos que as experiências de vida agregaram à minha jornada, e através desse exercício semanal de conhecer a cidade melhor, já que estaria cada vez mais ligado a ela, fui me atentando cada vez mais a algumas práticas e rotinas estabelecidas no ordenamento da cidade, seja em sua zona central ou na zona mais semelhante do ideal socioeconômico da zona sul carioca. Este exercício de observar e absorver tudo ao meu redor já me encaminharia para a antropologia mesmo sem saber o que tal perspectiva representava.

Creio que o meu primeiro contato reflexivo com as questões de Segurança Pública tenha acontecido nesse processo de observar as curiosidades encontradas pelas ruas, seja no espanto diário de ser analisado por diversos policiais militares com seus fuzis ostentados para fora de suas viaturas, na involuntária presença em abordagens policiais no centro da cidade realizada por agentes da Guarda Civil Municipal (GCM) para a apreensão de produtos que os camelôs estavam a vender, na leitura de textos sensacionalistas no jornal sobre a “guerra” que se iniciara ou no contato com colegas que faziam parte de alguma das instituições que compõem a segurança pública do município ou estado.

Foi a partir do contato com um desses colegas, mais especificamente um agente da GCM de Niterói, que comecei a refletir de forma um pouco mais crítica sobre as questões que presenciava diariamente ao caminhar pela cidade, tais como: a minha naturalização de uma postura agressiva dos policiais militares, a violência dos agentes da GCM nas batidas e a sensação de insegurança reforçada pelos jornais para o desenvolvimento de um senso comum positivo ao empenho na dita “guerra” como sendo esta talvez a única saída para a resolução do “problema”.

Estas questões, juntamente com uma análise mais crítica do que a observação do cotidiano realizada por um morador da cidade, se interligaram ao meu ingresso na Universidade Federal Fluminense no curso de Ciências Sociais, e assim se mantiveram por alguns períodos até a minha entrada no Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (InEAC-UFF) e no contato com a minha desde então orientadora Lucía Eilbaum e os colegas de pesquisa. De forma praticamente concomitante à minha entrada no grupo, algumas situações interessantes aconteceram. A mais determinante foi o contato com um antigo professor de artes marciais que era ex-policia militar e que se encontrava na GCM de Niterói há pelos menos uma década.

Este contato me era marcante por ter relação com uma considerável quantidade de relatos feitos por este colega durante os anos em que tivemos um maior ritmo de encontros, tendo inclusive um destes relatos sendo um dos primeiros e mais importantes para as conexões que vim a estabelecer entre os paradigmas civis e militares encontrados dentro da instituição. Ele discordara de determinadas ordens do comando da Guarda, e expôs tais discordâncias. A principal delas era a de que havia dentro da Guarda um costume de se prestar continência para o Comandante Geral da Guarda, que era um policial militar da reserva. Tal ação era algo extremamente irregular já que o regimento da Guarda não previa tal sinal simbólico que é, de fato, ligado a representações militares e não às instituições civis do Estado. Porém já era algo praticamente consolidado informalmente na estrutura da instituição à época de tal comandante, já que era fácil encontrar policiais militares da reserva e ex-policiais militares desenvolvendo atividades como agentes da Guarda. A partir desta reclamação ele se tornou uma pessoa não muito bem-vista pelos comandantes, pois “questionou ordens que não deveriam ser questionadas”, segundo explicação exposta por ele em uma entrevista já no processo de elaboração desta pesquisa.

Como o fato de um comentário contrário ao estabelecido na prática irregular pelo comando não possuir, e até hoje não possui, nenhuma base para punição, a saída encontrada pelos comandantes foi a de arquitetar uma punição através de algum regimento. A norma que utilizaram para isso foi o mau uso do fardamento e a sua falta de higiene. Após 5 dias sem poder trabalhar e com corte em seus recebimentos, ele voltou ao serviço e continuou ao longo daquela gestão sendo alvo de seletivas aleatoriedades do comando.

Seguindo este e mais uma série de relatos, me interessei por estudar e buscar compreender como tal processo de hierarquia e comando se construía dentro da GCM de Niterói, interessado em visualizar as questões vinculadas às práticas formais e informais estabelecidas dentro da rotina dos agentes e de que forma estes seguiriam um modo de operação que de forma regimentar deveria estar ligado a um paradigma civil, mas que encontrava na realidade um conjunto de práticas, ritos e normas ligados a um paradigma militar.

O campo de pesquisa e o Curso de Formação Profissional

Enquanto me preparava com a leitura acumulada sobre segurança pública e alguns trabalhos sobre as Guardas Municipais como a coletânea de Miranda, Azevedo e Rocha (2014) sobre saberes e práticas destas instituições, e o livro produto de uma pesquisa com a

GCM de Niterói realizada por Mello (2011), tive a coincidência do InEAC estabelecer uma parceria com a Prefeitura de Niterói para a elaboração, organização e aplicação de um curso de formação profissional para os agentes da Guarda que seriam integrados ao quadro de servidores municipais após a realização de um concurso público que selecionaria 300 novos agentes.

A partir de meu interesse na pesquisa e no campo, fui convidado pela professora Vivian Paes, até então coordenadora do curso, para participar como monitor das atividades. Assim, pude ali começar a minha trajetória de pesquisa dentro da Guarda Civil Municipal de Niterói. Compartilhei dessa experiência com alguns colegas do curso de Segurança Pública, em uma experiência de troca de conhecimento importante para a nossa formação. O primeiro contato se deu no mês de novembro de 2014 quando tive a oportunidade de participar de um dos primeiros grupos focais realizados para ajudar a construir o currículo do curso.

A função de monitoria demandava basicamente a minha presença em dois horários distintos de acordo com uma escala acordada em conjunto com os outros monitores. Esta escala influenciou o início das minhas atividades de pesquisa exatamente por aliar uma função assumida enquanto parte da organização do curso que como consequência me proporcionaria um acompanhamento regular durante toda a sua aplicação. Sendo assim, variadas situações etnográficas presenciadas e relatadas foram resultados deste acompanhamento semanal onde presenciava todos os tipos de abordagens temáticas da formação dos agentes, desde incontáveis sessões de treinamento da ordem unida até aulas críticas sobre o conceito de segurança comunitária.

Assumi como método um acompanhamento que se realizava nestas duas escalas durante a semana e que variavelmente se associava a mais uma presença em campo para o acompanhamento de mais alguma atividade que poderia levantar questões, debates e situações interessantes etnograficamente de acordo com a temática das aulas da semana. Como, por exemplo, em uma semana onde deveria estar presente enquanto monitor em uma sessão de Ordem Unida na segunda-feira pela manhã e em uma aula de Legislação Eleitoral na quarta-feira pela parte da tarde, mas que teria uma aula sobre Políticas Públicas de prevenção e redução de riscos do uso de substâncias legais e ilegais na sexta-feira pela manhã.

Dessa forma, passei a ser inserido na organização e assim pude desenvolver a pesquisa e realizar trabalho de campo observando a rotina dos alunos no Curso. Este curso ganhou dois nomes, um mais usado pelo lado da organização da UFF, que seria o Curso de Capacitação em Políticas Públicas de Segurança Pública, Social e Municipal para a Guarda Civil Municipal de

Niterói/RJ, e outro mais usado pelo lado da organização da Guarda e da Prefeitura, chamado Curso de Formação Profissional (CFP).

O curso tomou como base a última edição organizada em parceria entre o Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal Fluminense (NUFEP/UFF) representando a Universidade e a Prefeitura do Município de Niterói, realizado nos anos de 2002 e 2003. Curso este que serviu como base para que o Ministério da Justiça e a Secretária Nacional de Segurança Pública (SENASP) desenvolvessem uma matriz curricular nacional voltada para a formação das Guardas Municipais, destacando assim a sua importância e o seu pioneirismo no tratamento do assunto.

As aulas eram ministradas pelos pesquisadores do InEAC/UFF, professores convidados de outras universidades, guardas municipais e funcionários ligados à Prefeitura de Niterói. A metodologia proposta pelo InEAC/UFF consistia na mediação das discussões pelo professor, por meio de raciocínio teórico e prático, algo comum no meio acadêmico, ministrando aulas expositivas com o objetivo de se obter a participação dos guardas municipais sobre as diversas possibilidades de intervenção nas situações cotidianas.

Além da coordenação e dos professores, a equipe do InEAC/UFF ainda era composta por monitores, atividade que desenvolvi por um determinado período de tempo durante o curso, que auxiliavam na aplicação de trabalhos, acompanhavam a rotina de aulas a fim de auxiliar os professores e, por fim, desenvolveriam um relatório sobre toda a sua experiência no curso.

A equipe do InEAC/UFF elaborou uma grade curricular baseada na Matriz Curricular Nacional para a Formação em Segurança Pública, conforme estabelecido pela SENASP para o curso de formação.

Desta forma, as três turmas previstas para o Curso de Formação Profissional seriam orientadas e seguiriam uma escala de 40 horas semanais, de segunda a sexta-feira, com aulas das 8 às 12 horas, seguidas por uma pausa para o almoço, e uma segunda sessão de aulas das 13 às 17 horas.

De forma a sistematizar alguns dados, neste artigo me concentrarei na presença de algumas representações militares que reforçam o entendimento sobre o processo de militarização da segurança pública em uma cadeia informal de práticas que são passadas diariamente no ambiente da Guarda.

Representações Militarizadas

O processo da militarização na instituição se dá, notoriamente na interlocução com os agentes e o dia-a-dia da instituição, através da forte influência exercida pelos cargos de comando da Guarda, que historicamente (pelo menos em Niterói) são cargos ocupados por militares oriundos da Polícia Militar. No período em que este trabalho foi desenvolvido, o Secretário de Ordem Pública de Niterói era o Coronel Marcus Jardim, que após a sua morte em decorrência de um câncer, foi substituído por outro Coronel da Polícia Militar, o Coronel Gilson Chagas. Esta reposição reforçou a preferência histórica da Prefeitura de Niterói por um comando militar na instituição, assim como demonstrado por Veríssimo (2009) na Guarda Municipal do Rio de Janeiro em sua Dissertação de Mestrado, onde também foi notado por ele o histórico militar do comando da instituição e as influências que esta prática gerou nas relações de poder internas da Guarda.

Esta preferência por um comando militar através dos anos influenciou direta e indiretamente na postura e na atuação dos agentes, através de práticas informais e até mesmo algumas que foram se formalizando com o passar dos anos dentro da instituição, como na a prática de prestar continência citada acima.

O interessante dessa experiência é notar que os guardas mais antigos sentiram esta transformação informalizada na estrutura da Guarda e, conseqüentemente, do que significa ser um guarda e todas as questões relacionadas ao seu *ethos*. Por vezes, ouvi de guardas mais antigos que eles discordavam do comando, pois pensavam estar em uma corporação militar, mas que não, visto que aquela era uma instituição civil onde não haveria espaço para tais conceitos.

O problema deste argumento usado por estes guardas antigos não é a teoria, mas a prática. A prolongada presença de militares à frente dos órgãos policiais no Brasil e o treinamento de sucessivas gerações de policiais em academias e escolas de polícia onde foram submetidos a currículos e metodologias que se inclinavam a perpassar e potencializar a doutrina militar, como destacado por Jorge da Silva (1996) em seu artigo sobre a militarização da segurança pública e a reforma da polícia, evidencia como a Polícia Militar mantém uma lógica de enfrentamento digna das maiores guerras pelo mundo, e ainda como esse discurso, através dos anos, foi fortalecido não apenas dentro das próprias academias de polícia, mas também na sociedade em geral por meio da imprensa, por exemplo.

Cito tal explanação para fazer o paralelo com a lógica encontrada por mim na Guarda, no âmbito do CFP, onde os professores da UFF esboçaram a tentativa de romper com a

perpetuação desta doutrina militar a partir de suas aulas, as quais visavam um debate crítico sobre as práticas das forças de segurança pública de vários lugares do planeta, possuindo como método de análise uma perspectiva comparada, para assim refletir sobre a realidade encontrada na Guarda. Foi notável que tal tentativa não foi de agrado unânime entre os guardas, e isto era facilmente percebido em seus discursos, conversas e questões feitas para os professores em inúmeras tentativas de provocação e estabelecimento de uma divisão entre teoria e prática. Ainda que alguns se manifestassem a favor de uma nova lógica, de um rompimento com a prática de “guerra” e combate, a maioria ainda investira em um pensamento disposto ao enfrentamento, como nestas passagens retiradas de um trabalho feito em sala de aula pelos guardas onde eles deveriam responder a seguinte questão: “Levando em consideração o tratamento desigual destinado pelo Estado aos cidadãos, discorra sobre o papel das instituições de segurança pública e social na administração de conflitos e na universalização de direitos e de acesso à justiça.”

Seguem as respostas de 4 guardas divididos em duas duplas. A primeira dupla respondeu assim:

“Entendo que o tratamento diferenciado em uma favela localizada na zona sul do Rio de Janeiro, deva ser diferente ao tratamento realizado no morro do alemão. Isso não seria uma discriminação, mas sim tratar os desiguais como desiguais na medida de suas desigualdades.

Os policiais realizam apreensões todos os dias de drogas, armamentos e pessoas, mas as leis e o próprio judiciário fazem com que todo esse trabalho seja praticamente nulo pelo fato de os policiais cumprirem o que está na lei e os juízes concederem regalias e privilégios aos criminosos.

Um bom exemplo, temos as pessoas que fazem o uso de entorpecentes e a própria lei e uma parcela da sociedade como a UFF, acham que esses usuários são inocentes ou doentes e não criminosos” - lógica militar da guerra as drogas. “São vocês que financiam essa merda!”

Por isso argumento que a própria sociedade não deseja mudanças e tudo isso devido ao fato de que a mesma não está disposta a deixar de comprar drogas ou desejar tratamento de criminoso para quem comete crime. É preciso parar com essa hipocrisia de achar que um usuário de entorpecente é somente um doente como também um cleptomaniaco são doenças aceitáveis.

Criminoso tem que ser tratado como tal e as pessoas devem deixar as policiais fazerem o papel legal dela”.

A segunda dupla respondeu da seguinte maneira:

“Entendemos ser de suma importância o papel das instituições de segurança pública para um convívio pacífico e tranquilo no que diz respeito aos cidadãos do bem.

Entretanto para que consigamos chegar nesse ponto é imprescindível que haja um

confronto direto e árduo com aqueles que estão à margem da lei, ainda que para isso afete pessoas do bem.

Tais confrontos acontecem diariamente com diferentes órgãos de segurança pública como forma de alcançar a paz social. Nós como guardas civis municipais de Niterói também somos parte deste confronto e assim continuaremos até que a paz reine em nosso município”.

Tais discursos feitos em sala de aula demonstram como até mesmo os guardas que chegaram recentemente à instituição percebem a conjuntura atual da Segurança Pública brasileira, especificamente a carioca. E corroboram para a análise de que a doutrina militar não se resume apenas aos policiais, e sim que esta doutrina está disseminada na sociedade, pois tais guardas acabaram de ingressar como agentes de segurança pública, trazendo consigo ainda de forma majoritária as percepções adquiridas como um cidadão e não como um agente.

Este foi apenas um dos momentos em que foi percebido o conflito presente na tentativa da ruptura com tal doutrina, empreendida por parte dos professores da UFF. Um segundo momento muito emblemático, foi quando ocorreram as reservas de datas para aulas restritas aos guardas, onde nem mesmo os monitores, professores ou pesquisadores – que seria o meu caso – poderiam estar presentes. Tal fato aconteceu, talvez por coincidência, ou não, após diversas aulas marcadas com uma postura mais questionadora e que tiveram boa aceitação por parte dos guardas novos.

Mas o mais curioso ainda estaria por vir. Foi quando algumas aulas que seriam ministradas pela UFF foram canceladas por motivos diversos e em seus lugares foram postas aulas de ordem unida, nas quais os guardas treinaram por horas seguidas as diversas formações que estariam presentes na cerimônia de formatura, fato que, para o comando da Guarda, justificaria tais aulas.

Meu maior estranhamento diante destas aulas se deu por conta do *timing*; exatamente após discussões ácidas como a que gerou um debate acalorado sobre a proposta de redução da maioria penal, onde a turma se dividiu em discursos permeados por moralidades individuais que apareceram tanto nas falas contrárias, quanto nas favoráveis, e propostas que foram bem absorvidas por parte dos alunos para com os professores, o que até então tinha acontecido em raros momentos. O que pude entender pelo fato em si e por conversas informais com os guardas, foi que o próprio comando da guarda estava analisando as aulas como algo que poderia influenciar no pensamento dos guardas de tal forma que problemas poderiam surgir através da formação destes como questionadores da lógica imposta.

Conclusões

Visualizo como uma questão importante o fato desse trabalho levantar dois lados de uma instituição e seus agentes. De um lado, a presença de elementos militarizados como o prestar continência, a farda, a ordem unida, músicas herdadas das forças armadas, treinamentos, etc. E do outro lado, um movimento que desperta a possibilidade de uma reflexão acerca da questão do militarismo que possa, eventualmente, alterar, ou pelo menos, refletir sobre o quadro atual.

Vimos esta pré-disposição nos ambientes onde houve a troca de opiniões e debates dentro da sala de aula, nos questionamentos feitos por parte dos guardas novos aos mais antigos, nas questões de hierarquia e comando, e em outros momentos.

O que percebo é a presença do que chamo de senso comum militarizado, onde a opção pelo militarismo se encaixa perfeitamente no atendimento de uma maneira mais óbvia e fácil a um Estado que entende a Segurança Pública como um ambiente de “guerra”.

Adotando a ideia de um senso comum militarizado, podemos entender que a grande barreira que se constrói dentro da lógica de segurança pública é, também, uma consequência da própria sociedade, pois é esperado por uma parcela da sociedade um determinado tipo de conduta por parte das forças de segurança, tendo como anseio que sua visão de que “bandido bom é bandido morto” seja atendida. Devemos compreender esse processo de militarização da segurança pública como algo que passa por várias áreas de estudo, com lógicas de combate e com o uso dos termos “guerra” e “luta” como algo bastante presente, como na “guerra ao tráfico” que o Estado do Rio de Janeiro diz praticar há mais duas décadas.

Sendo assim, os agentes, neste caso, são duplamente protagonistas. Primeiro como moradores de favelas e parte da classe baixa, que sofrem com as intervenções violentas do Estado e com a presença do tráfico de drogas e das milícias. Em segundo, a partir de certo momento, como protagonistas destas intervenções só que desta vez fardados, subindo o morro com seus fuzis, táticas de guerra e preparados para matar. E é neste momento em que presenciemos a lógica do “pobre matando pobre” de maneira institucionalizada dentro da política pública do Estado.

Referências bibliográficas

A SENASP. **Competências e criação da SENASP**. Disponível em: <<http://justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/senasp-1/a-senasp>>. Acesso em: 23 de Março de 2016.

BRASIL. LEI Nº 13.022, DE 8 DE AGOSTO DE 2014. **Estatuto Geral das Guardas Municipais**. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13022.htm Página acessada em 16/09/2015.

BRASIL. Ministério da Justiça/ Secretaria Nacional de Segurança Pública/ SENASP. **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública** / Brasília, 2003.

DA SILVA, Jorge. Militarização da segurança pública e a reforma da polícia: um depoimento. In: BUSTAMANTE, Ricardo et SODRÉ, Paulo César (Coordenadores). Rio de Janeiro: **Ensaio jurídicos** - O Direito em Revista. Instituto Brasileiro de Atualização Jurídica (IBAJ), 1996, pp. 497 – 519.

LIMA, Roberto Kant de. **Polícia da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 1995

MELLO, K. S. S. **Cidade e Conflito: guardas municipais e camelôs**. 1. ed. Niterói: EDUFF, 2011. 211p.

MIRANDA, A. P. M. (Org.); AZEVEDO, J. S. (Org.); ROCHA, T. M. A. (Org.) **Políticas públicas de segurança municipal – Guardas Municipais: saberes e práticas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

VERÍSSIMO, Marcos. **“DE SOL A SOL”, em luta por um lugar ao sol: A Guarda Municipal do Rio de Janeiro e os ritos, conflitos e estratégias do espaço público carioca**. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

VIANA, Carlos Eduardo Pereira. - **"Aqui não tem Guardinha! Aqui tem Guarda Municipal!"**: Uma etnografia da Guarda Civil Municipal de Niterói através do Curso de Formação Profissional. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal Fluminense. 68 f. ; il.

Recebido em: Abril de 2018
Aprovado em: Julho de 2018

ENTRE A CARIDADE, A DIVERSÃO E O MEDO: o dia de Cosme e Damião em uma vila do subúrbio carioca

Lucas Bártolo¹

Resumo

Na cidade do Rio de Janeiro, a cada 27 de setembro, os santos Cosme e Damião são festejados, especialmente por devotos católicos e adeptos de religiões afro-brasileiras, com a distribuição de doces e brinquedos a milhares de crianças que saem às ruas nesse dia em busca das prendas. Neste artigo, apresento uma etnografia do dia 27 de setembro no Bairrinho, uma vila do subúrbio carioca onde vigoram fortes laços de parentesco e vizinhança; e há grande preocupação com a segurança, entendida a partir das relações com o mundo externo. Atentando ao caráter extraordinário desse dia, o qual reconfigura as dinâmicas sócio-espaciais da vila e promove a relação entre moradores e gente de fora, veremos como a festa de Cosme e Damião se realiza entre a caridade, a diversão e o medo.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; Cosme e Damião; Sociabilidade; Casa; Rua.

Abstract

In the city of Rio de Janeiro, every September 27, Saints Cosmas and Damian, are celebrated, especially by devout Catholics and adherents of Afro-Brazilian religions, with the distribution of candies and toys to thousands of children who take the streets that day in search of gifts. In this article, I present an ethnography of September 27 in Bairrinho, a village in the suburbs of Rio de Janeiro, where strong ties of kinship and neighborhood are in place with great concern for security, which can be understood from relations with the outside world. Attempting to the extraordinary character of that day, which reconfigures the socio-spatial dynamics of the village and promotes the relationship between residents and outsiders, we will see how the feast of saints Cosmas and Damian occurs between charity, amusement and fear.

Key Words: Rio de Janeiro; Cosmas and Damian; Sociability; House; Street.

¹ Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ, onde atualmente cursa o doutorado. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2015). É membro do GPAD - Grupo de Pesquisa em Antropologia da Devoção e do Ludens - Laboratório de Antropologia do Lúdico e do Sagrado, ambos do PPGAS/MN/UFRJ.

Introdução

No Rio de Janeiro, a devoção aos santos Cosme e Damião tem a sua principal expressão na festa do dia 27 de setembro². Nesta data, milhares de crianças percorrem as ruas e bairros do Rio e Grande Rio em busca dos doces e brinquedos distribuídos em homenagem aos santos, principalmente por adeptos do catolicismo e das religiões afro-brasileiras. As crianças *correm atrás de doce*³ em grupos constituídos por vizinhos, colegas de escola e/ou parentes; e podem estar sob a supervisão de pelo menos um adulto ou adolescente mais velho que os acompanham. Os grupos transitam por ruas, praças, casas, vilas, igrejas católicas, terreiros de umbanda e candomblé, entre outros espaços nos quais a data é festejada. Nesse deslocamento, as crianças percorrem áreas da cidade que não frequentam rotineiramente, classificando os lugares como *fortes* ou *fracos* a partir da quantidade de saquinhos e da qualidade dos doces que conseguem pegar (MENEZES, 2013).

Este artigo tem por objetivo apresentar a festa dos santos Cosme e Damião⁴ em uma vila do bairro de Vista Alegre, subúrbio do Rio de Janeiro. Para tanto, nos debruçaremos sobre o material etnográfico produzido durante o trabalho de campo que realizei em 27 de setembro de 2013⁵, enquanto membro do projeto Doces Santos⁶. Inicialmente, apresentarei o Bairrinho, uma vila onde vigoram fortes laços de parentesco e vizinhança; e há uma constante preocupação com a segurança, entendida a partir das relações com o mundo externo – a *rua* –, mediadas pelas categorias *morador* e *gente de fora*, fundamentais para compreensão da festa naquele

² Originalmente estabelecida pelo calendário litúrgico católico – que depois alterou o dia dos santos para 26 de setembro –, a data permanece consagrada na tradição popular como o dia de Cosme e Damião.

³ Ao longo do texto, os grifos em itálico, além de apontar os vocábulos estrangeiros, ressaltam as categorias próprias do universo pesquisado.

⁴ Sobre o culto e festividades aos santos, ver: AUTOR, 2018; Carvalho, 1928; Cascudo, 1999; Frade, 1978; Freitas, 2015; Landes, 2002; Lima, 2004; Lopes, 2012; Menezes, 2016.

⁵ Embora as primeiras reflexões acerca desse material tenham sido expostas em comunicação oral durante a Jornada de Iniciação Científica da UFRJ em 2014, o presente trabalho desdobra as questões apontadas naquele momento a partir de ferramentas analíticas adquiridas e exercitadas em meu mestrado, especialmente na Oficina de Pesquisa em Antropologia, ministrada pelos professores Moacir Palmeira e Renata Menezes, minha orientadora, no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Agradeço às colegas Morenas Freitas, Débora Simões e Livia Reis pelas ricas discussões ao longo da oficina, durante o primeiro semestre de 2016.

⁶ Trata-se de uma pesquisa coletiva sobre a devoção em torno dos santos Cosme e Damião no Rio de Janeiro com foco nas dimensões da reciprocidade, das relações interreligiosas e dos fluxos urbanos articulados pela celebração dos santos gêmeos (MENEZES, 2013). O projeto é coordenado pela professora Renata de Castro Menezes e desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa em Antropologia da Devoção (Museu Nacional/UFRJ), sob o financiamento da FAPERJ. Cerca de vinte pesquisadores de diferentes níveis de formação colaboraram ao longo dessa pesquisa, que possui uma equipe permanente formada pela coordenadora Renata Menezes, por Morena Freitas (Doutoranda PPGAS/MN/UFRJ) e por mim.

lugar. Para melhor compreender a relação que se dá entre a vila e a *rua*, utilizaremos como instrumento analítico as formulações de Roberto Da Matta (1997a) sobre o binômio casa/rua.

Veremos que no Bairrinho há um temor muito grande por parte de seus moradores quanto à presença de desconhecidos vindos da rua, trazendo consigo todos os perigos que lhes são atribuídos. No dia de Cosme e Damião, quando a rotina da vila é quebrada e essas pessoas desconhecidas vão até o Bairrinho em buscas dos doces que são distribuídos em homenagem aos santos, as relações evitadas ao longo do ano se evidenciam. E a festa entre *moradores* e *gente de fora* transita entre a caridade, a diversão e o medo. Assim, após expor como se configuraram as práticas ao longo desse dia na vila, nos debruçaremos sobre aquelas três dimensões que constituem a festa de Cosme e Damião nesse lugar. Por fim, pretendo refletir sobre a minha dupla posição, a de *morador* e pesquisador, pontuando as influências que essa ambiguidade teve durante a realização deste trabalho.

Bairrinho

Considerado por nossos interlocutores um local forte da festa de Cosme e Damião, o bairro de Vista Alegre, no subúrbio carioca, integra o trajeto de muitos grupos de crianças que *correm atrás de doce*, oriundos de áreas diversas da região metropolitana do Rio de Janeiro. Não é sem razão que os bolsistas de ensino médio, que integravam o projeto conosco e foram a campo no bairro da Pavuna, terminaram a jornada em Vista Alegre após seguir o movimento de alguns grupos naquele dia. No mapa abaixo, vemos ao centro a delimitação da área de Vista Alegre, enquanto as linhas vermelhas indicam os bairros vizinhos de onde partiram as crianças que encontrei em campo⁷. O mapa evidencia a relevância de Vista Alegre no circuito da festa, quando o bairro recebe, ao longo do dia, grupos vindos de diferentes locais do subúrbio em busca dos saquinhos distribuídos por lá⁸.

⁷ No âmbito do projeto Doces Santos, entre outras áreas da cidade, realizamos trabalho de campo em parte dos bairros indicados no mapa, como Pavuna, Irajá, Colégio, Brás de Pina, Vila da Penha e Penha.

⁸ Com base em dados do Instituto Pereira Passos e da Fundação Getúlio Vargas, Freitas (2015) aponta uma clivagem econômica entre Vista Alegre e o entorno, uma vez que seus moradores pertencem às classes C e D, enquanto os residentes de bairros vizinhos flutuam entre as classes D e E. Freitas (Ibid, p. 59) ainda sugere que o protagonismo do bairro na realização da festa está relacionado a essa clivagem, uma vez que “os moradores dos bairros vizinhos vão até Vista Alegre e, mais precisamente, atravessam as cancelas do Bairrinho, porque lá os moradores [segundo uma criança ouvida na pesquisa] são ‘ricos, que dão saquinhos bons’”.

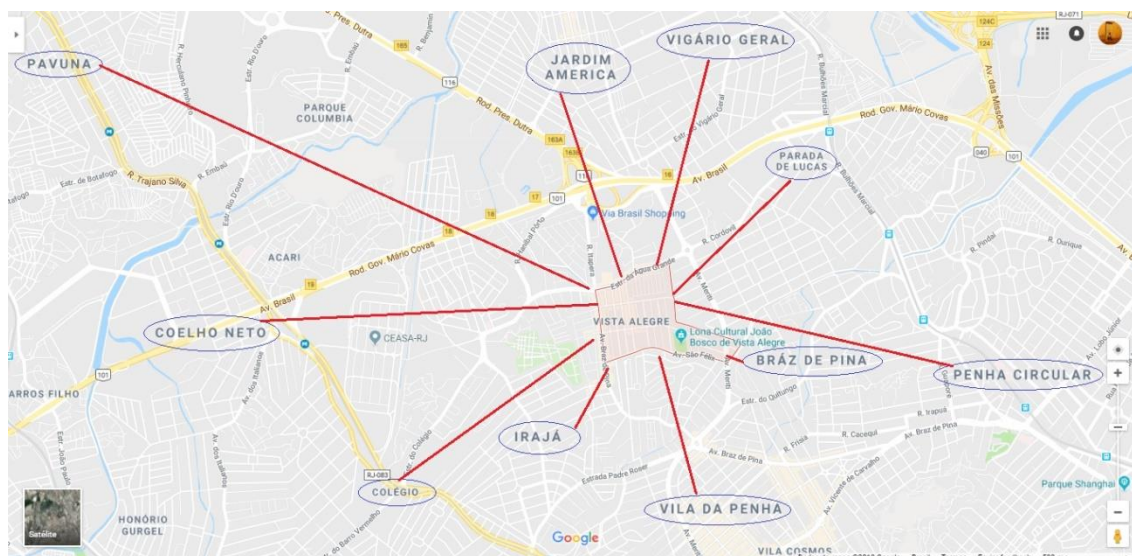


Fig 1: Área de Vista Alegre, localidade popularmente conhecida como *Bairrinho*.
Fonte: Google Maps, 2018.

O bairro⁹ teve sua origem na década de 1950 a partir de um empreendimento imobiliário de 400 casas, originalmente chamado de Jardim Vista Alegre, onde minha família reside desde sua criação. Na medida em que o bairro se expandiu, o local passou a ser popularmente conhecido como Bairrinho, sendo constantemente referido pelos moradores da região enquanto um condomínio, embora juridicamente seja reconhecido apenas como uma vila, sob os cuidados de uma associação de moradores, a AMOVILA. Como ilustrado no croqui abaixo, o Bairrinho consiste em três vilas integradas, constituídas por quatrocentas casas, onze ruas, cinco praças e uma quadra de esportes, além de uma sede da associação. Cada uma das três entradas do Bairrinho, todas com portão de ferro e cancela, é vigiada 24 horas por câmeras e porteiros.

Os porteiros são chamados de *seguranças* e sua função, em suma, é monitorar a entrada e saída de pessoas. Ao invés de fardas e armas, vestem-se com uniforme e pranchetas, nas quais registram os veículos que chegam ao Bairrinho. A suspensão dos serviços da portaria, uma ameaça constante por causa da inadimplência dos residentes às taxas cobradas pela associação, levaria à abertura dos portões, rompendo com as barreiras físicas que separam a vila e o mundo externo, expondo-a aos problemas e perigos que caracterizam o lado de fora.

⁹ Vista Alegre pode ser considerado um bairro pequeno tanto por sua área de 51,52 hectares quanto por ter apenas 8.662 mil habitantes, dados que contrastam com os de Irajá, bairro ao qual pertencia oficialmente até a década de 1980, que possui 747,78 hectares de área e 96.382 mil habitantes. Fonte: <http://populacao.net.br/> e <http://www.bairrovistaalegrerj.xpg.com.br/>, acesso em abril, 2018.

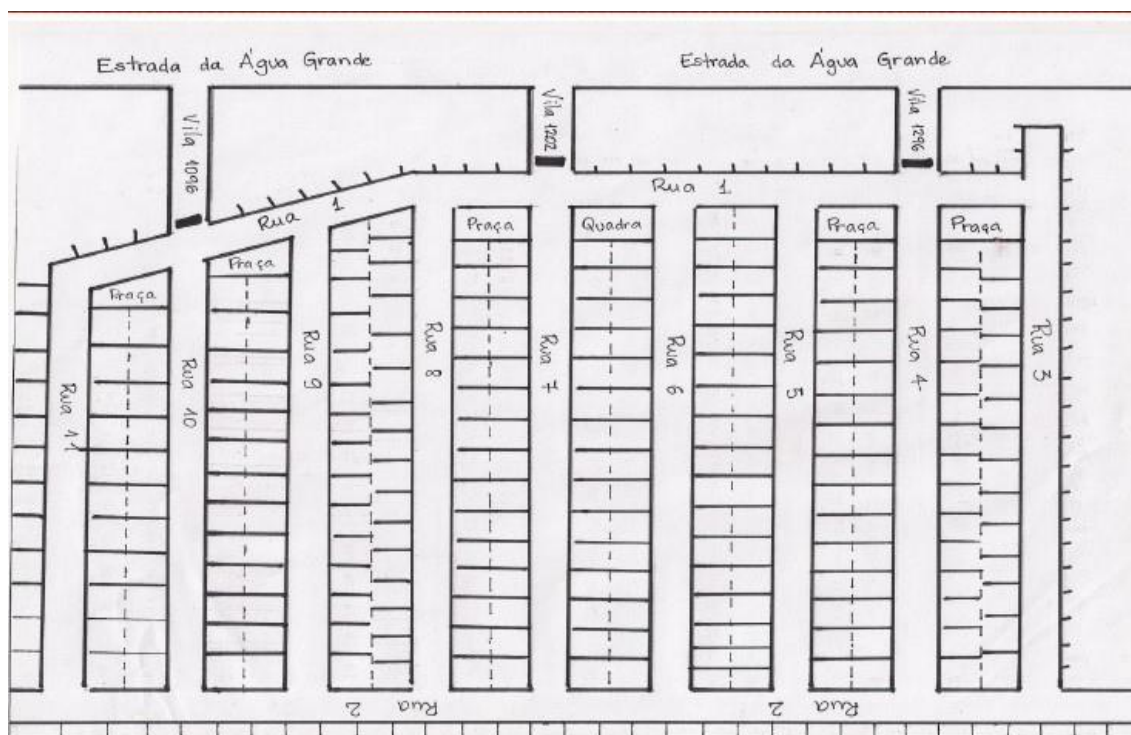


Fig 2: Croqui do Bairrinho.

Fonte: Morena Freitas, 2015.

Tal segurança é bastante prezada pelos que lá residem, sendo um dos fatores pelos quais a vila é considerada por eles um dos poucos lugares ainda habitáveis na cidade, portadora de uma realidade diferente da que se vê no lado de fora, como ouvi de alguns interlocutores durante a pesquisa. Essas ideias correspondem ao que nos mostrou Dionísio (2011) em trabalho sobre o sentimento topofílico – ou a afetividade que um indivíduo tem por um lugar – no mesmo Bairrinho. Atenta às relações sociais, aos aspectos imateriais e às diferenciações espaciais que atuam na afetividade das pessoas com o lugar em que vivem, a autora destaca a tranquilidade e o ambiente familiar como elementos fundamentais citados pelos moradores. Segundo Dionísio, a própria morfologia da vila favorece a construção de elos afetivos entre os moradores, que destacam também a sensação de segurança como fator unânime na escolha por residir no Bairrinho.

Enquanto esferas de sentidos, valores e moralidades, o *Bairrinho* e a *rua* parecem se adequar às formulações de Roberto Da Matta (1997a) sobre o binarismo casa/rua, códigos que

organizariam a vida urbana brasileira¹⁰. Na casa, não há indivíduos, todos são pessoas e “se relacionam entre si por meio de laços de sangue, idade, sexo e vínculos de hospitalidade e simpatia” (MATTA, 1997a, p. 49); por outro lado, a rua é um espaço perigoso e marcado pela impessoalidade, “propício a desgraças e roubos, local onde as pessoas podem ser confundidas com indigentes e tomadas pelo que não são” (Ibid, p. 54)

Contudo, não lanço mão desses termos binários como conceitos explicativos, mas como instrumentos analíticos, na medida em que nos permitam acessar a dinâmica das relações sociais estabelecidas em determinados espaços; portanto, não tomarei essas categorias enquanto distinções absolutas. Matta (Ibid, p. 51) já havia chamado atenção para os espaços arruados da casa e os espaços de moradia da rua. E, como Mello e Vogel (1983) nos mostraram, há uma gradação nessa oposição, de modo que a dicotomia se reproduz em diferentes escalas, tanto no próprio espaço da casa, quanto no espaço da rua. Para esses autores, são as atividades praticadas nesse espaço que produzem os valores que são caros à comunidade e “os significados que determinados suportes materiais (esquinas, calçadas, soleiras etc.) assumem são o resultado de sua conjugação com certas atividades” (Ibid, p. 73). No Bairrinho, por exemplo, é comum que em ocasiões festivas o espaço fechado da vila ganhe delimitações ainda mais restritas, pois grupos de familiares e vizinhos fecham algumas ruas internas e praças para realizar suas festas. Em dias de calor, alguns moradores se reúnem em conversas de fim de tarde, dispondo em suas calçadas cadeiras que trazem de casa. À noite, no entanto, as ruas internas vazias e pouco iluminadas parecem permeadas pelo caráter arruado que ameaça o clima de domesticidade.

Nesse sentido, embora sejam importantes na circunscrição física do espaço, as portarias sob os cuidados dos porteiros não são as únicas responsáveis pela sensação de segurança dos moradores, pois não é apenas a demarcação física que instaura nas onze ruas da vila um universo majoritariamente codificado pelo mundo doméstico. Apenas pelas grades, ao invés da familiaridade e amizade, poderiam prevalecer o individualismo e a impessoalidade. Esse papel

¹⁰ Embora as definições de Matta sobre esse binômio tenham sido ferramentas importantes para compreendermos as categorias que encontramos em campo, reconheço que são carregadas de uma moralidade excessivamente burguesa. A exemplo de outras formas de conceber essa relação, o trabalho de Velloso (1990), sobre espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro do início do séc. XX, nos mostra que enquanto na delimitação do espaço da mulher burguesa a rua era moralmente desqualificada em contraponto à idealização da casa, as negras quitandeiras encontravam nas ruas o espaço fundamental de liberdade de iniciativa, resistência e poder. Pela perspectiva das mulheres de camadas populares, portanto, a rua adquire um caráter positivo, onde a sociabilidade e os laços sociais eram criados e reforçados.

deve ser atribuído às relações sociais estabelecidas naquele espaço sob a lógica da boa vizinhança e parentesco. Essas relações fazem da vila um espaço de afetividade, amizade e familiaridade em contraponto ao impessoal, perigoso e desconhecido espaço da rua.

Esses dois códigos de significação social – o *Bairrinho* e a *rua* – correspondem a duas categorias utilizadas na vila para organizar as relações entre os dois mundos, sobretudo em situações críticas, quando há a ameaçadora presença de um estranho: *morador* e *gente de fora*. Contudo, não são categorias que estabelecem distinções absolutas, pois, como já vimos, o próprio espaço da vila não pode ser cristalizado em um só domínio. Tais categorias são relacionais, acionadas situacionalmente uma em contraponto a outra. Elas não estão submetidas ao legalismo que apenas identificaria quem reside ou não no Bairrinho, pois *morador* não é necessariamente uma pessoa que mora na vila.

Como apontei acima, um desconhecido é potencialmente portador dos perigos da rua, de onde veio. Mas, uma vez identificado, exceto se for um eventual prestador de serviços, é inserido no universo das relações pessoais na medida em que deixa de ser um anônimo para tornar-se um conhecido. Desde um assíduo frequentador da vila até um visitante de primeira viagem podem ser considerados *moradores* se estiverem vinculados aos laços de parentesco, vizinhança ou amizade na vila. Essas pessoas apenas têm o status ameaçado quando seus interesses são contrários aos dos efetivos moradores, em possíveis desentendimentos nos quais os proprietários podem acionar as categorias *de fora* e *morador* em sua dimensão mais legalista – o que quase sempre é em vão, pela força das relações pessoais e de boa vizinhança que se sobrepõem a esses argumentos de propriedade.

No início da década de 1980, os já referidos Mello e Vogel (1981) chamavam atenção para as mudanças nos projetos de habitação na cidade do Rio de Janeiro, apontando a tentativa de instituição de um modelo de vida urbano positivista que pautava a impessoalidade e institucionalização, calcados na primazia da individualidade moderna, em detrimento dos tradicionais laços comunitários, da diversidade e negociações dos usos e significados. A partir do trabalho etnográfico, em que adotaram uma visão processual e dinâmica para pensar o espaço, os autores questionaram a eficiência desses modelos de vida urbana ao mostrar que, mesmos projetos excessivamente racionalistas, onde vigora uma ordem única que segrega e disciplina os espaços, podem ser subvertidos ou complexificados pelas formas de apropriação e os múltiplos usos que o caracterizarão.

No Bairrinho, vemos a força dos valores comunitários sustentada, sobretudo, pelos duradouros vínculos afetivos estabelecidos há pelo menos três gerações, os quais se estendem por todo o bairro de Vista Alegre. Valores tradicionais que ainda prevalecem sobre os princípios de institucionalização, anonimato e individualidade que acompanham o crescimento da opção das camadas médias brasileiras pelos condomínios horizontais murados e com forte aparato de segurança (MOURA, 2003). Assim, enquanto o investimento na segurança da vila ganha força e as casas ganham muros cada vez mais altos, os moradores se associam em diferentes níveis de intimidade e os usos das praças e da quadra esportiva, por exemplo, seguem acordos informais, ambíguos e instáveis. Nesse sentido, compreendemos a importância dessas categorias – *morador* e *de fora* – nas negociações e interações que marcam a sociabilidade da vila, o que se evidencia na forma pela qual o dia de Cosme e Damião é celebrado nesse lugar.

O dia de São Cosme e Damião no Bairrinho¹¹

O dia de Cosme e Damião instaura outra temporalidade, alterando a dinâmica das relações sócio-espaciais do Bairrinho. No dia 27 de setembro não é ocasião de escancarar os portões de veículos e o serviço de portaria permanece identificando os motoristas que entram na vila. Os pedestres, porém, como nos outros dias do ano, salvo excepcionalidades, entram livremente. O ponto é que, cotidianamente, pessoas alheias aos moradores não transitam por aquele espaço. Em dias corriqueiros, as centenas de pessoas que entram na vila no Cosme e Damião não passariam sem antes causar espanto e terror aos moradores e ao próprio porteiro, que no dia 27/09 assiste passivo à entrada desses grupos.

Ao longo de todo o dia, os grupos de crianças, *de fora* e *moradoras*, correm as ruas em busca dos doces distribuídos na vila em homenagem aos santos. Há diversas modalidades de *dar doce*. Nos portões de suas casas, os devotos entregam às crianças os saquinhos, feitos de papel ou de plástico, estampados com a imagem dos santos e cheios de guloseimas, dentre as quais podemos listar uma infinidade de qualidades: suspiro, pipoca, bananada, doce de leite, doce de abóbora, chocolate, bala, pirulito, cocada, maria-mole, cocô de rato, peitinho de moça, pé-de-moleque, pé-de-moça, jujuba, chocolate em formatos diversos (guarda-chuvinhas,

¹¹ A dissertação de Morena Freitas (2015), defendida no âmbito do projeto Doces Santos, apresenta uma fina etnografia da festa de Cosme e Damião no Bairrinho pela perspectiva das crianças que a pesquisadora acompanhou ao longo do dia 27/09 no ano de 2014. Alguns aspectos aqui mencionados – e outros tantos que ficaram fora do alcance deste trabalho – são aprofundados e analisados nessa dissertação.

moedas, bolinhas de futebol) etc. Além dos saquinhos, também são distribuídos brinquedos como bolas de futebol, pipas e bonecas, o que acompanha uma divisão de gênero entre brinquedos de menino e de menina. As distribuições de doces e brinquedos também podem ser feitas de carro ou a pé, quando o doador buscar por lugares estratégicos para fazer a sua distribuição, como as praças que concentram grupos de crianças. Lembremos ainda das igrejas dos santos Cosme e Damião existentes na cidade onde há festas e distribuição

Outra modalidade é *dar uma mesa*, como se fosse uma festa de aniversário, comemorando o dia 27 de setembro com bolo e doces – não apenas os dos saquinhos, mas principalmente os chamados *doces de mesa*, os quais se come de colher: manjar, pudim e doce de abóbora, por exemplo. Para participar dessa festa, as crianças entram na sala, copa ou garagem dos devotos, onde está montada a festa e, após cantar parabéns para os santos, recebem os quitutes.

Na vila, entre as oito e nove horas da manhã, o som dos primeiros chinelos estalando em correria pelas ruas anuncia o começo de mais um dia de São Cosme e São Damião. Mas o movimento de pessoas em torno da festa ainda é tímido no início do dia, o que se nota pelo silêncio nas ruas majoritariamente vazias, quebrado pelas poucas crianças que passam correndo ao sinal de um ou outro doce. A vila recebe pela manhã a visita de pequenos grupos constituídos por crianças, que aparentam não mais que cinco anos de idade, acompanhadas dos pais. O clima familiar é predominante, proporcionando cenas que dificilmente veremos ao longo do dia, como um pai fotografando o filho com os doces ou a família reunida acompanhando a criança: pai, mãe e avó.

Nesse início, os únicos grupos de crianças que percorrem as ruas sem os pais são de *moradores*, isto é, crianças que, se não residem na vila, são amigos ou parentes das que efetivamente moram, de modo que muitos vão para o Bairrinho ainda na véspera, dormindo na casa de seus colegas e familiares. Esses grupos se reconfiguram, desmantelam e são refeitos ao longo do dia. Cerca de quinze garotos entre oito e treze anos integram esses grupos, que ora formam um único grupo, ora se distribuem em trios ou mesmo em duplas. Se reconfiguram na medida em que se reencontram pela vila: uns querem seguir por um caminho, outros preferem ficar pelas praças; alguns param em casa e quando retornam se unem ao outro grupo. Caminham juntos pelas ruas internas, dividem e trocam os doces que não gostam, mas competem entre si

e com todos na hora de pegar os saquinhos. É também um auto desafio para conseguir pegar mais doces do que nos anos anteriores.

Ao menor sinal de distribuição de doce, às vezes um boato, disparam na direção apontada e nessas horas é cada um por si para chegar primeiro até o portão da casa em que estão distribuindo os saquinhos de doce ou fazendo a fila para a festa de mesa. Na hora de pegar os saquinhos, apesar do caráter competitivo que marca esse momento, algumas crianças pedem os doces para uma irmã ou um primo que não pôde estar lá naquele momento. Por vezes, pedir por alguém é também uma estratégia das crianças enganarem os adultos, conseguindo mais de um saquinho para si.

Com o passar da manhã, entre dez e onze horas, os diversos grupos vindos de fora começam a chegar à vila. Perde-se a calma e o fluxo de pessoas torna-se constante com centenas delas percorrendo as onze ruas do Bairrinho. Os grupos de crianças agora competem pelos saquinhos com os grupos de desconhecidos e a disputa se dá também por ameaças, agressões verbais e até brigas corporais. Quando conversei com um grupo de *moradores* entre dez e treze anos de idade, eles contaram que alguns garotos *de fora*, mais velhos, em torno dos quinze anos de idade, abriram a mochila de um dos moradores e furtaram alguns saquinhos. Ainda segundo os meninos, os rapazes tentam arrumar confusão ao longo de todo o dia, pois os encaram e provocam cada vez que se cruzam pelas ruas. Os meninos me relataram uma briga durante a festa, quando à tarde o movimento de doces não estava bom e os meninos da vila jogavam bola. Os rapazes de fora tentaram se impor no futebol dos meninos e o porteiro precisou intervir, fechando a quadra de esportes para todos.

Seguindo a ideia de que há uma dimensão perigosa na vila durante o dia de Cosme e Damião, levada pelos desconhecidos *de fora*, podemos pensar que correr atrás de doces no Bairrinho constitui um rito de passagem para os grupos de *moradores* que, ao alcançar determinada idade, podem percorrer a vila neste dia sem os pais e até acompanhar as crianças mais novas. Apesar de certa autonomia, o espaço delimitado e as relações que lá predominam mantêm a criança, independentemente de sua idade, sob a supervisão dos adultos, que estão pelas ruas da vila ou debruçados em suas janelas ou portões. A maioria das crianças *moradoras* que correm atrás de doce sem os pais não pode atravessar os portões da vila expondo-se ao universo pleno do perigo e da vulnerabilidade, mas também faz parte da brincadeira o desafio

de sair escondido para pegar doces em outros lugares. É provável que ao alcançarem essa permissão já tenham perdido o status de criança e deixado de correr atrás de doce¹².

O espaço doméstico, da família e da boa vizinhança, que predomina na vila é separado da rua pelos portões gradeados e guardado por câmeras e porteiros. Com essa separação de mundos, vemos em ocasiões ordinárias ocorrer aquilo que Genep (2013, p. 33) chamou de ritos de soleira, nos quais a passagem por marcos materiais acompanha a passagem de status social. Nesse sentido, compreendemos melhor a figura do porteiro como um *segurança*, pois se trata de um mediador na passagem entre os dois mundos, regulando o acesso e assegurando a delimitação dos espaços morais. Os que ultrapassam as fronteiras sem terem seus status convertidos, isto é, sem serem identificados como eventuais prestadores de serviços ou dentro dos laços de vizinhança, amizade e/ou parentesco, ameaçam à ordem vigente na vila por seu caráter liminar.

Aqui, falamos do perigo associado à liminaridade no sentido proposto por Turner ao desdobrar as ideias de Genep acerca dos ritos de passagem, entendidos enquanto uma sequência constituída por etapas de separação, liminaridade e reagregação, refinando o entendimento sobre o estágio intermediário desse processo ritual. Embora um dos caminhos de sua teoria aponte para a ideia de *communitas*, que seria um estado anti-estrutural compartilhado pelos sujeitos que se encontram na margem, interessa-nos aqui os apontamentos de Turner acerca do caráter potencialmente ambíguo e perigoso atribuído ao estado liminar, que ameaça o sistema estável de posições e classificações sociais¹³. Ele nos diz:

Os atributos de liminaridade, ou *personae* (pessoas) liminares são necessariamente ambíguos, uma vez que esta condição e estas pessoas furtam-se ou escapam à rede de classificação que normalmente determina localização de estados e posições num espaço cultural. As entidades liminares não se situam aqui nem lá, estão no meio e nas posições atribuídas e ordenadas pela lei, pelos costumes, tradições e cerimoniais. Seus atributos ambíguos e indeterminados exprimem-se por uma rica variedade de símbolos, naquelas várias sociedades que ritualizam as transições sociais e culturais. Assim, a liminaridade frequentemente é comparada à morte, ao estar no útero, à invisibilidade, à escuridão, à bissexualidade, às regiões selvagens e a um eclipse do sol ou da lua (TURNER, 1974, p. 117).

¹² A ida à rua enquanto um rito de passagem já havia sido sinalizada por Roberto Da Matta: “[...] constitui um ritual muito importante e altamente sombrio a primeira vez que alguém (menino ou menina) vai para a rua sozinho, seguindo sua própria cabeça, acompanhando apenas as pessoas de sua idade, estando ‘naturalmente’ sujeitos a todos os perigos e tentações que recheiam aquele espaço” (MATTA, 1997a, p. 55).

¹³ Aspecto também explorado nos trabalhos de Leach (1964) e Douglas (2012).

Nesse sentido, podemos entender o perigo carregado pelos desconhecidos em estado de liminaridade, pois desafiam os esquemas classificatórios que organizam a vida no Bairrinho em códigos domésticos, permanecendo de fora desse mundo. Uma vez que a festa do dia 27 de setembro leva à suspensão dos limites materiais entre a vila e o mundo externo, os santos gêmeos poderiam ser celebrados na integração entre todos os participantes, superando não só as fronteiras físicas, mas também os status sociais – o que poderia nos levar a pensar a festa em termos de *communitas* (TURNER, 1974; MATTA, 1997b). No entanto, o que se vê não é uma celebração plenamente harmônica e homogênea. Embora proporcionada pelo caráter extraordinário desse dia, a presença de centenas de pessoas alheias à rotina da vila nesse espaço não é algo naturalizado. Pelo contrário, essa eventualidade parece ser vista pelos moradores tanto como uma ocasião festiva quanto uma vulnerabilidade crítica. Os desconhecidos vindos da rua são, em um só tempo, agentes fundamentais na realização da festa e ameaças à tão estimada sensação de segurança.

Para lidar com essa contiguidade espacial entre mundos, algumas categorias são acionadas pelas pessoas da vila para organizar essas relações sociais atípicas que constituem o dia de Cosme e Damião. Ao nos atermos a essas categorias, a festa de do dia 27 de setembro no Bairrinho aparece como um rito de instituição (BOURDIEU, 2008), uma vez que visibiliza e institui status sociais que são demarcados cotidianamente pelas grades e portões. Tratando-o como um ritual, podemos ver que o dia de Cosme e Damião na vila não supera as diferenças entre *moradores* e *gente de fora* ao reconfigurar a dinâmica sócio-espacial, mas acaba por evidenciar-las e reforçar-las nas práticas que constituem a festa. Sigamos, então, a sugestão de Bourdieu para atentarmos não à passagem ritual e às pessoas que têm seus status transformados, mas à separação e aos sujeitos que não podem ultrapassar as fronteiras. Se há uma divisão que fundamenta a ordem social, faremos o exercício de olhar para o ritual como um meio pelo qual as separações e diferenciações são instituídas e naturalizadas.

As grades, cancelas e porteiros, somados à predominância dos laços afetivos e de vizinhança, tornam o Bairrinho um espaço fechado a desconhecidos, de modo que não são frequentes situações críticas de visitantes indesejados, apesar da constante preocupação dos moradores. Nesse sentido, apesar da nítida separação espacial entre a vila e a rua através dessas fronteiras materiais, a demarcação social é invisibilizada, pois não sabemos exatamente de quem ela está sendo protegida, já que o isolamento consegue ser eficaz.

É na festa de Cosme e Damião que os *moradores* se relacionam com aqueles de quem se protegem ao longo do ano e a pessoas *de fora* podem finalmente frequentar um espaço que lhes é restrito usualmente. Apesar da livre passagem, os desconhecidos não se inserem na lógica do mundo doméstico, permanecendo vinculadas à impessoalidade perigosa da rua. Com a suspensão da separação material entre os dois mundos, a sensação de segurança no Bairrinho é ameaçada e as fronteiras passam a ser demarcadas por determinadas categorias: *moradores* e *gente de fora*, *favelado* e *coitado*. A festa nos mostra as demarcações sociais que estão naturalizadas ou veladas no cotidiano e, ao invés de suspender essas diferenças, as reforça na medida em que as visibiliza.

A caridade e o medo

As pessoas *de fora* quando percorrem as ruas do Bairrinho atrás dos doces, sejam adultos com seus pequenos ou as crianças mais velhas sem os pais e em seus respectivos grupos, estão, a princípio, no estado liminar. Deles, os moradores nada sabem e associam essas pessoas aos aspectos que constituem o imaginário em torno da rua, inclusive a condição de pré-criminalidade. A impessoalidade dá margem para equivocadas formulações e acusações. Os *moradores* que dão doces definem os grupos *de fora* sem nenhuma precisão, utilizando, entre outras, duas categorias recorrentes: *favelado* e *coitado*, através das quais organizam boa parte das relações na festa.

Chamar alguém de *favelado* é uma forma de acusação generalizada na festa, pois não é utilizada apenas pelos *moradores* para classificar os desconhecidos *de fora*; os próprios membros de um grupo a utilizam entre si. Na festa, entre os grupos, o termo *favelado* é acionado quando alguém repreende o comportamento violento ou grosseiro daquele que grita, xinga ou bate nos colegas. Ouvi esses termos principalmente entre garotos *de fora* que percorriam as ruas da vila com brincadeiras violentas, batendo uns nos outros. Quando um dos rapazes se exaltava, um deles ordenava em tom jocoso: “deixa de ser favelado” ou “pare com isso, seu favelado”. Pareciam mais preocupados em não levar bronca dos adultos da vila do que verdadeiramente incomodados com o comportamento do colega.

Pessoas que não eram *moradoras* também acionavam o termo *favelado* quando acusavam outros grupos de agressões e furtos. Aqui, o termo tem uma dupla qualificação, referindo-se não só ao mau comportamento, mas também à origem social dessas pessoas,

supostamente vindas de áreas favelizadas da região. O exemplo do furto de saquinhos de doce ilustra como os próprios garotos de fora chamavam outros grupos de *favelados*, como vemos na fala de um rapaz ao comentar o episódio: “Tem muito favelado do Amarelinho¹⁴ arrumando confusão”. É interessante ainda atentar para o fato de que, a princípio, o grupo que acusava é visto sem distinções pelos *moradores* em relação aos supostos favelados do Amarelinho. Para as pessoas da vila, todos são enquadrados como grupos *de fora* e, quase sempre, *favelados* e/ou *coitados*. Ressalta-se que esses grupos vindos de fora, em sua maioria, eram formados por crianças e adolescentes negros.

Com exceção das *festas de mesa*, os doces costumam ser distribuídos através dos portões das casas e os moradores tentam organizar as crianças em fila, distribuindo os saquinhos individualmente. Mas, em geral, um pequeno tumulto acontece diante da casa em que se distribuem os doces com a chegada das crianças eufóricas e não raro a situação pode fugir do controle do doador. Observei um desses casos naquela tarde de 2013, quando dezenas de crianças e os adultos que as acompanhavam faziam um grande tumulto em frente à casa de uma senhora que, em vão, pedia ordem e tranquilidade para entregar os doces. A confusão chegou ao ponto em que algumas pessoas subiram em um carro que estava estacionado no local para tentar pular o muro daquela casa e garantir o seu doce. No entanto, quanto mais a senhora se recusava a dar os doces enquanto não houvesse ordem, mais o tumulto aumentava. Com o fracasso dos seus apelos, a senhora decidiu *jogar avanço* os doces, atirando-os por sobre o muro para a pequena multidão que se formou na frente de sua casa. Saquinhos de Cosme e Damião e alguns doces avulsos eram atirados e disputados pelas dezenas de crianças aos empurrões e gritos, mas não houve brigas nesse momento.

É uma estratégia distribuir doces através dos portões de casa, para se proteger do alvoroço que toma conta das ruas. No entanto, algumas pessoas preferem entregar os saquinhos nas praças da vila para evitar algum dano em suas casas, como já ouvi relatos de portões que foram quebrados pelas crianças. Quando as situações se tornam críticas, como o episódio acima, deixa de ser a algazarra das crianças para ser desordem e falta de educação, relacionados

¹⁴ O Amarelinho é uma favela localizada no bairro de Acari, às margens da Avenida Brasil, surgida a partir de um conjunto habitacional do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), cujos prédios possuem fachada amarela.

principalmente à presença de desconhecidos e, nesses casos, o termo *favelado* é frequentemente utilizado.

Silva (2010), ao trazer algumas considerações sobre as representações em torno do subúrbio e da favela, nos mostra que ambas se aproximam pela incorporação da ideia de pobreza, abandono e precariedade. Mas enquanto o primeiro sofreu diversos raptos ideológicos (FERNANDES, 1995) ou mudanças de significados, a favela jamais livrou-se da representação estigmatizada do lugar do pobre, vagabundo e/ou bandido, mesmo quando também está vinculada a aspectos positivos. Na dinâmica da festa no Bairrinho, a categoria carrega essas representações negativas para acusar, inclusive, aqueles que não são moradores de favelas. As representações em torno da favela e da rua parecem se confundir pelas ideias da pobreza e da marginalidade, que vemos na festa na dupla dimensão da caridade e do medo.

Se, por um lado, *favelado* é uma categoria que nos fala de um dia festivo em que o medo é um sentimento predominante; por outro, vemos a festa de Cosme e Damião na vila como uma prática caridosa feita pelos moradores. Enquanto a primeira categoria denota a marginalidade e o perigo, os *coitados* trazem a dimensão menos ameaçadora da rua, a vulnerabilidade social. Aqui, podemos até identificar uma transição da ideia de favela para comunidade carente. Por essa perspectiva, os grupos de fora são vistos menos como mal-educados e violentos do que carentes social e afetivamente.

Como vimos, as distribuições de doce são feitas com certo cuidado para evitar o tumulto e violência atribuídos quase sempre aos favelados. Pela caridade, a estratégia de distribuição dos doces privilegia as crianças consideradas carentes pelos doadores, em uma escala de prioridades liderada pelas crianças mais novas e pelas meninas, além das gestantes. A atribuição do status de *coitado* parece estabelecer quem são aqueles que participam da festa apenas por uma via: a do receptor. Enquanto boa parte das crianças moradoras que correm atrás dos doces também fará a sua distribuição em algum momento do dia, aqueles que são considerados carentes estão privados dessa possibilidade. Pobres, essas pessoas não teriam condições econômicas para dar doces e, além disso, só encontrariam oportunidade de comê-los fartamente no dia de Cosme e Damião. Nisso, há um recorte racial e nota-se um padrão dos grupos que se enquadram nessa categoria privilegiada pelos doadores: costumam ser grupos liderados por jovens negras que trazem algumas crianças sob os seus cuidados e um carrinho de bebê precário em que são guardados os brinquedos e doces recebidos ao longo do dia. Na medida em que a

caridade se constitui um fator central na realização da festa, vemos a substituição dos doces e brinquedos por refeições e cestas básicas.

Ao tratar do sistema de crenças do espiritismo, Cavalcanti (1983) nos mostra como a caridade se realiza tanto pela assistência aos que necessitam de ajuda material quanto pelo apoio moral aos desamparados e, ainda, como os pobres desempenham um papel específico nesse sistema simbólico. Representantes do mundo de expiações e imperfeições nos termos espíritas, os pobres trazem a marca da carência e da necessidade humana, o que, por outro lado, permite o aperfeiçoamento moral dos não-pobres pelo exercício da caridade. Essa lógica, portanto, demarca e hierarquiza aqueles que dão e os que recebem, sustentada pela estrutura desigual da sociedade. A doação daqueles que possuem ao pobre carente não supera essa diferença, mas a reforça.

Nesse sentido, as distribuições de doces no Bairrinho – embora realizada por adeptos de diversas religiões como o catolicismo, a umbanda e o kardecismo – podem ser compreendidas como práticas caridosas, na medida em que os moradores façam suas doações para suprir as necessidades materiais e afetivas das crianças e suas mães que correm atrás de doces. Na festa que permite a temida entrada de desconhecidos, a distribuição dos doces e outras prendas enquanto prática caridosa é uma das formas pelas quais se institui as diferenças entre moradores e gente de fora.

A diversão

Até aqui, vimos o dia de Cosme e Damião na vila como uma festa entre *moradores* e *gente de fora*, que se realiza pelo medo e pela caridade, evidenciadas pelo uso das categorias *favelado* e *coitado*. Há, no entanto, uma dimensão fundamental dessa festa que ainda não foi tratada aqui: a diversão. Embora não ocorra uma integração plenamente harmoniosa entre os participantes dessa festa, o que há no dia 27 de setembro é uma grande brincadeira que celebra os santos gêmeos. Se a diversão pode ser vista enquanto uma caridade que supre a falta de afeto, ela não se limita a essas prestações feitas aos *coitados*. E o próprio medo, causado pela presença de pessoas estranhas na vila, não impede que a festa seja divertida.

Para aqueles que dão doce, ver *o sorriso das crianças*, alegres ao receberem os saquinhos de Cosme e Damião, é uma das razões pela qual se faz a festa, mesmo que elas sejam frequentemente frustradas com xingamentos e ataques aos seus portões. Os grupos de crianças

se divertem competindo quem pega mais doce e apostando quem chega primeiro à casa que está dando a prenda; além disso, brincam pelas ruas com as bolas, pipas e bonecas que também são entregues nesse dia.

Apesar desses divertimentos aparentemente ingênuos, mas fiéis ao imaginário de pureza associado às crianças, algumas brincadeiras que vi desviavam dessas virtudes. Mesmo que alguns comportamentos sejam reprovados pelos adultos que participam da festa, não podemos desconsiderar que a brincadeira também pode ser violenta e agressiva. Meninos e meninas, por exemplo, guerreavam com os doces ao invés de comê-los, atirando as guloseimas uns nos outros, como testemunhei em uma das praças da vila. Outros garotos enquanto percorriam as ruas à procura dos doces, brincavam de distribuir tapas e pontapés no primeiro colega que falasse ou fizesse alguma bobagem. A própria rivalidade e briga entre os grupos, chegando a acusações de furto, é parte dessa sociabilidade festiva e violenta.

Também vemos isso quando as prendas são jogadas avanço, atiradas à multidão, que avança sobre as balas espalhadas no chão. No caso que relatei anteriormente, essa prática foi o resultado do fracasso de uma distribuição mais organizada. Mas no dia de Cosme e Damião, *jogar avanço* é uma modalidade bastante popular e alguns doadores se notabilizam justamente por essa prática, distribuindo não só doces, mas também brinquedos e mesmo moedas. Aqui, a brincadeira está justamente no tumulto causado pelo avanço das pessoas competindo pelas prendas, gerando empurrões, puxões de cabelo e outras agressões. Muitas vezes as crianças ficam de fora dessa brincadeira e os adultos que as acompanham participam das disputas.

Portanto, a caridade, a diversão e o medo podem ser considerados como diferentes dimensões pelas quais o dia de Cosme e Damião é vivido no Bairrinho e que não são absolutamente excludentes. Isto é, a entrega de um saquinho tanto pode ser a prática caridosa de um devoto quanto a brincadeira para uma criança e ambas podem coexistir junto ao medo causado pela presença de desconhecidos na vila. Além disso, a própria diversão pode ser lida à luz da caridade, assim como a violência que provoca o medo por vezes é uma modalidade de brincadeira. São dimensões de uma festa que se realiza na medida em que relações sociais evitadas ao longo do ano são proporcionadas e permitidas pela extraordinariedade que afeta e revela a configuração da cidade do Rio de Janeiro a cada 27 de setembro.

Um morador pesquisador

Na festa de Cosme e Damião em 2013, eu integrava o projeto Doces Santos havia apenas dois meses e até então somente um campo exploratório havia sido realizado pelo grupo de pesquisa, no ano anterior. Embora a celebração do dia 27 de setembro perpassasse múltiplos espaços – templos, mercados, casas etc – a rua é um *locus* fundamental pelo qual a festa é vivida e percebida na cidade do Rio de Janeiro. As ruas recebem milhares de pessoas em trajetos atípicos percorridos em busca dos doces e tais deslocamentos são uma das características mais significativas da festa, assim como as casas onde são feitas as entregas dos saquinhos de doce.

Nesse sentido, o trabalho de campo na festa também deveria ser realizado através desses espaços, acessando diferentes bairros, ruas e casas da cidade em busca dos doces e também dos grupos de crianças e doadores. Aproveitando o rendimento do binômio casa/rua feito até aqui, vale ponderar sobre as dificuldades implicadas na realização de um trabalho de campo do qual boa parte consiste na abordagem a grupos de crianças na rua e a devotos em suas casas. Nessas circunstâncias, o pesquisador é, a princípio, um anônimo em estado liminar e potencialmente perigoso, que pode ser tomado pelo o que não é. O tempo da festa pode reconfigurar um pouco essa lógica e tornar essas abordagens menos ameaçadoras, mas ainda assim acrescenta-se à lista de dificuldades a preocupação que identificamos entre os participantes da festa com possíveis constrangimentos causados na interação com alguns adeptos de religiões protestantes, que condenam a prática¹⁵. Em nossa abordagem, desviando do comportamento usual dos brincantes da festa, poderíamos ser confundidos com pessoas que não só evitam a festa, mas a atacam. Sabedores dessas dificuldades, adotamos as camisetas do grupo de pesquisa como uniforme de trabalho, as quais, junto do gravador ou do caderno de campo, nos identificavam previamente, estreitando a distância entre nós e os nossos interlocutores, que quase sempre nos credenciavam como *jornalistas*.

Por outro lado, eu pertenço a uma família que *desde sempre* festeja São Cosme e São Damião a cada 27 de setembro, sendo uma tradição a distribuição dos doces em nossa casa no Bairrinho, em Vista Alegre. Assim, abriu-se a possibilidade de acompanharmos a festa por dimensões que, se negociadas por outros interlocutores, talvez não nos fossem tão acessíveis em tão pouco tempo. Além disso, tratava-se de uma região da cidade onde o mapeamento feito pela pesquisa apontava como área de grande movimento em torno da festa.

¹⁵ Sobre as posições evangélicas em relação aos doces de Cosme e Damião, ver Gomes, 2009.

Moura (2003) relata os desafios que encontrou na realização de seu trabalho de campo em dois condomínios horizontais fechados da cidade de Goiânia, nos quais os discursos em torno do medo e da segurança parecem ainda mais acirrados e institucionalizados do que no Bairro. A autora, que realizava sua pesquisa enquanto amiga de um casal que residia naquele lugar, nos fala da dificuldade em acessar o círculo de convivência do condomínio sem ser vizinha ou parente dos que lá moravam. Os obstáculos à sua participação no cotidiano de um espaço tão restrito só foram superados quando a própria pesquisadora se tornou proprietária de um imóvel de outro condomínio, onde passou a residir e seguiu sua investigação, assumindo a dupla condição de moradora e pesquisadora.

Apesar de ser uma situação que se aproxima do meu caso, Moura não era uma nativa, mas uma pesquisadora que passou a residir entre seus interlocutores, os quais também não formavam uma coletividade estabelecida e com algum grau de tradição. Pelo contrário, eram membros de camadas médias urbanas habituados à intimidade e circunscrição dos apartamentos, cujos princípios de privacidade e individualidade eram confrontados com o grau de exposição que a vida no condomínio assumia.

Para mim, pesquisador neófito e nativo, o desafio do campo estava em lidar com um fenômeno que sempre naturalizei e jamais havia problematizado. Meu histórico de participação na festa e de inserção nas redes de familiaridade e vizinhança, tão caras ao lugar em que seria feita a pesquisa, tanto poderiam viabilizar o trabalho de campo quanto dificultar o tão recomendado distanciamento psicológico e social do pesquisador ao observar o familiar (VELHO, 1978).

Sendo reconhecido enquanto um *morador* da vila e participando do dia 27 de setembro enquanto tal, acompanhei de forma privilegiada diversas práticas em torno da festa. Participei efetivamente da montagem e distribuição dos saquinhos em duas casas no Bairro – a dos meus pais e a de uma prima. Também distribuí os doces da minha família às crianças de uma pequena creche da vila, quando fui recebido sem muitos protocolos pelos vizinhos responsáveis da casa e pude interagir sem restrições com as crianças. Além dos meus familiares, pude entrevistar informalmente alguns vizinhos que distribuíram doces naquele dia e, em outras ocasiões, fui recebido em suas casas para conversar sobre a relação dessas pessoas com a festa. Se meu lugar de *morador* permitia acessar esses devotos sem dificuldades, ao assumir o papel

de pesquisador pude ouvir relatos que dificilmente eu recolheria se tivéssemos apenas uma conversa corriqueira entre vizinhos.

Um dos aspectos mais importantes em ter acompanhado a festa enquanto *morador* foi a possibilidade de transitar pelas ruas interna da vila, observando as distribuições e abordando doadores e crianças, sem causar estranhamentos ou receios a essas pessoas. Boa parte das crianças do grupo de moradores eram meus primos e filhos de vizinhos que frequentavam nossa casa. Minha presença junto a esse grupo era vista até de forma positiva pelos seus pais, pois eu os supervisionaria. Os vizinhos que me viam correndo atrás dos doces com as crianças entendiam que eu desempenhava essa função de cuidado e, ao saber que também se tratava de uma pesquisa, passaram a tentar contribuir de alguma forma, dando depoimentos ou mesmo indicando quem iria dar doces naquele ano.

Por outro lado, os grupos *de fora* também me reconheciam como uma pessoa da vila e a princípio interagiam comigo perguntando se eu iria dar doce ou se eu sabia em qual casa estavam dando doces. Depois, ao abordá-los enquanto pesquisador, vestido com a camisa da pesquisa e munido de câmera e caderno, consegui conversar com alguns meninos na tentativa de compreender como eles viam aquela festa.

Matta (1981) define o trabalho de campo como um rito de passagem, seguindo o já mencionado modelo ternário proposto por Gennep (2013). Aplicando esse modelo à inserção do antropólogo na sociedade investigada, vemos o pesquisador afastar-se de sua sociedade, abandonando também seus preconceitos, para assumir um estado liminar e acessar outro universo de relações ou outra cultura e, posteriormente, regressar à sua sociedade com os aprendizados adquiridos. Nas palavras do autor, enquanto um rito de passagem, o trabalho de campo é:

[...] um exercício que nos faz mudar o ponto de vista e, com isso, alcançar uma nova visão do homem e da sociedade no movimento que nos leva para fora do nosso próprio mundo, mas que acaba por nos trazer mais para dentro dele (MATTA, 1981, p. 153).

No desafio de transformar o familiar em exótico (MATTA, 1978), a dificuldade maior está em fazer esse exercício de distanciamento e relativização ao mesmo tempo em que a realização do trabalho de campo depende do acionamento dos vínculos afetivos em um ambiente bastante familiar ao pesquisador. Se a intimidade com o contexto social investigado permite uma fácil visualização da paisagem social e do mapeamento das relações, as pré-noções

e estereótipos podem dificultar a identificação dos princípios que ordenam essas relações ou dos “mecanismos conscientes e inconscientes que sustentam – e dão continuidade a – determinadas relações e situações” (VELHO, 1978, p. 128).

Talvez este empreendimento tenha sido bem-sucedido na medida em que eu não só tentei relativizar minhas pré-noções, mas principalmente porque me tornei consciente delas durante a realização do trabalho de campo – o que eu notava quando havia descompassos entre as ideias que eu trazia da minha experiência na festa e o que se revelava a cada conversa; ou entre minhas intenções enquanto pesquisador e o tratamento que recebia enquanto nativo. No entanto, não pretendo que as análises apresentadas aqui sobre a festa de Cosme e Damião no Bairrinho sejam imaculadas de imprecisões ou de influências decorrentes da minha posição de morador. Pelo contrário, talvez sua contribuição seja justamente o enredamento entre a familiaridade do pesquisador com a festa, a influência direta desta familiaridade na forma como se deu a observação participante e as análises antropológicas que foram produzidas até onde o meu distanciamento pôde alcançar.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 2008.

CARVALHO, Augusto da Silva. **O culto de S. Cosme e S. Damião em Portugal e no Brasil. História das sociedades médicas portuguesas**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928, I volume, p. 1-64.

CASCUDO, Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **O Mundo Invisível: Cosmologia, Sistema Ritual e Noção de Pessoa no Espiritismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

FERNANDES, Nelson da Nobrega. **O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro (1858-1945)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

FRADE, Cascia. **Populares festas do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, Divisão de Folclore, 1978.

FREITAS, Morena B. M. **De doces e crianças: a festa de Cosme e Damião no Rio de Janeiro**. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa e Pós-graduação em Antropologia Social, UFRJ, Rio de Janeiro.

GENNEP, Arnold Van. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 2013.

GOMES, Edilaine. Doce de Cosme e Damião: Dar, Receber, ou não? In: _____. **Dinâmicas Contemporâneas do Funcionamento Religioso na Sociedade Brasileira**. Aparecida: Ideias e Letras, 2009, p. 167-185.

LANDES, Ruth. **A Cidade das Mulheres**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

LEACH, Edmund. Anthropological Aspects of Language: Animal Categories and Verbal Abuse. In: LENNEBER, E. H. (ed.). **New Directions of the Study of Language**. Cambridge: The MIT Press, 1964, p. 22-63.

LIMA, Vivaldo da Costa. **Cosme e Damião: O culto dos santos Gêmeos no Brasil e na África**. Salvador: Corrupio, 2004.

LOPES, Nei. **Dicionário da hinterlândia carioca: Antigos "subúrbio" e "zona rural"**. Rio de Janeiro: Palas, 2012.

MATTA, Roberto Da. O Ofício de Etnólogo, ou como ter 'Anthropological Blues. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 23-35.

_____. **Relativizando: Uma introdução à antropologia social**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **A casa & a Rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997a.

_____. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997b.

MELLO, Marco Antonio da Silva, VOGEL, Arno. **Quando a Rua Vira Casa: A Apropriação de Espaços de Uso Coletivo em um Centro de Bairro**. São Paulo: FINEP/IBAM, 1981.

_____. Lições da Rua: O Que um Racionalista Pode Aprender no Catumbi. **Arquitetura Revista**, v. 1, n.1, p. 67-79, 1983.

MENEZES, Renata de Castro. **Doces santos: reciprocidade, relações interreligiosas e fluxos urbanos em torno à devoção a Cosme e Damião no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Museu Nacional / UFRJ, 2013.

_____. Doces santos: sobre os Saquinhos de Cosme e Damião. In: GOMES, Edlaine; LINS, Paola (Org.). **Patrimônio Religioso no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Coleção Trama de Ideias, 2016, p. 1-23.

MOURA, Cristina Patriota. Vivendo entre muros: o sonho de aldeia. In: Gilberto Velho e Karina Kuschnir (org.) **Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2003, p. 43-54.

SILVA, Maria Lais Pereira da. A favelas e o subúrbios: associações e dissociações na expansão suburbana da favela. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; FERNANDES, Nelson da Nóbrega. (Org.). **150 Anos de Subúrbio Carioca**. Rio de Janeiro, Niterói: Lamparina Editora, Editora da UFF, 2010, p. 161-186.

TURNER, Victor. **O processo ritual: estrutura e antiestrutura**. Rio de Janeiro: Vozes, 1974.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson (org.). **A Aventura sociológica: Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar. 1978, p. 121-132.

VELLOSO, Mônica Pimenta. As tias baianas tomam conta do pedaço: Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, vol. 3, n. 6, p. 207-228, 1990.

Recebido em: Maio de 2018
Aprovado em: Julho de 2018

RAÇA, IDENTIDADE E PÓS-MODERNIDADE EM STUART HALL: contrapontos com o debate de Paul Gilroy

Pedro de Castro Picelli¹

Resumo:

O presente ensaio busca, a partir da leitura de textos de Stuart Hall, discutir a articulação dos conceitos de raça e identidade presentes em partes relevantes da obra deste autor. Irá se adotar como fragmento principal de discussão o texto *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, escrito em 1992 e publicado como capítulo em *Modernity and its futures* (HALL, HELD e MCGREW, 1992). Como contraponto argumentativo e uma maneira possível de serem interpelados os argumentos de Hall, volta-se também a atenção para a exposição do debate e reflexão dos mesmos conceitos na obra de Paul Gilroy, centralmente em *O Atlântico Negro*, onde este autor reelabora o problema da ideia de modernidade e a articula à temática debatida neste ensaio. Adota-se como plano de fundo do debate, a reflexão de ambos os autores sobre os pressupostos e consequências da definição do que é ser moderno, uma discussão clássica no campo das ciências sociais, e como esta própria definição informa a argumentação que Hall e Gilroy constroem sobre raça, identidade e a relação entre elas. Em linhas gerais, este ensaio argumenta que Hall analisa a transformação destes conceitos na “pós-modernidade” como uma transformação da própria modernidade. Gilroy, por sua vez, a reconceitualiza para discutir raça e identidade, rompendo com alguns paradigmas do que se foi construído como moderno.

Palavras-chave: raça, identidade, pós-modernidade, Stuart Hall; Paul Gilroy

Abstract:

The present essay seeks, from the reading of texts by Stuart Hall, to discuss the articulation of the concepts of race and identity present in relevant parts of this author's work. *The Cultural Identity in Postmodernity*, written in 1992 and published as a chapter in *Modernity and its Futures* (HALL, HELD and MCGREW, 1992), will be adopted as the main discussion fragment. As an argumentative counterpoint and a possible way of questioning Hall's arguments, attention is also drawn to the discussion and reflection of the same concepts in Paul Gilroy's work, centrally in *The Black Atlantic*, where this author reworked the problem of the idea of modernity and articulates it with the theme debated in this essay. The debate is based on the assumptions and consequences of the definition of what is to be modern, a classic discussion in the field of social sciences, and how this definition informs the argument that Hall and Gilroy build on race, identity and the relationship between them. Broadly speaking, this essay argues that Hall analyzes the transformation of these concepts into "postmodernity" as a transformation

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e mestrando em Sociologia pela Unicamp. E-mail: pedrocastropicelli@gmail.com.

of modernity itself. Gilroy, in turn, reconceptualizes him to discuss race and identity, breaking with some paradigms of what was built as modern.

Keyword: race, identity, pos-modernity, Stuart Hall, Paul Gilroy

Introdução

O presente ensaio busca refletir sobre o modo como as categorias raça e identidade são articuladas por Stuart Hall, dentro de um contexto denominado pelo autor como pós-modernidade, adotando como contraponto ideias propostas por Paul Gilroy. Hall, jamaicano nascido em Kingston, foi um dos autores de maior destaque dentro da área que ficou conhecida como Estudos Culturais, desenvolvida centralmente no Reino Unido. O autor, com o aumento da tensão racial e política jamaicana, muda-se para a Inglaterra em 1951, ao ser contemplado com uma bolsa de estudos na Universidade de Oxford. Cabe frisar que Hall é um dos tantos sujeitos que fizeram parte da larga escala migratória caribenha à Europa. Certamente, esse deslocamento e as dificuldades para inserção social informaram grande parte dos argumentos que iremos expor aqui. Com o passar do tempo, seus laços com os sujeitos negros imigrantes na Europa se estreitaram. Em constante conflito entre o lugar de onde vinha e aquele onde estava, Hall viu nesse conflito latente potencialidade para refletir sobre os modos como essas identidades seriam absorvidas pelos movimentos de esquerda. Em 1960, torna-se o editor da *New Left Review*. É neste contexto que Hall nota que as identidades, forjadas a muito custo pela modernidade, começam a se reconfigurar dentro de um cenário totalmente diferente. O aspecto central desta transformação é o fato de a nação não ser mais a mobilizadora principal das formações identitárias. As identidades, portanto, fragmentam-se de forma nunca vista anteriormente.

Em linhas gerais, as ideias de Hall e de parte dos autores dos Estudos Culturais se relacionam com parte da discussão gramsciana sobre hegemonia e cultura. Dentro deste cenário, o autor- assim como os Estudos Culturais- dá destaque às questões que relacionam a linguagem enquanto operadora das estruturas de poder, da política, das próprias instituições e, principalmente, da cultura. Esse enfoque é fundamentado pelo fato de Hall afirmar a cultura como "local crítico da ação social e de intervenção, onde as relações de poder são estabelecidas e potencialmente instáveis". Ela também é o local em que podem ser observadas as rupturas promovidas pela pós-modernidade e o local por onde o autor busca entrar no debate clássico das ciências sociais sobre os paradigmas e paradoxos da modernidade. Paul Gilroy, o autor com quem construiremos o contraponto com Hall, enxerga os mesmos problemas sob novas lentes.

Paul Gilroy, britânico nascido em Londres, será lido aqui através de *O Atlântico Negro* como uma das possíveis críticas ao recorte realizado por Hall e por alguns autores dos Estudos Culturais, do qual também fazia parte. Ao olhar para a questão da modernidade e para o modo

como ela ajuda a forjar a identidade dos indivíduos, Gilroy observa que a fragmentação das identidades analisadas por Hall não é específica da transição para a pós-modernidade. Tal afirmação é feita quando o autor londrino busca reconstruir, a partir do tráfico de escravos pelo Atlântico, as formas pelas quais as identidades foram forjadas. Para seu argumento, a identidade, como um amálgama cultural moderno, nunca existiu. Ela foi fruto de deslocamentos e construções dentro do trânsito atlântico entre distintos países e continentes. Portanto, a pós-modernidade não existe e, para Gilroy, ela é um deslize do analista que busca construir sua análise desconsiderando essa potencialidade do próprio caráter transitório da modernidade. Raça, então, é um fruto desse deslocamento de sujeitos e experiências.

Para realizarmos o objetivo deste ensaio, iremos recorrer a duas obras. A primeira é *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade* (HALL, 2015), onde o autor faz um compilado de seus principais argumentos sobre algumas categorias fundamentais utilizadas em outras obras, dentre elas raça e identidade. A segunda é *O Atlântico Negro* (GILROY, 2012), obra na qual Gilroy reconstrói o conceito de modernidade e, a partir dela, elabora novas relações possíveis para as categorias que nos interessam neste ensaio. Acreditamos que a reflexão aqui apresentada se faz necessária à medida em que os debates sobre raça e identidade assumem centralidade em algumas pautas nacionais, como a implementação de cotas étnico-raciais nas universidades públicas brasileiras. Além disso, buscaremos sistematizar o debate de ambos os autores contribuindo para a formulação de novos questionamentos que venham a surgir com o contato com as obras originais e comparações possíveis entre as argumentações².

Caminhos de Stuart Hall

Em *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade* (HALL, 2015), Stuart Hall se propõe a realizar um debate a partir de discussões postas anteriormente por um campo sociológico que conduziu, de forma heterogênea, seus estudos pelo tema das mudanças sociais. Estas foram chamadas, principalmente pela sociologia britânica e americana, globalização ou mundialização e, colocaram-se como problema teórico basilar à existência de uma pretensa pós-modernidade. Escrito em 1992 como capítulo da obra *Modernity and its futures*, organizada por Stuart Hall, David Held e Tony McGrew, e intitulado originalmente como “*The question of cultural identity*”, este texto foi posteriormente publicado como livro em 1997, já sob o título

² Alguns trabalhos já lidaram comparativamente com os argumentos e obras destes autores. Ver nas referências deste texto: COSTA (2006), SANTOS (2002), GOMES (2016).

A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. O texto se caracteriza por ser um debate teórico onde Hall expõe suas principais categorias analíticas e deixa em primeiro plano o argumento que transcorre em grande parte de sua obra.

Este debate apresenta como interlocutores uma gama de autores, como François Lyotard, Anthony Giddens, Ulrich Beck, entre outros, que se preocuparam em compreender as principais mudanças na experiência social que os processos da globalização colocaram em evidência. Contudo, o argumento central que Hall se preocupa em analisar tem início com a construção de uma ideia de nação como uma unidade orgânica em si, onde cada “povo” se funda na possibilidade de possuir um caráter particular. O Estado passa a materializar, portanto, seus habitantes. Surge o Estado-nação e com ele o problema da cultura como identidade. A cultura, entendida como um universo simbólico que abrange diferenças sociais em um determinado momento histórico, promove a “unificação dos distintos”, que passam a partilhar de totalidades. Assim, como afirma Pierre Vilar (1978), o povo-nação representa interesses comuns contra os interesses particulares e o bem comum contra o privilégio. Então, se os indivíduos se diferenciam pela origem de classe ou posicionamento geográfico, a cultura forja uma consciência coletiva que vincula os indivíduos uns aos outros (ORTIZ, 2013, p.612).

Esta partilha de totalidades e de interesses comuns é forjada e consolidada historicamente na modernidade pela promoção de políticas que estimulem a integração entre os membros de uma mesma nação. Esta forja é sintetizada pelo Estado moderno, permitindo que haja a exclusão daqueles que não se encaixam nos padrões tidos como nacionais. Uma dessas políticas se realiza, por exemplo, pela instauração de uma língua oficial em um país e pelo ensino institucionalizado da mesma. A cultura, que agora se constrói nacionalmente e associa principalmente identidade à nacionalidade, assume para si a tarefa de unificação. Esta se realiza a partir da criação de identidades culturais, dos processos de transitoriedade espacial e temporal propiciados pela modernidade. Como nos sugerem os autores citados acima, servindo de ponto de partida para o debate de Hall, a modernidade, ao passo que forja o surgimento da nação, traz com ela a permissão para que as coisas assumam mobilidade no tempo e no espaço.

A modernidade, então, como força criadora de novos modos de relações sociais, proporciona a necessidade de reconhecimento entre indivíduos, ao mesmo tempo em que sublima barreiras de troca simbólicas e materiais entre distintas culturas. Cabe, então, à cultura nacional tentar manter o mínimo de organicidade dentro do Estado-Nação, que se constrói na modernidade enquanto área geográfica de unidade política incorporada à ideia de um conjunto

culturalmente coeso. Contudo, o desenrolar da modernidade e seu exacerbamento podem promover mudanças na maneira como a questão da identidade é posta. É do questionamento do argumento apresentado por estes intelectuais que Hall constrói seu trabalho: existe uma crise de identidade? Se existe, em que consiste essa crise e em que direção ela está caminhando? A priori, o autor constata que a própria questão da “identidade” tem sido extensamente discutida na teoria social e que o argumento central indica que

“(…)as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como sujeito unificado. Assim a chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (HALL, 2015, p. 9).

Caso esta hipótese seja verdadeira, afirma o autor, põe-se como objetivo do livro se voltar para questões que promovam a reflexão sobre o que se quer dizer com esta crise de identidade. Mais ainda, que acontecimentos dariam bases para sustentação de tal argumento e quais são suas consequências potenciais. Desta maneira, os argumentos se dividem em duas etapas pelo livro: a primeira é apontar para as mudanças históricas que os conceitos de identidade e sujeito apresentam. A segunda tenta dar conta de como estas alterações se relacionam com as identidades culturais. Ou seja, “daqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nossos pertencimentos a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais” (ibid, p.9). O argumento central do autor é simpático à afirmação de que as identidades modernas estão sendo “descentradas, fragmentadas ou deslocadas”. Dito de outra maneira, esse descentramento se ancora num tipo diferente de mudança estrutural que transforma as sociedades modernas no final do século XX. Esta mudança age fragmentando “as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade” (HALL, 2015) que anteriormente se apresentavam como sólidas localizações dos indivíduos sociais. Perde-se, portanto, um “sentido de si” estável promovendo o deslocamento do indivíduo de seu mundo social e cultural e de si próprio. Decorrência deste argumento é a possibilidade de nos perguntarmos se não é a própria modernidade que está sendo transformada ou se conceitualizamos a modernidade de uma maneira equivocada.

Hall, (pós) modernidade e identidades

Stuart Hall afirma existirem historicamente três concepções distintas de identidade: a) sujeito do Iluminismo, b) sujeito sociológico e c) sujeito pós-moderno. O sujeito do Iluminismo

se caracterizaria por ser um indivíduo totalmente “centrado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação” (ibid, p.10) Este indivíduo possuiria em si uma essência que carregaria consigo ao longo da vida. Nota-se, assim, uma perspectiva individualista da composição deste sujeito. O segundo tipo, o sujeito sociológico, forma-se a partir da complexidade que o mundo moderno adquire. Assim o indivíduo passa a se construir e construir suas concepções identitárias a partir da relação com outros sujeitos e experiências. A concepção de indivíduo deixa de ser autônoma e autossuficiente para se constituir a partir da relação entre o “eu” e a “sociedade”, ou, de outra maneira, entre o “interior” e o “exterior”, sendo a identidade uma costura do sujeito à estrutura. Contudo, e aqui se encontra o argumento central do texto, são exatamente estas últimas características que estão em transformação e dão conta do que o autor chama de sujeito pós-moderno. Ou seja, do sujeito que não mais possui uma identidade unificada e estável, mas sim fragmentada e composta por várias identidades, por vezes contraditórias e não resolvidas. Assim, prossegue Hall (2015, p.11), “o próprio processo de identificação [...] tornou-se mais provisório, variável e problemático”, tornando a identidade uma “celebração móvel”, “formada e transformada continuamente”

Postas as três concepções de sujeito que Hall trabalha em seu argumento, o autor jamaicano passa, a partir de referências claras de seus interlocutores, a organizar o conceito de modernidade com que opera seu raciocínio. Partindo de Karl Marx em *O Manifesto Comunista*, o autor aponta para os processos de modernidade como o permanente revolucionar da produção e o abalar ininterrupto de todas as constituições sociais. Assim, tudo o que se solidificou se desmanchava no ar. A partir desta definição, Hall explora os conceitos de “tradição” e “modernidade” em Anthony Giddens para argumentar que a mudança, embora rápida e abrangente, se faz de maneira reflexiva iluminada pelo seu passado. Desta forma, o ritmo e o alcance dela se consolidam a partir da reelaboração de categorias como espaço e tempo, a partir de rompimento e reinserção de práticas tradicionais. Dito de outra maneira, a partir de outro interlocutor, David Harvey, a modernidade “não seria apenas um rompimento impiedoso com toda e qualquer condição precedente”. Ela seria marcada, então, como “um processo sem fim de rupturas e fragmentações internas no seu próprio interior” (HARVEY, 1989; apud HALL, 2015, p.13).

Embora os dois últimos autores recorridos por Hall apresentem leituras diferentes da natureza da mudança no mundo pós-moderno, ambos marcam suas ênfases na descontinuidade e deslocamento que tais processos apresentam nas experiências sociais do século XX. A partir

do exemplo do julgamento ocorrido em 1991 na Suprema Corte Americana, comandado pelo juiz negro Clarence Thomas (de posições políticas conservadoras), acusado de assédio sexual por uma mulher negra, Hall busca articular aquilo que chama de “jogo das identidades”. Ou seja, como os cruzamentos identitários se articulam e passam a não mais encontrar bases singulares de sustentação, mas sim bases “rivais e deslocantes”. Para o autor, este seria um dos sintomas da morte do sujeito moderno centrado, uno e coerente que a época moderna fez construir. Assim, dá-se a morte do sujeito cartesiano, indivisível e soberano, que tem origem no século XVIII, e também a morte do sujeito mais social e biologizado do século XIX.

A afirmação de que estes sujeitos foram descentrados encontra base em cinco grandes avanços na teoria social e nas ciências humanas ocorridos no pensamento no período da “modernidade tardia” (Hall, 2015), ou seja, a partir da segunda metade do século XX. São eles: 1- a leitura althusserianada obra de Marx, 2- a teoria do inconsciente de Freud, 3- os estudos de linguística estruturalista de Ferdinand Saussure, 4- a obra de Michel Foucault e 5- o impacto das teorias e movimentos feministas. Para Hall, estes avanços sinalizaram para os efeitos “profundamente desestabilizadores” que atingiram o modo como sujeito e identidade são contextualizados. Desta maneira, o argumento do autor segue para outra direção. Após sinalizar o que quer dizer com o fim e descentramento do sujeito moderno, o autor passa a refletir sobre a questão de como o sujeito fragmentado é colocado a partir de suas identidades culturais que agora não são mais centralizadas a partir de culturas e identidades nacionais.

O argumento da modernidade é, de certa forma, repensado por Hall a partir de novas categorias. Como afirma o próprio autor, “as identidades não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*.” (ibid, p.30). Ou seja, a ideia de nação se sustenta por ser uma comunidade simbólica que consegue contribuir para a criação de uma cultura nacional, pretensamente homogênea, que se torna característica chave da industrialização e um dispositivo da modernidade. Forma-se, então, aquilo que Benedict Anderson chama de nação como “comunidade imaginada”. Assim, este autor questiona: como se conta a narrativa da cultura nacional? Em primeiro lugar, há a narrativa da nação a partir de experiências partilhadas. Depois se dá ênfase às origens e tradições, a partir de um mito fundacional e um povo autêntico e puro. Tais procedimentos, como afirma Hall, não são propriamente tão modernos, pois se encontram na ambiguidade de colocar as identidades entre o passado e o futuro. Assim, articulam a ideia de nação como fonte de

significados culturais, foco de identificações e sistema de representações a partir da ativação de memórias do passado, do desejo por viver em comunidade e pela perpetuação da herança.

Entretanto, a própria ideia de formação de nação não leva em consideração que ela se forma a partir de estruturas de poder cultural. Dito de outra maneira, a nação nunca foi um ponto ímpar de identificação e união. Escondem-se neste discurso três questões centrais. A primeira é que muitas das nações modernas se constituíram pela conquista e unificação violenta de diversas culturas. Segundo que elas são sempre compostas por diferentes grupos étnicos e de gênero. Por fim, grande parte destas nações ocidentais modernas exerceram diversas formas de hegemonia cultural sobre a cultura dos colonizados. Assim, o que propõe Stuart Hall é que passemos a pensar as culturas nacionais, e aqui se nota que ele opta por não usar a palavra nação, como *dispositivo discursivo* que representa a diferença como unidade ou identidade. Em outras palavras, passar a compreender as nações modernas como híbridos culturais. Se passamos a compreender estas categorias a partir da leitura proposta por Stuart Hall, nos perguntamos: o que, então, veio a deslocar as identidades nacionais do século XX? Para nosso autor, a resposta seria um “complexo de processos e forças de mudança, que, por conveniência, pode ser sintetizado sob o termo globalização” (ibid, p.39).

A globalização apresentaria, no argumento de Hall, três possíveis consequências sobre as identidades culturais. A primeira seria a desintegração das identidades nacionais como resultado de homogeneização cultural do pós-moderno global. A segunda seria o reforço de algumas identidades nacionais e locais como forma de resistência aos efeitos globalizantes deste processo. E, por fim, o declínio das identidades nacionais com o surgimento de novas identidades híbridas em seu lugar. O que se coloca como condição de análise destas hipóteses é a compreensão de que, embora esteja dentro da lógica de compressão espaço-tempo, a globalização caminha a par de um reforçamento de identidades locais. Contudo, ela é um processo desigual e que se orienta pela sua própria “geometria de poder”, retendo aspectos de dominação global ocidental. No que se refere às identidades culturais do sujeito, constata-se que emergem por todas as partes identidades culturais que não são fixas. Mas identidades que transitam e suspendem-se em diferentes posições. Buscando traduzir “aquelas formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal” e que ao manter vínculo com seus locais de origem e suas tradições não mantêm a ilusão de um retorno ao passado. Assim, Stuart Hall encerra sua linha argumentativa considerando que:

“(...)a globalização não parece estar produzindo nem o triunfo do “global” nem a persistência, em sua velha forma nacionalista, do “local”. Os deslocamentos ou desvios da globalização mostram-se, afinal, mais variados e mais contraditórios do que sugerem seus protagonistas ou seus oponentes. Entretanto, isto também sugere que, embora alimentada, sob muitos aspectos, pelo Ocidente, a globalização pode acabar sendo parte daquele lento e desigual, mas continuado, descentramento do mesmo” (ibid, p. 56).

Diálogos com Paul Gilroy.

Propõe-se agora uma reflexão que busca dar conta de colocar no centro da discussão as opções metodológicas do autor para a abordagem do problema. Além disso, busca-se discutir e lançar hipóteses de como Hall compreenderia o debate de raça no momento histórico do pós-modernismo global. Olha-se também para a contribuição que a ideia de diáspora poderia trazer à análise da conjuntura social que se estende desde a data de publicação do livro até os dias de hoje. Para tal exercício imaginativo, buscaremos em Paul Gilroy alguns contrapontos de argumentos metodológicos que nos ajudem a trabalhar questões relativas à identidade, modernidade, questão racial e novas chaves de leitura para um mesmo problema.

Stuart Hall, um intelectual jamaicano, e que fez boa parte de sua formação acadêmica na Inglaterra, consegue construir um amplo alcance de suas ideias e de debate a partir da reflexão de outros autores. Considerado um dos fundadores dos Estudos Culturais nas décadas de 1960-1970, ele abrange diálogo com influências marxistas, como Raymond Williams, por exemplo, além de dialogar com contemporâneos do século XXI, como David Harvey e Anthony Giddens. O debate se dá transnacionalmente, assim como sua trajetória pessoal e profissional. A sua chave de entrada no debate da identidade se dá pelo meio histórico e pela construção de categorias que permitem articular e compreender as concepções de sujeitos ao longo da linha histórica. Entretanto, a leitura dessas categorias, embora sejam arquétipos para construção de conceitos mais amplos, nos permitem inferir um pensamento linear de história e que se cumpre a partir de um ideal de modernidade que se coloca a partir de uma construção ocidental europeia.

Hall observa na identidade individual um propulsor e receptor da modernidade, ou seja, o indivíduo como unidade central de análise e que, na contemporaneidade, se fragmenta e se torna cada vez mais reflexivo. Esta unidade de análise remonta à composição individual formada a partir de montagens de espaços autônomos da modernidade (ver apêndice). Contudo, seria essa fragmentação um índice exclusivo de caracterização deste período temporal específico ou, em outras palavras, um estágio histórico? Estes espaços autônomos que se relacionam são características típicas de um momento histórico? Paul Gilroy afirma que a noção

de historicidade é fruto da própria modernidade à medida em que supõe uma *política do tempo*. Em outras palavras, se projeta a maneira que ampara a modernidade e seu projeto político. O que afirma Gilroy, e em certa medida Hall, é que “universalidade, razão e progresso, modernidade e ilustração [...] foram as pedras fundamentais de toda a mentalidade conquistadora ocidental” (GILROY, 2007, p.93). Entretanto, tem-se a percepção que o argumento de Hall vale-se de categorias tipicamente ocidentais como marcos que delimitam a transição entre tipos de sujeitos, tipicamente eurocentrados. Entretanto, ambos apontam para o fenômeno da diáspora como uma possível ferramenta metodológica para a construção de novas formas de interpretação social.

Hall vê a diáspora como trânsito de pessoas, em seu maior conjunto negras, e ideias que tornam as identidades múltiplas, “onde junto com os elos que as ligam à uma ilha de origem específica há outras forças específicas” (HALL, 2003, p.27). Este fenômeno confere a sensação moderna de “des-locamento” (HALL, 2003) e baseia-se no conceito de *différance* de Derrida. Este, por sua vez, elimina os binarismos que opõem eu x outro e o dentro x fora. Gilroy vê na diáspora uma alternativa de releitura da história e dos processos que se convencionou chamar de modernidade, já que a própria história rejeita “a noção popular de ações naturais espontaneamente dotadas de uma consciência de si próprias”. A noção de história não é, portanto, intrinsecamente dotada de especificidades essencializantes. A diáspora, portanto, surge como um novo “cronótropo” que poderia balizar uma teoria negra que fosse “menos intimidada pelos limites e integridades dos Estados-nações modernos” (GILROY, 2012). Para esta alternativa metodológica, Gilroy seleciona a imagem do navio para conceituar e teorizar sistemas vivos, microculturais e micropolíticos em movimento que se pautam pela circulação de ideias e ativistas, bem como panfletos, livros, registros fonográficos e coros. Esta escolha analítica aponta para novas possibilidades de compreensões e interpretações históricas e sociológicas. A justificativa para tal assertiva se dá, pois, ao “subir a bordo, por assim dizer, oferece um meio para reconceituar a relação ortodoxa entre a modernidade e o que é tomado como sua pré-história” (ibid, p. 61). A diáspora, ou fluxo do Atlântico Negro, como denomina Gilroy, romperia com o “foco dogmático” sobre a dinâmica nacional distinta que caracterizou tão grande fração do pensamento cultural euro-americano. Além disso, colocaria em relevo o caráter intercultural que já se forma bem antes daquilo que se chama de pós-moderno global. Em suma, a leitura social-histórica via diáspora nos permitiria ultrapassar as essencializantes leituras nacionais e nacionalistas e o que Gilroy sugere é que:

“os historiadores culturais poderiam assumir o Atlântico como uma unidade de análise única e complexa em suas discussões do mundo moderno e utilizá-la para produzir uma perspectiva transnacional e intercultural. [Assim] a história do Atlântico Negro propicia um meio para reexaminar os problemas da nacionalidade, posicionamento, identidade e memória histórica” (ibid, p. 57-59).

Uma possível leitura deste argumento de Gilroy é a compreensão de que a constituição e a representação do sujeito nunca foram unas e indivisíveis. Haveria uma exceção à medida em que se entendesse a categoria do “sujeito do Iluminismo” ou o “sujeito sociológico” como dispositivos discursivos, subvertendo o argumento de Hall de possibilidades de compreender certas mudanças na questão da identidade por estas categorias. Aqui os argumentos de ambos os autores passam a ser lidos a partir da questão da diáspora frente ao “pós-moderno global” trabalhando possibilidades de interpretação da leitura sobre questões como identidade e raça. As questões que nortearão esta etapa serão: as identidades em algum momento foram centradas ou a metodologia da diáspora pode nos fazer rever o argumento de Hall? Como os autores, então, entendem a raça a partir de suas leituras sobre modernidade?

Stuart Hall, como se afirmou até aqui neste trabalho, enxerga, no período que denomina pós-moderno global, uma nova articulação das “políticas de fragmentação ou pluralização das identidades”. Indiretamente, o autor jamaicano afirma então, que não se possui mais uma cédula identitária central que caracterize o indivíduo. As velhas categorias de identidade não produzem mais os mesmos efeitos de representação que outrora produziram e não constroem mais o discurso de coesão e unificação. À nossa leitura, Hall, como buscou-se ilustrar no apêndice, trabalha as categorias identitárias na modernidade como espaços (cédulas) de representação pela cultura e que se inter-relacionam, mas não se misturam, sejam elas a partir de gênero, nacionalidade ou raça. Como ele mesmo afirma, o descentramento das cédulas de identidades “abre caminhos para novos espaços de contestação, [uma] oportunidade estratégica para a intervenção no campo da cultura popular” (HALL, 2003, p.337). Este descentramento produz, portanto, a celebração móvel da identidade, formada e transformada continuamente pelos sistemas culturais que passam a ser interpelados, produzindo, por vezes, novos tipos de relações entre chaves de representação de identidade. Gilroy, em nossa leitura, distancia-se de Hall ao refletir sobre tal questão.

Gilroy, em *O Atlântico negro*, mais precisamente no segundo capítulo, onde discute o espaço do Atlântico como contracultura da modernidade, aponta para uma reflexão interessante e que dialoga com o autor da obra resenhada: “Até que ponto o recente entusiasmo internacional pelos estudos culturais é gerado por suas associações profundas com a Inglaterra e as ideias de

anglicidade?” (GILROY, 2012, p.39). Dito de outra maneira, até que ponto a análise de Hall vale-se de categorias eurocentradas de reflexão a partir da chave da cultura? Continua, o autor:

“Somos constantemente informados que compartilhar uma identidade é o mesmo que estar vinculado nos níveis mais fundamentais: nacional, “racial”, étnico, regional e local. Ela circunscreve as divisões e os subconjuntos em nossas vidas sociais e ajuda a definir as fronteiras entre nossas tentativas locais e irregulares de dar sentido ao mundo. Nunca se fala de uma identidade humana” (GILROY, 2007, p. 124).

Somado a estes argumentos, o potencial metodológico e explicativo da diáspora constituiria importante modo de se pensar a questão da identidade. Esta, segundo este autor, nos ajudaria compreender “a formação daquele pronome perigoso: nós” a partir do cálculo da relação entre identidade e diferença como uma operação intrinsecamente política. Assim, a identidade se faz, centralmente na modernidade europeia, uma questão de poder e autoridade quando grupos procuram se realizar de maneira política. Exemplos são os projetos Iluministas de esclarecimento e razão. Tal operação acarreta na produção da identidade como uma “coisa a ser possuída e ostentada” e “não um processo contínuo de construção do eu e de interação social”. A identidade para Gilroy, munido da metodologia diaspórica, seria um conjunto de características sociais que se relacionam nas experiências práticas de identificação (ou de representação, para Hall), simultâneas ou não, contraditórias ou não e que sempre concorreram para a formação de um indivíduo complexo em sua magnitude e que não seria divisível em grupos culturais restritos (ver apêndice). Em suma, este autor propõe que repensemos e recontextualizemos a modernidade e suas categorias. A leitura sobre a categoria raça, então, sofreria uma importante transformação e que se difere entre os argumentos de Hall e Gilroy.

Stuart Hall, ao argumentar em direção ao descentramento de identidades e a partir da perda de unidade do caráter identitário do sujeito do Iluminismo, indica a dificuldade em se unificar a identidade nacional em torno da raça, apesar desta ser produto daquela. O empecilho se dá à medida em que a categoria raça não se constrói como categoria biológica ou genética que possua validade científica. Raça, prossegue o autor,

“é uma categoria *discursiva* e não uma categoria biológica. Isto é, ela é categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas [...] como *marcas simbólicas*, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro” (HALL, 2015, p. 37).

Raça, a partir da leitura de Hall, assume em sua construção discursiva a forma de significante deslizante (HALL, 2003) e assume para si um dos principais fatores organizatórios

dos grandes sistemas classificatórios para as sociedades humanas. Assim, ao dotar-se também daquilo que o autor chama de significado flutuante, a categoria raça se articularia pelo princípio da linguagem, que se escoraria em relações mutáveis de diferenças. Desta maneira, significantes e significados se refeririam ao conceito e sistemas de classificação de cultura. A diferença, ao formar-se nessa relação, constrói-se em um tipo de existência anômala adquirindo sentido e tornando-se fatores de cultura humana e de regulação de condutas quando se organiza dentro da linguagem e do discurso (HALL, 2003). Em suma, a raça, como significante discursivo, constituiria um sistema de equivalência entre natureza e cultura somado às características de representação por aparências físicas. A política, então, contra o racismo se constituiria na política da crítica, não existindo, portanto, raça e racismo fora do discurso³.

A análise de Gilroy se mostra severamente crítica “aos estudos culturais ingleses e afro-americanos marcados por perspectivas etnocêntrica e nacionalista” (SANTOS, 2002). Como afirma Santos, este autor

“promove igualmente uma avaliação crítica do uso das noções de etnia no interior destes estudos, ao mesmo tempo em que se opõe à falsa idéia de que a cultura sempre flui em padrões correspondentes à fronteira do Estado-nação. Do ponto de vista do autor, a relação entre nacionalidade e etnia foi apoiada retoricamente pelo inclusivismo cultural que enfatiza o sentido absoluto da diferença étnica entre os indivíduos em detrimento das suas experiências social e histórica” (SANTOS, 2002, p. 276).

De maneira distinta de Hall, Gilroy pensa a questão raça com certa distância da chave cultural. A raça em si não faria sentido fora de um discurso eurocêntrico de política de poder e controle. Os processos de racialização são frutos de produção da modernidade europeia e da construção do ideário dos Estados-nações do século XIX e de seus parâmetros impostos nos esforços de racionalidade iluminista. A categoria raça, portanto, se produzira fora das experiências sociais e históricas dos próprios grupos racializados. Gilroy aponta a curiosidade de o próprio termo ter sido empregado no século XIX, antes da consolidação do racismo científico, quase no mesmo sentido em que a palavra cultura é empregada hoje (GILROY, 2012, p. 42). Além disso, o portador da categoria raça, e o que se delimita por ela, são os grupos que não a inventam. Desconectam-se de grupos negros as experiências históricas e sociais que poderiam balizar uma nova perspectiva metodológica sobre a construção de identidades e cultura. “A consagração da raça colocou essas tradições à margem das histórias oficiais da modernidade” (GILROY, 2007, p.30). Essas tradições construiriam então uma abertura para se

³ revistazcultural.pacc.ufrj.br/raça-o-significante-flutuante/ - acessado em 11/11/2016 às 22:41

pensar a diversidade e o descentramento que, supostamente, seriam características típicas de uma pós-modernidade global. Assim, “subir a bordo, por dizer, oferece um meio para reconceituar a relação ortodoxa entre a modernidade e o que é tomado como sua pré-história” (ibid, p.61). Além do mais fornece, como um dos primeiros “cronótopos” modernos, uma reconceituação “extranacional” e “transcultural” para pensarmos as categorias forjadas pelo arquétipo de modernidade europeia iluminista, incluindo raça.

Comparativamente, as linhas argumentativas se distanciam quanto à possibilidade e a maneira de construírem o mesmo momento histórico a partir de chaves de leitura diferenciadas. Hall alicerça a categoria raça como um dispositivo discursivo que constrói e une sujeitos a partir de representações identitárias. Seu desenrolar implica em olhar a representação, inclusive a racial, ancorada no complexo cultural e que situa, centralmente, as décadas de 1960/1970, como um marco de ruptura e descentramento com as identidades postas pela modernidade. A raça é lida a partir da linguagem e da cultura. De certa forma, o que Hall nos afirma é que a própria representação sob a chave racial sofre alteração, ela não mais articula sujeitos e identidades do mesmo modo que no período moderno. Gilroy inicia seu argumento por este ponto que aquele autor nos conduz.

O ponto de partida, então, é afirmar que a argumentação que indica o conceito de pós-modernismo como uma transição histórica deve ser repensada quando se flexiona a possibilidade “de que grande parte do que é identificado como pós-moderno possa ter sido pressagiado ou prefigurado nos contornos da própria modernidade”. Dito de outra maneira, a história e cultura da diáspora africana, a prática da escravidão racial ou as narrativas de conquista imperial europeia podem demandar a reperiodização destes momentos históricos e eliminação de certas categorias, como a racial. Em traços fortes, o argumento de Gilroy caminha na direção de afirmar a impossibilidade de existência da “raça” como conceito e, até mesmo, como representação, embora entenda que a adoção do ser negro possa ser formas de lutas políticas de resistência. Assim, a raça é uma tática política moderna. Raça não seria representação à priori e nem de relações culturais entre grupos distintos, como no argumento de Stuart Hall. Seria, pois, uma imposição de um grupo sobre outro, como estratégia de dominação e subordinação e que devemos renunciá-las em busca de pensarmos a humanidade não mais subdivida em raças.

Conclusão

Buscou-se neste ensaio reconstruir o argumento central de Stuart Hall exposto em *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. De maneira quase pedagógica, tentamos traçar os elos entre argumentos e expô-los de forma que pudéssemos construir um diálogo crítico sobre modernidade, identidade e raça. Este se construiu a partir da leitura de alguns textos produzidos por Paul Gilroy, principalmente a partir do argumento de uma metodologia transformadora que pudesse nos balizar a partir da diáspora africana, também pensada por Hall. Parece-nos que ambas as discussões partem de pressupostos e de construções teóricas distintas. Enquanto Hall “imobiliza” as construções identitárias, incluindo raça, a partir da noção de nação, que se desagrega com o passar do tempo, Gilroy busca construí-las já em movimento, rompendo com alguns estatutos deque o primeiro autor se vale para discutir o tema. A diáspora para Gilroy seria a melhor representação para o modo como a modernidade foi construída, pois “abandona” a centralidade nacional. A nosso ver, essa é uma das boas pistas para pensarmos o modo como raça e outras possíveis identidades se construíram em países marcados pela experiência colonial, como é o caso brasileiro. Isso pois grande parte dos autores que compõem os cursos sobre pensamento social brasileiro se depararam em algum momento de reflexão com o problema sobre o que é ser moderno em um país periférico. Não raramente a resposta dada a esse tipo de questionamento foi a ausência de uma vida democrática no país ou um descompasso com as formas modernas de se existir no panteão das nações.

O descompasso ou a ausência de requisitos necessários para compor uma modernidade brasileira, por exemplo, ao estilo que se imaginou na Europa, passa centralmente pelo modo como “tipificamos” um modelo moderno. A nação, mesmo a despeito de sua imposição violenta, em nossa leitura dos argumentos de Hall, carrega consigo alguns elementos que, indiretamente, remetem-se à noção de autonomia, enquanto possibilidade de manter-se autonomamente. Com as identidades, já que elas estão em relação direta com a nação, não poderia ser diferente. Um britânico seria portador da identidade britânica, mas poderia portar também a identidade branca, protestante e masculina. De certa forma, o que Hall sugere é que a pós-modernidade realoca esta ideia de autonomia, fazendo com que estas maneiras de identificação não se completem em si mesmas e que possam ser fragmentadas relacionalmente. Ser um homem, britânico e protestante comporta agora novas dimensões que não são similares a ser um homem, a ser um britânico e a ser um protestante. A modernidade, portanto, seria um processo que balizaria as identidades como pequenos “estanques” autônomos. A pós-modernidade intensificaria a relação entre eles, de modo que a autonomia fosse minada pelos

processos de globalização, não mais sendo possível tomar as categorias identitárias isoladamente.

O principal desafio dessa análise encontra-se justamente no argumento de Gilroy: é possível omitirmos que a modernidade construída por Hall tem bases fortemente eurocentradas? Se sim, resolve-se o problema de analisar o caso brasileiro e passamos a adotar um sentido único à modernidade. Se não, como é o que defendemos, a proposta de *O Atlântico Negro* traz importantes contribuições para pensarmos, inclusive, os dilemas da construção da nação e de identidades em países marcados pela experiência colonizadora e escravocrata. Dito de outra maneira, a análise do autor londrino complexifica as perguntas construídas em torno do debate, já que considera uma miríade de sujeitos e processos oriundos destas experiências constituintes da própria modernidade. Assim, identificar-se enquanto negro ou branco, na sociedade brasileira, não pode ser feito de maneira autônoma à situação colonial ou escravocrata, referindo-se apenas ao status obtido via Estado-Nação. Portanto, essa fragmentação identitária não é produto de um processo novo ao qual designamos por globalização, mas sim um problema epistemológico que desconsidera as experiências transatlânticas vividas, principalmente, por países que tiveram de lidar com o problema da colonização e/ou da escravidão.

Um ponto de distanciamento de nossa análise e o olhar de Gilroy se refere ao fato de acreditarmos que, embora seja uma “tática política moderna”, “raça” se construiu histórica e socialmente articulando sujeitos a partir de representações que faziam de si e dos outros. A própria ideia de raça se construiu, e aqui corroboramos o argumento de Hall, como um “significante flutuante”, ou seja, como “um dos principais conceitos que organiza os grandes sistemas classificatórios da diferença que operam em sociedades humanas” (HALL, 2015a). Desta maneira, impõe-se a nós, cientistas sociais, estudarmos esta ideia como uma construção social operativa tanto no terreno da cultura, como no plano discursivo e não somente como um dispositivo político. Seja em sua dimensão “nativa” ou em sua dimensão “analítica” (GUIMARÃES, 2003), de preferência combinando-as, cabe nos indagar o modo como raça e identidade são utilizadas em nossos contextos históricos e sociais específicos.

Referências bibliográficas

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo**, v.21 n 60, fev. 2006.

GOMES, Geam Karlo. Identidade em trânsito: a experiência diaspórica em nação crioula. **Revista de Estudos Linguísticos, Literários, Culturais e da Contemporaneidade** - Número Especial 18b, mar. 2016 - Com artigos, resumos e comunicações do CONEAB, 2015.

GILROY, Paul. **Entre campos: nações, cultura e o fascínio da raça**. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34, 2012.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003

_____. Raça, o significante flutuante. Tradução de Liv Sovik, em colaboração com Katia Santos. Rio de Janeiro. **Revista Z Cultural**, n.2, ano 8, 2015a

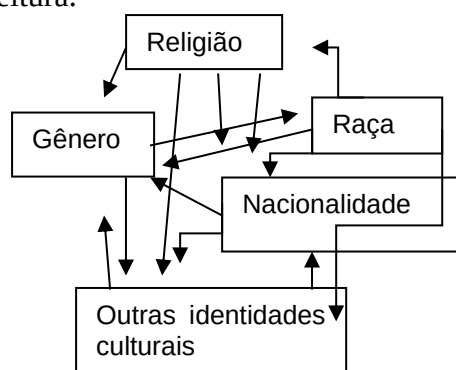
ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

SANTOS, Eufrazia C. Menezes. Resenha de O Atlântico negro. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2002.

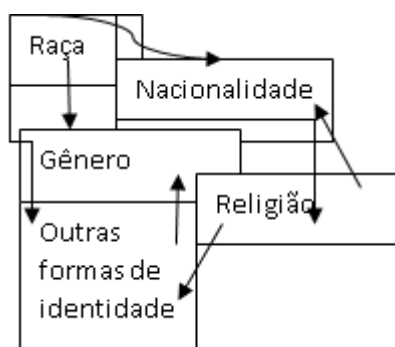
VILAR, Pierre. **La história de España**. Madri: Editora Grijalbo, 1978.

APÊNDICE

Composição do indivíduo na obra de Stuart Hall no período do pós-moderno global em nossa leitura:



Composição do indivíduo na obra de Paul Gilroy a partir de experiências práticas diaspóricas como um constructo de identidade humana complexa e relacional em nossa leitura:



Recebido em: Abril de 2018
Aprovado em: Julho de 2018

WALTER BENJAMIN E A EXPERIÊNCIA DE JAVÉ: memória e história em um contexto de progresso

Vitor Luiz Carvalho da Silva¹

Resumo:

O declínio da experiência e da arte de narrar, pincelados no ensaio de Benjamin, se vinculam ao aparecimento de um novo tipo de técnica e de experiência, compreendida enquanto vivência. O autor reflete sobre as transformações na estrutura da experiência, engendradas pela modernidade, que afetaram nossa forma de narrar. A problemática da narração percorre toda a obra benjaminiana, desde seus ensaios juvenis acerca da tradução e da linguagem, até suas reflexões tardias sobre a poesia de Baudelaire, tendo sempre como pano de fundo, as contradições trazidas pela modernidade. Benjamin relaciona os processos culturais, econômicos, políticos e sociais, que, a partir do século XIX, engendraram a perda da narração, tendo seu ápice no que ficou conhecido por modernidade. Neste trabalho pretendemos relacionar as contribuições Benjaminianas sobre a modernidade, com o filme *Narradores de Javé*, a fim de encontrar as semelhanças da narrativa, através da memória e da oralidade em um contexto da chegada do progresso no sertão baiano.

Palavras-chave: memória; história; experiência

Abstract:

The decline of the experience and the art of narration, touched on in Benjamin's essay, are linked to the emergence of a new type of technique and experience, understood as an experience. The author reflects on the transformations in the structure of experience, engendered by modernity, that affected our narrative. The problem of narration runs through the whole of Benjamin's work, from his youthful essays on translation and language, to his late reflections on Baudelaire's poetry, always having against the background the contradictions brought by modernity. Benjamin relates the cultural, economic, political and social processes that, from the nineteenth century onwards, engendered the loss of narration, having its apex in what was known as modernity. In this work we intend to relate the Benjaminian contributions on modernity, analyzing the film *Narrators of Javé*, in order to find the similarities of the narrative, through memory and orality in a context of the arrival of progress in the backlands of Bahia.

Keyword: memory; history; experience

¹ Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília (FFC). Mestrando em Ciências Sociais pela UNESP-FFC. E-mail: vitor_carvalho@yahoo.com.br .

Introdução

Como toda escolha implica um recorte, o presente trabalho terá como foco a análise do ensaio *O narrador*, escrito por Walter Benjamin em 1936, buscando relacionar as reflexões benjaminianas acerca da modernidade com o filme *Narradores de Javé*, dirigido por Eliane Caffé e lançado em 2003². O filme atina para a história da cidade de Javé anos após ser inundada pela construção de uma hidrelétrica no sertão baiano. Buscando impedir a tragédia que assolava o povoado, os moradores, de simplicidade comovente, decidem escrever sua história a fim de transformá-la em patrimônio histórico, a ser preservado.

As primeiras impressões do filme põem em evidência uma estética que trata do modo de vida, na qual estão inseridos os moradores de Javé. O conteúdo dessa estética guarda lugar na precariedade presente na extensão do universo nordestino, onde, de forma sumária, destaca-se: a pobreza, a fome, enfim, aparatos do Estado de toda ordem, que não viabilizam elementos comuns da modernidade (elementos indispensáveis para moradores das grandes e médias cidades). Ora, trata-se aqui de uma população que outrora fora excluída do progresso e que não encontra sentidos em seus significados. A construção de uma hidrelétrica traz consequências efetivas para a população ribeirinha que vive às margens dos rios e, em essência, efeitos prejudiciais ao meio ambiente.

O ato romântico e desesperado de salvar a cidade da inundação encontra possibilidades nos relatos de memória, a história oral. E o documento escrito manteria, por maiores que fossem as comoções, a existência de Javé. É nesse sentido que buscamos mediações com a experiência e a arte de narrar de Walter Benjamin. Somada a essa empreitada, considerando filosoficamente as formas de comunicação, Benjamin traça uma história genérica acerca da narrativa e do romance, buscando assim compreender as “implicações sociais e políticas de suas transformações”, privilegiando o âmbito da experiência (FRANCO, 2015, p. 71-72).

O tempo ocioso do tédio, vinculado a uma temporalidade específica, calma e harmônica, perdeu-se nas grandes cidades com o avanço da modernidade e de seu progresso produtivo. Com isso, a produção da experiência também se perdeu. Benjamin já ensaia aqui a relação que ele fará, em seu ensaio sobre o poeta Charles Baudelaire, entre as obras de Marcel Proust, Henri

² O filme tem direção de Eliane Caffé, roteiro de Eliane Caffé e Luiz Alberto de Abreu, produção de Vânia Catani e no elenco conta com José Dumont (como Antônio Biá), Gero Camilo (como Firmino), Nelson Dantas (como Vicentino), Silvia Leblon (como Maria Dina) e outros. Foi rodado entre junho e setembro de 2001, em Gameleira da Lapa, cidade do interior da Bahia.

Bergson e Sigmund Freud, diferenciando a memória voluntária da involuntária e tratando de como a produção da experiência está diretamente vinculada ao aparelho psíquico humano. Por ora, o autor só dá pistas dessa relação, apontando que “quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido” (BENJAMIN, 1987, p. 205). Ou seja, a arte de narrar e a arte de ouvir, estão diretamente vinculadas à memória involuntária, que será relacionada à *Erfahrung*, conceito que perpassa toda a obra de Benjamin e tem sua expressão melhor acabada em seu ensaio posterior, intitulado *Sobre alguns temas em Baudelaire*, escrito entre 1937 e 1938.

A verdadeira experiência é desenvolvida a partir do conceito de *Erfahrung*, ligada ao trabalho artesanal, à transmissão das melhores formas de fazer algo, à transmissão do saber fazer, da sabedoria de geração a geração. Esse processo é vinculado à capacidade de narrar e assimilar uma narrativa. Nesse sentido, experiência, trabalho e cultura estão interligados. O capitalismo produziu uma condição material que acarretou o declínio da experiência.

A *Erfahrung* fora perdida na modernidade e, para compreender esse fenômeno, cristalizando assim um conceito acerca da subjetividade humana quando inserida na modernidade, Benjamin entrelaça as figuras de Proust, Freud e Bergson. Em *Matéria e Memória*, Bergson analisa a memória enquanto uma pedra de toque fundamental na produção da experiência. Já Proust, nos volumes de *Em busca do tempo perdido*, propõe que temos duas memórias: uma memória voluntária, que seria aquela na qual escolhemos o que lembrar, e uma memória involuntária, que é aquela disparada ao acaso através do contato com algo material, exemplificada por Proust através do doce *Madelein*. A memória involuntária é construída por processos artesanais, vagarosos, ou seja, é oriunda da experiência, tal qual exposta acima. Estabelecendo relações acerca das análises de Bergson sobre a experiência, e as reflexões de Proust sobre a memória involuntária, Benjamin cristaliza o conceito de *Erfahrung*. Partindo dessa perspectiva, ele reflete sobre as considerações de Freud, expostas na obra *Para além do princípio de prazer*, acerca do funcionamento do aparelho psíquico. Nesse sentido, Freud constatou que o aparelho psíquico funciona de duas maneiras distintas, nas quais historicamente uma ou outra irá prevalecer (BENJAMIN, 1989, p. 108-109).

Quando Benjamin lamenta o fim da experiência, ele lamenta a perda da aura engendrada pela modernidade. Diferentemente de outros textos, como *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, em *O narrador* e *Sobre alguns temas em Baudelaire*, a aura vem ligada à ideia de se preservar algo, ou seja, ela é positiva. O fenômeno aurático, nesses ensaios,

vem ligado à ideia de rememoração, expressão de uma relação não conflituosa entre o homem e a natureza. A memória involuntária e a experiência passam a ser auráticas.

Quando o aparelho psíquico não está submetido a pressões, o tempo é qualitativo, ou seja, a temporalidade é a da natureza, vinculada ao trabalho artesanal. Quando o aparelho psíquico funciona nesse ritmo, tudo é assimilado inconscientemente através da memória. O que predomina nesse funcionamento é compreendido por Benjamin enquanto a verdadeira experiência, a *Erfahrung*. Já quando o aparelho psíquico está submetido a pressões e um conjunto de estímulos exteriores, embora esteja funcionando conscientemente, não está ocorrendo a produção de memória, ou seja, as ações e experiências vivenciadas não podem ser narradas.

O que predomina nesse funcionamento é a consciência dos estímulos e não a experiência. Nesse sentido, Benjamin conclui que, na modernidade, os indivíduos estão submetidos à vivência, fenômeno cristalizado em torno da palavra *Erlibnis*. O predomínio dessa forma é o preço da modernidade, onde o sujeito troca a memória pela consciência a fim de aparar os golpes da realidade. Nesse sentido, Benjamin aponta que a modernidade está produzindo um novo tipo de homem.

Em sua teoria do choque, Benjamin desenvolve as consequências produzidas pela *Erlibnis* no cotidiano e no aparelho perceptivo dos indivíduos imersos nas grandes cidades. O autor chama de choque traumático a saturação de estímulos sob o íntimo. O choque é a situação na qual o indivíduo tem de reagir no menor espaço de tempo a uma grande quantidade de estímulos exteriores. O homem vira um ser atomizado, incapaz da experiência e da memória em prol da adequação ao mundo moderno. Quanto mais estímulos exteriores forem provocados, mais o sujeito tem de reagir sobre eles. A consciência tem de se adaptar para que o sujeito consiga realizar essa reação, a fim de que o indivíduo não enlouqueça. Se a consciência fracassa, ocorre o choque traumático, no qual o sujeito perde a capacidade de se defender dos choques exteriores. Na modernidade, estamos constantemente no limiar, por isso Benjamin aponta que o homem moderno é um “caleidoscópio dotado de consciência”.

A figura do *flanêur* é a expressão do artista dessacralizado, cristalizada em torno de Baudelaire, onde o aparelho psíquico problematizado por Benjamin acaba por produzir obras que expressam a vivência moderna. Sua figura típica é a do sujeito que passeia nas passagens parisienses vagarosamente, a fim de demonstrar que possui tempo livre e ociosidade. O individual e o coletivo se misturam em sua figura, assim, o *flanêur* apresenta uma crítica da

modernidade, na qual o sujeito toma uma atitude de reação à desindividualização das massas, ou seja, é uma figura que quer se reindividualizar. O *flanêur* é o poeta que recolhe os restos culturais da sociedade citadina, é como se ele recolhesse a memória da cidade e a narrasse.

Crítica da modernidade, o narrar como forma de vivência

Como se vê, o tema da modernidade fora extensivamente refletido por Benjamin durante o início do século XX. A partir das considerações feitas até o presente momento, é possível realizarmos um paralelo com o filme *Narradores de Javé* (2003), uma vez que a história da cidade de Javé é marcada pela construção de uma hidrelétrica no sertão baiano, isto é, pela chegada do “progresso” e, com ele, todas as transformações históricas decorrentes, assim como Baudelaire sintetizou em suas poesias acerca da Paris no século XIX, amplamente analisadas por Benjamin.

O filme chama nossa atenção para a história deste pequeno povoado do sertão baiano, Javé, que seria inundado durante o processo de construção da hidrelétrica, em seus arredores. Buscando impedir a tragédia que assolava o povoado, os moradores, de simplicidade comovente, decidem escrever sua história a fim de transformá-la em patrimônio histórico, impedindo a chegada do progresso. A validade da história só era atestada como legítima se fosse escrita por meio de um documento científico: um dossiê.

Mas quem poderia escrevê-la? Ainda que muitos no povoado soubessem ler, quase ninguém era alfabetizado de forma que dominasse a escrita. Somente Antônio Biá, ex-funcionário do único Posto de Correios da cidade. Ex-funcionário porque Antônio Biá percebeu que seu emprego estava ameaçado – devido à falta de intercâmbio de correspondências; passou a usar a escrita para enganar as pessoas, mantendo postais com pessoas de outras vizinhanças, usando os nomes dos moradores de Javé. Zaqueu, personagem que narra “A Odisseia de Javé”, rememora a história vivida pelo povo Javelico, em prosa com clientes e viajantes em seu bar, em frente à represa. Zaqueu relata que as fofocas eram o teor das cartas e, como em todas as fofocas, os fatos eram aumentados, mas sem perder a graça e a sabedoria de um bom escritor. Não demorou e, quando a farsa fora descoberta, Biá logo fora expulso da cidade de Javé.

Zaqueu afirma: “Se Antônio Biá escreve mentira, escreve muito bem! E para fazê um dossiê, tem que fazê uma juntada de escrita das coisas que aconteceram por aqui... Ouvindo a nossa gente contando pela boca a história verdadeira, a científica”. Depois dessas declarações, Antônio Biá foi obrigado a aceitar o cargo de “escrevedor”. O povo passa a contar, narrar as

memórias orais, na esperança de salvá-los da moderna tecnologia, a hidrelétrica, que fará o povoado desaparecer nas águas.

Conforme analisamos anteriormente, para Benjamin, a produção da narração e a *Erlibnis*, ou seja, a experiência autêntica, só são elementos possíveis em um contexto em que a modernidade capitalista ainda não se desenvolveu por completo.

Biá fora contratado para produzir um material documentando, a partir de narrativas fornecidas em relatos de memórias vivenciadas pelos moradores, para servir como prova cabal do tombamento de Javé como patrimônio histórico, impedindo a construção da hidrelétrica. Biá sai às ruas de Javé em busca dos relatos dos moradores, pedindo-lhes que contem os fatos acontecidos: “Conte as lembranças Javélicas, históricas e pré-históricas para gente pôr no livro a odisseia do Vale de Javé”. No decorrer do filme, Biá percebe que as histórias tinham várias versões, enredos e cenários: as histórias de vida deste povoado foram as narrativas que ouviram, herdaram e viram; portanto, para cada narrador, havia uma nova história, uma multiplicidade de histórias e sentidos diferentes.

Se a memória e a oralidade possuem um fundo social, é possível trabalhar esse material a partir de uma perspectiva sociológica, buscando compreender como a sociedade influencia essa forma de conhecimento ou como, a partir do conhecimento, podemos conhecer essa sociedade. Na medida em que o conhecimento tem sua gênese no social, o próprio conhecimento, no momento seguinte, torna-se parte desse social.

A narrativa, tal como se desenvolve durante muito tempo no círculo dos ofícios mais diversos – do agrícola, do marítimo e, depois, do urbano –, é, por assim dizer, uma forma artesanal da comunicação. Sua intenção primeira não é transmitir a substância pura do conteúdo, como o faz uma informação ou uma notícia. Pelo contrário, imerge essa substância na vida do narrador para, em seguida, retirá-la dele próprio. Assim a narrativa revelará sempre a marca do narrador, assim como a mão do artista é percebida, por exemplo, na obra de cerâmica [...] (BENJAMIN, 1975, p. 69).

O personagem Antônio Biá pincela um *flanêur*, enquanto produto da modernidade. O personagem, flanando pela cidade em busca de sua narração, não lamenta mais a transitoriedade entre um modo de vida baseado na *Erfahrung* (experiência), para a *Erlibnis* (vivência), como podemos ver na fala de Biá: “Vocês acham que escrever essas histórias vai parar a represa? Não vai não! E sabe por quê? Porque Javé é só um buraco perdido no oco do mundo! E daí? E daí que Javé nasceu de uma gente guerreira, senhores, isso aqui é um lugar miserável, de rua de terra, oh, de gente apocada e ignorante como eu e como vocês tudinho. O que nós somos é só um povinho ignorante que quase não escreve o próprio nome mas inventa história de grandeza

para esquecer a vidinha rala, sem futuro nenhum. Vocês acham, acham mesmo que os homi vão parar a represa e o progresso por um bando de semianalfabeto? Não vão, não! Isso é fato, é científico!” E sim, o personagem se alimenta dos substratos estilhaçados em meio à vida moderna, projetando uma espécie de abrigo no ventre da urbanidade caótica, tecendo uma narrativa dos atrativos da cidade com o progresso, assumindo assim, a modernidade enquanto um dado histórico e incorporando-a.

Por fim, ao se deparar com Javé tomada pelas águas, o personagem incorpora uma nova imagem e passa a ver a memória como condição a ser preservada através da escrita e, segundo Lima (2009), capaz de interferir nos rumos da sociedade, valorizando as pessoas, dando credibilidade às origens relatadas pelos narradores.

Considerações finais

O que caracteriza a sociologia não é um problema social e sim um problema sociológico, logo, tanto o avanço da modernidade expresso na construção da hidrelétrica nos arredores de Javé, como a memória, a experiência e a oralidade são objetos da sociologia.

Trabalhando de forma multidisciplinar, a sociologia permite a compreensão do objeto estético como *locus* que condensa o contexto político, social e cultural de determinado período. Nesse sentido, o filme *Narradores de Javé* pode ser compreendido como sintoma da complexidade de processos históricos e sociais.

O filme traz consigo certas intencionalidades específicas que têm, como pano de fundo, um contexto delimitado. Essas intencionalidades não determinam a obra, mas sim, estabelecem limites que são tensionados em relação a certas pressões exercidas por determinados grupos ou indivíduos, engendrando respostas, resultantes de fenômenos tipicamente modernos. Precisamente aqui a teoria benjaminiana, tomada em sua perspectiva sócio histórica, propicia as bases para a reflexão e a compreensão dos processos condensados nas linhas e tons produzidos pelo diretor.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

_____. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. **Os pensadores**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1975.

_____. **Rua de mão única**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

FRANCO, Renato. **Dez lições sobre Walter Benjamin**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

GAGNEBIM, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999. 2ª Edição revista.

_____. **Limiar, aura e rememoração**: ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Editora 34, 2014.

LIMA, Amauri de. **Identidade, memória, oralidade e escrita em Narradores de Javé**. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel.

NARRADORES DE JAVÉ. Direção de Eliane Caffé. Estúdio Bananeira Filmes / Gullane Filmes / Laterit Productions. Distribuição: Riofilme. (Brasil), 2003, 1 DVD, 102 min.

Recebido em: Abril de 2018
Aprovado em: Julho de 2018

DISJUNÇÕES DOS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO: identidades negras em territórios etnográficos

Luana Carla Martins Campos Akinruli¹

Samuel Ayobami Akinruli²



Palhaços da Folia de Reis.
São Gonçalo do Pará / Minas Gerais, 2016.

¹ Co-fundadora do Instituto de Inovação Social e Diversidade Cultural (INSOD) e coordenadora de projetos da mesma instituição. É doutoranda em Antropologia na Linha de Pesquisa Arqueologia do Mundo Moderno e Contemporâneo (UFMG), mestra em História pela Linha História Social da Cultura (UFMG) e licenciada em História (UFMG), com formação complementar em Antropologia e Arqueologia (UFMG). Atua em pesquisas versando sobre o patrimônio cultural, tendo realizado diversas consultorias e assessorias técnicas nos campos do patrimônio material e imaterial.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (UFMG/2018) pela linha de pesquisa Memória Social, Patrimônio e Produção do Conhecimento (PPGCI/UFMG). Possui mestrado em Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/2014); especialização em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais / Geoprocessamento (UFMG/2017); bacharelado em Ciências Econômicas pela Lagos State University (Nigéria/2006), diploma reconhecido/revalidado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/2015). É co-fundador do Instituto de Inovação Social e Diversidade Cultural (INSOD) com sede em Belo Horizonte/MG/Brasil, instituição no qual é presidente e gestor de inovação, sendo também filiado ao Conselho Regional de Economia (CORECON-MG).



Reinado de Nossa Senhora do Rosário.
Carmo do Cajuru / Minas Gerais, 2016.



Terno de Moçambique Estrela do Oriente na Festa de 129ª Festa da Congada.
Pratápolis / Minas Gerais, 2016.



181ª Festa do Reinado e Cavalhada.
Passos / Minas Gerais, 2016.



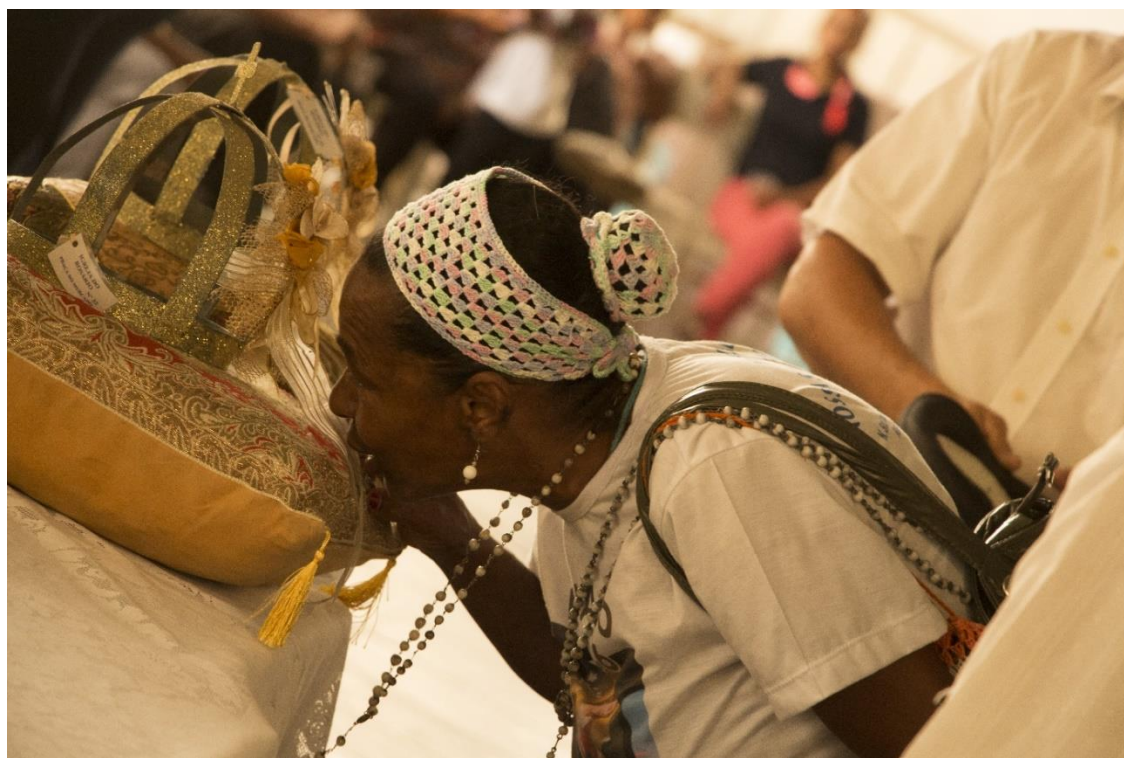
Terno de Moçambique São Benedito na 69ª Congada Natalina.
Itaú de Minas / Minas Gerais, 2016.



Festa de Congo e Moçambique.
São Sebastião do Paraíso / Minas Gerais, 2016.



Terno de Congo do Menino Jesus na Festa de 129ª Festa da Congada.
Pratápolis / Minas Gerais, 2016.



Reinado da Irmandade da Praça do Mercado.
Divinópolis / Minas Gerais, 2016.



Missa Conga durante o Reinado da Irmandade da Praça do Mercado.
Divinópolis / Minas Gerais, 2016.



Festa do Reinado do Bairro Niterói.
Divinópolis / Minas Gerais, 2016.

Sete foram as cidades que percorremos, dispersas em uma região geográfica entre o sul, sudoeste e centro-oeste de Minas Gerais para a realização do Relatório de Avaliação de impacto ao Patrimônio Imaterial (RAIPI) para compor estudos técnicos para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ao longo dos anos de 2016 e 2017. Espaço que foi se tornando lugar e, que na medida em que nos aproximamos, o *zoom* revelou um território vasto, imenso, extenso de identidades negras, múltiplas, controversas, fortes, resistentes, em construção. Das margens, a visão periférica sobressaiu ao olhar e se tornou o centro da narrativa, mostrando as disjunções dos procedimentos de patrimonialização dos quais a sociedade contemporânea se encerra. E que nós estamos imersos, obcecados.

A etnografia marcou o tempo do encontro, mas que já se fazia presente em nós anteriormente, na ancestralidade do contexto de diáspora. No encontro, deu-se a quebra da cumplicidade existente na consagração de uma determinada hegemonia do (re)conhecimento do patrimônio cultural – um específico *savoir-faire* que também promove violências epistêmicas e a deliberada invocação do patrimônio cultural. Ali não cabia mais uma postura

colonizadora de lhes mostrar o que era da sua alma, o que era sua joia rara, a excepcionalidade, a monumentalidade do que era seu.

São muito variadas as possibilidades e formas de se invisibilizar, e a violência epistêmica, segundo Spivak (2010), constitui-se uma forma de se exercer o poder simbólico. Spivak argumenta que o subalterno não pode falar e, quando tenta fazê-lo, não encontra meios para se fazer ouvir. São tortuosos, complexos, incompreensíveis, obscuros, obtusos os procedimentos existentes nos estudos e pesquisas dedicados à identificação, documentação e salvaguarda do que se chama patrimônio cultural.

As edições, os esmaecimentos, os desfoques, os apagamentos, mostram-se de forma concreta em registros não somente da experiência, mas nas representações daquilo que se pesquisa. Há ângulos de visão distorcidos, e tratam-se de jogos de escalas nas quais coletividades “minúsculas” onde vivem pessoas “consideradas minúsculas” se chocam com políticas culturais municipais, estaduais ou federais de grande magnitude, colossais. Mas a mudança paradigmática do olhar logo se manifesta no trabalho de campo.

A experiência etnográfica trouxe confrontações, tensões e ressignificações dos sujeitos, de suas histórias, de suas memórias, de suas territorialidades, de suas múltiplas temporalidades. Agentes e agências envolvidos com os procedimentos de patrimonialização dos saberes considerados tradicionais promovem o processo de disputas de memórias e do lastro de pertencimento identitário, o agenciamento de espaços da cultura negra na cidade, o acionamento de mecanismos de potencial discursivo sobre as mudanças e permanências da cultura.

As formas de apropriação cultural e os revérberos no patrimônio cultural local em reflexões dialógicas entre o material e o imaterial da cultura não são tão translúcidas nas políticas públicas culturais relacionadas às tradições afro-brasileiras, que tendem a desqualificar a voz do outro e marginalizá-la, restringi-la a determinados tempos e espaços do calendário da urbe. Como criamos as ficções sobre os mundos dos outros e os nativos não podem se expressar por si mesmos por meio de categorias, conceitos e métodos próprios? Como não recorrer aos distanciamentos e exotizações sobre o outro que é também parte de nós?

Estas são reflexões que se posicionam não somente sobre os temas, enfoques e modos de descrever os objetos de estudo, mas sobre a forma da construção da própria narrativa, os agentes e agências envolvidos, a pretensa separação entre teoria e prática, bem como sobre os momentos da pesquisa de campo e da escrita. Para isso, são postos em análise a plataforma da

experiência e do vivido como pontos fundamentais para promover um convite ao pensamento sobre a performance do pesquisado e do pesquisador em um contexto de alteridade.

O olhar etnográfico, registrado em instantes de manifestações transcorridas nas ruas, trazem luz o protagonismo da coletividade que tem consciência do seu lugar na sociedade, nas lutas cotidianas para poder se manifestar, permanecer, sobreviver, viver, ser. Entre Folias e Cavalhadas, os Reinados de Divinópolis, Carmo do Cajuru e São Gonçalo do Pará, e as Congadas e Moçambiques de São Sebastião do Paraíso, Pratápolis, Itaú de Minas e Passos; tornam híbridas expressões de catolicismo popular e de religiosidades negras, que se agregam pela força da fé em performances rituais.

Nos diversos modelos de etnografia possíveis, como as categorias nativas passam a dialogar, portanto, no duplo objetividade/subjetividade, haja vista que para além de simples dados etnográficos, tratam-se de conceitos e teorias compreendidas nos próprios termos dos outros? Cunha-se, nesta seara de falar *com* outro, não somente *sobre* o outro, a ponte entre a teoria antropológica e seus campos conexos, tendo a etnografia e o patrimônio cultural campos profícuos. O deslocamento do eixo promove a busca por outro balanço entre aquilo que é relevante e estruturante para o grupo etnografado. A polifonia passa a ser para além de uma experiência, é a gênese, o modelo de narrativa, o paradigma de construção do conhecimento.

Referências Bibliográficas

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Recebido em: Maio de 2018
Aprovado em: Julho de 2018